Teixeira de Freitas: pensamento e ação

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Augusto Guimarães

Diretor-Geral
José Guilherme Almeida dos Reis

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Diretor Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências
Diretor Mauro Pereira de Mello

Diretoria de Informática
Diretor Nuno Duarte da Costa Bittencourt

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Superintendente Nelson de Castro Senra

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

DOCUMENTOS PARA DISSEMINAÇÃO

MEMÓRIA INSTITUCIONAL - 1

Teixeira de Freitas: pensamento e ação

Edição comemorativa do centenário do seu nascimento

Rio de Janeiro
1990

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro
CEP 20 021 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE 1990

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI
Rua General Canabarro, 666 - Maracanã
Tel : (021) 284-4597 e 234-2043 R 280/281 - CEP 20271 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Superintendente de Documentação e Disseminação de Informações
Nelson de Castro Senra

Superintendente-Adjunta
Lídia Vales de Souza

Núcleo de Planejamento e Organização
Maria Helena Neves

Núcleo de Atendimento Integrado
Luiz Alberto Matzenbacher

Núcleo de Desenvolvimento de Mercado
Jussara Colen Rieveres

Departamento de Documentação e Biblioteca
Maria de Nazareth Furtado Gomes

Departamento de Editoração
Elisabeth Granado

Departamento de Sistemas de Informações
José Ubaldo Balão

Divisão de Comercialização e Promoção
Antonio Penteado

Gerência de Impressão
Irineu Guimarães

Gerência de Suporte Administrativo
Osman Menna Barreto

Série: Documentos para Disseminação, ISSN 0103-6335
Subsérie: Memória Institucional, ISSN 0103-6459
ISBN: 85-240-0351-0

Capa. **Pedro Paulo Machado / CDDI - Departamento de Editoração**

O atendimento, expandindo-se em todas as direções, num processo dinâmico e contínuo de realimentação, através dos movimentos de re-ação e pró-ação

Freitas, Mario Augusto Teixeira de, 1890-1956
Teixeira de Freitas : pensamento e ação / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Centro de Documentação e Disseminação de Informações - Rio de Janeiro: IBGE, 1990
140 p : il – (Documentos para disseminação Memória institucional / IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações, ISSN 0103-6459; 1)

Edição comemorativa do centenário de nascimento
O Projeto Encontro Comemorativo do Centenário de Teixeira de Freitas foi coordenado pelo Departamento de Documentação e Biblioteca (DEDOC) / Divisão de Atendimento e Referência (DIREF) / Setor de Memória Institucional (DIREF/ST34)

ISBN 85-240-0351-0

1 Freitas, Mario Augusto Teixeira de, 1890-1956 2. Sistema estatístico - Brasil I IBGE Centro de Documentação e Disseminação de Informações II. Título III Série.

IBGE. CDDI. Deptº de Documentação e Biblioteca CDU 929 FREITAS
RJ-IBGE/90-23

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

SÉRIES E SUBSÉRIES PUBLICADAS PELO CDDI

DOCUMENTOS PARA DISSEMINAÇÃO, ISSN 0103-6335

A Série Documentos para Disseminação é o espaço criado pelo CDDI para disseminar métodos e/ou reflexões sobre as diversas formas de armazenamento, de recuperação e de veiculação do acervo de informações geradas ou disponíveis na Instituição, visando ao amplo acesso da sociedade. Ademais, visa à divulgação de documentos representativos da memória Institucional.

1 - O IBGE e o atendimento à sociedade (prefácio do projeto técnico do CDDI), de Nelson de Castro Senra e Lidia Vales de Souza. ISBN 85-240-0329-4. 1990. 44p.

Próximo lançamento desta série: Projetos de Disseminação, Contribuição ao Estabelecimento de uma Metodologia - Cláudio Alex.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL

1 - Teixeira de Freitas: pensamento e ação, coord. do Setor de Memória Institucional. ISBN 85-240-0351-0. 1990. 140 p.

Próximo lançamento desta subsérie: Textos das palestras proferidas no Encontro Comemorativo do Centenário de nascimento de Teixeira de Freitas.

O Projeto Encontro Comemorativo do Centenário de Teixeira de Freitas foi coordenado pelo Departamento de Documentação e Biblioteca (DEDOC)/Divisão de Atendimento e Referência (DIREF)/Setor de Memória Institucional (DIREF/ST34).

Fizeram parte da equipe de execução do Projeto:

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DE MERCADO - NDM/CDDI
Iva Pereira da Silva
Maria das Graças de Oliveira Nascimento

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA - DEDOC/CDDI
Regina de Almeida Sá
Icléia Thiesen Magalhães Costa
Laurinda Rosa Maciel
Severino Bezerra Cabral Filho

DEPARTAMENTO DE EDITORAÇÃO - DEDIT/CDDI
Gercy América do Sacramento
João Octávio Facundo Bezerra

DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO E PROMOÇÃO - DICOP/CDDI
Tereza Rodrigues Nogueira

GERÊNCIA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO - GESAD/CDDI
Eutália Maria Neto Santos

A equipe agradece aos palestrantes e às pessoas, parentes, contemporâneos e admiradores de Teixeira de Freitas que contribuíram, de forma inestimável, para a realização dessas homenagens, em especial a Edison Catete Reis e Ernani Villasboas Figueiredo.

Em comemoração ao Centenário de nascimento de Mario Augusto Teixeira de Freitas, além desta coletânea de textos, foram realizados os seguintes eventos:

Palestras:

O teor humano de Mario Augusto Teixeira de Freitas
Dr. Benedicto Silva, Consultor da Presidência da Fundação Getúlio Vargas (9-10-90);

Teixeira de Freitas e a Associação Brasileira de Educação (ABE)
Prof. Ruy Lourenço Filho, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE (10-10-90);

Teixeira de Freitas e a sua influência na implementação do Conselho Nacional de Geografia
Dr. Christóvam Leite de Castro, primeiro Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia (10-10-90);

Improvisações em torno de Teixeira de Freitas
Prof. Orlando Valverde, Presidente da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia - CNDDA (10-10-90);

Teixeira de Freitas: Educação e Municipalização
Dr. Manoel Antonio Soares da Cunha, Coordenador do Censo Agropecuário, IBGE/DPE (11-10-90);

Teixeira de Freitas e o Esperanto
Dr. Jorge das Neves, Delegado-Geral da Associação Universal de Esperanto (11-10-90);

O legado de Teixeira de Freitas
Prof. Severino Bezerra Cabral Filho, do CDDI/DEDOC, Consultor do Setor de Memória Institucional (11-10-90).

Exposição na sala do Setor de Memória Institucional: fotos, documentos e objetos pessoais.

Inauguração do Auditório do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - que recebe o nome de Auditório Teixeira de Freitas.

Exibição do vídeo *O Recenseamento através dos tempos*, realizado por Produções Cesar Nunes, que conta a história dos Recenseamentos no Brasil até a década de 60.

Sumário

Nota biográfica 11

Teixeira de Freitas: um dos melhores brasileiros do seu tempo. 13

Teses Estatísticas 17

Os serviços de Estatísticas do Estado de Minas Gerais 77

Instituto Nacional de Estatística; discurso proferido no ato de instalação do Instituto, em 29 de maio de 1936 103

Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira..... 113

O esperanto no Brasil 131

Nota Biográfica

MARIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS nasceu em São Francisco do Conde, Bahia, em 31 de março de 1890. Formado em Direito, em 1908, ingressou no Serviço Público na antiga Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas.

Em 1920, foi nomeado Delegado Geral do Recenseamento em Minas Gerais. Convidado pelo governo mineiro para reformar a organização estatística estadual, teve a oportunidade de testar a aplicação do sistema de cooperação interadministrativa.

A convite do Governo Provisório instaurado pela Revolução de 30, transferiu-se para o Rio de Janeiro para colaborar na organização do Ministério da Educação e Saúde Pública, à frente da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação.

Em 1934 foi criado o Instituto Nacional de Estatística, baseado em seu plano de cooperação interadministrativa entre as três esferas governamentais - Federal, Estadual e Municipal. No período de 1936 a 1948 como Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística do Instituto Nacional de Estatística, que a partir de 1938 foi denominado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, idealizou, planejou e consolidou a organização estatística brasileira.

Participou ainda da Fundação, em Washington, em 1941, do Instituto Interamericano de Estatística, do qual foi primeiro presidente e, posteriormente, presidente honorário.

Autor de inúmeras obras sobre estatística e política educacional, racionalização administrativa, divisão territorial do País, ensino e difusão do esperanto, e de outros temas de interesse nacional, teve também atuação destacada em vários foros e entidades culturais no Brasil e no exterior.

Teixeira de Freitas faleceu no dia 22 de fevereiro de 1956, na Cidade do Rio de Janeiro, deixando um legado de trabalho fecundo e criador.

TEIXEIRA DE FREITAS: UM DOS MELHORES BRASILEIROS DO SEU TEMPO

O Brasil comemora o centenário de nascimento de Mario Augusto Teixeira de Freitas, pai-fundador do IBGE. É a ocasião oportuna para evocar a figura daquele que, no dizer de Carlos Drummond de Andrade, deixou uma rara lembrança: a de um dos melhores brasileiros do seu tempo

Inteligência, erudição e conhecimento a serviço de incansável atividade fizeram de Teixeira de Freitas um dos elementos vitais do pensamento e da cultura brasileira dos anos 30 e 40.

Numa época marcada por alguns dos mais expressivos pensadores saídos dos movimentos modernistas e revolucionários dos anos 20 - nomes como Alceu Amoroso Lima, Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Padre Leonel Franca, Oliveira Viana e outros -, ele se destacou pela abrangência da reflexão teórica e a eficácia da intervenção no sistema político, administrativo, social, técnico e científico.

De seus textos, relatórios, discursos e outras peças, emerge um pensamento global sobre a realidade sócio-econômica, política e administrativa do Brasil. Idéias como a da interiorização da Capital Federal, que inspiraria a construção de Brasília, ou a da reforma administrativa com a racionalização dos serviços públicos, influenciaram decisivamente a arte de governar o Brasil. Elas orientavam o poder público rumo à racionalidade que a concepção iluminista de Teixeira de Freitas antevia para o Brasil, num contexto de mundialização do progresso e do bem-estar das populações, sob o impulso da revolução da técnica e da ciência

A criação máxima do pensamento e ação de Teixeira de Freitas foi, sem dúvida, o IBGE A instalação do sistema estatístico no Brasil - e esta é uma característica particular que o singulariza perante os outros sistemas nacionais - teve como suporte conceitual um novo princípio orgânico de racionalização a cooperação interadministrativa, unindo as esferas governamentais nas áreas federal, estadual e municipal É uma relação epistêmica com uma disciplina estratégica para o conhecimento teórico-ativo de ecúmeno brasileiro - a Geografia.

Esta concepção deve-se a Teixeira de Freitas, que, além de grande humanista, educador e sábio, teve a visão política precisa e ajustada do Estado Nacional e suas necessidades geoestratégicas Sob a influência de Alberto Torres, o pensamento de Teixeira de Freitas permanece, em suas grandes linhas, fonte de inspiração para todo Projeto Nacional, que serve de ratio estrutural para o desenvolvimento do Estado e da Sociedade Brasileira. Evocando a história das Ciências pode-se dizer que se trata ainda hoje de nosso passado atual

Nos textos que compõem esta coletânea, pequena amostra do pensamento de Teixeira de Freitas, é possível acompanhar a trajetória de sua concepção dos problemas da realidade brasileira Desde a experiência de Minas Gerais onde, à frente dos serviços estatísticos do governo estadual, seu pensamento amadureceu apoiado nas concepções já desenvolvidas pelo Fundador da Estatística Geral Brasileira, Bulhões Carvalho Experiência que culminaria nas Teses Estatísticas onde se materializou a concepção do dispositivo de saber-poder que constituiu o IBGE. O coroamento desse processo está registrado no discurso do Catete, de 29 de maio de 1936, pronunciado por Teixeira de Freitas em nome dos estatísticos brasileiros

Insere-se, ainda, nesta coletânea uma visão histórica do IBGE no contexto da evolução da estatística geral do Brasil. E, por fim, reflexões

de Teixeira de Freitas acerca do Esperanto no Brasil, esta língua universal que lhe permitiu vislumbrar a possibilidade de integração e unidade do gênero humano.

A longa carreira de servidor público e o quase anonimato a que submetia sua situação tornaram evanescente a figura do Homem no mundo das idéias e do conhecimento da realidade nacional. Mas o seu legado está vivo e presente, não só na obra-prima que foi a criação do IBGE como na circulação de conceitos e noções que, ainda hoje, servem de horizonte à modernidade brasileira.

TESES ESTATÍSTICAS

FREITAS, Mario Augusto Teixeira de Teses estatísticas. Florianópolis, IBGE. Departamento de Estatística e Publicidade, 1939. 58p.

AOS ESTATÍSTICOS NACIONAIS

Faz relativamente poucos anos que se imprimiu orientação técnica e profícua ao organismo estatístico nacional, até então caracterizado por lamentavel heterogeneidade. Decorreu dessa condição a impossibilidade de se conhecer, e medir, e sentir o Brasil, em sua verdadeira grandeza.

Tarefa imensa teria, destarte, a realizar, o Instituto Nacional de Estatística, de-vez-que criado para exprimir numericamente a realidade brasiliana e, ao mesmo tempo, "fixar as mais favoraveis condições para o progressivo desenvolvimento técnico dos serviços estatísticos". Multiplicados assuntos lhe ocorreriam, naturalmente, para análise, partindo dos de ordem fisio-demográfica e colimando nos de natureza sociográfica, detendo-se, em cada, a-fim-de estudo acurado e honesto.

Dês sua criação aos dias que passam, cometeu o Instituto, hoje de Geografia e Estatística, empreendimentos agigantados, permitindo ao Brasil se conhecesse a si mesmo, à maneira do conselho socrático...

Assuntos muitos, todavia, não conseguiu ainda o I. B. G. E. estudar detidamente, entre os quais muitas das 33 teses constantes da publicação presente. Essas teses, que "forneceram as diretrizes práticas para a organização e o primeiro impulsionamento das atividades do Instituto", são, agora, por êste, submetidas ao estudo dos estatísticos nacionais, consoante o disposto na Resolução n. 73, de 18 de julho de 1938, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

A êstes, pois, a análise de cada tese e a formulação, posterior, de crítica, de crítica de sinceridade.

Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística

2ª SESSÃO ORDINÁRIA

RESOLUÇÃO N. 73, DE 18 DE JULHO DE 1938

Propõe ao estudo dos estatísticos brasileiros as teses oferecidas à 1ª. Conferência Nacional de Estatística, que forneceram as diretrizes práticas para a organização e o primeiro impulsionamento das atividades do Instituto.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições:

considerando a conveniência de serem bem conhecidos pelos estatísticos brasileiros os precedentes da organização do Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

considerando que as diretrizes práticas a que obedeceram a criação do mesmo Instituto e a orientação inicial das suas atividades, estão consubstanciadas nas teses que o atual Secretário Geral do Instituto e organizador do primeiro ante-projeto do decreto-lei criando a instituição, ofereceu à 1ª. Conferência Nacional de Estatística, marcada para 12 de outubro de 1930, e adiada **sine die**;

considerando ainda que o interêsse e a oportunidade dessas teses não foram prejudicadas pelo prevalecimento da maioria delas na organização do Instituto, constituindo, como constituem, todas, valiosas e esclarecedoras sugestões sôbre aspectos relevantes da estatística brasileira;

RESOLVE:

Artigo único — Ficam especialmente recomendadas ao estudo dos estatísticos brasileiros as 33 teses, anexas à presente Resolução, oferecidas pelo dr. M. A. Teixeira de Freitas, então diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, à 1ª. Conferência Nacional de Estatística, convocada para 12 de outubro de 1930, e não realizada em virtude dos acontecimentos políticos daquele ano.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1938, ano 3º do Instituto.

Conferido e numerado

a) Alberto Martins
Secretário Assistente da Assembléia

Visto e rubricado

a) M. A. Teixeira de Freitas
Secretário Geral do Instituto

Publique-se

a) José Carlos de Macedo Soares
Presidente do Instituto e do Conselho

ALGUMAS NOVAS DIRETIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA

(Indicações que deveriam ser submetidas ao voto da 1ª Conferência Nacional de Estatística, convocada para 12 de outubro de 1930 e depois adiada **sine die**)

M. A. Teixeira de Freitas

Diretor de Estatística do Ministério da Educação e Saúde

I — Necessidade de convergência na atividade dos nossos órgãos de estatística geral

As nossas repartições centrais de estatística — tanto a federal como as estaduais — na sua finalidade fundamental, que é a de apresentarem, através da sintética expressão dos números e dos esquemas, o quadro geral das condições de vida das coletividades políticas a que servem, teem de fato um duplo objetivo: 1°) o de resumirem, mediante uma técnica rigorosa e em forma orgânica, os trabalhos especializados, de quaisquer repartições públicas ou instituições outras, que comportem ou impliquem apreciação estatística aproveitavel sôbre seja qual fôr a ordem de fatos; 2°) o de procederem diretamente a todas as pesquizas que se tornarem necessárias para completar, segundo o plano sistemático previamente traçado, o material que já encontrarem elaborado afim de integrarem o quadro de estatística geral que lhes convier organizar.

Assim que, dada a triplicidade das esferas administrativas, em nossa organização política, cada uma das quais competente para a realização direta de pesquizas estatísticas dentro dos respectivos limites territoriais, depara-se-nos a possibilidade de se duplicarem, e até triplicarem, os trabalhos de coleta e elaboração daquelas estatísticas que não couberem privativamente a órgãos especiais da administração pública, donde os perniciosos consectários de desperdícios de esforços e de recursos, a par da divergência inevitavel na expressão numérica de fatos repetidamente perquiridos, ocorrendo muitas vezes tambem que os órgãos especializados de estatística teem objetivos muitos restritos ou correspondem mal à sua missão, prejudicando, destarte, sensivelmente, a execução do plano de estatística geral assentado.

É, pois, de urgência e de toda necessidade: 1°) que os nossos serviços de estatística geral, distribuidos pelos três graus de hierarquia administrativa que plasmam a organização política brasileira, limitem voluntariamente a autonomia de que à primeira vista deveriam desfrutar, procurando subordinar as respectivas atividades a um **modus vivendi** previamente assentado mediante acordos entre a União e os Estados e entre êstes e os seus municípios, de tal sorte, por um lado, que as pesquizas estatisticas diretas porventura efetuadas pelos municípios satisfaçam aos fins da estatística estadual e a esta dispense a repetição dos inquéritos já realizados e, por outro lado, que as coletas estaduais se revistam daquelas condições que as possam tornar satisfatórias igualmente para os fins da estatística federal; 2°) que as referidas repartições procurem agir junto aos órgãos especializados de estatística, existentes nas respectivas esferas de ação, de maneira que a atividade dêsses órgãos se adapte da melhor forma aos fins da estatística brasileira.

Neste pressuposto, oferecem-se ao voto da Primeira Conferência Nacional de Estatística as seguintes conclusões, que visam a realização do aludido **desideratum:**

I — A Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, naqueles Estados que já possuirem serviços de estatística geral, confiará aos referidos serviços a realização dos seus inquéritos diretos,

evitando-se, assim, simultaneidade de pesquizas sôbre os mesmos fatos por parte da União e dos Estados.

II — A elaboração dos dados assim coligidos para fins comuns tambem deve ser objeto de entendimento entre o órgão estatístico federal e os estaduais, no sentido de evitar-se qualquer discrepância nos seus resultados finais, mas isto, obviamente, assegurando-se a presteza dos trabalhos de apuração e a possibilidade do seu imediato aproveitamento pela repartição que deles se abstiver.

III — Entendimentos semelhantes aos indicados nas duas primeiras conclusões convem que sejam realizados entre as repartições estaduais de estatística e as administrações municipais compreendidas nas respectivas jurisdições, que já possuirem serviços próprios de estatística.

IV — São igualmente recomendaveis entendimentos e até a própria colaboração direta dos serviços de estatísticas geral com os departamentos incumbidos de estatísticas especializadas, a fito de imprimir a êstes trabalhos a técnica e o desenvolvimento que os tornem perfeitamente adequados aos fins da estatística geral do País.

II — Integração do aparelhamento estatístico brasileiro na esfera administrativa estadual

O grau médio de cultura e de educação cívica das nossas populações não tem permitido — nem o permitiriam tão cedo — satisfatório êxito à generalidade dos inquéritos que a Diretoria Geral de Estatística, tenaz e infatigavelmente, costuma lançar cada ano pelo único processo até agora à sua disposição — o da correspondência postal e telegráfica. Mas, ainda que se conseguisse remover tal contingência, e como aos Estados interessam igualmente os dados estatísticos que a administração federal tem necessidade de coligir, seria de todo em todo desaconselhavel que se mantivessem paralelas as pesquizas da União e as dos Estados, estas diretas e aquelas indiretas, por isso que essa situação, sôbre fatigar os informantes, traria a perniciosa e desmoralizadora consequência de um sacrifício inútil de esforços e recursos para se chegar afinal, forçosamente, a duas séries divergentes de dados estatísticos sôbre os mesmos aspectos da vida nacional.

É, óbvio, pois, que a evolução normal da estatística brasileira se terá de processar sob a diretriz fundamental da cooperação dos Estados, pelos seus "serviços de estatística geral", com a Diretoria Geral de Estatística, relativamente à qual devem aqueles agir como verdadeiras delegacias suas, para os fins de investigação e coleta, que executarão diretamente, por meio de Agentes de Estatística que percorram anualmente os municípios.

Seria, entretanto, deveras de lamentar que, já possibilitado francamente do acôrdo nesse sentido, do Govêrno Federal com as principais unidades da Federação, não pudesse tão cedo a estatística federal revestir-se na totalidade da sua compreensão geográfica, das vantagens de rapidez, exatidão e integralidade que semelhante orientação lhe asseguraria, uma vez convenientemente generalizada a todo o âmbito da nacionalidade.

Parece, assim, que tudo está a indicar a necessidade urgente de cuidarem da organização dos seus serviços de estatística geral aqueles Estados que ainda os não possuem. E para a imediata eficiência dêsses serviços, com a consecução pronta dos objetivos expostos, alvitram-se as seguintes conclusões, que se submetem aqui ao voto da 1ª. Conferência Nacional de Estatística.

I — É da maior conveniência que os Estados que ainda não possuem serviços de estatística geral procurem quanto antes institui-los, mas mediante acôrdo prévio com a Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, afim de que surjam aqueles serviços logo revestidos das condições de eficiência necessárias e de maneira a atenderem simultaneamente aos fins estatísticos tanto da União como dos respectivos Estados.

II — Para que melhor se possa atingir o objetivo em vista, convirá que êsses serviços fiquem provisoriamente numa fase preliminar de experimentação e adaptação, a cargo de simples "comissões", que só oportunamente se submetam a regulamentos definitivos constituindo repartições permanentes, bem assim que as pessoas designadas para dirigir êsses serviços tenham tirocínio estatístico e prática de administração, ou sejam mesmo, e de preferência, técnicos cedidos pela Diretoria Geral de Estatística ou por alguma das repartições estaduais de estatística geral já em funcionamento.

III — Medida de necessidade será tambem que as demais pessoas chamadas a prestar serviços nesses novos departamentos sejam escolhidas entre os funcionários mais ativos, inteligentes e experimentados, das demais repartições estaduais, os quais, pelos seus conhecimentos profissionais e pelas suas relações nos meios oficiais, possam assim prestar útil concurso, pondo logo em proveitosa contribuição tudo quanto o aparelhamento administrativo existente já possa fornecer à elaboração das vàrias estatísticas.

IV — Complemento indispensavel ao plano exposto será, finalmente, a instituição, em cada Estado, de um corpo de Agentes contratados, de exercício temporário e de livre escolha do chefe do serviço de estatística, com cujo auxílio se possa fazer de início, de maneira direta e em limitado prazo, a coleta estatística anual dos dados referentes à vida municipal.

III — Condições de êxito dos nossos inquéritos estatísticos

Por tê-la feito objeto de outra indicação, não me referirei aquí à harmonização das atividades dos órgãos de estatistica geral da União, dos Estados e dos municípios, que, evitando interferências de atividades diversas na coleta estatística, uniformizando-lhe os planos e os resultados, constitue-lhe tambem, evidentemente, fundamental condição de êxito.

Vamos aludir especialmente, nesta indicação, à maneira de formular o inquérito e ao modo de coleta dos dados que forem objeto dos inquéritos assentados, pretendendo com esta exposição proporcionar à Conferência o ensejo de se pronunciar sôbre duas conclusões a que fui levado por demorada experiência na direção do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais.

Quanto à maneira de formular os inquéritos, isto é, quanto ao seu objeto, um exame superficial do assunto nos inclina logo à adoção dos esquemas aprovados pelos congressos e institutos internacionais de estatística, ou aos que propõem, depois de percuciente análise, os tratadistas da especialidade, como cientificamente mais próprios à investigação dos fenômenos em estudo. E isto porque parece lógico que a estatística nacional deva logo proporcionar os elementos necessários aos cotejos da situação do País com a dos demais povos cultos, ou aos estudos de ordem científica que objetivarem o corpo social brasileiro.

Pois sem dúvida, êste deve ser, de fato, o objetivo "final" dos nossos serviços estatísticos. Mas a reflexão nos deve levar a reconhecer

tambem que temos de percorrer primeiro as etapas de um processo evolutivo mais ou menos longo, diferenciado em duas ordens de adaptações progressivas — uma atinente ao aperfeiçoamento técnico do nosso aparêlho de finalidade estatística, outra concernindo ao aperfeiçoamento do nosso ambiente social, tanto subjetiva como objetivamente considerado, às perquirições de natureza estatística

São considerações óbvias, mas que podem ser apoiadas vantajosamente por algumas esplanações mais.

Pelo que toca à aptidão do nosso aparelhamento estatístico para enfrentar todo o vastíssimo campo que se abre à sua atividade, procurando fazer de logo obra tão perfeita quanto a que já podem conseguir os paises de adiantada cultura e vastos recursos, impõem-se à evidência fortes restrições, já no ponto de vista dos seus elementos materiais, já mesmo no que se refere ao quadro dos técnicos disponiveis para isto, pois se ainda não são em número suficiente os que temos, para os cargos de direção, faltam-nos de todo os que pudessem arcar com as responsabilidades de elaboração e de análise de resultados, se todas as nossas estatísticas devessem tomar o desenvolvimento exigido pelos dois altos padrões que se lhes oferecem.

E quanto às condições do meio social, são elas sabidamente desfavoraveis, talvez mesmo das mais desfavoraveis possiveis, pois, se a ignorância, os preconceitos, a indisciplina social, o desinterêsse pelas coisas da administração, e até a má fé, são características mais ou menos frequentes dos informantes a que recorrem os serviços estatísticos, o que torna a tarefa dificílima e de grande delicadeza entre nós o "pedir" informações estatísticas, por outro lado ocorre o rudimentarismo da nossa organização social e econômica, implicando quase sempre a inexistência de boa ordem nos registos públicos e particulares a que se tem de recorrer, quando não a inexistência dos próprios registos que se supõem mais encontradiços, como sejam os de contabilidade nas administrações municipais e os dos respectivos movimentos nos estabelecimentos de ensino e de assistência, para não falar de muitos outros casos, talvez ainda mais graves.

Que concluir então dêsse estado de coisas ? Cremos que simplesmente isto: o plano das indagações a cargo direto das nossas repartições de estatística tem de atravessar uma fase de grande simplicidade, de marcado rudimentarismo, sob pena de não obter o desejável êxito à generalidade dos trabalhos empreendidos, o que vale dizer, sob pena de não atingir os seus elevados fins a função estatística da administração brasileira.

E como as condições negativas são mais acentuadas do lado do ambiente social, êste é que nos deverá fornecer a bitola dos inquéritos que houvermos de formular. Donde a necessidade dos instrumentos de coleta dotarem um aspecto de grande simplicidade, que não afugente a atenção e a bôa vontade do informante, e só conterem quesitos que, sôbre não despertarem desconfianças, possam ser respondidos mau grado a maior deficiência presumivel nas fontes que se tiverem em vista, quando mais não seja por criteriosa estimativa calcada nos elementos porventura encontrados.

Nem se diga que dêsse critério adviria a esterilidade do nosso aparelhamento estatístico, por um longo lapso de tempo. Longe disso. A esterilidade resultará, muito antes, da adoção do critério oposto, acumulando fracassos sôbre fracassos, veiculando às vezes dados de pura fantasia mesmo quando o informante tem boa vontade e gerando em toda a parte a convicção de que a estatística é uma inutilidade dispendiosa e enfadonha, de cuja repulsa não advem para nin-

guem prejuizo algum. Ao contrário: de um bem compreendido rudimentarismo naqueles inquéritos que evidentemente não comportarem ainda o desejavel desenvolvimento, nunca resultará esterilidade, pois tantos e tão interessantes são os aspectos da vida nacional sôbre os quais não conseguimos ainda informação alguma com a requerida feição de generalidade, que os inquéritos, ainda os mais simples, sôbre todos êles, tendo nesta mesma simplicidade a segurança do seu êxito, fornecerão por seguro um acervo preciosíssimo de informações estatísticas, ocorrendo então que a oportuna e ampla divulgação dêsses dados virá contribuir, pela mais eficiente das propagandas, para que se atenue a refratariedade do meio e se torne possivel, de passo em passo, a ampliação dos sistemas de quesitos.

Passando agora a considerar o modo de obtenção dos dados, ocorre logo ressaltar a falência do uso da correspondência postal e telegráfica. A proporção quase sempre irrisória das respostas conseguidas por qualquer inquérito estatistico feito por correspondência, o que obriga a repetidíssimas reiterações do pedido, mas com resultado quase nulo; a falta de controle para os dados obtidos por êsse processo, permitida assim uma geral deturpação dos fatos pela mentalidade estreita e prevenida dos informantes; a carência dos critérios uniformes na interpretação dos quesitos por parte de informantes do mais variado grau de cultura; a demora, finalmente, com que se conseguirão alguns resultados aproveitaveis, mesmo dos inquéritos mais favorecidos pelas circunstâncias, totalmente impossibilitada, assim, por tal processo, a divulgação regular e oportuna dos conjuntos tabulares que devem firmar os Anuários Estatísticos; tudo, enfim, nos leva a procurar um outro meio de realizar as coletas estatísticas, que não seja a expedição de circulares postais e telegráficas. E êste meio — tenho disto arraigada convicção — consiste na utilização de Agentes de Estatística escolhidos com rigoroso critério quanto à capacidade e á idoneidade, os quais, por uma atuação direta junto aos informantes, vençam pela persuasão a relutância que oferecem êstes às indagações estatísticas, lhes vão melhorando os registos por meio de conselhos úteis, discutam com êles a veracidade das informações, numa palavra, obtenham satisfatoriamente os informes requeridos e preparem progressivamente o terreno para o êxito futuro de perquirições mais meticulosas.

Cumpre, porém, é claro, que a composição dêsse corpo de Agentes obedeça a uma sã orientação, de sorte que não atinja a eiva de uma burocracia perniciosa, nem a influência ainda mais perniciosa da "política alimentária", o que ao meu vêr, se conseguirá facilmente dando a essas funções o caracter de temporárias — donde o tornar-se o quadro de Agentes *renovavel* cada ano — e deixando-se a livre escolha daqueles serventuários aos diretores ou chefes imediatamente responsaveis pelo êxito dos inquéritos.

Feitas estas considerações, julgo poder submeter à aprovação da 1ª Conferência Nacional de Estatística as conclusões que se seguem:

I — Salvo o caso de alguns poucos inquéritos realizados junto a categorias de informantes de elevada cultura intelectual e cívica, deve ser regra, nas indagações diretas que costumam efetuar os serviços de estatística geral, a simplicidade necessária para que os formulários possam ser completa e facilmente respondidos pela *totalidade* dos informantes a que tiverem de ser distribuidos, ainda que assim não sejam por ora adotados nas estatísticas brasileiras, em sua integridade, os planos propostos pelas associações e congressos internacionais de estatística, ou adotados pelos paises de maior cultura, ou deduzidos cientificamente pelos tratadistas.

II — As condições peculiares ao meio brasileiro, como já o demonstrou uma larga experiência, condenam, a não ser em casos muito especiais, a utilização da correspondência postal ou telegráfica como processo normal de coleta estatística, ao mesmo tempo que indicam imperativamente sejam os inquéritos realizados mediante um trabalho pessoal de indagação por meio de Agentes de Estatística.

III — Os Agentes de Estatística poderão ser designados para servir apenas nos seus municípios de residência ou então em grupos de municípios, sendo aconselhavel, assim, que êles se distribuam por duas categorias — Agentes Municipais e Agentes Itinerantes, — mas isto na conformidade do que a experiência dos serviços sugerir à direção das repartições de estatística.

IV — É de toda conveniência que os Agentes de Estatística sejam contratados: os *municipais* mediante remuneração global, e não devendo o prazo para a entrega do serviço a seu cargo exceder de 30 a 90 dias, conforme a importância dos respectivos municípios; e se *itinerantes*, mediante ordenado mensal e diária corrida — aquele devendo ficar retido no todo ou em parte como garantia do exato desempenho da comissão — pelo prazo necessário à coleta estatística *no ano*, isto é, por três a seis meses.

V — Com a continuação dos serviços de coleta efetuados por meio de Agentes convirá que, quanto possivel, sejam aproveitadas as pessoas que no exercício dessa comissão já houverem revelado acentuada aptidão.

VI — Convindo, ao critério dos chefes ou diretores das repartições de estatística, conservar a permanente colaboração de alguns Agentes Itinerantes por haverem êles revelado excepcionais predicados, poderão tais Agentes ser aproveitados, no período entre as coletas anuais, em serviços internos de apuração, mas sem prejuizo do critério geral aconselhado acima para essa categoria de funcionários, evitada, por êste modo, com maior cuidado a burocratização de tais cargos.

IV — Educação estatística da comunhão brasileira

Óbice dos maiores ao êxito das atividades dos nossos aparelhos estatísticos constitue, sem dúvida, o baixo grau de cultura de grande parte dos informantes (autoridades, funcionários e particulares) a que é mestér recorrer.

Daí, decorre, com efeito, toda uma série de fatores negativos a dificultar o êxito de qualquer inquérito estatístico.

É, em primeiro logar, a incompreensão dos formulários, mesmo quando referentes à matéria muito rudimentar, e não obstante a simplicidade e a clareza dos quesitos apresentados.

Vem, depois, o desconhecimento dos deveres de cortezia e de solidariedade para com a administração pública; o que coexiste quase sempre com o medo de vexames em matéria tributária, de fiscalização sanitária, de serviço militar, etc., quando não ainda com a mal entendida vaidade de indisciplina social e resistência ao poder público.

Ocorre, ainda, a ignorância sôbre o alcance teórico ou prático das pesquizas estatísticas, fazendo com que se considerem, esforços e sacrifícios inúteis os que se empregarem para atender às solicitações dos Serviços de Estatística.

Urge, portanto, que contornemos tamanha dificuldade. A instrução e a educação gerais fogem, é verdade, a influência dos órgãos estatísticos. Mas uma instrução e uma educação estatísticas, ficam

sempre ao alcance deles, e veem sendo de fato promovidas, já pela atuação pessoal dos seus agentes ou através da sua correspondência, já pela divulgação dos trabalhos estatísticos.

Êsse esfôrço, entretanto, tem sido insuficiente na parte relativa à *divulgação*, cumprindo dar-lhe quanto antes intensidade adequada à magnitude da obra a realizar.

As nossas publicações de estatística geral — entre as quais primam os Anuários, — além de não poderem ser, pelo seu custo, distribuidas quanto fôra de desejar, oferecem o inconveniente de, em virtude do seu tomo, do seu feitio tabular ou da sua técnica, não despertarem o interêsse siquer dos poucos informantes que as recebem, muitos dos quais nem mesmo saberão procurar nelas a matéria do seu mais próximo interêsse.

Conclusão disso: é outro o trabalho de vulgarização de que havemos mestér.

Cumpre, sim, em primeiro lugar, que todos os informantes já solicitados ou meramente possiveis se vejam repetidamente distinguidos com a delicada oferta de publicações estatisticas que, pela sua feição especializada ou pelo seu interêsse geral, estejam bem ao alcance da mentalidade deles, de forma que se habituem os nossos correspondentes a constatar a finalidade útil das pesquizas estatísticas em que houverem colaborado.

E como muitas vezes — ou quase sempre — os leitores dos dados estatísticos não sabem interpreta-los, cumpre tambem que, com a maior frequência possivel e grande variedade de assuntos tenham os nossos informantes o imprevisto ensejo de ler apreciações claras e sugestivas dos resultados gerais das estatísticas realizadas.

Tomando tudo isso em aprêço, proponho que a 1ª. Conferência Brasileira de Estatística alvitre as seguintes medidas a serem postas em prática pelas repartições de estatística, tanto da União como dos Estados:

I — O preparo e a distribuição, em grandes edições, de opúsculos, cartões postais, folhas volantes, gráficos, etc., contendo em forma sugestiva os principais resultados de estatísticas especiais, ou conjuntos de dados gerais sôbre o Brasil ou sôbre qualquer parte dele (região, Estado, zona ou município).

II — A remessa frequente (si possivel semanal) de comunicados à imprensa dando notícias impressivas sôbre o alcance, o plano e os resultados (considerados êstes em si ou em comparações adequadas) dos vários empreendimentos estatísticos que se forem realizando.

V — Unidade fundamental no plano dos Anuários Estatísticos da União e dos Estados

Em se compulsando os Anuários Estatísticos já aparecidos no Brasil, é de observação imediata a radical discrepância entre os respectivos planos, como tambem, por vezes, a falta de um nexo lógico a presidir o arranjo entre as várias partes dessas coletâneas.

Ora, é esta uma circunstância tanto mais chocante quanto, em matéria de estatística, a sistematização lógica ocupa, lugar fundamental e é muito de se ter em conta que, contendo tais Anuários a representação, através de esquemas e números, da vida das coletividades cuja federação forma a Pátria Brasileira. necessária — ou pelo menos muito útil — lhes seria uma certa uniformidade na disposição básica dos assuntos, de tal sorte que constituissem êsses repositórios sínteses tanto quanto possivel paralelas nos seus desdobramentos e, assim facil-

mente ajustaveis aos cotejos inter-estaduais e às totalizações sôbre cada categoria de assuntos.

Fôrça é reconhecer, entretanto, tão desigual ainda se apresenta o que já se faz nos Estados em matéria de estatística geral, e condições sociais e administrativas tão diversificadas se observam de região para região do País, que não seria possivel, sob pena de retardar prejudicialmente o desenvolvimento da estatística onde o ambiente lhe é mais favoravel impor desde já uma absoluta uniformidade de contextura aos Anuários que já se publicam, e nem mesmo uma idêntica seriação tabular.

Mas, por isso mesmo que ainda estamos longe de conseguir o alvo final neste particular — e que é precisamente esta perfeita uniformidade — mais nos devemos esforçar por progredir no sentido dele, não nos descuidando daquelas iniciativas que nos vão aproximando aos poucos do ideal visado. E é assim que se nos afigura acentuadamente recomendavel adotarem desde já as várias repartições de estatística geral, para os seus Anuários, o mesmo esquema fundamental, e êste escolhido tanto com os necessários requisitos lógicos, quanto tambem com a capacidade de compreensão e de desdobramento necessária para comportar, sem modificações, quaisquer desenvolvimentos que a estatística nacional ou as estatísticas estaduais de futuro ainda possam tomar.

Êsse esquema, vêmo-lo superiormente estabelecido e justificado na obra magistral do maior dos estatísticos brasileiros desaparecidos, Oziel Bordeaux Rêgo, no seu monumental "Parecer" — verdadeiro *vade-mecum* dos nossos técnicos estatísticos — "sôbre as modificações a fazer no plano dos serviços e no quadro do pessoal da Diretoria Geral de Estatística".

Aí vemos, com efeito, através de uma análise minuciosa e percuciente, francamente preconizada a classificação de Angelo Messedaglia, aliás já preferida pela prestigiosa autoridade de Filippo Virgilii.

Essa classificação, no dizer arguto de Oziel Bordeaux Rêgo, é superior as demais por êle expostas e justificadas — dentre as muitas em curso, — por isso que todas elas "se ressentem do defeito de serem demasiadamente abstratas para o fim, que ora nos preocupa, e que outro não é (qual o nosso objetivo tambem, acrescentamos) senão o de repartir, de modo, quanto possivel, sistemático, *mas, sobretudo, prático,* o campo da estatística expositiva" (op. cit., pg. 57).

Segundo essa classificação, teriam os nossos Anuários as seguintes partes, que referimos com a caracterização literal que encontramos em Filippo Virgilii:

1º — *Território* ou *topografia*, compreendido o clima;

2º — *População* ou *demografia,* seu estado e movimento; vida física e sanitária;

3º — *Vida econômica:* agricultura, indústria, comércio, vias e meios de comunicação, etc.;

4º — *Vida intelectual* instrução pública em todos os graus, imprensa, bibliotecas, etc.;

5º — *Vida moral:* criminalidade, prostituição, etc.;

6º — *Vida política:* estatística judiciária, financeira, militar etc.

Ou, acompanhando as conclusões de Oziel Bordeaux Rêgo com ligeiros acréscimos, (incluindo as estatísticas sôbre a navegação aérea, a propriedade imovel e a prostituição):

1º — Estudo do *território,* compreendendo além da *topografia* (considerada esta de modo restritíssimo — posição, limites e extensão), a *orografia,* a *hidrografia* e a *climatologia.*

2º — Estudo da *população*, compreensivo dos pontos de vista *estático* e *dinâmico*, abrangendo: na primeira parte, o aspecto *absoluto* (recenseamento), o *relativo* (densidade) e o *específico* (composição); na segunda, o aspecto *intrínseco* (nascimentos, casamentos e óbitos), o *extrínseco* (imigração, emigração e migrações internas), e, complementarmente, o *bionômico* e o *biométrico* (mortalidade e sobrevivência, vida média e vida provavel).

3º — Estudo da *vida econômica*, devendo reportar-se sucessivamente à *produção*, à *circulação*, à *distribuição*, e ao *consumo* da riqueza, abrangendo: quanto à *produção*, — a produção mineral, a agrícola (inclusive a silvicultura), a zootécnica e a industrial propriamente dita ou de transformação de matérias primas; quanto à *circulação*, — os meios de transportes (terrestres, marítimos, de navegação interna e aéreos), as vias de comunicação (correios, telégrafos e telefones), as transmissões da propriedade imovel, a moeda metálica e fiduciária, os títulos mobiliários, os bancos e estabelecimentos de crédito, e, finalmente, o comércio (de exportação, de importação, inter-estadual e local); quanto à *distribuição*, — os salários, os interêsses, os rendimentos, os lucros, os impostos e os benefícios; e quanto ao *consumo*, as exigências de ordem fisiológica (alimento, vestuário, habitação, etc.), os serviços de natureza intelectual e moral, e, finalmente, os sinistros e acidentes que desfalcam, de modo improdutivo, a riqueza pública.

4º — Estudo da *vida intelectual*, concernindo ás escolas públicas e particulares (primárias, secundárias, superiores e especais), às bibliotecas, aos museus, às belas-artes, às corporações literárias, artísticas e científicas, e à imprensa.

5º — Estudo da *vida moral*, compreendendo, num primeiro grupo os fenômenos normais, que implicam conquistas de altruismo, a saber, as manifestações culturais ou religiosas, as de assistência pública e particular, as de beneficência e as de previdência, e em segundo logar os fenômenos patológicos, que traduzem triunfos, embora efêmeros, do egoismo, isto é, quanto importe em violação da segurança social, ou melhor, tudo aquilo que fira os fundamentos nos quais repousa a sociedade, matéria essa a constituir objeto da estatística criminal (completada pela policial), da estatistica da prostituição, da estatisti- aos direitos políticos dos cidadãos e ao exercício dêsses direitos.

6º — Estudo da *vida política*, abrangente, por um lado, de tudo quanto concerne às finanças públicas, à administração do Estado e à justiça civil e comercial, e por outro lado, das estatísticas atinentes aos direitos politicos dos cidadãos e ao exercício dêsses direitos.

Tudo isto bem ponderado; considerando ainda o fim especial que se tem aqui em vista, e que exige perfeita uniformidade e a máxima simplicidade nas expressões a adotar; observando-se tambem que a estatística da *vida intelectual* é por alguns autores incluida na da *vida moral*, o que torna assim preferível fundir êsses dois grupos, mas sob o título mais expressivo de estatística da *vida social*, (aspectos intelectual e moral); e atendendo, finalmente a que o grupo das estatísticas políticas abrange de fato uma parte de feição administrativa e outra de natureza *política* propriamente dita, o que aconselha a adoção de um título mais explicito; — proponho que a Primeira Conferência Nacional de Estatística adote as seguintes conclusões entre as que resumirem os seus trabalhos:

I — Afim de encaminhar desde já a uniformização dos Anuários de estatística geral que se publicarem no Brasil, atinentes ao País em conjunto ou a quaisquer das suas unidades políticas, será de vanta-

gem que êsses Anuários adotem quanto às suas partes gerais, idêntica divisão.

II — Segundo a classificação mais apropriada aos trabalhos de estatística expositiva, na conformidade da autorizada opinião de Oziel Bordeaux Rêgo, sugere a Conferência a seguinte titulação para as secções fundamentais, ou grupos gerais de quadros, de que se compuserem os nossos Anuários Estatísticos: I. *situação física;* II. *situação demográfica;* III. *situação econômica;* IV. *situação social;* V. *situação administrativa e política.*

VI — Estatística Municipal nas capitais dos Estados

Sendo as capitais das unidades federativas brasileiras, não só os mais importantes centros políticos do País, senão tambem os seus maiores empórios e as metrópoles da nossa cultura, claro é que os respectivos levantamentos estatísticos constituem parte precípua da estatística nacional. E por isso mesmo cumpre que êsses levantamentos sejam tão perfeitos quanto possivel, ao mesmo tempo que harmônicos com os serviços de estatística geral dos respectivos Estados, e suficientemente uniformes entre si, afim de se prestarem a enquadramentos gerais demonstrativos, em golpes de vista sintéticos, da situação daqueles núcleos, considerados em conjunto.

Põe-se assim de manifesto que, neste particular, dois importantes objetivos se deparam aos governantes e técnicos a quem cabe o propulsionamento da estatística brasileira, a saber, a criação imediata de bons serviços de estatística nas capitais dos Estados, e a coordenação deles entre si e com os serviços da mesma natureza de carater estadual e nacional.

Ora, por um lado, se tais e tantas são as dificuldades com que lutam a União e os Estados para organizar as estatísticas gerais do País, é bem de ver que serviços de carater municipal, entregues a si próprios, muito dificilmente satisfariam aos requisitos apontados. E, por outro lado, não é menos evidente que, com o carater de minúcia que devem ter as estatísticas de feição estritamente municipal, constituiria a elaboração delas um encargo excessivamente oneroso, tanto financeira como tecnicamente falando, para que se pudesse atribui-lo exclusivamente aos órgãos estatísticos estaduais.

Importa, portanto, que se encontre uma solução adequada, que simultaneamente atinja os fins em vista e contorne as dificuldades apontadas.

O problema já foi focalizado em Minas Gerais, e parece que a solução encontrada satisfaz plenamente, merecendo generalizar-se Consistiu ela em ficar o serviço de estatística municipal a cargo da repartição estadual de estatística que lhes imprimiu o desejavel cunho, conjugando-o ao mesmo tempo apropriadamente às suas demais atividades mas correndo o respectivo onus financeiro por conta da Municipalidade da Capital, mineira, que para isso consigna a necessária verba em seu orçamento. E êste *modus vivendi* entre o Estado e o município de Belo Horizonte resultou de um acôrdo estabelecido em virtude de autorização legislativa especial por parte da Prefeitura municipal e de autorização regulamentar genérica por parte da Diretoria Estadual de Estatística, ficando nesse acôrdo estatuidas pormenorizadamente as obrigações recíprocas das partes contratantes.

Mereça, pois, essa iniciativa ser imitada nos demais Estados, que obteremos depressa e com perfeita eficiência ótimos serviços municipais de estatística com relação ás nossas vinte metrópoles estaduais,

e, o que é mais, ficando-nos assegurada com relativa facilidade, sob a ação coordenadora da repartição federal de estatística geral, a uniformização que dará áqueles serviços marcado relêvo e dobrado valor através das tabelas comparativas em que será então possivel enquadra-los.

Que a 1ª Conferência Nacional de Estatística, portanto, verifique se lhe merecem aprovação as seguintes conclusões:

I — Será de grande alcance para a estatística brasileira, ao mesmo tempo que para o progresso dos Estados e das suas metrópoles, a criação imediata, em todos êles, de completos serviços de estatística municipal relativos ás respectivas Capitais.

II — A organização dêsses serviços deve ser objeto de acôrdo entre os Govêrnos Municipais interessados e as repartições estaduais de estatística, de maneira que, bem estabelecidas as obrigações recíprocas, caiba ás Municipalidades contratantes o onus financeiro, e às repartições de estatística, o encargo da elaboração e publicação de todas as estatísticas que os referidos serviços devem compreender.

III — Cumpre, porem, que as repartições estaduais de estatística, sob a ação coordenadora da Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, uniformizem os planos dos serviços em aprêço, bem assim que a referida Diretoria Geral tome a si a tarefa de resumilos em quadros de conjunto e de dar a êstes adequada publicidade, com os confrontos e comentários que se fizerem necessários.

*

VII — Contribuição dos Serviços de Estatística em matéria de cartografia geográfica

A não ser em S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal, salvo êrro, em nenhuma outra unidade da Federação se tem executado até agora trabalho sistemático e de rigoroso cunho científico com relação ao levantamento cartográfico do território nacional. Vemos, sim, aqui e ali, ora contribuições parciais, de significação variavel, umas de cunho oficial, outras não, ora sínteses provisórias, em mapas gerais, dos elementos aproveitaveis que aos poucos se vão acumulando graças à marcha mesma da nossa civilização — levantamentos para abertura de estradas, plantas para divisão de latifúndios, novas coordenadas geográficas bem determinadas, explorações científicas em regiões mal conhecidas, etc.

Mas, a julgar pela lentidão com que em regra caminham os próprios serviços geográficos regularmente organizados nalguns Estados, é bem de prever-se que tão cedo, se mantido o atual estado de cousas, não contará o País com a representação gráfica, suficientemente exata, dos seus oito e meio milhões de quilômetros quadrados E nem se precisa salientar de quanto com isto perdem de intensidade e de segura orientação os esforços que em todos sentidos faz a nacionalidade em pról do seu progresso...

Ora, aos serviços de estatística essa lamentavel situação se torna particularmente desfavoravel, pois — é noção rudimentar — todos os resultados de suas investigações nem só no "tempo" se devem situar, se não tambem no "espaço", isto é, no "lugar" ou em função do "âmbito territorial", e tal objetivo só muito imperfeitamente se poderá conseguir sem que existam ao menos boas cartas geográficas e corográficas, de que constem a representação física e política do território e os contornos — graças aos quais somente se poderá obter o essencial elemento "área" — das circunscrições territoriais que constituem o suporte, por assim dizer, da nossa vida econômica, social, administrativa e política.

Nesta contingência, é imperativa a conclusão de que a estatística brasileira carece de interessar-se quanto possa, por atuação direta, ou indireta, pelo impulsionamento dos trabalhos de cartografia geográfica. E como a natureza e as condições da sua própria atuação facilitam um bom esfôrço de propaganda com o objetivo indicado, uma útil pesquiza de elementos aproveitaveis e, ainda, pelas secções de cartografia de que já dispõem, uma vantajosa colaboração nos tentames de organização de mapas municipais e estaduais, ainda que em sínteses provisórias sujeitas a progressivos aperfeiçoamentos, — assim sendo, haverá talvez oportunidade em que a Primeira Conferência Nacional de Estatística nesse sentido indique, com a sua alta autoridade, as diretrizes que convergentemente devam adotar os órgãos de estatística geral de que já dispõe o País nas esferas administrativas da União e dos Estados.

Proponho, assim, que a Conferência se pronuncie sôbre o seguinte projeto de conclusões:

I — Dada a inestimavel importância que para o progresso do País tem o levantamento rigoroso do território pátrio, e considerando, em particular, os subsídios fundamentais e insubstituiveis que dêsse tentame devem resultar para a estatística nacional, a 1ª Conferência Nacional de Estatística concita o Govêrno Federal e as administrações estaduais e municipais a vo verem vistas atentas para o assunto e a organizarem ou desenvolverem, conforme o caso, os respectivos serviços de cartografia geográfica com relação aos âmbitos territoriais sob a jurisdição de cada qual, de tal sorte que pe'a atuação convergente dos ditos serviços se possa conhecer a breve prazo, com as necessárias minúcias e a indispensavel exatidão, a caracterização física do território nacional e a fixação nele dos elementos da nossa geografia política.

II — A Conferência recomenda ainda, e com particular instância, que as repartições de estatística geral já existentes e as que vierem a existir, procurem colaborar eficientemente nesta obra deveras nacional e que tão de perto as interessa, pela tríplice atuação ao seu alcance a saber: 1.º propaganda junto aos Governos de que dependerem ou com que tiverem contrato, no sentido a que alude a conclusão precedente; 2.º realização de pesquizas que levem ao melhor conhecimento dos territórios em que exercitarem sua atividade; 3.º organização, pelas suas secções de cartografia, com os elementos gráficos e informativos que forem recolhendo, e na medida da sua competência jurisdicional, de esboços, progressivamente aperfeiçoados, de mapas físicos e políticos dos municípios e dos Estados.

III — A Conferência alvitra, tambem, que as repartições de estatística dos Estados facilitem o concurso das municipalidades para o levantamento dos mapas municipais, de sorte que caiba aquelas não só o primeiro esbôço dos ditos mapas com os dados **exatos** — ainda que poucos — que consigam coligir sôbre cada município (coordenadas geográficas, caminhamentos para fins diversos, plantas de latifúndios depositadas em cartórios, altitudes já medidas, etc.), mas ainda a coordenação final dos elementos, o desenho artístico dos mapas e a impressão deles, e fique aos municípios apenas o encargo de mandarem efetuar por um ou alguns topógrafos os caminhamentos que completem com suficiente minúcia o esbôço que lhes fôr fornecido, de modo a ficarem bem representados e localizados no dito esbôço tanto os rios, serras, povoados, estradas, etc. do território municipal, quanto, principalmente, os limites e confrontações dêste das suas divisões distritais.

IV — A Conferência sugere, finalmente, que, afim de impulsionar, coordenar e centralizar êsses esforços das nossas repartições regionais e locais de estatística, o Govêrno Federal mantenha e amplie os serviços cartográficos de caracter geográfico, corográfico e cadastral que a Diretoria Geral de Estatística tem com reconhecido sucesso organizado para fins censitários, vindo a competir assim a êsse importante departamento de administração federal a divulgação, em edições sucessivas e progressivamente melhoradas, da carta geral do Brasil, em a qual se sintetizem todas as contribuições novas trazidas à cartografia brasileira pelo trabalho das explorações científicas, das Comissões geográficas do Exército Nacional e dos Estados, e das repartições outras que efetuarem levantamentos topográficos, bem assim pela especial colaboração dos serviços estatísticos dos municípios, dos Estados e da própria União.

VIII — Escritórios de informações e Delegacias de Estatística dos Estados na Capital da República

Tanto para atender à sua função principal, atinente à elaboração da estatística geral, como ainda para fazer face às exigências sempre crescentes do serviço de **informações** que as repartições estaduais de estatística, por fôrça da natureza mesma do seu papel, estão sendo obrigadas a assumir, está se tornando de necessidade inadiavel serem elas dotadas de agências suas na Capital da República.

Essas agências — que seriam verdadeiros consulados dos Estados no maior centro social, político e econômico do País — parecem naturalmente destinadas (como já o prova a experiência de alguns Estados) a uma dupla atuação, a saber: por um lado, como instrumentos de coleta dos inúmeros informes estatísticos de que os Estados carecem e que só podem ser obtidos na Capital Federal, ao mesmo tempo que como intermediários úteis ás intensas relações que as repartições estaduais de estatística manteem hoje com diversas repartições federais (Diretoria Geral de Estatística, Diretoria de Estatística Comercial, Serviço de Informações, Serviço de Fomento Agrícola, Instituto de Expansão Econômica, Serviços Econômicos e Comerciais do Ministério do Exterior, etc., etc.,); por outro lado, como centros de propaganda dos Estados e, principalmente, de informações avulsas úteis ao desenvolvimento da vida econômica e comercial do País, isto é, prestadas com relação aos respectivos Estados a pessoas, empresas e instituições quaisquer, ou a pessoas, empresas e instituições que neles exerçam sua atividade, relativamente a elementos quaisquer de orientação dos negócios.

Atendendo, por conseguinte, a êsses fatos, submeto à apreciação da 1.ª Conferência Nacional de Estatística as seguintes conclusões:

I — A Conferência reconhece como de grande conveniência que todos os Estados organizem quanto antes e mantenham na Capital Federal agências das suas repartições de estatística, destinadas tais agências a constituir simultaneamente **delegacias de estatística e escritórios de informações** para desenvolvimento da propaganda comercial de cada qual e intensificação das atividades e relações de que depende o progresso do País, tanto em matéria econômica quanto no terreno social.

II — A Conferência recomenda igualmente que a Delegacia de Estatística e Escritório de Informações de cada Estado mantenha em sua sede, como complemento natural da sua atividade, o seguinte:

1° — Uma biblioteca completa, franqueada ao público, sôbre legislação, administração, estatística, geografia, etc., relativa ao Estado;

2º — Uma exposição permanente, igualmente aberta ao público, de amostras dos produtos extrativos, agrícolas e industriais do Estado, em que se encontrem, tambem, sucintamente formuladas, as principais indicações comercialmente úteis com relação a cada produto;

3º — Uma coleção de conjuntos de fotografias e filmes cinematográficos sôbre belezas e riquezas naturais, aspectos urbanísticos e índices quaisquer de progresso social e econômico, coleção essa destinada á propaganda do Estado, quer mediante empréstimos em benefícios de certames que o Brasil promova ou de que participe, quer por exibição direta a excursionistas estrangeiros, representantes de empresas comerciais e pessoas quaisquer a quem tal exibição possa interessar.

IX — Divisão Territorial — Administrativa e Judiciária

Quer sob o ponto de vista da administração pública em geral, quer pelo que toca à estatística em particular, tem, à evidência, uma importância verdadeiramente capital o parcelamento territorial das nossas unidades federais em municípios e distritos.

Os requisitos intrínsecos (geográficos, econômicos, e políticos), de que se deve revestir a constituição dos quadros das unidades primárias do organismo político nacional, se bem interessem tambem á estatística, constituem matéria cuja consideração é da exclusiva alçada dos poderes de que, em cada Estado, dependem a criação e supressão dos municípios e distritos. Mas os característicos extrínsecos das unidades administrativas afetam muito de perto o campo de atribuições da estatística, vindo a ser da competência desta não somente a respectiva sistematização, mas ainda o intervir por oportunas sugestões para que tais requisitos externos não se ressintam de anomalias e lacunas que impossibilitem os seus próprios fins orgânicos.

Ora, são nimiamente conhecidas as deficiências que neste particular se observem em quase todos — senão em todos — os Estados brasileiros. E para corrigi-las, pois, será perfeitamente cabivel e mesmo oportuna uma adequada atuação das repartições estaduais de estatística.

Isto considerando, proponho que a 1ª. Conferência Nacional de Estatística sugira às repartições de estatística geral dos Estados as seguintes iniciativas:

I — Promover a adoção do critério de considerar-se fundamental a **divisão administrativa**, não só em relação à **divisão judiciária**, mas ainda quanto a quaisquer **outras divisões** adotadas (policial, eleitoral, etc.), de tal modo que todas as demais divisões além da administrativa respeitem a integridade das unidades de que esta se compõe (municípios e distritos), isto é, ou se sobreponham exatamente a ela, ou a reduzam ou desdobrem, mas, de uma forma ou de outra, sem que se reunam numa mesma unidade partes de distritos ou municípios diferentes.

II — Promover igualmente a sistematização das nomenclaturas nas várias divisões territoriais, de modo a evitarem-se as seguintes anomalias, infelizmente ainda muito frequentes: 1.º divergência de designação entre uma circunscrição qualquer (distrito, município, termo, comarca, etc.) e a respectiva sede; 2.º identidade de designação para duas ou mais circunscrições da mesma categoria; 3.º variações frequentes de toponímia nas divisões territoriais.

III — Promover ainda a perfeita caracterização dos limites circunscricionais, evitadas, assim, logicamente, as simples referências a "antigas divisas", de cuja definição não há geralmente vestígio, ou

aos limites das propriedades tais ou tais, pois que êsses limites, além de não possuirem frequentemente caracterização geográfica — simples cêrcas, valos ou rumos que são, tambem não apresentam, por decorrerem de relações jurídicas privadas, a estabilidade requerida para a fixação de âmbitos de jurisdição administrativa.

IV — Organizar, com o auxílio dos dados legislativos existentes e de verificações **in-loco**, a descrição completa e sistemática das linhas divisórias inter-distritais e inter-municipais, mas de forma que os perímetros descritos fiquem precisamente seccionados em correspondência a cada uma das circunscrições limítrofes.

X — Coletâneas de legislação e administração municipal

Uma das fontes mais preciosas para a história e a estatística brasileiras é, sem dúvida, a que constituem os documentos administrativos comunais.

Entretanto, tais documentos teem, por via de regra, entre nós, uma existência das mais precárias. Quase nunca chegam ao conhecimento daqueles a quem mais interessam fora das unidades territoriais a que se referem (governantes, estatísticos, historiadores, sociólogos, etc.), e cedo desaparecem sem deixar vestígios, já pelo esgotamento dos impressos (jornais e folhetos) em que são às vezes publicadas, já pela destruição — aliás muito frequente em consequência de lutas políticas — dos arquivos de que deveriam constar.

É de evidência, assim, que cumpre à nacionalidade resguardar tão precioso acervo de documentos da nossa formação política, pondo-os ao mesmo tempo ao alcance de quantos neles possam encontrar útil material informativo. E nem há negar que o melhor meio para atingirmos êsse objetivo será que cada Estado promova a divulgação regular, em volumes anuais, de uma coletânea, que se poderia intitular "Anuário de Legislação e Administração Municipal", não só dos "relatórios" e "mensagens", mas ainda das "leis", "resoluções" ou "decretos", que consubstanciarem a vida legislativa dos organismos municipais.

Ora, como a nenhum órgão da administração estadual caberia melhor essa incumbência do que à respectiva repartição de estatística, por isso que nisto muito diretamente interessada, — proponho que a Primeira Conferência Nacional de Estatística aconselhe:

I — Que o principal órgão de estatística no seio de cada uma das nossas administrações estaduais fique incumbido de organizar e publicar regularmente o "Anuário de Legislação e Administração Municipal" do respectivo Estado.

II — Que essa iniciativa seja tomada com caráter geral, em todos os Estados da Federação, relativamente ao ano de 1930, e ainda mesmo que os Anuários a serem organizados, por desinterêsse de alguns Governos Municipais ou ainda por falta da necessária ordem na administração de alguns municípios, não possam ter de comêço o caracter de generalidade de que se devem revestir, e isto porque tais óbices só poderão ser removidos pela própria divulgação dessas coletâneas, isto é, pela sanção moral que dela decorrerá para os Governos recalcitrantes ou que mantenham administrações irregulares.

III — Que, na circular solicitando o material com que se deva começar a organização do Anuário, seja tambem dirigido um caloroso apêlo aos Governos Municipais no sentido de virem a conter, de futuro, as Mensagens ou Relatórios dos respectivos chefes, resenhas anuais, bem documentadas, da vida municipal nos seus variados aspectos (eco-

nômicos, sociais, administrativos e políticos), de tal forma que se torne a coletânea projetada de um redobrado valor histórico.

IV — Que, do aludido Anuário, se faça uma larga distribuição, dentro e fora do Estado a que se referir, principalmente áquelas instituições (museus, bibliotecas, institutos de estudos geográficos, históricos, estatísticos, econômicos, jurídicos ou políticos) que tiverem interêsse no assunto, bem assim a cada um dos governos municipais do Estado (e, se possivel, do País), os quais na dita coletânea encontrarão precioso campo de observação, ao mesmo tempo que, pelo cotejo possibilitado, estímulo poderoso a uma atuação administrativa mais cheia de iniciativas, mais enérgica, em melhor ordem, numa palavra, mais útil à coletividade.

XI — Sociedade Brasileira de Estatística — Revista Brasileira de Estatística

É de 1855 a primeira tentativa de organização da Sociedade Brasileira de Estatística, aliás Sociedade Estatística do Brasil. Fracassou é verdade, como se pode ver no "Parecer" do eminente e saudoso estatístico brasileiro, Oziel Bordeaux Rêgo, "sôbre as modificações a fazer no plano dos serviços e no quadro do pessoal da Diretoria Geral de Estatística" (pg. 36). E assim aconteceu, certamente, por não estar bastante amadurecido no País o espírito estatístico, não contando o Brasil, naquela época, sequer com um núcleo de profissionais dêsse belo mas difícil ramo da administração pública.

Mas agora a situação é bem outra. E se a cultura brasileira continua a exigir o aparecimento de um núcleo científico votado ás pesquizas estatísticas de ordem teórica, o ambiente nacional já comporta, sem dúvida alguma, a constituição dêsse núcleo, o qual subsistiria, por seguro, com a eficiência requerida, tal hoje o número de inteligências e atividades voltadas entre nós, com afinco e devoção, para o cultivo prático ou teórico das investigações e elaborações estatísticas.

E melhor ensejo não se poderia deparar ao lançamento vitorioso da idéia de instituir-se nesta Capital a Sociedade Brasileira de Estatística, do que êste em que se reunem pela primeira vez, sob os auspicios da mais alta Repartição estatística do País, tão numerosa assembléia de estudiosos e técnicos de estatística.

Mas há que ponderar tambem, como o reconheceu o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Belo Horizonte, que a essa iniciativa deve ficar intimamente ligada à do aparecimento de um órgão de publicidade dedicado especialmente aos estudos estatísticos e ao propulsionamento das atividades administrativas dedicadas á estatística.

Dispensando maior apologia às iniciativas referidas proponho que a 1.ª Conferência Nacional de Estatística aprove as seguintes deliberações:

I — A Primeira Conferência Nacional de Estatística reconhece a urgente necessidade de ser organizada, na Capital da República, a Sociedade Brasileira de Estatística, destinada a aproximar os estatísticos brasileiros, a estimular e propagar os estudos estatísticos de caracter teórico, e a promover o aperfeiçoamento dos serviços estatísticos de ordem administrativa.

II — Outrossim, contribuindo para a imediata realização dêsse elevado **desideratum**, autoriza a sua Mesa a nomear uma comissão que se encarregue de elaborar um projeto de estatutos para a sociedade em aprêço e de efetuar os convites aos estatísticos brasileiros para discutirem os citados estatutos e organizarem a dita Sociedade.

III — Recomenda ainda que entre os objetivos da Sociedade Brasileira de Estatística se inclua a publicação, mensal ou trimestral, da Revista Brasileira de Estatística.

IV — Apela, finalmente, para a Diretoria Geral de Estatística, no sentido de ser por ela iniciada desde já a publicação da aludida revista, até que possa passar o respectivo encargo à Sociedade que dele normalmente se deva ocupar.

XII — Revisão do Recenseamento de 1920

O Govêrno da República, ao que tem noticiado a imprensa, deliberou não executar êste ano um novo recenseamento, mas apenas a "revisão" do censo de 1920.

Êste assunto é da maior importância para os estatísticos brasileiros, e, pois, mal não será que o consideremos aqui, com a devida atenção, a vêr a que conclusões, respeito a êle, poderá chegar a 1.ª Conferência Nacional de Estatística.

Examinemos, primeiro, qual a amplitude ou compreensão das pesquizas que, para fins da projetada "revisão", devem ser realizadas.

Se a Constituição prescreve a realização dos trabalhos censitários (de **execução** ou **revisão**) sobreposta à atividade normal da Diretoria Geral de Estatística, é porque, evidentemente êles se devem distinguir de modo acentuado dos trabalhos habituais dêste departamento da administração pública. Diuturnamente, o órgão da estatística geral brasileira compila ou elabora a generalidade dos levantamentos estatísticos ao alcance dos seus recursos regulamentares ou orçamentários, inscrevendo-se entre êles pesquizas e estimativas demográficas ou econômicas que já implicam de fato a permanente revisão anual dos dados censitários de maior relêvo. Logo, a "revisão" a que se ha de proceder decenalmente, exigindo gastos e medidas extraordinárias, terá de consistir, suponho, em trabalhos de bem maior envergadura do que os a que de hábito se dedica a Repartição.

E como a "revisão" em si, dos dados censitários, a não consistir afinal em um novo e completo recenseamento, não poderá nunca apresentar os desenvolvidos, minuciosos e exatos resultados de uma coleta direta e individualizada, é lógico que a essa inevitavel deficiência se procure obviar com a execução paralela, aproveitados os recursos extraordinários da revisão propriamente dita, de uma indagação estatística geral sôbre todos os aspectos da vida nacional, (não os de ordem demográfica, agrícola e industrial somente, mas tambem os economicos em geral, os sociais, os administrativos e políticos), indagação essa que, devendo possibilitar um golpe de vista panorâmico sôbre a atualidade brasileira, seria o **complemento** necessário dos dados da revisão, ao mesmo tempo que o **suplemento** adequado — mais do que isso, indispensavel — para a generalidade das estatísticas que temos tentado levantar e que, por força das circunstâncias, têm tido êxito demorado, defeituoso ou parcial. E daí ainda a possibilidade, para que se devem voltar as vistas mais carinhosas dos nossos Govêrnos e dos estatísticos brasileiros, de iniciarmos a partir de 1930 — e a exemplo do que já conseguiram quase todos os povos civi izados — a divulgação regular de um completo Anuário Estatístico, como expressiva síntese numérica e esquemática, das condições existenciais do Brasil, tanto vale dizer, do que êle é, das etapas de desenvolvimento por que já passou, do seu patrimônio de civilização, das suas necessidades e virtualidades.

Consideremos, em segundo logar, o processo de indagação ou de coleta que as circunstâncias aconselham adotar nos inquéritos que vão suprir a não realização do censo.

Neste particular, bem ponderada a constante ineficiência do processo de investigação por via de correspondência, verifica-se logo que se impõe a pesquiza direta nas sedes municipais, por meio de Agentes Itinerantes de bem estabelecida responsabilidade e de suficiente grau de cultura, como o único meio de se executar satisfatoriamente o desenvolvido programa de coleta estatística, supletiva do censo, que se recomenda ao Govêrno Federal.

Além de intuitiva, a afirmação é comprovada pela experiência dè vários órgãos estatísticos brasileiros. Bastará lembrar que — enquanto a Diretoria Geral de Estatística (federal), pela escassez dos seus recursos, só tem podido lançar mão, salvo em poucos casos, da coleta ou pesquiza por correspondência, conseguindo resultados que raramente satisfazem de modo completo os seus objetivos, e isto apesar da reconhecida excelência técnica dos seus empreendimentos, e da extraordinária pertinácia que neles põe, -- por outro lado se observa que várias repartições estaduais de estatística, indiscutivelmente sem as vantagens daquela quanto à organização e à técnica empregada, veem logrando êxito completo para os inquéritos anuais que executam, e isto graças exclusivamente aos agentes que utilizam para a coleta direta nos municípios; acrescendo que essas perquirições feitas **in loco**, na totalidade das circunscrições municipais do Estado, teem dado oportunidade, em Minas Gerais, à reunião de um vultosíssimo material informativo de caracter não estritamente estatístico — como o que se refere, por exemplo, a limites municipais e distritais, corografia física e econômica, levantamentos topográficos, estudos da rede ferroviária, leis e mensagens, etc., material êsse que sôbre ser de indiscutivel utilidade para que a administração acompanhe como deve a vida e o desenvolvimento das unidades primárias do organismo político nacional, tambem possibilita, em melhores condições, o controle que às repartições de estatística cumpre exercer sôbre as informações que coligem.

Portanto, pode-se ter por certo que, se necessária a realização de um largo plano de indagações estatísticas suprindo a não execução do inquérito censitário (o que me parece já ter ficado provado no parágrafo precedente), de necessidade tambem será, para a boa realização dêsse programa, que se lance mão de Agentes Itinerantes idôneos, encarregados de percorrer os municípios, a fito de um entendimento com os informantes, desfazendo os seus preconceitos e juizos errôneos sôbre a finalidade das perquirições oficiais, combatendo eficazmente a sua má vontade por um esfôrço pessoal e persuasivo de catequese resolvendo com segurança e uniformidade as dúvidas na interpretação dos formulários, dúvidas que o baixo grau de cultura dos informantes suscita a cada passo, e obviando a natural indolência e displicência de nossa gente, com o se prontificarem a extrair pessoalmente os dados precisos, sempre que êsse trabalho fôr penoso, dos registos ou livros de escrita que devam ser consultados. Mas êsses agentes — está claro, — sob pena de fracasso, teriam de ser de livre escolha, nomeação e demissão dos Delegados Gerais da Diretoria nos Estados, pois de outra forma não poderiam êsses Delegados — como de mestér — ser responsabilizados de maneira plena e absoluta, pela integralidade, pontualidade e veracidade dos resultados do inquérito que fossem dirigir.

Em terceiro logar, finalmente, há que ponderar que o custo do inquérito feito nas condições apontadas, maxime si for obtido, como de razão, o concurso dos serviços de estatística já existentes em vários Es-

tados, não é tal que o não possam suportar as finanças federais. Admitindo-se, de fato, que a organização do serviço nos Estados exigiria apenas a manutenção de modestas delegacias por um prazo de oito a dez meses e a movimentação de um corpo não muito numeroso de Agentes Itinerantes (tantos quantos necessários para realizar a coleta em seis meses, dedicando-se cada agente à coleta de nove municípios, cada um dos quais tomando-lhe vinte dias em média), — facil será concluir que com cêrca de 4.000 contos (ou mesmo 6.000 num orçamento mais folgado) se asseguraria êxito pleno ao mais desenvolvido inquérito sistemático que se quizesse realizar com relação a 1930, em substituição ao censo que se devia ter executado a 1º de setembro último. E tal importância não se pode considerar excessiva, já pelo seu reduzido quantitativo, já sobretudo pelas inestimaveis vantagens que dessa despesa adviriam.

Do exposto ressaltam as conclusões que a seguir veem formuladas, sôbre as quais peço que se pronuncie a 1.ª Conferência Nacional de Estatística, se as julgar merecedoras de sua atenção:

I — As condições atuais da estatística brasileira recomendam imperativamente que, na oportunidade das pesquizas de que devem resultar os dados para a revisão do censo de 1920, pesquizas a se realizarem em 1931 com relação a 1930, o Govêrno da República habilite a Diretoria Geral de Estatística com recursos financeiros suficientes (cêrca de 4.000 contos ou pouco mais) para que desenvolva o mais possivel os inquéritos que vai efetuar segundo um plano orgânico que abranja todas as modalidades e aspectos da vida naciona .

II — Como processo de execução do aludido inquérito é o único utilizavel o de pesquizas diretas nos municípios, junto a cada fonte de informação, por meio de Agentes Itinerantes idôneos escolhidos com inteira liberdade e plena responsabilidade pelos Delegados da Diretoria Geral de Estatística nos Estados, devendo êstes ser, por sua vez, da inteira confiança do diretor da aludida repartição.

III — Nesses trabalhos, todavia, deverão ser chamadas a cooperar as repartições estaduais de estatística, afim de que, harmonizadas as atividades destas com a da Diretoria Geral de Estatística, se evitem a duplicata de inquéritos e toda e qualquer divergência entre os resultados que divulgarem os serviços estatísticos da União e dos Estados.

IV — Os resultados do empreendimento delineado pelos precedentes itens merecem ponderados pelo Govêrno da República como documentação experimental de inegualavel valor sôbre as diretrizes a fixar para a premente e grandiosa obra de remodelação e impulsionamento de que carecem os serviços estatísticos nacionais.

XIII — Franquia postal e telegráfica para os serviços de estatística

A prática dos serviços estatísticos brasileiros tem demonstrado superabundantemente a imprescindibilidade de uma ampla franquia postal e telegráfica para as relações entre os respectivos órgãos e seus prepostos ou correspondentes quaisquer.

Mas, sendo fato que as repartições estaduais de estatística pela sua própria finalidade são colaboradoras indispensaveis da campanha estatística nacional, e tanto que os seus esforços se estão dia a dia coordenando mais eficazmente com os da Diretoria Geral de Estatística, da qual veem a ser afinal verdadeiras delegacias, é de evidente conveniência — e mesmo de necessidade — que áqueles departamentos tambem se estendam as vantagens concedidas ao departamento federal de estatística, em matéria de franquia postal e telegráfica.

Essa concessão tem que ser feita, para que atinja os seus fins, em condições que atendam plenamente às necessidades dos serviços e se adaptem às contingências dêstes. Isto, no entanto, sem prejuizo de umas tantas precauções que evitem qualquer abuso e de penalidades severas para as irregularidades porventura ocorrentes.

Tendo em vista tudo isto, trago ao exame da Primeira Conferência Nacional de Estatística as seguintes conclusões:

I — A Conferência solicita à Diretoria Geral de Estatística que organize e encaminhe aos poderes competentes um projeto de lei que regule a concessão da franquia postal e telegráfica, não só para os seus próprios serviços, como para todos os demais serviços estatísticos, quer federais, quer estaduais, em condições que atendam às especiais necessidades e contingências da atuação dêsses departamentos administrativos.

II — A concessão tanto da franquia postal como da franquia telegráfica aos serviços estatísticos da União e dos Estados deverá depender de solicitação ou parecer da Diretoria Geral de Estatística, tendo em vista os interêsses gerais ou especiais, diretos ou indiretos, da estatística nacional.

III — Quanto à franquia postal, em particular, uma vez concedida à determinada Repartição, deverá ficar responsavel o respectivo chefe ou diretor, pelo seu uso regular, obedecendo às seguintes normas gerais:

1º — serem recebidos nas estações postais como de porte livre todos os objetos de correspondência endereçados ao diretor ou chefe da dita Repartição, utilizadas fórmulas impressas ou não;

2º — serem igualmente recebidos os objetos de correspondência expedidos pela referida Repartição ou por seus prepostos legítimos (agentes, delegados, correspondentes, etc.) em objeto de serviço;

3º — para garantir-se o respeito a esta última condição, estipular-se a exigência de sôbre-cartas ou rótulos impressos, de que constem a declaração "Serviço Estatístico" e o nome da Repartição responsavel bem assim a aposição de um carimbo (pelo qual será responsavel o chefe ou diretor do serviço) indicando a categoria do funcionário que autorizadamente se utilizar da franquia, a saber, o próprio diretor ou chefe, delegado, agente, correspondente, etc.

IV — Pelo que toca à franquia telegráfica, especialmente, deverá ela beneficiar qualquer serviço de estatística, federal ou estadual, a que seja concedida, dentro do seguinte critério:

1º — terão franquia os despachos subscritos pelo diretor ou chefe da repartição sôbre objeto de serviço, mas sejam quais forem os seus destinatários;

2º — gozarão de franquia igualmente os telegramas que forem respostas (e dentro do número de palavras que houver sido especialmente autorizado) a solicitações ou indagações da direção ou chefia do serviço;

3º — ainda terão franquia as comunicações dirigidas à chefia ou direção do serviço por seus prepostos, funcionários efetivos ou contratados, em objeto de serviço, ou, nestas mesmas condições, por particulares que se tenham incumbido de prestar informes periódicos à Repartição, mas neste caso precedida de comunicação da direção ou chefia do serviço ao agente da estação telegráfica de que o correspondente se deva utilizar, e indicados nessa comunicação, não só o nome do correspondente, como o assunto, a periodicidade e o limite de palavras dos seus telegramas.

XIV — Adaptação da generalidade das nossas estatísticas à divisão política do País

Mesmo quando a nossa organização política não tivesse a forma de uma federação, com as suas unidades componentes gozando de ampla autonomia e aparecendo como entidades perfeitamente distintas cuja caracterização, sob todos os aspectos, cumpre à estatística estabelecer, mesmo assim, reduzida que fosse a divisão principal do País a uma simples repartição do território e da população para fins administrativos, seria indispensavel que o quadro dessa divisão servisse de base a toda e qualquer apreciação estatística da comunhão nacional e dos respectivos serviços públicos.

O que vemos, entretanto, é muito diferente disso. Alguns serviços públicos de caracter nacional ou inter-estadual, como os dos correios, os dos telégrafos, os de algumas estradas de ferro (a Central do Brasil, em primeiro logar), etc., muitas vezes apresentam os dados estatísticos sôbre as respectivas organizações e situações de maneira que não é possivel destacar, entre êles, os algarismos exatamente referentes a cada um dos Estados interessados. E esta anomalia se agrava quando, como acontece aos quadros anexos aos Relatórios dos Telégrafos, as designações de Estados que neles aparecem ligados às designações dos distritos telegráficos, não correspondem rigorosamente à realidade geográfica.

É concebivel que as circunscrições regionais de alguns serviços, por conveniências administrativas, não se possam ajustar a rigor aos limites dos Estados. Mas parece que seria sempre possivel, útil e, mesmo, necessário, que as suas estatísticas, ainda que referidas às circunscrições próprias aos serviços, destacassem as parcelas cujo agrupamento permitisse ajustar os resultados numéricos à divisão territorial que é a base da vida política, administrativa, social e econômica da comunhão brasileira.

Proponho, assim, que a Primeira Conferência Nacional de Estatística emita o seguinte

V O T O

É muito de desejar que as estatísticas especiais publicadas pelos serviços públicos que interessem a todo o País ou a mais de um Estado (a da organização militar, a dos correios, as dos telégrafos, a das estradas de ferro, a da navegação marítima, fluvial e aérea, etc.), sejam organizadas e publicadas de modo que já se adaptem, ou sejam facilmente adaptaveis, ao quadro das unidades políticas do País.

XV — Estatística postal

A estatística postal, quando bem organizada, oferece incontestavelmente índices dos mais expressivos, do desenvolvimento econômico e cultural de um povo.

Dada a sua complexidade, porem, e a contingência de lhe ser preciso apelar para processos indiretos, contingência em que a coloca a própria natureza dos fátos que se destina a computar, poucos relativamente ainda são os países que a executem de modo perfeito, permitindo-lhe atingir todos os seus fins.

E o Brasil ainda não está infelizmente entre êstes. Provam-no a simples inspeção das tabelas que a conteem e a critica, ainda que ligeira, dos resultados que ela exibe.

Entretanto, constituindo os correios brasileiros um serviço bem organizado e que dispõe de um pessoal técnico suficientemente habilitado, não estaria fora do alcance da sua administração superior conseguir, ainda que por meio de medidas especiais e com algum esfôrço, o levantamento satisfatório da estatística postal brasileira em condições de tornar-se ela comparavel aos trabalhos congêneres dos povos mais adiantados.

Dessa possibilidade teem-se apercebido, suponho, tanto a Diretoria Geral dos Correios como a Diretoria Geral de Estatística, aquela como executora dos nossos serviços postais e esta como responsavel pelo levantamento da estatística geral brasileira. E assim me exprimo porque tenho notícia de iniciativas dos dois referidos departamentos objetivando o aperfeiçoamento das nossas estatísticas do movimento postal, sendo mesmo de mencionar-se especialmente o projeto de um censo postal, que a Diretoria Geral de Estatística chegou a e aborar afim de ser executado de comum acôrdo com a Diretoria Geral dos Correios e, se não estou em êrro, em concomitância com o recenseamento geral de 1920.

Parece-me, por conseguinte, que os fatos bem justificam uma sugestão a ser formulada pela Conferência de Estatística visando a efetivação da convergência de esforços entre a Diretoria Geral de Estatística e a Diretoria Geral dos Correios, para o fim da elaboração, em moldes aperfeiçoados, da estatística dos serviços postais do Brasil. E tomo a liberdade de resumir o alvitre no seguinte projeto de conclusões:

I — A Conferência sugere um entendimento entre a Diretoria Geral de Estatística e a Diretoria Geral dos Correios, do qual resulte a remodelação da estatística postal brasileira com a adoção de métodos técnicos rigorosos.

II — Tambem alvitra a Conferência que essa remodelação seja precedida de um levantamento mais minucioso, a que se poderia chamar "censo postal", operação essa que conviria realizar-se desde logo, com os recursos ordinários das duas repartições citadas, bastando para isso que, assentado entre elas, o plano da operação, se encarregasse a Diretoria Geral dos Correios de efetuar a coleta dos dados, e a Diretoria Geral de Estatística se incumbisse da competente elaboração.

XVI — Estatística judiciária

O levantamento da estatística judiciária, sabem-no bem todos quantos no Brasil já versaram o assunto, encontra entre nós a maior dificuldade na coleta dos respectivos dados.

Seria de desejar, assim, que os competentes inquéritos fossem efetuados por órgãos de elevada hierarquia e de autoridade incontrastavel no seio dos nossos organismos judiciários.

Ora, êsses órgãos não podem ser outros que não o Supremo Tribunal, no que concerne à estatística da justiça federal, e os Superiores Tribunais dos Estados, na esfera judiciária dêstes. Isto tanto mais quanto teem êsses tribunais, pelas suas próprias e eminentes funções, interêsse direto e assinalado no levantamento regular e completo dos movimentos judiciários a que presidem.

Por outro lado, porem, oferecendo a apuração dos inquéritos que êsses tribunais viessem a lançar por meio das suas secretarias, uma técnica e um aparelhamento de ordem estatística mais encontradiços nas repartições especializadamente dedicadas aos trabalhos dessa natureza, seria tambem razoavel que fôssem as repartições centrais de

estatística — a da União e as dos Estados — os órgãos incumbidos da elaboração do material informativo coligido pelas secretarias, respectivamente, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores dos Estados.

Penso, assim, que a Conferência acolherá de bom grado, a bem de um dos mais importantes ramos da estatística brasileira, a cujo respeito ainda nada possuimos com os desejaveis requisitos de generalidade e atualidade, as seguintes conclusões:

I — A Primeira Conferência Nacional de Estatística sugere a conveniência de um entendimento ou acôrdo entre a Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, e a Presidência do Supremo Tribunal Federal, visando o levantamento seguro da estatística judiciária federal, acôrdo êsse consistente fundamentalmente em ficar à Secretaria do Tribunal a incumbência de coligir o necessário material informativo, e em atribuir-se à dita repartição de estatística o encargo de e aborar e publicar os sistemas tabulares respectivos.

II — A Conferência declara igualmente conveniente que um acôrdo semelhante se estabeleça em cada Estado entre a repartição estadual de estatística e o respectivo Superior Tribunal de Justiça, objetivando o regular levantamento e divulgação, com a melhor técnica, da estatística do movimento judiciário nos seus vários graus e desdobramentos.

XVII — O "Registo Torrens" e a estatística do território

Debateu-se êste ano no Congresso Mineiro a questão de saber-se se continuava ou não em vigor, entre nós, o chamado "Registo Torrens" da propriedade territorial.

A questão é importantíssima, e parece que grande interêsses nacionais, de ordem jurídica, fazem desejar que a dúvida se esclareça a favor da permanência do dito registo, ou então, no caso contrário, que o Poder Legislativo reconsidere o assunto e reintegre em nosso direito o admiravel instituto "Torrens", o único capaz, se convenientemente praticado, de dar sólidas garantias à propriedade imovel e às transações que sôbre e'a se efetuam, bem assim de possibilitar o cadastro territorial do País e facilitar todas as estatísticas que se relacionem com a medida e a utilização do solo.

Esta última virtualidade do sistema "Torrens" justifica bem, suponho, o interêsse da Conferência de Estatística pelo assunto, e assim acreditando peço o pronunciamento dela sôbre as seguintes conclusões:

I — A Primeira Conferência Nacional de Estatística, tomando em consideração os preciosos e insubstituiveis subsídios que, para as estatísticas territoriais, tanto quanto para aqueles que com estas são conexas, pode trazer a chamado "Registo Torrens" da propriedade imovel, se obrigatoriamente a êle ficar sujeito todo o domínio imobiliário, sugere a necessidade de uma revisão nas disposições legis ativas que regem o assunto, em ordem a restaurar, se fôr o caso, ou então aperfeiçoar apenas, o instituto jurídico do citado registo, mas, num ou noutro caso, de forma que o dito registo se torne obrigatório e prático, apto a beneficiar, assim, com as suas incontestaveis vantagens, a todas as relações jurídicas e indagações estatísticas que tenham por objeto a apropriação e utilização do solo.

II — Tendo em vista particularmente as possibilidades estatísticas que o "Registo Torrens" oferece, a Conferência sugere que, em a nova regulamentação legislativa do instituto em aprêço, se incluam disposições tendentes a fazer convergir automaticamente para as reparti-

ções centrais de estatística das unidades políticas do País, cópias autênticas de todas as plantas e memoriais descritivos que pelo aludido registo forem exigidos com relação aos imoveis registrandos.

III — A Conferência tambem declara indispensavel que, uma vez em vigor a nova legislação alvitrada, as repartições estaduais de estatística se considerem obrigadas a publicar regularmente e com todos os detalhes úteis, não só o movimento do registo, mas ainda apanhados numéricos que com a necessária periodicidade deem a conhecer a situação geral da propriedade imovel nas circunscrições administrativas das respectivas jurisdições, segundo os dados do registo, até a data de cada publicação.

XVIII — A estatística agrícola e o imposto territorial

Um recenseamento agro-pecuário com carater anual é praticamente irrea'izavel dado o vulto das despesas que exigiria.

Com essa periodicidade, entretanto, urge que se organizem, com técnica e exatidão satisfatórias, todas aque as estatísticas que, com a da produção agro-pecuária, visam dar expressão numérica às atividades agrárias do País. E assim é preciso, não só pela importância que para a economia nacional teem tais trabalhos, mas ainda porque à elaboração deles estamos obrigados por compromissos internacionais.

Ora, entre os meios práticos para se atingir o **desideratum** em aprêço, sobressai como preferivel, por mais rigoroso, o das declarações dos proprietários de terras, em sucintos boletins, por ocasião do pagamento anual do imposto territorial. E seriam assim agentes para a coleta dêsses boletins as próprias coletorias estaduais, as quais se poderia atribuir a gratificação de $500 por boletim obtido nas condições requeridas, destinando-se essa gratificação a ser distribuida entre o coletor e o escrivão, cabendo áquele $300 e a êste $200. A despesa que isso exigiria, sôbre talvez não exceder de 300 contos de réis (uma vez que só seriam recenseaveis as propriedades exploradas) e vir atender apesar de tão reduzida, a uma premente necessidade da administração pública, tal despesa ainda poderia reduzir-se sensivelmente com a receita das multas que fossem instituidas para os proprietários que recusassem suas declarações.

A idéia aqui abordada, devo declarar, não é original. Com superioridade ela já foi estudada pelo Primeiro Congresso de Inspetores Agrícolas, reunido nesta Capital em 1922, em cujos Anais se encontram valiosas explanações do assunto.

Concretizando o alvitre em forma abreviada e inspirando-me em parte nas idéias debatidas no seio do referido Congresso, submeto á Conferência as seguintes conclusões:

I — A Conferência recomenda que as repartições centrais de estatística — a da União e as dos Estados — procurem atuar como estiver ao seu alcance no sentido de conseguir não só a instituição do imposto territorial na totalidade das unidades políticas brasileiras, mas ainda a inclusão entre as disposições legais respectivas de normas que permitam utilizar a cobrança da aludida entidade tributária como oportunidade de coleta dos dados estatísticos indispensaveis para o levantamento ânuo das nossas estatísticas agro pecuárias.

II — A Conferência julga possivel uma boa coleta estatística, a ser realizada, com as declarações dos proprietários de terras, pelos próprios Coletores Estaduais, desde que as repartições de estatística se vejam habilitadas ao pagamento de uma gratificação de $500 por bole-

tim convenientemente preenchido e autenticado, destinando-se dessa importância, $300 ao Coletor e $200 ao seu Escrivão.

III — Para assegurar maior eficiência à coleta, a legislação competente poderia estabelecer multas de 50$000, e do dôbro no caso de reincidência, para os proprietários que se recusassem a prestar informações ou as prestassem com omissões ou tendenciosas.

IV — O formulário a adotar no inquérito agrícola que se realizasse pela forma indicada, deveria ser o mais simples e sucinto possivel, bastanto referir: 1.º a caracterização do imovel, com o seu valor e discriminação da área; 2.º as quantidades das sementes utilizadas nas culturas feitas durante o ano agrícola em aprêço; 3.º as quantidades colhidas no mesmo período; 4.º a estimativa das safras ainda não colhidas; 5.º o efetivo e o movimento dos rebanhos existentes.

V — O material estatístico assim obtido seria recolhido pelas repartições centrais de estatística dos Estados, e a apuração respectiva se processaria nelas próprias ou então, mediante prévio acôrdo entre as repartições interessadas, pela Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, do Ministério da Agricultura.

XIX — Indicadores estatísticos

É uma iniciativa particularmente aconselhavel a de publicarem anualmente as repartições de estatística prontuários ou indicadores sistemáticos de entidades administrativas, industriais, comerciais, científicas e sociais, cuja nomenclatura seja de consulta necessária ao meneio dos negócios ou ao desenvolvimento de quaisquer atividades úteis ao progresso do País.

São bem conhecidos e de uma uti idade que não precisa de ser encarecida, os indicadores editados pelo Instituto de Estatística da Espanha. E entre nós, o Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, afim de facilitar o serviço de informações que lhe é requerido, resolveu imprimir um indicador agrícola, pecuário, industrial, comercial e bancário, cujo primeiro número está a sair do prelo. Tambem são de citar-se vários trabalhos da Diretoria de Estatística e Arquivo de São Paulo e da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, apresentando prontuários de divisão territorial.

A medida, porem, entre nós, carece evidentemente de ampliar-se na sua compreensão e de generalizar-se a todos os Estados tanto mais quanto um esfôrço mínimo custará ela ás repartições de estatística geral, uma vez que o material a utilizar é o mesmo coligido para os fins propriamente estatísticos dêsses departamentos administrativos.

Submeto, pois, à consideração da Conferência as seguintes conclusões:

I— É de grande conveniência que as repartições de estatística geral dos Estados adotem como norma a divulgação anual de Indicadores ou Prontuários que facilitem o meneio dos negócios e o entrelaçamento de re'ações culturais, relativos, por conseguinte, à divisão territorial, à organização administrativa, às principais empresas agro-pecuárias, comerciais, industriais, e bancárias, às companhias de seguro, às instituições cooperativas, às associações de classe, aos principais institutos de ensino e assistência, etc.

II — Suprindo a possivel falta de colaboração de alguns Estados, nesse tentame ou resumindo com carater nacional o que fizerem na matéria em aprêço as repartições estaduais de estatística, será grandemente proveitoso que a Diretoria Geral de Estatística tome a si tambem a regular divulgação de alguns **indicadores brasileiros**, sendo mes-

mo indispensavel que a citada repartição retome a iniciativa de publicar anualmente o prontuário relativo à divisão territorial do País, considerado êste no seu conjunto.

XX — Atlas estatístico

É geralmente conhecido o poder expressivo e impressivo da representação gráfica dos resu tados estatísticos, muito superior, no terreno das generalidades, ao que possue o método comum de alinhamento esquemático dos números.

Convem, portanto, que se generalize entre nós o uso do método gráfico na vulgarização dos dados mais importantes a que chegarem os nossos levantamentos estatísticos.

A estatística federal, é verdade, com grande sucesso e admiravel técnica já tem ilustrado graficamente as suas magistrais publicações. E alguns Estados vão imitando, com maior ou menor êxito, os modelos que a Diretoria Geral de Estatística lhes oferece.

Seria muito desejavel, entretanto, que tomasse maior amplitude o uso dos métodos gráficos-esquemáticos pelos vários departamentos que cogitam entre nós de elaborações estatísticas, com o intúito de vulgarização intensiva das estatísticas brasileiras, as quais só assim atingirão plenamente os seus fins educativos e instrutivos. E particularmente recomendavel seria mesmo que as nossas repartições centrais de estatística — a federa e as dos Estados — incluissem nos respectivos programas a divulgação periódica de albuns ou atlas estatísticos, em que se apresentassem, sob o método gráfico e de modo sistemático, perfeitas sínteses da situção e do desenvolvimento, sob todos os aspectos, das coletividades cujo estudo lhes compete.

Modelos ótimos nesse sentido já oferecem vários países, entre os quais merece ser citado, pela excelência da sua técnica e primor de execução, o que nos dá a repartição central de estatística da Estônia.

Entre nós, entretanto, dada a pobreza da nossa literatura didática, e por isso que, infelizmente, ainda é muito deminuta a contribuição da estatística para o ensino público, talvez conviesse que a iniciativa sugerida se desdobrasse, objetivando não só o preparo de Atlas Estatísticos propriamente ditos, mas ainda a organização de pequenos Atlas ou Albuns estatístico-corográficos, de tal sorte que, à estatística federal, coubesse considerar nesse trabalho as unidades políticas do País, e às estatísticas estaduais, as unidades administrativas de cada Estado.

Nesse pressuposto, permito-me trazer ao estudo da Primeira Conferência Nacional de Estatística o seguinte esbôço de conclusões:

I — A Conferência considera muito aconselhavel que as repartições centrais de estatística, tanto a federal, como as estaduais, iniciem quanto antes a organização, publicação, e larga distribuição, no País e no estrangeiro, de atlas ou albuns estatísticos referentes ao âmbito de atividade de cada uma, tomando principalmente como modêlo a publicação dêsse gênero organizada pela estatística da Estônia.

II — Julga ainda a Conferência que o material técnico utilizado no preparo da dita publicação se prestaria vantajosamente a uma adaptação para fins didáticos, convindo, assim, que as nossas repartições de estatística geral organizassem tambem, em edições especiais para uso das escolas, pequenos atlas ou albuns estatístico-corográficos, apresentando o da estatística federal o estudo das unidades políticas do País consideradas no seu conjunto, e os das estatísticas estaduais o estudo das unidades municipais de cada Estado.

XXI — Estatística do ensino secundário e superior

As repartições de estatística lutam com grandes dificuldades para levantar a estatística do ensino secundário e superior. E os seus esforços, apesar de tudo, não conseguiram ainda dar a essa estatística nem a atualidade necessária nem os desenvolvimentos que ela requer.

Seria, por conseguinte, de grande conveniência que se encarregasse de a o Departamento do Ensino, pois êsse órgão da administração federal, pela fiscalização que exerce sôbre o ensino secundário e o superior, tem extraordinárias facilidades para levar a bom têrmo a tarefa em aprêço.

Mas, seria tambem de mester, que a êsses trabalhos não ficasse alheia a Diretoria Geral de Estatística, afim de poder influir na orientação técnica a lhes ser dada, assegurando assim a exata conformidade dos levantamentos estatísticos respectivos com os fins da estatística geral brasileira, tanto no que concerne à União, como no que diz respeito aos Estados.

Com estas considerações, pois, trago ao exame da Conferência Nacional de Estatística as seguintes conclusões:

I — A Primeira Conferência Nacional de Estatística tem por muito desejavel que o Departamento Nacional do Ensino organize minuciosamente a estatística dos ramos secundários e superior do ensino tanto público como particular.

II — A Conferência lembra ainda a conveniência de ser essa estatística divulgada com regularidade em um Anuário dedicado ao estudo da organização e do movimento da vida educacional brasileira, nessa publicação podendo figurar um resumo da estatística do ensino primário organizado pelas repartições estaduais de estatística.

III — A Conferência sugere, finalmente, que a iniciativa aqui proposta ao Departamento Nacional do Ensino seja tomada de acôrdo com a Diretoria Geral de Estatística, no intúito de ficar assegurada aos trabalhos estatísticos em aprêço uma orientação que os ponha em exata correspondência com os objetivos da estatística geral, tanto da União como dos Estados, no que respeita ao estudo dos aspectos culturais da vida nacional.

XXII — Estatística ferroviária por municípios

Para o exato conhecimento da capacidade produtiva das várias regiões de um Estado, bem como para a rigorosa apreciação das correntes comerciais que teem seu ponto de partida ou de convergência em cada uma das unidades administrativas do mesmo Estado, recurso indispensavel — e dos mais importantes — seria a determinação do tráfego ferroviário segundo as suas estações de procedência ou de destino.

Claro é que, ao menos segundo as categorias gerais dos transportes efetuados, hão de levantar as administrações das nossas ferrovias o movimento dos respectivos tráfegos, e não só por estações, como tambem segundo o seu duplo aspecto de entradas e saídas, acompanhadamente dos competentes dados financeiros.

Êsses algarismos, cuja existência com relação à generalidade das nossas estradas de ferro quase se pode afirmar pois a requerem as necessidades mais elementares de uma boa administração, já seriam de grande interêsse, se divulgados regularmente, para a estatística econômica tanto dos municípios como dos Estados. Mas, relevantíssima

significação teriam tais algarismos, constituindo mesmo um dos melhores elementos para o regular levantamento das nossas estatísticas da produção, se viessem êles discriminados, na classe dos transportes como "carga", por mercadorias.

E assim, parecendo cabivel um pronunciamento da Conferência de Estatística sôbre o assunto, proponho ao seu voto as seguintes conclusões:

I — A Primeira Conferência Nacional de Estatística apela para a Inspetoria Federal das Estradas, afim de que faça sentir a sua prestigiosa intervenção junto às administrações das nossas ferrovias procurando obter que elas divulguem o movimento anual dos respectivos tráfegos, discriminadamente por estações de procedência e de destino.

II — Essa atuação da Inspetoria Federal das Estradas muito se recomendaria sob o ponto de vista dos interêsses da estatística econômica nacional se lograsse obter que os algarismos referentes aos transportes como carga, na indicada discriminação, especificassem tambem as principais espécies de mercadorias transportadas.

III — Conviria, finalmente, que as tabelas com as discriminações em aprêço figurassem em conjunto, com relação a toda a rede ferroviária brasileira, na excelente publicação organizada anualmente pela aludida repartição federal.

XXIII — Um meio para a generalização do casamento civil e do registo civil de nascimento

Como nação organizada, o Brasil não pode e não deve continuar na ignorância do seu movimento demográfico. O êxito do recenseamento de 1920 já constituiu indubitavelmente um grande passo, nesse sentido. Mas, para que saiamos definitivamente da desfavoravel situação em que, neste particular, ainda nos vemos, torna-se necessário um conjunto de medidas deveras eficiente para que se consiga imprimir ao Registo Civil a generalidade a perfeição necessárias.

Muitos são os alvitres já sugeridos com referência ao assunto, destacando-se entre êles o que propôs em uma das suas Mensagens o Presidente Washington Luiz, consistente na criação do Juizo da Cidadania.

Quer-nos parecer, entretanto, que a chave do problema está menos na estrutura do instituto dô Registo Civil, no modo de inserção dêste, na organização judiciária, na sua obrigatoriedade legal, ou no seu aparelhamento administrativo, do que na própria mentalidade popular.

As condições culturais da comunhão brasileira, aliadas à dispersão da nossa demográfica por um vastíssimo território desprovido de comunicações faceis tornam praticamente impossivel a universalização do registo, principa mente no que toca aos casamentos e nascimentos, a menos que intervenha um fator moral capaz de sobrepor-se à incompreensão dos benefícios sociais do instituto em aprêço, á indiferença em face das sanções estabelecidas e que pecam por inócuas, e tambem às dificuldades materiais da obediência à lei.

Êsse fator seria indubitavelmente o melhor de todos, se pudesse ser o fator religioso. Mas, dada a separação da Igreja e do Estado, é opinião predominante que êste se não poderia prevalecer da disciplina religiosa em benefício de qualquer dos seus institutos jurídicos ou políticos.

Sendo assim, só resta ao Estado lançar mão do fator "interêsse". Quer isto dizer que, pelo menos durante uma fase preliminar de dis-

ciplinamento social, o instituto do registo civil no que diz respeito aos nascimentos e aos casamentos só logrará suficiente efetividade se a realização do casamento civil e as declarações de nascimentos se conseguir ligar uma clara e positiva idéia de interêsse pessoal direto.

Ora, isto se me afigura bem possivel desde que a legislação respectiva aceitasse o alvitre de atribuir uma recompensa pecuniária aos que obedecessem a lei sôbre o casamento e o registo civil de nascimentos, mas bastando uma recompensa capaz de mover o interêsse dos nubentes e dos pais naquela esfera social mais modesta em que outros estímulos não pudessem atuar.

Essa recompensa poderia ser, suponho, a outorga aos nubentes que contraíssem o casamento civil, e às crianças levadas a registo de "cadernetas econômicas" com o crédito inicial gratuito a título de prêmio cívico, de 100$000 no caso de casamento e de 50$000 quando se tratasse de registo de nascimento.

Iria nisto, é certo, um onus relativamente pesado. Mas êsse onus — facil será prova-lo com o auxílio das taxas de nupcia idade e de natalidade — não seria excessivo, antes se apresenta como perfeitamente razoavel em face dos resultados sociais a obter isto é uma obra notavel de educação cívica, um estímulo aos hábitos de economia e a consecução dos elevados fins inerentes ao próprio registo. Demais, êsse onus poderia ser sensivelmente reduzido se se condicionasse, como de razão, a efetividade dos créditos iniciais lançados nas cadernetas que o Registo Civil distribuisse, por circunstâncias que restringissem o dispêndio sem prejuizo dos fins a colimar. Tal se conseguiria, parece-me, se o crédito outorgado aos nubentes só se tornasse efetivo e de livre disposição dos beneficiários após o registo do primeiro filho do casal, enquanto que o crédito concedido aos indivíduos registados, só prevalecesse, tornando-se-lhes de plena propriedade, com os competentes juros, uma vez atingida por êles a idade de 21 anos.

Guiado por essas considerações, é que me atrevo a propor ao voto da Conferência as seguintes conclusões:

I — Como recurso valioso para dar a necessária generalidade aos registos de casamentos e nascimentos, a Primeira Conferência Nacional de Estatística sugere aos poderes competentes sejam incluidas na legislação que rege o assunto disposições que determinem a emissão de "cadernetas econômicas", como prêmio cívico e estímulo à economia com créditos gratuitos iniciais de 100$000 e 50$000, respectivamente, em favor dos casais que se submeterem ao casamento civil e das crianças que forem levadas a registos.

II — Os créditos iniciais dessas cadernetas, entretanto, só deveriam tornar-se efetivos, quanto às respectivas importâncias e seus juros, na dependência do registo do primeiro filho, do casal, quando emitidas em virtude de celebração de casamento, e sòmente por ocasião da maioridade, quando os seus beneficiários fôssem crianças registadas.

III — Admitidas as restrições supra, as cadernetas emitidas pelo Registo Civil, depois de registadas na Coletoria Federal competente perante esta seriam livremente movimentadas.

IV — Como a eficiência do Registo Civil tanto interessa à União como aos Estados, poderia o onus da medida proposta caber pela metade a êstes últimos, na parte relativa aos respectivos movimentos demográficos.

XXIV — Estatística financeira dos municípios

Todos quantos já trabalharam no levantamento da estatística financeira dos nossos municípios conhecem bem as enormes dificuldades que o assunto oferece.

A primeira delas — e a maior — é que em grande número — senão na maioria dos municípios brasileiros não existe ainda uma verdadeira contabilidade, sendo, assim, muito poucas as municipalidades, que organizam balanços regulares de sua receita e despesa, e pouquíssimas as que levantam o balanço do ativo e passivo.

Surgem, em seguida, como grande obstáculo ao enquadramento geral dos dados coligidos, a disparidade e a falta de boa técnica na discriminação dos títulos gerais dos balanços conseguidos.

E ocorre, finalmente, a divergência fundamental que separa os balanços municipais em dois principais grupos — um apurando a despesa "realizada" ou devida, e outro computando a despesa "paga" ou liquidada, isto é, o primeiro aludindo aos débitos **contraídos** e o segundo aos débitos liquidados; acrescendo ainda um grupo menor de balanços que se referem a uma cousa e de fato exprimem outra, como se pode bem depreender daquelas informações veiculadas aos serviços de estatística, em as quais, sob a designação de **despesa paga**, se enumeram incoerentemente parcelas superiores aos créditos municipais (ordinários e extraordinários), a saber, saldo do exercício anterior, receita arrecadada no exercício e recursos de operações de crédito.

Contribuindo, pois, para que essas dificuldades se resolvam, e fique possibilitado ao mesmo tempo um resumo geral, com elementos uniformes das finanças municipais brasileiras, proponho que a Primeira Conferência Nacional de Estatística adote as seguinte indicações:

I — As repartições de estatística geral, tanto da União como dos Estados, devem empenhar-se numa propaganda eficaz no sentido de as Municipalidades brasileiras criarem ou reorganizarem quanto antes os seus serviços de contabilidade em boas condições técnicas e de forma que se torne possivel, para todo o País, uma perfeita estatística sôbre as nossas finanças públicas na esfera governativa municipal.

II — Um bom elemento de ação nesse sentido seria que a Diretoria Geral de Estatística fizesse organizar por técnicos competentes um manual bem explícito e com os necessários modelos sôbre administração financeira e contabilidade municipal, e distribuisse largamente essa publicação pelos Governos Municipais, concitando-os ao mesmo tempo a adaptarem as suas práticas administrativas ao plano e à técnica que o manual propusesse.

III — A Conferência, porem, recomenda que, desde já, os serviços de estatística geral da União e dos Estados procurem fazer adotar pelos municípios e tomem como base da estatística financeira municipal as seguintes normas gerais:

1.º — a contabilidade municipal e a respectiva estatística se organizarem sempre tendo em vista o duplo balanço — da "receita e despesa" e do "ativo e passivo";

2.º — o balanço da receita e despesa cogitar da **receita arrecadada** e da **despesa paga**, ficando a receita não arrecadada para ser demonstrada na conta da "dívida ativa", e a despesa realizada, mas não paga, para ser computada em quadro demonstrativo do movimento da "dívida flutuante" (salvo é claro o caso de liquidação de débitos por meio de título de dívida — apólices, letras, etc. — pois aí haverá a contrapartida respectiva na receita, no título "operações de crédito").

3.º — na discriminação da receita, ficar respeitado fundamentalmente — não obstante quaisquer especificações acrescidas em sub-títulos — o seguinte elenco de títulos:

IMPOSTOS.....	(Imposto de indústrias e profissões
	(Imposto predial
	(Imposto de transmissão de propriedade
	(Imposto de aferição de pesos e medidas
	(Outros impostos
	(Soma
RENDAS.....	(Renda do abastecimento d'água
	(Renda do serviço de esgotos
	(Renda dos cemitérios
	(Renda dos matadouros municipais
	(Rendas dos mercados e feiras
	(Renda de outros serviços e próprios municipais
	(Soma
OUTRAS RECEITAS	(Dívida ativa
	(Depósitos (fianças e cauções)
	(Multas, reposições, etc.
	(Operações de crédito
	(Receitas não especificadas
	(Soma

SOMA GERAL
SALDO VINDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL DE BALANÇO

4.º — na classificação da despesa, adotar-se, nas mesmas condições a seguinte série de rubricas:

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	(Govêrno, Câmara, Secretaria
	(Fiscalização e arrecadação de rendas
	(Soma
SERVIÇOS MUNICIPAIS	(Instrução púb'ica
	(Iluminação pública
	(Abastecimento d'água
	(Serviços de esgotos
	(Higiene, limpeza, assistência e socorros públicos
	(Cemitérios públicos
	(Mercados e feiras
	(Matadouros municipais
	(Custeio de outros serviços e próprios municipais
	(telefones, teatros, serviço eleitoral, etc.)
	(Soma
OBRAS PÚBLICAS	(Estradas e pontes
	(Outras obras
	(Soma
DÍVIDA	(Pagamento da dívida flutuante (Restituição de fianças e cauções
	((Exercícios findos, letras vencidas, etc.
	Pagamento da dívida consolidada (amortiz. e juros)
	(Soma

SOMA GERAL
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
TOTAL DE BALANÇO

5.º — o "ativo" apresentar essencialmente as seguintes especificações:

— Dívida ativa (impostos, rendas e multas a cobrar)
— Terras, benfeitorias, edifícios, instalações diversas
— Mobiliário e utensílios
— Maquinismos e materiais recebidos em depósito (do Govêrno Estadual ou de particulares).
— Títulos de renda (apólices, ações, etc.)
— Dinheiro em caixa ou em depósito
— TOTAL

6º — o "passivo" destacar da mesma forma os títulos gerais:

DÍVIDA FLUTUANTE	(Fianças e cauções (Contas e letras a liquidar (Responsabilidade por maquinismos e materiais recebidos pelo município, em depósito (Soma

DÍVIDA CONSOLIDADA
SOMA GERAL
SALDOS CREDORES
TOTAL

7º — levantar-se anualmente o movimento da "dívida ativa";

8º — organizar-se tambem como anexo dos balanços anuais o quadro especificativo (do histórico e do movimento) da dívida fundada, bem como o do movimento (saldo do ano anterior, acréscimo do exercício, liquidação do exercício e saldo para o exercício seguinte) da dívida flutuante, com a especificação das suas várias origens — depósitos, exercícios findos, etc.

XXV — Inquéritos complementares da coleta estatística

O papel da estatística na vida cultural, econômica, administrativa e, mesmo, política, do país, vai-se alargando dia a dia e tomando uma significação toda especial.

De feito, das nossas repartições de estatística já agora não esperamos apenas dados numéricos sôbre os vários aspectos da vida nacional. Dessas repartições vamos exigindo — e elas nô-los teem dado — estudos monográficos diversos, prontuários, indicadores, atlás, albuns, conjuntos gráficos para exposições, coletâneas legislativas e outras, enfim, uma grande variedade de trabalhos de coordenação de informações os mais variados, os quais como de natureza estatística só se podem considerar pelo seu aspecto, tabular, esquemático ou gráfico, ou então pela feição complementar dos seus assuntos em relação a determinada matéria estatística. E com o auxílio das mesmas repartições vamos conseguindo, outrossim, — e a isto já aludi em outra tese — uma notavel propaganda, por intermédio dos seus agentes, de iniciativas e medidas incentivadoras do progresso nacional.

O assunto é interessantíssimo e comporta desenvolvimentos. Mas o objetivo que tenho em vista aqui é restrito. Quero apenas pedir a atenção desta ilustrada assembléia para a utilidade de dois inquéritos complementares, lançados na sua coleta estatística anual pelo Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, dos quais um visou a indagação das

necessidades mais fortemente sentidas em cada município em matéria de iniciativas governamentais, e o outro teve por fim o conhecimento das mais promissoras possibilidades econômicas das circunscrições comunais.

No primeiro dêsses inquéritos, intitulado, "principais necessidades dos municípios", cumpre ao Agente de Estatística indicar "os serviços e medidas que a situação do município reclama com urgência dos Poderes Públicos". "E essa indicação deve ser dada sucinta e esquematicamente, segundo as seguintes rubricas gerais: I. auxílios e estímulos diretos ou indiretos, à lavoura e à pecuária; II. meios de transporte; III. vias de comunicação; IV. crédito; V. modificações do sistema tributário; VI. povoamento e medidas de ordem social.

E na segunda das indagações referidas concernente às "principais possibilidades dos municípios", as indicações a serem formuladas em cada sede municipal devem ter por objeto as "possibilidades mais notaveis que o município oferece ao capital e à iniciativa particulares", distribuidas metodicamente da seguinte forma: I. na indústria extrativa; II. na lavoura; III. na criação; IV. nas empresas industriais; V. nas empresas comerciais e bancárias; VI. em empresas de transportes e telefônicas; VII. em empresas diversas (além das especificadas).

Como se vê, as repartições de estatística, mediante os dois inquéritos de que acima se deu o modêlo, sôbre criarem para os seus serviços um ambiente de simpatia nos municípios, ficariam dispondo de um materal informativo utilíssimo. Mas é claro, tambem, que da sua iniciativa não se tiraria todo o proveito possivel desde que elas não fôssem além, isto é, se por meios adequados, não cientificassem das necessidades arroladas os órgãos do govêrno competentes e se, por uma larga publicidade, não despertassem o devido interêsse pelas possibilidades que as suas sindicâncias focalizassem.

Isto feito, porem, estaria por elas prestado ao desenvolvimento do país um relevantíssimo serviço.

E eis porque me animo a propôr que a Conferência Nacional de Estatística prestigie com o seu aplauso a iniciativa acima exposta, do Serviço Geral de Minas Gerais, e para tanto aprove as seguintes conclusões:

I — Merece ser continuada e imitada nos demais Estados a iniciativa do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, que se traduziu no lançamento de inquóritos sobre as principais necessidades e possibilidades dos municípios.

II — Realizados tais inquéritos, e uma vez sistematizado o material informativo coligido, cumpre que dêste se procure tirar todo o proveito possivel, isto é, sejam comunicados aos órgãos do govêrno competente os dados obtidos que interessarem a atividade governamental e às informações que devam mover a iniciativa particular se dê a maior publicidade possivel.

XXVI — Ação cultural direta dos Agentes de Estatística

Tem-se dito repetidamente — e da minha parte não me canso de afirma-'o — que o esfôrço permanente das repartições de estatística no sentido de levantar, comentar e divulgar as fundamentais condições de vida da coletividade nacional, exerce indiretamente uma elevadíssima função educativa sôbre todas as camadas sociais. E êsse papel ainda é mais sensivel através da atuação pessoal dos Agentes de Estatística explicando a significação e o alcance dos inquéritos que execu-

tam, ensinando a preparar-lhes as respectivas informações, desfazendo preconceitos e vencendo resistências descabidas.

Se esta verdade, porem, já é mais ou menos reconhecida, e se de acôrdo com ela já se orientam melhor as atitudes dos governos e do público em geral em relação aos nossos serviços estatísticos, ta vez por bem poucos seja apreendida a poderosa ação direta que as repartições de estatística por meio dos seus agentes podem exercitar no sentido do progresso sociai, econômico e administrativo dos municípios.

O Agente de Estatística, com efeito, portador que é das mais distintas credenciais, ao pôr-se em contacto, em cada sede municipal, com os elementos mais representativos da vida local nos seus variados aspectos afim de com êles e por meio deles averiguar os fatos mais expressivos do progresso da comuna, vê-se, assim, em condições particularmente propício ao lançamento de idéias e sugestões no sentido de se irem corrigindo os senões e as falhas de organização que os seus próprios trabalhos vão colocando em relêvo nos vários campos para que se volta a sua atenção. Essa natural troca de impressões, baseada que é em dados concretos e destinados a vulgarizar a situação do muni cípio fora do seus limites, tem uma fôrça de convicção toda particular e se erige em forte estímulo assim para as iniciativas entorpecidas e a que falte um pequeno impulso inicial como para os zelos que se houvessem deixado adormecer pelo espírito de rotina e pela apatia que dominam os meios sociais demasiado tranquilos.

Trata-se, pois, aí, de uma contingência particularmente benéfica e da qual já teem surgido — posso disso dar cabal testemunho — movimentos de verdadeira renovação e pujantes surtos de um espírito novo na vida de não poucas das nossas municipalidades.

Mas se temos na atuação dos Agentes de Estatística um elemento cultural de tamanha valia e de tão largo alcance, cuja ap icação como tal, longe de entorpecer a sua atividade propriamente estatística, lhe redobra a eficácia e o prestígio, claro é que não devemos deixar semelhante atuação entregue a um desenvolvimento empírico, ao sabor das circunstâncias e das inspirações mais ou menos esclarecidas dos próprios Agentes. O que tudo indica, ao contrário, é que cumpre aos governos, por intermédio das repartições que movimentam êsses agentes, sistematizar-lhes os esforços de finalidade educativa, com o se lhes fixar um programa orgânico do qual constem não somente instruções precisas sôbre os pontos a abordar e os meios de convicção a utilizar, senão tambem as diretrizes técnicas fundamentais para as iniciativas criadoras ou remodeladoras que os Agentes devam sugerir. E êsse programa poderá variar de ano para ano, de modo que em todo o Estado ou em todo o país — conforme a iniciativa caiba a uma repartição estadual ou à Diretoria Geral de Estatística — cada "campanha estatística" agite em moldes uniformes umas tantas idéias progressistas.

Possibilitando um melhor juizo sôbre o alcance de uma tal medida, eis aquí, a título de mera exemplificação, algumas utilíssimas sugestões a serem lançadas pelos Agentes de Estatística tanto mais pro veitosamente quanto acompanhadas de normas e alvitres práticos, que poderiam mesmo constar de prospectos de propaganda adrede preparados:

1.º — criação de pequenas bibliotecas municipais populares, objetivando preferentemente a difusão de conhecimentos úteis ao meneio das profissões agrícolas e industriais;

2.º —a criação de parques ou hortos municipais, visando simultaneamente, fins de cooperação com os serviços florestais do Estado e

da União, de embelezamento e saneamento urbanos, e, mesmo, de exploração industrial (fornecimento de mudas e produção de boas madeiras);

3.º — a reorganização dos arquivos municipais, salvando da destruição e pondo ao alcance dos estudiosos da nossa história, o material preciossíssimo que em tais arquivos geralmente se contem;

4.º — a instituição de modestos museus, nos edifícios das Câmaras Municipais, a fito de neles recolher e conservar relíquias históricas que se encontram em mãos de particulares, bem assim de franquear ao público uma coleção de curiosidades extraidas da riqueza mineral, da flora e da fauna locais, a que se poderia juntar tambem uma secção de mapas e fotografias, com um mostruário de produtos municipais, ficando assim constituido um interessante ponto de visita para classes escolares, viajantes, etc.

5.º — a reorganização dos serviços de contabilidade e escrituração dos governos municipais, serviços êsses que presentemente, e por via de regra, são os mais deficientes possivel;

6.º — o levantamento ou melhoramento de mapas municipais, aos cuidados dos engenheiros que os municípios costumam manter ao seu serviço ou de agrimensores para isso especialmente contratados, visando essa iniciativa, desde logo, a representação cadastral, tão aproximada quanto possivel, da apropriação do solo;

7.º — a descrição meticulosa e sistemática, bem como a demarcação, se fôr o caso, dos limites inter-municipais e inter-distritais e de quaisquer outras circunscrições porventura existentes;

8.º — a remodelação dos relatórios dos governadores municipais, de molde a lhes aumentar a utilidade e o interêsse, com a inclusão neles, ex. gr., da legislação municipal de um pequeno anuário estatístico (como já o faz o govêrno de Ponte Nova, em Minas) organizado com os próprios dados da coleta estatística de iniciativa da União e do Estado, e de um retrospecto da vida municipal, cujos principais acontecimentos, na ordem tanto social e econômica quanto administrativa e política, teriam, assim, adequado arquivamento como valioso material histórico;

9.º — a instalação, pela administração municipal, para uso público e com intúito educativo, de bons aparelhos receptores de rádio-telefonia;

10.º — a propaganda em prol da difusão de algumas pequenas indústrias domésticas (sericicultura, apicultura, etc.) que possam melhorar as condições econômicas locais;

11.º — o preparo e a divulgação, sob os auspícios da administração local, e com o concurso das pessoas para isso mais qualificadas, especialmente, do professorado, de notícias históricas, memórias e dicionários corográficos, albuns ilustrados e publicações outras dêsse gênero, que divulguem a formação da entidade municipal, os caracteristicos do seu território, as condições da vida local, as suas belezas naturais, etc.;

12.º — a propaganda do cooperativismo, nos seus vários ramos, de cuja inteligente e generalizada aplicação tantos benefícios podem resultar para a melhoria das nossas condições econômicas.

Tudo isto considerando, por conseguinte, peço à Primeira Conferência Nacional de Estatística que verifique se lhe merecem aplauso as seguintes conclusões:

I — Convém que, pelas administrações competentes, onde êles já existirem, sejam os Agentes de Estatística utilizados, de maneira sistemática, como órgãos de propaganda, junto aos governos e populações municipais, de medidas e iniciativas ainda pouco generalizadas nos

municípios e que convenha intensificar em benefício da cultura, da organização, do enriquecimento, do progresso, em suma, do país.

II — A atividade educacional a ser atribuida de modo expresso aos Agentes de Estatística, com evidentes vantagens não só para os próprios serviços estatísticos, como para a obra de civilização em que a nacionalidade deve empenhar todos os seus esforços, visará, permanente e genericamente, aqueles aperfeiçoamentos sociais e administrativos de que depende mais de perto o êxito dos inquéritos estatísticos (instituições ou melhoria dos registos públicos ou privados, de contabilidade ou outros), e, especializadamente, segundo um programa previamente preparado para cada coleta anual, quaisquer medidas e iniciativas que favoreçam o progresso da coletividade social.

XXVII — Uniformização da grafia nas designações geográficas

É deveras chocante a falta de sistematização e de uniformidade que se observa entre nós na maneira de grafar as designações geográficas.

Já não falando dos nomes geográficos estrangeiros, cuja grafia e prosódia são indicadas sem uniformidade nos compêndios, atlas, etc., que usualmente os registam para uso do ensino no Brasil, nota-se a maior balbúrdia, quanto à representação escrita das designações toponímicas brasileiras, nos livros didáticos, nos jornais e revistas e na bibliografia oficial dos municípios, dos Estados e da União. Duas, três e mais grafias se encontram, de fato, em tais impressos, para inúmeras designações geográficas, entre elas **a do próprio país**, as de alguns Estados e as de várias Capitais. Coteje-se, por exemplo, o frontispício do **Diário Oficial** com página de rosto do **Anuário Estatístico** — tambem **oficial** — da Diretoria Geral de Estatística, que se lerá, nesta, o nome do país grafado com **z**, e naquele, com **s**. . . .

O inconveniente de semelhante estado de cousas é patente, e já tem sido posto em relêvo muitas e muitas vezes.

O assunto foi focalizado nos Estados Unidos pelo presidente Harrison, que em 23 de Dezembro de 1891, dirigiu ao Congresso norte-americano u'a mensagem relatando a sua iniciativa de nomear uma comissão para estudar a uniformização das designações geográficas, e propondo a publicação do primeiro relatório que a mesma comissão lhe apresentara. E merece especial referência o trecho final do citado relatório, onde se alude ao interêsse que o assunto despertara na opinião culta do país. Ei-lo:

"The general public and specially the newspapers, the educators and the educational publishers of the country have manifested great interest in the work of the Board. Its decision have been generally accepted by geographers, publishers and educators, and seems on all accounts desirable that these classes should be informed promptly and fully of the decisions. To supply them would require an equal member, and the Board asks that recommendation be made to Congress that proper provision be made for printing and distributing these bulletins".

Entre nós, o assunto mereceu a atenção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, graças à indicação que lhe foi presente na assembléia geral extraordinária de 6 de Março de 1926 pelo seu distinto membro sr. Otelo Reis. Convocada pelo Instituto uma Conferência de Geografia para tratar do momentoso assunto, esta deu cabal cumprimento ao seu programa, aprovando em sua quinta e última sessão plena o

compêndio das resoluções assentadas, cujo texto se encontra à pág. 469 do tomo 99, vol. 153, da Revista do mesmo Instituto.

Essas regras ortográficas foram adotadas pelo Instituto Histórico, no seu monumental **Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico** e pela Diretoria Geral dos Correios, na organização das suas publicações oficiais intituladas **índice das Repartições Postais e Guia Postal do Brasil.** E, em 8 de novembro de 1927, o deputado Aarão Reis apresentou ao Congresso um projeto de lei mandando adotar obrigatoriamente as referidas resoluções da conferência de Geografia, "em todos os atos federais do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, bem como em todo o expediente dos seus vários órgãos e sub-órgãos, quer quanto à grafia dos nomes geográficos nacionais, quer quanto à dos estrangeiros"

Temos, pois, que:

1.º a necessidade da uniformização ortográfica dos nomes geográficos foi reconhecida pelos poderes públicos dos Estados Unidos desde 1891, e a ela se atendeu de pronto com aplausos do público em geral e dos meios cultos mais interessados no assunto;

2.º a matéria foi cuidadosamente estudada entre nós por especialistas, em virtude de iniciativa da corporação científica para isto mais qualificada;

3.º o Congresso Nacional já foi solicitado a pronunciar-se sôbre o assunto;

4.º e as regras assentadas para resolvê-lo já foram aceitas, independentemente de pronunciamento do Congresso, nas importantes publicações do Instituto Histórico e dos serviços postais brasileiros.

Ora, sendo assim, parece-me que a estatística nacional se deveria utilizar quanto antes da uniformização ortográfica tão oportuna e autorizadamente assentada e já posta em prática, sanando por êste modo a grosseira anomalia de se verem grafados diferentemente nos seus trabalhos as designações do próprio País de Estados, Capitais, municípios, cidades, vilas e povoados, e de inúmeros acidentes geográficos. Pelo que submeto ao esclarecido voto da Primeira Conferência Nacional de Estatística as seguintes conc usões:

I — A Conferência declara altamente desejavel que em todas as publicações estatísticas brasileiras se estabeleça rigorosa uniformidade na grafia dos nomes geográficos tanto nacionais como estrangeiros.

II — Para êsse fim deve ser seguido em todos os trabalhos estatísticos a serem d'agora em diante editados pela União, pelos Estados ou pelos Municípios, o sistema ortográfico aprovado pela Conferência de Geografia que se realizou na Capital Federal, de 6 de Julho a 25 de Setembro de 1926, e já adotado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pela Diretoria Geral dos Correios.

III — Para a rápida realização dêsse **desideratum** convem que a Diretoria Geral de Estatística, como repartição **leader** da estatística brasileira, não só declare adotar, desde já, o sistema proposto e concite as repartições suas congêneres a imitá-la, mas ainda, como medida particularmente eficaz para o fim em vista organize e divulgue larga e gratuitamente, de acôrdo com o referido sistema, um novo prontuário da divisão territorial brasileira, tanto administrativa como judiciária.

XXVIII — A adoção do Esperanto como lingua auxiliar dos serviços de estatística

A vitória do Esperanto como língua auxiliar universal é um fato que já ninguem poderá contestar. O seu uso oral e escrito é hoje corrente no mundo inteiro e já tem servido brilhantemente à causa da fraternidade humana no seu mais amplo sentido.

O comércio, o turismo, a ciência, as instituições internacionais até mesmo a política, teem encontrado no Esperanto um instrumento admiravel de propaganda e de entrelaçamento de relações no seio das várias coletividades humanas e entre todos os Estados da terra.

Ora, se é por meio da estatística que melhor os povos se conhecem a si mesmos, tambem por meio dela é que mais eficazmente êles se dão a conhecer na sociedade internacional.

Parece justo, portanto, que a divulgação estatística das condições de vida de cada povo, para sua maior eficiência, se socorra sup ementarmente do concurso do Esperanto.

Assim, entre nós, já foi compreendido e praticado ha mais de vinte anos. Por iniciativa do dr. Bulhões de Carvalho então pela primeira vez Diretor Geral de Estatística, e a quem tanto deve, sob todos os pontos de vista, a estatística geral brasileira, o **Boletim Comemorativo da Exposição de 1908**, a primeira publicação organizada no Brasil com feição do anuário estatistico, teve a sua introdução e os cabeçalhos de todos os quadros vertidos não somente para a língua francesa como tambem para o Esperanto. E recentemente o Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, deliberando iniciar a publicação dos seus trabalhos com a tradução do texto em Esperanto, adotou logo essa língua auxiliar na sua correspondência para o exterior do país.

Ambas essas iniciativas foram recebidas com viva simpatia e atrairam uma atenção maior do mundo culto para a estatística brasileira, sendo para observar que a correspondência em esperanto, da estatística mineira, deu sempre excelente resultado mesmo quando os seus destinatários não eram esperantistas, e isto porque, como é sabido, o Esperanto, graças à inteligente formação do seu dicionário de radicais, é facilmente compreendido por quem conheça qualquer das línguas européias.

Conviria, pois, que as nossas repartições de estatística, já como contribuição brasileira em benefício de um dos mais alevantados e nobres ideais humanos, já como recurso valioso para aumentar a eficiência dos seus esforços na revelação, perante os povos civilizados das condições de vida da comunhão nacional, se utilizassem habitualmente do Esperanto, empregando-o quer no texto das publicações que editarem quer na sua correspondência para o estrangeiro. E nesta suposição é que peço para o caso a atenção desta douta Assembléia formada pelos elementos mais representativos da cultura estatística brasileira, a ver se lhe merecem aprovação as seguintes conclusões:

I — A Primeira Conferência Nacional de Estatística, tendo em vista o comprovado valor do Esperanto como língua auxiliar internacional, faz votos por que as principais publicações estatísticas brasileiras, tanto as da União como as dos Estados, para a maior divulgação dos seus dados no estrangeiro, contenham na forma que fôr julgada mais adequadas, os elementos necessários para serem lidos em Esperanto.

II — Outrossim, declara desejavel que as repartições brasileiras de estatística, na sua generalidade, adotem o Esperanto na sua correspondência para o exterior da República.

XXIX — A reorganização imediata da estatística agrícola brasileira

A representação numérica dos fatos concernentes á vida agrícola nacional é uma das capitais preocupações dos serviços estatísticos dos povos cultos.

Em todos os países, com efeito mesmo naqueles mais intensivamente industrializados, representa a agricultura um dos maiores complexos dos respectivos aparelhamentos econômicos, tornando-se assim

indispensavel o controle das suas atividades com os elementos constantes de táboas estatísticas suficientemente completas e exatas.

Mas a indagação minuciosa das condições da vida agrícola de um povo só é possivel por meio de operações censitárias, e estas, evidentemente, não se podem reproduzir a não ser com intervalos de certa extensão, que mais comumente se fixam em quinquênios ou decênios.

Daí a necessidade do recurso a processos indiretos para se acompanhar, ao menos nos aspectos mais relevantes e tão de perto quanto possivel, o desenvolvimento das atividades agrícolas de cada nação através das vicissitudes climatéricas e outras, que lhes trazem, de ano para ano, marcada variação de condições.

Os institutos estatísticos modernos, tanto os de feição nacional, como os de carater internacional, se teem ocupado a fundo dêste assunto, achando-se em prática, no trato dele ,variadas técnicas, mais ou menos exigentes e aperfeiçoadas, conforme o grau de adiantamento do meio social e a eficiência da organização administrativa. São particularmente instrutivas nesta matéria as publicações do Instituto Internacional de Agricultura de Roma.

O Brasil, é certo, já possue um incipiente serviço de estatística agrícola, lançado com muita inteligência e operosidade pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, sob a direção esclarecida do competente técnico e habil administrador que é o dr. Artur Torres Filho.

As próprias publicações, entretanto, dessa repartição reconhecem que o que já está feito não passa de um esbôço, de uma organização rudimentar, muito longe ainda de satisfazer as necessidades do país neste particular.

Em outra indicação já tive ensejo de submeter à apreciação da Conferência um conjunto de medidas tendentes a aproveitar o lançamento do imposto territorial como meio regular de coleta dos elementos mais necessários à boa e regular organização, com carater ânuo, da estatística agrícola nacional. Mas pareceu-me tambem conveniente provocar o pronunciamento da Conferência especialmente sôbre algumas sugestões tendentes a melhorar de pronto o serviço de previsão e avaliação das safras, que é o mais importante dentre os que a estatística agrícola exige com periodicidade anual.

Obtida a devida vênia para êsse meu propósito tenho a lembrar, em primeiro logar, que a peculiaridade das condições territoriais, demográficas e sociais brasileiras não permite lançar mão dos mesmos processos, por mais eficientes e preconizados que sejam, de que se utilizam povos de organização social mais adiantada.

Assim que, não se pode pensar em aplicar no Brasil, pelo menos com o carater de generalidade, o processo de previsão das safras em função de um levantamento mais ou menos rigoroso das áreas semeadas. Nem, por igual motivo, se poderia pretender, por agora, computar as colheitas obtidas pelas declarações individuais dos produtores. Isso daria ao inquérito um carater de pesquiza censitária permanente, que, tanto pelo seu custo, como pela precariedade dos resultados em face da ignorância, dos preconceitos e da incúria em matéria de contabilidade, dos nossos agricultores, não se justificaria de forma alguma.

Em vez, pois, de nos preocuparmos com o seguir a ordem de operações mais abonada pela experiência e pela técnica dos povos mais adiantados, o que as circunstâncias nos vedam, temos de adotar uma técnica especial determinada pelas nossas condições, com cujo auxílio devamos obter, senão resultados tão perfeitos quanto os que já se con-

seguem em outros países, ao menos elementos melhores do que o pouquíssimo que já possuimos e através dos quais a situação da agricultura nacional possa ser acompanhada de perto e com certa justeza, possibilitada assim a regular inclusão do Brasil nas estatísticas internacionais.

Qual seria então o **modus faciendi** mais aconselhavel para o nosso caso?

A minha experiência dos serviços estatísticos no interior do país me leva á convicção de que, por ora e enquanto não forem tomadas certas medidas — aliás de alguma complexidade — modificadoras das condições atuais, não se poderá pretender mais do que o seguinte:

1.º A verificação, para o ano agrícola precedente áquele em que se iniciar o serviço, e com a possivel aproximação do quantitativo da colheita de cada produto a considerar na estatística, discriminadamente por municípios, aproveitados para isto todos os elementos de dedução, dentre os quais merecem destacados: a) a avaliação do consumo local, jogando-se para isto com a cifra demográfica, que é conhecida com suficiente aproximação, e com a quota **per capita** que fornecesse um inquérito junto a algumas famílias cuidadosamente escolhidas como representativas do nivel social e econômico predominante na população do município, aplicados, é claro, os corretivos que o estudo de cada caso aconselhasse; b) o cômputo prévio, com o auxílio do comércio local, dos movimentos de importação e exportação do produto em aprêço; c) os dados do último recenseamento, e de quaisquer outras pesquizas dêste gênero realizadas no município depois dele, quer pelo Estado quer pela administração municipal.

2.º O cálculo da área cultivada correspondente à colheita assim computada, tendo em vista o rendimento local, de cada lavoura em aprêço, por unidade de área de cultura, como tambem as condições climatéricas ou outras que houverem caracterizado o ano agrícola cuja produção se pretender exprimir.

3.º A averiguação, no comêço do ano agrícola que e dever acompanhar e por meio de uma cuidadosa auscultação dos meios interessados, da taxa percentual de ampliação ou de redução de área, com que se vierem a fazer, considerado o município em seu conjunto, as plantações locais da lavoura em estudo.

4.º O cálculo, por meio dessa taxa, da área presumivelmente ocupada pela dita lavoura, ficando êsse algarismo como primeiro termo fundamental (**área de cultivo**) da estatística da produção que se tiver em vista.

5.º A verificação mensal das condições da campanha agrícola e do estado da lavoura, em ordem a se poderem levantar, combinados êsses dados com os de rendimento médio das terras, estimativas sucessivas e progressivamente mais precisas, da safra em curso.

6.º A fixação, ao encerrar-se a colheita, e segundo as últimas observações feitas, controladas pelo consenso das classes interessadas, do competente efetivo, que será então o segundo termo fundamental, (**quantidade produzida**) da estatística do produto em aprêço.

7.º A determinação do preço unitário médio (**terceiro têrmo fundamental da estatística em organização**) por que no município haja sido vendida a safra pelos produtores.

8.º O cálculo, com base nesse preço, do **valor da produção**, quarto têrmo fundamental nas tabelas a elaborar.

Assim fixada a minha sugestão, embora naturalmente definidas apenas as suas linhas mais gerais, resta-me agora dizer como seriam obtidos os elementos informativos necessários à organização da estatísti-

ca agrícola segundo o plano acima esquematizado, bem assim qual seria a repartição mais qualificada para tomar a si essa tarefa.

Começando por êste último ponto, afigura-se-me que uma tal incumbência deveria caber á Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, não só porque assim se asseguraria perfeita continuidade a um serviço que sempre esteve confiado áquela repartição, como ainda pela circunstância de já dispor tal órgão administrativo federal de um numeroso corpo de hábeis agrônomos distribuidos pelo interior do país, elemento êsse que lhe facultaria um excelente controle das informações que fossem recebidas dos municípios, a par de investigações complementares que dariam maior desenvolvimento e adequada ilustração ás tabelas numéricas que a repartição organizasse segundo o plano exposto. É óbvio, porem, que seria particularmente aconselhavel uma participação mais ou menos direta da Diretoria Geral de Estatística nesses trabalhos, na forma que fosse previamente combinada, visto como assim a esta se proporcionariam experiência e subsidios excelentes para a boa execução das operações censitárias que lhe competem, do mesmo passo que ao Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas se facultariam preciosos elementos complementares para os seus trabalhos, senão mesmo um eficiente concurso nos serviços de apuração.

E quanto aos agentes de informação nos municípios, não sendo possivel conseguir-se de começo a contribuição para êsse fim de um corpo de funcionários federais, nem tão pouco se podendo utilizar agentes de estatística estaduais, visto como êstes por via de regra apenas passam uma vez por ano pelos municípios que lhes são distribuídos, — forçoso seria recorrer ao concurso das municipalidades. A cada uma destas, portanto, cumpriria — e aliás atendendo a um re'evantíssimo interêsse próprio — designar, dentre os seus serventuários ou não, e com as vantagens que quisesse estabelecer, uma pessoa que servisse de correspondente do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas. A administração federal poderia, em todo caso, senão remunerar o numeroso corpo de mais de 1.400 correspondentes que seria utilizado, pelo menos estabelecer-lhes certas vantagens, como, por exemplo, o recebimento gratuito, já do Diário Oficial (devendo este publicar não só a lista nominal dos correspondentes como os boletins mensais e os quadros finais da estatística que se levantasse), já das publicações do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, bem como as regalias que se pudesse instituir em virtude de se considerarem os Correspondentes, como prepostos e representantes, nos municípios do diretor dessa repartição.

Constituindo o corpo de Correspondentes, cumpriria então a cada um dele:

1.º expedir à Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, no último dia de cada mês, um breve boletim telegráfico, utilizada a franquia que para isso lhe fosse previamente outorgada, (não havendo estação telegráfica no local, pela que lhe ficasse mais próxima, a qual receberia então o texto do despacho por via postal), boletim êsse que, redigido segundo código adequado, transmitisse sôbre cada lavoura as informações necessárias ao conhecimento da respectiva situação em face das condições em que fosse correndo o ano agrícola;

2.º enviar à mesma repartição, por via postal, nos primeiros dias de janeiro, um resumido relatório contendo os dados gerais, que a repartição central julgasse necessários, sôbre a situação agrícola do município no ano findo, bem assim quaisquer outros dados complemen-

tares, sôbre a situação econômica local, que o próprio Correspondente julgasse conveniente registar:

Por êste modo organizado o serviço, é óbvio que a repartição central incumbida de dirigi-lo poderia de modo relativamente facil e com proveito para o público em geral e para a administração, divulgar boletins mensais sôbre a situação das culturas nas várias regiões do país e um completo anuário de estatística agrícola. E estaria o Brasil por essa forma habilitado a satisfazer os seus compromissos de ordem internacional relacionados com a organização e a situação agrárias da coletividade nacional.

Tudo isto considerando, por conseguinte, animo-me a submeter ao douto voto da Conferência o seguinte esbôço de conclusões com referência ao aperfeiçoamento imediato, praticamente sem aumento de despesa, da estatística agrícola em todo o território brasileiro.

I — A Conferência encarece a necessidade de serem melhorados os serviços federais de estatística agrícola, de forma que os respectivos resultados atendam de maneira mais eficiente, tanto aos interêsses econômicos nacionais, quanto aos compromissos internacionais do Brasil neste particular.

II — É recomendavel que êsses serviços continuem a cargo da Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícolas, que neles utilizará de maneira eficaz, como elemento de instrução, de controle e de verificações técnicas, o corpo de funcionários especializados de que já dispõe nos Estados; convindo, porem, que em tais trabalhos colabore de perto, e na forma que fôr combinada, a Diretoria Geral de Estatística, como órgão a que incumbem os recenseamentos gerais.

III — As condições do meio brasileiro parece aconselharem que os trabalhos de levantamento da nossa estatística agrícola, devendo ter início no começo de um determinado ano agrícola, tomem como ponto de partida uma cuidadosa estimativa da produção de cada município no ano agrícola anterior; estabeleçam segundo os resultados médios verificados, as áreas de cultura correspondentes à aludida produção; fixem pela majoração ou redução proporcional que observações cuidadosas indicarem, as áreas sob as várias culturas no ano agrícola iniciado; acompanhem o desenvo vimento dêsse ano agrícola, através das vicissitudes meteorológicas e outras, levantando cômputos mensais, sucessivos, dos rendimentos das colheitas; determinem, finalmente, os efetivos destas e lhes computem o valor por meio da média dos preços pelos quais os produtores fizerem os seus negócios de venda, fechando-se assim o ciclo que, a partir de então se deve repetir sem mais solução de continuidade e com os progressivos aperfeiçoamentos que novas circustâncias, melhoria da nossa organização administrativa e indagações técnicas sistematizadas forem permitindo.

IV — Como instrumentos de coleta nos municípios, sugere a Conferência que sejam utilizados Correspondentes municipais, designados para êsse fim pelos governos comunais e cuidadosamente instruidos pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, como prepostos de cujo diretor agirão, para isso dispondo dos elementos técnicos, da franquia postal e telegráfica e da autoridade que os serviços exigirem.

V — Para a oportuna e eficiente vulgarização dos resultados obtidos, lembra a Conferência que seriam mais eficazes um comunicado mensal publicado no Diário Oficial, resumindo o estado das culturas e a variação das previsões das safras, e a publicação regular de um Anuário Agrícola Brasileiro.

XXX — Estatística dos quadros do pessoal da administração brasileira

Apesar do grande interêsse que desperta a estatística dos quadros do pessoal empregado pela administração brasileira, ainda não conseguimos dar-lhe realização satisfatória, abrangendo os três conjuntos ou sistemas que integram a organização administrativa nacional — o federal, o estadual e o municipal.

Estivesse, entretanto, essa estatística levantada, que teriamos nela subsídios de subido valor para o estudo de vários e importantes assuntos, relacionados com a organização social, com o custo da vida, com a estrutura e a eficiência do aparelho administrativo, etc.

As tentativas mais importantes que conheço, nesse terreno, foram feitas pela Diretoria Geral de Estatística, que divulgou os respectivos resultados pelo Anuário Estatístico do Brasil (Ano I — 1908—1912, vol. I) e pela obra "Administração", editada em 1914, sendo que no primeiro dêsses trabalhos aparecem dados de 1912, e no segundo, de 1913 e 1914.

Essa estatística, porem, foi abordada nesses volumes de modo muito sumário, sem a conveniente uniformidade, e restringida a sistematização empreendida ao funcionalismo federal.

Parece, portanto, que seria oportuno um esfôrço decisivo nesse sentido, objetivando a apresentação de um trabalho de conjunto, que abrangesse o funcionalismo da União, dos Estados e dos municípios, e obedecendo à diretriz fundamental de enumerar esquematizadamente os ramos governamentais e administrativos, as funções e categorias, com indicação dos respectivos efetivos de ocupantes e competentes vencimentos.

Neste pressuposto, trago com a devida vênia à consideração da Conferência um projeto de conclusões fixando o assunto com a conveniente nitidez. Ei-lo.

I — A Primeira Conferência Nacional de Estatística tem por muito desejavel que a Diretoria Geral de Estatística execute quanto antes — e a mantenha com a periodicidade que convier — uma minuciosa estatística dos quadros administrativos da União, dos Estados e dos Municípios.

II — Podendo a especificação de detalhe dessa estatística, na parte relativa aos Estados e aos municípios, ficar a cargo das repartições de estatística estaduais, conviria que a iniciativa da Diretoria Geral de Estatística tivesse em vista estabelecer a precisa especificação no que se referisse aos quadros administrativos federais, de maneira que o seu trabalho deixasse possibilitado qualquer estudo que tivesse por escopo a reorganização do funcionalismo da União.

III — A especificação sugerida no item precedente, baseada na referência particularizada do vencimento de cada categoria referida e do respectivo efetivo de servidores, poderia ater-se sucessivamente a três enumerações das categorias de cargos, a saber: 1.º segundo a esquematização orçamentária, indicando o sistema geral da organização administrativa federal; 2.º segundo as categorias de funções e a nomenclatura alfabética dos cargos, permitindo facilmente o exame sob o ponto de vista da propriedade de designação, da coerência e da equidade, das diferenciações ou equiparações estabelecidas; 3.º segundo grupos decorrentes da importância da remuneração anual, apresentando a escala geral dos vencimentos pagos pela União.

IV — Convindo que a segunda das classificações acima referidas distribua os cargos por tantos índices alfabéticos quantas as categorias verdadeiramente fundamentais das funções, nos cargos de govêrno ou

administrativos, tem a Conferência por aconselhavel a adoção, para êsse fim, com a adaptação que convier, do esquema formulado no Anuário Estatístico de Minas Gerais (Ano II — 1922—1925), onde se diferenciam os seguintes grupos de servidores públicos:

A — serventuários dos postos do govêrno e direção administrativa superior;

B — serventuários de mais elevada especialização intelectual (administração superior, magistratura, ministério público, serventuários da justiça, autoridades policiais, oficiais da Fôrça Pública, magistérios superior e secundário);

C — serventuários de menos elevada especialização intelectual (magistério primário, auxiliares de escrita, técnicos de serviço de menor responsabilidade, inferiores militares);

D — serventuários de rudimentar especialização intelectual, mas de bem caracterizada especialização prática (auxiliares de escritórios, guardas, oficiais de artes práticas, praças graduadas);

E — serventuários sem especialização intelectual e de rudimentar especialização prática (praças de pret sem graduação, serventes, jornaleiros, profissionais de serviços domésticos, etc.).

XXXI — Assistência estatística aos órgãos legislativos federais

Sendo a estatística, como já disse alguem, e com incontestavel propriedade, o "biômetro das nações", não se compreende que não preste ela uma assistência muito especial aos trabalhos de elaboração legislativa.

Por essa assistência, porem, não se deve entender a ilustração ocasional que um outro legislador vá buscar às obras especializadas de estatística. Êsse espontâneo esfôrço dos congressistas não é suficiente. Mesmo que não o limitassem sobremaneira às condições gerais da mentalidade dos nossos homens públicos, em regra, pouco afeiçoados ao trato dos números, haveria a dificulta-lo tambem o fato de ainda não existir entre nós uma fonte geral assás completa e facilmente accessivel, em que se encontram as variadissimas contribuições numéricas de que o legislador pode haver mestér.

É claro, por conseguinte, que muito facilitará os trabalhos do Congresso Nacional a criação de um gabinete consultivo de estatística anexo a cada ramo do Poder Legislativo da União, destinando-se tal gabinete, pela sua organização apropriada, a proporcionar com presteza a cada Senador ou Deputado e às várias comissões do Senado e da Câmara, a documentação estatística necessária ou simplesmente útil à justificação dos projetos, aos debates legislativos ou elaboração dos pareceres.

E aos técnicos estatísticos que essa providência pusesse à disposição dos órgãos legislativos, poderia tambem caber a importante função — aliás já brilhantemente lembrada pelo dr. Benjamim Lima em artigo publicado no "O País" — de sugerir as medidas que proveitosamente se pudessem incluir nos projetos de lei em trânsito, visando a criação de novos registos, ou o aperfeiçoamento dos já existentes com o intúito de instituir fontes seguras e minuciosas de dados estatísticos

Cabe ponderar, finalmente, que, adotada tal medida pelo Poder Legislativo brasileiro, **ipso facto** se teria assegurado vantajosa contribuição para o desenvolvimento da cultura estatística nacional, pois que, além do mais, resultaria dela proveitoso alargamento do insignificante quadro atual dos serventuários públicos de elevada categoria dedicados profissionalmente aos estudos estatísticos.

As considerações que deixo formuladas levam-me a submeter ao exame da Conferência, **data venia**, o seguinte projeto de indicações:

I — A Primeira Conferência Nacional de Estatística tem por acertado lembrar a conveniência de ser criado, na organização administrativa de cada uma das Casas do Congresso Nacional, um Gabinete de Estatística, cujo encarregado poderia ter a designação de Consultor de Estatística.

II — Julga a Conferência que as atribuições de cada um dos Consultores de Estatística do Congresso se poderiam fixar fundamentalmente no seguinte:

1.º — Ter organizada uma coleção das obras estatísticas mais recentes, oficiais e particulares, nacionais ou estrangeiras, cuja consulta possa ser útil aos trabalhos legislativos do Congresso Nacional;

2º — Organizar e manter em dia os fichários, prontuários e indicadores necessários à rápida documentação estatística de qualquer assunto;

3º — Organizar, fazer publicar no Diário Oficial e em avulsos, e distribuir, as elaborações estatísticas que, pela sua natureza especial, ou pela sua significação fundamental relativamente á atualidade nacional, devam ser levadas ao conhecimento dos membros do Congresso;

4º — Facultar e facilitar, aos membros do ramo do Congresso a que servir, a consulta da coleção bibliográfica organizada no Gabinete a seu cargo;

5º — Elaborar com a possivel rapidez, e, comunicar aos interessados em **memoranda**, as contribuições estatísticas que verbalmente ou por escrito lhe forem requisitadas pelos representantes da Nação ou pelas Comissões da respectiva Casa do Congresso;

6º — Enviar **ex-ofício** às Comissões da Câmara ou do Senado, conforme o caso, a documentação estatística que lhe parecer oportuna com referência aos assuntos sôbre que elas houverem de de iberar;

7º — Obter, por correspondência postal ou telegráfica, dos particulares, entidades oficiais e instituições científicas ou outras, do país e do estrangeiro, que as puderem fornecer, as informações e publicacações necessárias à perfeita eficiência, regularidade do serviço consultivo da sua atribuição;

8º — Sugerir, sempre que se apresentar oportunidade, a inclusão, nos textos legislativos em andamento, dos dispositivos que forem convenientes à facilitação e ao desenvolvimento dos serviços estatísticos nacionais.

III — A Conferência alvitra ainda que os Consultores de Estatística a que se refere esta indicação deveriam trabalhar de comum acôrdo dividindo entre si os trabalhos de pesquiza e coordenação, e comunicando-se os resultados obtidos, de modo a evitar repetição de indagações para o serviço de estatística do Congresso, bem assim a assegurar uniforme e sistemático desenvolvimento ao acervo de dados coligidos pelos dois Gabinetes de Estatística.

IV — Para melhor aproveitamento dos trabalhos executados em cada um dos Gabinetes de Estatística em aprêço, julga a Conferência que os comunicados que o Consultor de Estatística da Câmara ou do Senado distribuisse em impresso deveriam ser levados igualmente ao conhecimento dos membros do outro ramo do Congresso.

XXXII — Táboas itinerárias

As nossas repartições de estatística quase não teem dedicado atenção ao levantamento de tabelas indicativas dos percursos e dos meios de comunicação a utilizar no transporte de pessoas de uma localidade para outra, no território nacional.

Entretanto, o assunto, sôbre enquadrar-se perfeitamente nas respectivas atribuições, pois que lhes incumbe o estudo dos meios de comunicação e de transporte, tem uma importância notavel, quer sob o ponto de vista social e econômico, quer sob o aspecto político, e nem sequer apresenta grande dificuldade.

Tenho, assim, por oportuno que se focalize essa matéria e se chame para ela a atenção dos nossos órgãos estatísticos, lembrando-lhes mesmo o **modus faciendi**, em suas linhas gerais, para iniciar com proveito imediato o levantamento que se faz mestér no terreno em aprêço.

A palavra autorizada da Conferência de Estatística teria, suponho, uma influência decisiva nesse sentido, conseguindo facilmente com as suas prestigiosas sugestões, que se elaborasse em pequeno prazo, para todo o Brasil, um conjunto prático de tabelas itinerárias, dentre as quais se destacariàm — e seriam naturalmente as primeiras a aparecer — as que estabelecessem, como já se fez em Minas Gerais, os percursos e os meios de transporte a utilizar — tudo especificado tão detalhadamente quanto possivel — nos itinerários entre cada sede municipal e as capitais — do Estado e da União.

Inspirando-me, pois, nessa suposição, permito-me solicitar a apreciação da Conferência para o seguinte esbôço de conclusões relativas ao assunto:

I — A Primeira Conferência Nacional de Estatística, assinalando a falta que fazem, não só ao excursionismo recreativo, quanto mesmo à vida econômica nacional, detalhadas e exatas tabelas itinerárias, pede às repartições de estatística para isso competentes, tanto na administração federal, como na estadual, que voltem para êsse assunto vistas solícitas, iniciando quanto antes a elaboração das respectivas tabelas.

II — Sugere tambem a Conferência que, a par das táboas itinerárias de cada Estado, sejam organizados e divulgados igualmente esquemas gráficos ou mesmo mapas, que ilustrem convenientemente aquele trabalho.

III — Alvitra a Conferência, finalmente, que a iniciativa em aprêço tenha de início, a bem da sua imediata utilidade, o objetivo de divulgar no mais breve prazo possivel, a especificação e caracterização tabuladas, para cada Estado, dos itinerários entre cada sede de município e, sucessivamente, a capital do Estado e a capital da União.

XXXIII — Notícias estatístico-corográficas dos municípios

Quer como meio de propaganda dos próprios serviços estatísticos, quer como contribuição preciosíssima para o estudo da geografia brasileira, quer ainda como meio de propulsionamento econômico, de preparação das pesquizas censitárias e de atuação educativa, teem as repartições de estatística uma admirável obra a realizar no promover, direta ou indiretamente, o preparo e divulgação de notícias estatístico-corográficas municipais.

Direta ou indiretamente, deixei dito, porque as repartições de estatística poderiam tomar essa iniciativa ou recolhendo material informativo necessário por meio de inquéritos e elaborando elas próprias

metodicamente as monografias em aprêço, ou promovendo o preparo destas pelo concurso de pessoas idôneas residentes nos municípios a estudar e se reservando apenas a publicação dos trabalhos que, em atenção ao seu apêlo, lhes fossem oferecidos.

Como quer que seja, porem, para que tal esfôrço proporcionasse todos os excelentes resultados de que é capaz, fôra mestér adotar-se um padrão ou ao menos um sumário, uniforme, fixando o minimo dos dados a coordenar e sistematizar. Ora, tive oportunidade, há tempo, como organizador do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, de fixar o índice ou roteiro para um trabalho dêste gênero, o qual se não foi divulgado integralmente, por intercorrentes dificuldades tipográficas, dado o acúmulo de trabalhos cuja publicação a repartição deveria fazer com urgência, ficou, todavia, com o seu material totalmente coligido e chegou a ter a sua publicação, iniciada, se bem que em forma muito resumida, pelas colunas do "Minas Gerais", órgão oficial dos poderes do Estado, sendo vulgarizados depois êsses estudos em uma meia dúzia de fascículos. E tambem pude experimentar a colaboração de particulares, adstrita ao dito plano, com a edição pelo serviço de estatística a meu cargo, de uma interessantíssima monografia, bastante ilustrada, sôbre o município de Araxá, trabalho êsse da lavra do distinto engenheiro e professor, dr. Hildebrando de Araujo Pontes, que é tambem um conhecido estudioso da nossa história e geografia.

Firmado nas considerações supra, e com apôio na experiência que acabo de referir, animo-me a submeter ao juizo da Conferência o plano que tracei, para que esta, melhorando-o com o auxílio das luzes dos seus ilustrados membros, deixe assentado, se o entender conveniente, um modêlo autorizado para as tentativas como a de que tomei a iniciativa e a responsabilidade em Minas. E para maior facilidade, do pronunciamento que peço, dou logo às minhas idéias a forma de conclusões que venho adotando para estas minhas despretenciosas sugestões.

I — A Primeira Conferência Nacional de Estatística sugere, como medida de extraordinário alcance para a estatística e a geografia brasileiras, que a Diretoria Geral de Estatística promova pela forma que julgar conveniente, postos ao serviço desta patriótica iniciativa o seu incontestavel prestígio, sua capacidade técnica e seus variados e valiosos recursos de propaganda e de ação, a organização e divulgação de notícias ou memorias estatístico-corográficas dos municípios.

II — Adotado tal alvitre, entende a Conferência que seria de louvar que as notícias a preparar tomassem por base, como mínimo de desenvolvimento da respectiva matéria, o esquema a seguir:

CARACTERIZAÇÃO GERAL

Cap. I — Posição, configuração, confrontações e limites

Parágrafo único — 1º Posição em relação ao Estado. — 2º Posição astronômica (exata ou aproximada). — 3º Configuração. Dimensões. Desenvolvimento do perímetro. 4º Confrontações (por municípios e distritos). — 5º Descrição dos limites municipais.

Cap. II — Divisão, superfície e população

Parágrafo 1º — 1º Divisão, em distritos, com indicação das respectivas sedes. — 2º Linha divisória e confrontações de cada distrito.

Parágrafo 2º — 3º Superfície e população atual, totais e por distritos, em números absolutos e relativos. — 4º Discriminação da população recenseada em 1920, segundo o sexo, o estado civil, a naturalidade e a naciona'idade, a idade, o grau de instrução e a profissão. — 5º Classificação dos prédios existentes segundo suas condições, aplicação e natureza. — 6º Estatística domiciliária.

Parágrafo 3º — 7º Resultados do Registo Civil e sua comparação com os totais provaveis dos nascimentos, casamentos e óbitos.

Cap. III — Origem do povoamento. Evolução social e política

Parágrafo único — 1º Devassamento do território. — 2º Correntes de povoamento, suas procedências, causas e objetivos. — 3º Linhas gerais da evolução social. — 4º Núcleo ou núcleos da organização municipal, e sua origem. — 5º Formação municipal e sua linha histórica ascendente e descendente. — 6º Formação judiciária. — 7º Legislação relativa à criação dos distritos.

Cap. IV — A sede municipal

Parágrafo único — 1º Local em que está edificada a sede municipal e sua caracterização. — 2º Condições gerais do traçado. — 3º Condições gerais das edificações. — 4º Principais edifícios. — 5º Melhoramentos existentes (calçamento, arborização, abastecimento d'água, esgotos, e iluminação pública) — 6º Obras de arte. — 7º Condições sociais. — 8º Número de logradouros e de prédios e população provavel (absoluta e proporcional à do município). — 9º Altitude, coordenadas, posição no município e no distrito, situação e distância em relação à Capital do Estado. Comunicações com a Capital do Estado e a da República.

SITUAÇÃO FÍSICA

Cap. V — Aspecto e relêvo do solo

Parágrafo único — 1º Condições gerais do revestimento florístico. 2º Acidentação e altimetria. — 3º Orografia. — 4º Grutas e cavernas.

Cap. VI — Sistema fluvial — Lagoas

Parágrafo 1º — 1º Caracterização do território quanto às bacias gerais por que se distribue. — 2º Estudo detalhado do curso dos principais rios, com referência mais ou menos minuciosa dos seus afluentes e sub-afluentes principais, e com alusão sistematizada às margens de confluência e território dos distritos banhados.

Parágrafo 2º — 3º Condições gerais quanto à existência de lagoas, com a caracterização e localização das principais delas.

Cap. VII — Clima

Parágrafo 1º — 1º Caracterização geral. — 2º Chuvas e enchentes. — 3º Tempestades e granizos. — 4º Temperaturas e geadas. — 5º Ventos predominantes.

Parágrafo 2º — 6º Caracterização do posto meteorológico local (se existir) e suas observações.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

Cap. VIII — Riquezas naturais

Parágrafo 1º — 1º Enumeração das principais riquezas minerais e condições da ocorrência de cada uma (lugares, abundância, qualidade, etc.) — 2º Riquezas menores pela qualidade ou quantidade, com as referências possiveis, principalmente sôbre a localização distrital.

Parágrafo 2º — 3º Apreciação genérica sôbre a existência da hulha branca. Enumeração, localização e caracterização das principais quedas d'água.

Parágrafo 3º — 4º Estudo sintético sôbre as riquezas vegetais, com referência particular às que forem mais notaveis. — 5º Referência à área coberta por matas, em hectaros, e sua proporção percentual sôbre a área do município, com um quadro discriminativo por distritos.

Parágrafo 4º — 6º Alusão à riqueza em animais silvestres de pluma e pêlo, bem como à fauna fluvial e lacustre.

Cap. IX — Lavoura e criação

Parágrafo 1º — 1º Situação geral da lavoura (lugar que ocupa entre as atividades econômicas locais, sua organização e condições que encontra (qualidades das terras, entraves e facilidade). — 2º Culturas praticadas (culturas em grande e pequena escala, com referência expressa a horti-pomi-floricultura), ensaios realizados e possibi idades entrevistas. — 3º Processos de lavoura e combinações culturais. Máquinas e instrumentos agrários empregados. — 4º Rendimentos médios do solo nas várias culturas. — 5º Condições de contrato dos trabalhadores rurais. — 6º Estimativa da produção agrícola do município.

Parágrafo 2º — 7º Situação geral da criação (lugar que ocupa entre as atividades econômicas locais, sua organização, males e entraves que prejudicam o seu desenvolvimento, condições que o favorecem. — 8º Criações praticadas em grande e pequena escala, com referência especial à avicultura, apicultura e sericicultura. Ensaios realizados e possibilidades entrevistas. — 9º Sistemas adotados, raças e reprodutores, cuidados zootécnicos praticados (com referência especial a silos e estabulação, bem como ao número de banheiros, carrapaticidas e sarnífugos). — 10º Forragens, nativas e cultivadas. — 11º Pêso médio dos animais de corte. Preço médio de um animal nas várias espécies e tipos. — 12º Estimativa atual dos rebanhos e da sua produção.

Parágrafo 3º — (êste parágrafo só aparecerá quando houver colonização oficial no município) — 13º Designação, localização e caracterização das colônias agrícolas existentes. — 14º População e produção de cada um dos núcleos agrícolas em funcionamento.

Cap. X — Indústrias

Parágrafo 1º — 1º Indústria extrativa (condições gerais e características das empresas organizadas).

Parágrafo 2º — 2º Indústria da eletricidade (sua organização e condições de exploração).

Parágrafo 3º — 3º Indústria fabril (empresas industriais existentes, sua organização e produção).

Parágrafo 4º — 4º Pequenas indústrias (condições gerais e quadro especificativo por distritos).

Parágrafo 5º — 5º Salários médios nos principais ofícios.

Cap. XI — Comunicações e transportes

Parágrafo 1º — 1º Organização postal (estações e linhas).

Parágrafo 2º — 2º Organização telegráfica (estações e linhas).

Parágrafo 3º — 3º Serviço telefônico (redes públicas com suas características, redes particulares, cômputo total da rede municipal).

Parágrafo 4º — 4º Navegação fluvial (organização das empresas que exploram o transporte fluvial, linhas de navegação em tráfego, transportes efetuados e respectiva receita).

Parágrafo 5º — 5º Linhas de estradas de ferro que servem o município. — 6º Estações e sua localização. — 7º Movimento de transporte por estações. — 8º Receita do tráfego por estações.

Parágrafo 6º — 9º Ferro-carris (empresas existentes, sua organização. Linhas em tráfego, transportes efetuados durante o último ano findo e respectiva receita).

Parágrafo 7º — 10º Rede de estradas de rodagem (sua caracterização e cômputo geral da quilometragem).

Parágrafo 8º — 11º Distância entre a sede municipal e as sedes dos municípios vizinhos. — 12º Distâncias entre a sede municipal e cada uma das sedes distritais do município. 13º Distâncias de cada sede distrital a cada um dos principais povoados sob a respectiva jurisdição.

Parágrafo 9º — 14º Veículos diversos (efetivos das várias espécies de veículos existentes, por distritos).

Parágrafo 10º — 15º Custo de transporte (especificação atendendo às várias espécies de transporte e às modalidades dos respectivos contratos).

Cap. XII — Crédito e previdência

Parágrafo único — 1º Organização bancária. — 2º Balanço da Caixa Econômica.

Cap. XIII — Propriedade territorial

Parágrafo único — 1º Parcelamento do solo. — 2º Lançamento territorial (número de contribuintes, áreas lançadas e sua proporção, valor total e médio). — 3º Registo geral da propriedade (número e valor das inscrições e transcrições). 4º Movimento total das transferências inter-vivos. — 5º Preços médios das terras, segundo as principais especificações de uso corrente.

Cap. XIV — Comércio

Parágrafo único — 1º Condições gerais do comércio local e quadro especificativo (segundo o lançamento do imposto de indústrias e profissões) — 2º Feiras (quando e onde se realizam, indicações mais interessantes sôbre essa modalidade de comércio). — 3º Mercados (seus característicos e movimento). — 4º Matadouros (sua caracterização, gado abatido e respectiva produção). — 5º Preços médios dos gêneros de maior consumo. — 6º Hoteis e pensões (seu número, por distritos, e preços da hospedagem). — 7º Comércio exterior (indicações gerais sôbre as correntes comerciais de importação e exportação). Estimativa da exportação dos principais produtos.

SITUAÇÃO SOCIAL

Cap. XV — Condições nosológicas e recursos sanitários

Parágrafo único — 1º Situação nosológica. — 2º Recursos médicos e farmacêuticos, por distritos (incluido o estudo dos serviços de higiene porventura existentes).

Cap. XVI — Melhoramentos urbanos

Parágrafo único — 1º Abastecimento d'água (condições do serviço existente, prédios abastecidos e taxa de abastecimento). — 2º Redes de esgotos (organização do serviço, prédios esgotados e taxas cobradas). 3º Iluminação (empresas que exploram êste serviço e seus caracteristicos, espécie da iluminação existente, tanto pública como domiciliária, seu custo e mais indicações interessantes).

Cap. XVII — Ensino público e particular

Parágrafo único —1º Elementos que constituem os vários ramos de ensino com sua caracterização e localização. — 2º Quadro resumindo a organização e o movimento escolar. — 3º Conclusões estatísticas (números médios e proporcionais mais expressivos).

Cap. XVIII — Imprensa, bibliotecas e museus

Parágrafo único — 1º Periódicos existentes e seus principais caracteristicos. — 2º Bibliotecas públicas e semi-públicas, com as principais indicações sôbre a respectiva organização e movimento, bem como sôbre as instituições mantenedoras. — 3º Museus oficiais e de instituições cientícas ou didáticas (sua propriedade, natureza, organização e condições de funcionamento).

Cap. XIX — Teatros e cinematógrafos

Parágrafo único — 1º Indicação e caracterização dos teatros existentes, e condições do seu funcionamento no último ano. — 2º Cinematógrafos existentes e condições da respectiva exploração.

Cap. XX — Assistência pública e privada

Parágrafo único — 1º Institutos de assistência a enfermos, sua caracterização e respectivo movimento. — 2º Outras instituições de assistência (a menores, à velhice, à indigência), sua organização e socorros prestados.

Cap. XXI — Criminalidade e suicídios

Parágrafo 1º — 1º Crimes cometidos, por distritos (segundo a natureza dos crimes e a condição dos autores). — 2º Suicídios e tentativas de suicídio, segundo a condição dos autores e o meio utilizado.

Cap. XXII — Associações

Parágrafo único — 1º Indicações gerais. — 2º Quadro especificativo.

Cap. XXIII — Religião

Parágrafo único — 1º Organização católica. — 2º Movimento do culto católico. — 3º Quadro especificativo da organização e do movimento do culto católico. — 4º Outros cultos, sua organização e movimento.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA

Cap. XXIV — Govêrno e administração

Parágrafo único — 1º Câmara Municipal (composição, períodos de funcionamento, sessões realizadas e atos votados no último ano). — 2º Administração municipal (departamentos, encargos, pessoal e respectiva remuneração).

Cap. XXV — Finanças públicas

Parágrafo único — 1º Finanças do município (receita, despesa e dívida, com as competentes especificações). — 2º Fontes da receita municipal. — 3º Comparação das rendas municipais com as do Estado e da União no município.

Cap. XXVI — Polícia e repressão

Parágrafo único — 1º Apreciação geral da situação do município quanto aos serviços de polícia e repressão. — 2º Organização do aparêlho policial local. — 3º Fôrça policial destacada no município e sua distribuição. — 4º Prisões, seus característicos, capacidade. Detentos existentes e sua classificação.

Cap. XXVII — Justiça

Parágrafo único — 1º Aparêlho judiciário existente no município. — 2º Movimento forense federal. — 3º Movimento forense estadual.

Cap. XXVIII — Defesa nacional

Parágrafo único — 1º Unidades do exército com sede no município, seus característicos e condições de instalação. — 2º Condições do serviço de alistamento e sorteio militar. — 3º Corpo de oficiais da 2.ª linha. — 4º Linhas de Tiro existentes e seus característicos.

Cap. XXIX — Organização eleitoral

Parágrafo único — 1º Organização política partidária. — 2º Eleitorado, com a sua distribuição por distritos. — 3º Organização federal. — 4º Organização estadual. — 5º Dados sôbre o comparecimento do eleitorado às urnas nas últimas eleições federais, estaduais e municipais.

OS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FREITAS, Mario Augusto Teixeira de. Os serviços de estatística do Estado de Minas Gerais. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.4, n.13, p.107-130, jan./mar. 1943.

OS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Por iniciativa do eminente Mestre, o Professor EVERARDO BACKHEUSER, assistido pelos distintos consócios Comandante RAUL TAVARES e Drs COUTO FERNANDES e CARLOS DOMINGUES, vi-me distinguido com a investidura, tão honrosa quanto de pesadas responsabilidades, de *sócio efetivo* desta benemérita Sociedade

A êsses ilustres paraninfos e à douta corporação que tão imerecidamente me acolhe em seu seio, os meus mais efusivos agradecimentos

*

Nos discursos com que os recém-vindos a êste grêmio iniciam a sua participação na vida da sociedade, é praxe abordar um tema relacionado com os objetivos sociais A mim, portanto, nenhum melhor se me depara do que a própria organização do serviço que para a minha humilde personalidade chamou a atenção desta douta corporação, isto é, o Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais E terei assim o ensejo de vos retraçar, ainda que muito resumidamente, uma interessante página da história administrativa mineira Mas ficai certos desde já — e inclinai-vos por isso a generoso julgamento — de que não ides ouvir pròpriamente uma peça oratória, senão que apenas a leitura de uma desataviada exposição de como surgiram, se desdobraram e se tornaram uma bela realidade os serviços de estatística geral no grande Estado mediterrâneo, graças ao tino dos seus administradores e à índole progressista e ordeira do nobre povo montanhês

*

Desde os tempos coloniais vem sendo a estatística cultivada em Minas

A fiscalização severa que o govêrno da Metrópole impunha à colônia, tributando-lhe fortemente as atividades e controlando-lhe o desenvolvimento, já para evitar o seu progresso além de um certo limite compatível com a dependência política e social em que a queria manter, já para obstar a que as suas indústrias fizessem concorrência às da mãe-pátria, — tal fiscalização exigia naturalmente ativa vigilância, que só minuciosos registros e levantamentos estatísticos permitiriam.

O primeiro arrolamento demográfico de Minas Gerais, na fase colonial, fez-se em 1751 (NÉLSON DE SENA, *Anuário de Minas Gerais*, 1918), seguindo-se-lhe vários cômputos, de significação mais ou menos rigorosa Através dêsses dados pode-se bem traçar a curva do desenvolvimento demográfico de Minas Gerais-Colônia, Província e Estado, desde os algarismos iniciais, de 226 666 habitantes, em 1751, passando por 433 049, em 1808, por 800 000, em 1821, por 3 184 099, em 1890, por 5 888 174, em 1920, para já atingir a 7 697 263, em 1930, ou seja um crescimento anual que tem como dominante uma taxa pouco superior a 2 %

Levanta-se com rigor, desde o período colonial, o movimento da exportação, começando os quadros retrospectivos, que os arquivos permitem organizar, no remoto ano de 1818, e desenvolvendo-se daí em diante, com certa irregularidade, mas de modo bastante expressivo

A estatística financeira também se iniciou muito cedo, e interessantíssimos quadros se organizariam desde os primeiros tempos da história mineira, não fôsse a inatingibilidade das fontes consultáveis e a lamentável destruição de numerosos arquivos municipais. Ainda assim, conseguem-se hoje quadros que

A CONFERÊNCIA ora divulgada nesta secção, e relativa aos serviços estatísticos de Minas Gerais, foi realizada pelo A, Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, já então diretor geral de Informações Estatística e Divulgação do Ministério da Educação ao ser recebido como sócio efetivo, em sessão de 2 de Outubro de 1931, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro Constitui êsse trabalho uma das primeiras contribuições de natureza regional para o estudo da evolução histórica da Estatística Brasileira, objetivo êsse que tem merecido particular atenção do I B G E e dado lugar a mais de um pronunciamento do Conselho Nacional de Estatística Referindo em largos traços as principais realizações da estatística de Minas o A alude a iniciativas de maior alcance e de cuja consecução participou diretamente como diretor que havia sido, até bem pouco antes, dos serviços estudados em sua conferência Escrito em 1931, êsse trabalho deixa de referir o que tem sido a evolução da estatística mineira a partir daquela data ou seja exatamente numa fase em que todo o sistema estatístico do país vem sendo impulsionado por um notável esfôrço de renovação e aperfeiçoamento É oportuno registrar, porém, que o estudo do Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS está sendo convenientemente atualizado e vem servindo ainda, de ponto de referência para novas e mais profundas pesquisas históricas, à margem daquelas admiráveis iniciativas com que Minas tanto contribuiu para o progresso da Estatística no Brasil e em meio às quais a obra de LUIZ MARIA DA SILVA PINTO assume um caráter verdadeiramente apostolar Êsse trabalho, que se realiza sob o patrocínio do Instituto, acha-se a cargo de um filho em historiador mineiro, o Sr GERALDO DUTRA DE MORAIS, membro do Instituto Histórico de Minas e funcionário do Departamento de Estatística do Estado

dão o desenvolvimento completo da vida financeira da Província desde o exercício de 1835-36.

A cartografia estatística, ou seja a esquematização gráfica dos dados estatísticos, é também de origem bastante remota na história mineira, constituindo-lhe, dentre os documentos antigos, o mais expressivo diploma, a adaptação do mapa de ESCHWEGGE, pelo operosíssimo LUIZ MARIA DA SILVA PINTO — que se poderia bem cognominar o pai da estatística geral mineira, — para nele se grafar uma interessante síntese político-estatística da Província de Minas Gerais, logo ao alvorecer da independência nacional.

Digno de nota também é que muito cedo se pensou em Minas no levantamento simultâneo da estatística e da corografia regional. Assim, o mesmo SILVA PINTO, quando Secretário da Província, promoveu um inquérito estatístico-corográfico, que foi lançado, de ordem do Conselho do govêrno, por circular de 23 de Junho de 1825 Transcrito do Livro de Ordens do Govêrno, da Vila do Príncipe, a *Revista do Arquivo Público Mineiro* (Ano I — 1896 — pág 785) reproduz o questionário formulado E eu me abalanço a lê-lo aquí, através de uma cópia *ipsis litteris,* certo de que lhe achareis não pequeno interêsse. Ei-lo:

"Quizitos remetidos por ordem do Excellentissimo Conselho do Governo acerca dos Objectos abaixo mencionados Parrafo primeiro — Primeiro — A extensão dos Termos, Destrictos, e Parochias — Segundo, o Numero de seus moradores, sexo, e Estado Terceiro — Se todo o Terreno está occupado por Titulo de Sismaria, ou posse, e ainda resta algum devoluto — Quarto — E se o devoluto comvem dar-se de Sismaria ou de Foro Quinto — E se ha Pleitos sobre as mediçoens, e porque — Sexto — Se o terreno he Fertil — Setimo — Qual he a especie de cultura em uzo, e especialmente se ha plantaçoens de carás, Mandiocas, inhame, que suprem a falta do Pão ordinário. — Oitavo — Se ha importação e exportação de mantimentos para onde e donde — Nono — Se se tem naturalizado plantas exoticas, e quaes sejão, e que beneficio tem rezultado deste trabalho — Decimo — Se ha Furmigas, e outros inscetos prejudiciaes á Cultura, quaes os meios adoptados para sua extinção e o rezultado — Undecimo — Que Especies de animaes se crião se ha causas que embaração esta criação, e que interesse della resulta — Doudecimo — Se ha Prados Artificiaes — Decimo Terceiro — Quaes os Animais susceptiveis de serem domesticados, e que partido se pode tirar delles Decimo Quarto — Se ha Minas, de que, e se estão em effectiva laboração. — Parrafo Segundo — Primeiro — Que Engenhos, e Fabricas há, se vão em progresso, ou decadencia, e as cauzas — Segundo — Quaes sejão as mais proprias às actuaes circomstancias da Provincia. — Parrafo Terceiro — Primeiro — Qual he o Estado das Estradas. — Segundo — Se tem lugar a abertura de novas e os meios — Terceiro — Se ha Rios Navegaveis, seos nomes, e se são bordados de mattos, ou Campos. — Quarto — Se estes Rios tem Caxoeiras, ou Saltos, e se podem evitar-se com alguns desvios — Quinto — Como, e para onde se conduzem as produçoens — Sexto — E quaes os obstaculos do Comercio, e os meios de removellos — Parrafo Quarto. — Primeiro — Quaes as Enfermidades dominantes, em que idade, e sexo, e quaes as suas cauzas conhessidas — Segundo — Se ha muitos cazamentos, tanto de livres, como de Escravos. — Terceiro — Se ha muitos Expostos e o seu Numero — Quarto — Se ha muitos mendigos com as declaraçoens apontadas no Mapa junto, e quaes as Causas da mendicidade, e os meios de prevenil-a — Parrafo Quinto — Primeiro — O Estado da Instrução publica com declaração dos Mestres. do Numero dos Discipulos, e sua digo e seu aproveitamento — Segundo — E principalmente se os Mestres são assiduos no cumprimento de seus deveres. — LUIZ MARIA DA SILVA PINTO."

E sessenta e seis anos depois, em 1891, JOSÉ PEDRO XAVIER DA VEIGA, digno êmulo de SILVA PINTO, como grande obreiro da administração, da estatística, da história e da geografia de Minas Gerais, iniciou a coleta de elementos para uma *Corografia Mineira,* ponto de partida para a organização de várias monografias municipais que foram publicadas na já citada *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Também a título de documentação histórica aquí reproduzo o teor do minucioso e bem coordenado questionário redigido por XAVIER DA VEIGA e destinado a coligir informações de cada distrito:

"1. Qual a situação e aspecto físico dessa localidade? Com que distritos (dêsse ou outro município) êsse distrito confina? A localidade é sede de freguesia, ou a que freguesia pertence? De que bispado faz parte? Há no território do distrito alguma curiosidade natural? Qual e onde?

2. Qual o número de casas situadas dentro da povoação? Em quantas ruas e praças esta se divide? Há edifícios públicos? Qual o seu destino e valor? Quais as igrejas da localidade, sua importância e estado em que se acham? Em quanto pode ser estimada a população dêsse distrito e do município? Quantos eleitores se acham qualificados? Há alguma tradição sôbre as origens da povoação? Quando foi ela começada? Já se deu aí algum fato importante, digno de registro histórico? Em que data? — (dia, mês, e ano).

3. Corre algum rio no distrito? A que distância dessa localidade? Onde nasce? Que tributários recebe? Qual a extensão de seu curso? É navegável e navegado? Por que meios? É abundante em peixes? As povoações e fazendas do distrito são bem abastecidas de água para tôdas as necessidades domésticas, da criação e da lavoura? Há fontes ou chafarizes públicos?

4. Quais as serras e morros principais do distrito? São isoladas, ou prendem-se a alguma cadeia de montanhas?

5 Qual o clima da localidade? Teem aí grassado epidemias? Há moléstias endêmicas, e a que causas são elas atribuídas? A população é regularmente vacinada e revacinada? O distrito foi em algum tempo flagelado por sêca ou inundação? Já houve aí algum tremor de terra? São freqüentes e muito fortes as geadas? A que extremos verificados de temperatura teem chegado aí o frio e o calor?

6 Quais as riquezas naturais do distrito mais consideráveis e de mais fácil exploração? Teem havido trabalhos e estudos para seu aproveitamento? Indivíduos ou emprêsas a isso se teem dedicado? Com que resultados?

7 Em que proporção, aproximadamente, se acham aí as terras — campos, cerrados, capoeiras e matos? Há florestas virgens? em que quantidade? Qual o valor atual médio, por alqueire, das diversas qualidades de terras? Estes preços são superiores aos de sete anos atrás e tendem a aumentar? A que gêneros de cultura se prestam melhor as terras? Quais as madeiras mais estimadas aí existentes, seus nomes e usos?

8. Quais os ramos principais da lavoura? Quais os instrumentos e processos usados no amanho das terras? Estão iniciados ou projetam-se alguns melhoramentos agrícolas? Para onde é feita a exportação dos gêneros não consumidos na localidade? Existe e desenvolve-se o plantio da uva, do algodão, do café, do fumo e da cana? Aumenta o cultivo dos gêneros alimentícios ou diminue e encarece o seu valor? Nesta hipótese, quais as causas? Há no distrito trabalhadores agrícolas estrangeiros? A que lavoura se dedicam? Em que condições se ajustam? A que nacionalidade pertencem? Teem aptidões para o serviço e com êles estão satisfeitos os lavradores? Tem havido emigração de habitantes do distrito para

artes, ofícios, agricultura e comércio, de modo a que o poder público possa nessas largas áreas de manifestações da atividade humana saber o que deve amparar e dirigir;

— que a população do Estado deve ser conhecida no seu algarismo quanto possível aproximada da verdade absoluta, assim como o seu crescimento ou diminuição e causas que o determinarem;

— que cumpre ser averiguado o que há feito, por fazer-se ou melhorar-se em matéria de Instrução Pública, Justiça, Finanças, Polícia, etc."

Tal organização, porém, não prevaleceu por muito tempo, visto que, como medida de economia, mas mantendo o ponto de vista de ser "de absoluta e inadiável necessidade a adoção de providências que habilitem a administração a ter base positiva para agir, no sentido de aproveitar os imensos recursos naturais que possuímos nesta terra ubérrima e riquíssima, providências que consistem em se aproximar o quanto possível do conhecimento exato e científico do solo, da população e recursos de ambos, o que será o resultado da criação do serviço de estatística", determinou o decreto nº 33, de 29 de Março de 1890, que tal serviço passasse a incumbir a três comissões

Mas com isso não houve um retrocesso, senão um passo sàbiamente orientado E a prova está no teor das instruções baixadas com aquele decreto, onde não só se fixa de maneira desenvolvida e orgânica o programa dos trabalhos de cada uma das três comissões de estatística, mas também se estabelecem medidas práticas de grande alcance para que os respectivos serviços tivessem a necessária exatidão e cunho científico vindo a dar ao Estado o perfeito conhecimento do seu território, das condições dos seus solos agrícolas, da sua população, e da sua organização econômica, social e política Notável como é êsse documento, sob todos os pontos de vista, de bom grado eu o leria integralmente Mas para não vos fatigar em excesso, peço que me permitais reproduzir-lhe ao menos a especificação do programa geral do serviço, pois que lhe dá particular relêvo o fato de antecipar, com aproximação muito notável, o programa que, trinta anos depois, conseguimos executar

Pelo artigo 2º, das referidas instruções, os trabalhos concernentes ao território compreenderiam: "a divisão administrativa e judiciária; a delimitação do território do Estado, dos municípios e distritos, determinação de sua extensão e posição, de suas condições climatológicas, da direção de suas montanhas, rios e estradas; o estudo das rochas, minerais, terras de cultura, de sua composição e fertilidade; determinação da altitude dos pontos mais importantes; correção da carta geográfica do Estado" O artigo 3º determinou que "os trabalhos concernentes à população, seu estado político, intelectual e moral" abrangessem: "o número de pessoas existentes no Estado, dividido em municípios e distritos, em relação às raças, nacionalidades, sexos, idades, estado, domicílio, fogos ou famílias, religião, seu movimento interno e externo; o número de cidadãos qualificados em cada distrito de paz do município; a dívida ativa e passiva do Estado e dos municípios; o número, a natureza, o valor e a situação dos imóveis do domínio do Estado e dos municípios; a receita e despesa do Estado e municípios; o número de empregados públicos e retribuídos pelo Estado e pelas municipalidades ou intendências, com especificação de seus vencimentos; a fôrça pública e respectiva despesa; o numero das escolas públicas e particulares, número de alunos e sua freqüência; o número de escolas de instrução primária destinadas a adultos; o número das escolas normais para o professorado e dos alunos; o número dos colégios, liceus, ginásios e quaisquer outros estabelecimentos de instrução secundária, públicos ou particulares, dos alunos que os freqüentam, divididos por sexos e idades; o número e sede dos estabelecimentos de instrução superior, natureza do ensino e número de alunos; o número das pessoas de cada sexo encarregadas do ensino primário, secundário e superior, com as necessárias distinções de catedráticos, substitutos, adjuntos, repetidores e preparadores; o número, sede e denominações de tôdas as sociedades científicas e literárias, dos sócios efetivos, correspondentes e honorários; o número e a sede de todos os museus, bibliotecas e arquivos; numero das sociedades de beneficência, sua natureza e sócios; número das sociedades de socorros mutuos montepios e semelhantes; número dos estabelecimentos de caridade, hospitais hospícios, asilos, dos enfermos e dos asilados; número de crimes perpetrados em cada ano, dos criminosos presos, dos processos instaurados, dos penais e não penais, dos julgamentos criminais, das absolvições e condenações; número das cadeias, dos detentos, causa da prisão, penas impostas; numero das conciliações efetuadas ou não, causas civeis julgadas nos diversos juízos de 1ª e 2ª instâncias e demais esclarecimentos exigidos no decreto nº 7 001 de 1878". Segundo o artigo 4º, os "trabalhos concernentes à agricultura à indústria e ao comércio" teriam por objeto a superfície de cada espécie de cultura; a sementeira, em quantidade e valor; produção anual por hectare; o valor e custo dessa produção por distritos, municípios e Estado; consumo dos produtos do Estado, por distritos, municípios e pelo Estado; a viticultura e seus produtos; o número de animais domésticos empregados na indústria e agricultura; o número de animais consumidos na alimentação, a quantidade de carne dos diversos animais consumida por habitante em cada distrito, município e no Estado; as indústrias manufatureiras e de exploração; as artes, ofícios e seus produtos, em quantidade e valor; o comércio interior do Estado, dos municípios e dos distritos, compreendendo os produtos da agricultura, da indústria, das artes e ofícios em valor e quantidade; o comércio interior dos produtos importados de fora do Estado, com indicação de sua origem, seu valor e quantidade; os meios de obter êsse comércio, a saber: armazéns, feiras, mercados, depósitos, transporte pelas vias fluviais, férreas, estradas de rodagem, e os veículos empregados; o comércio exterior, a saber: a importação e exportação

dos produtos do solo, da indústria, das artes, ofícios, matérias primas." E no parágrafo primeiro do artigo 5.º, discriminam-se pela forma seguinte os elementos que a 1.ª Comissão deveria obter para cada município: "Os dados necessários para se formar uma idéia suficientemente exata de sua geografia, afim de se retificar e completar os mapas existentes, fixar os limites do município, direção das montanhas, dos rios, das estradas de ferro e de rodagem e as posições dos principais centros de população; as altitudes dos pontos mais importantes; o valor em quilômetros quadrados da superfície de cada município; suas condições climatológicas, recolhendo para isso os dados já existentes e organizando centros de observações nos pontos apropriados; a extensão das estradas, sua importância e estado de conservação para as estradas de rodagem; quais os rios navegáveis ou porções navegáveis e em que condições; quais os recursos que oferecem os rios não navegáveis para a indústria e agricultura; amostras de terras de cultura, das rochas que constituem o solo, dos minerais e todos os documentos que possam interessar à indústria, à mineração, agricultura, zoologia, botânica, etc."

Êsse serviço de estatística e geografia, entretanto, apesar de muito inteligentemente organizado, não deu os resultados esperados. A primeira das comissões dele encarregadas, transformada que foi em Comissão de Exploração Geográfica do Estado, pelo decreto n.º 369, de 12 de Fevereiro de 1891, iniciou magistralmente, é verdade, o levantamento da carta geral do Estado, na escala de.... 1:100 000, mas foi suprimida pelo decreto n.º 1 194, de 7 de Outubro de 1898. E as duas Comissões de Estatística foram fundidas numa única pelo decreto n.º 285, de 12 de Dezembro de 1890, e esta mesma, por sua vez, foi convertida em simples Secção de Estatística pela lei n.º 39, de 21 de Julho de 1892.

Assim, embora a legislação estadual continuasse a cogitar de *estatística geral do Estado,* pois o decreto n.º 587, de 26 de Agôsto daquele mesmo ano, a incumbiu à 5.ª Secção da Secretaria do Interior, tal serviço, de fato, não prosseguiu, ficando desta maneira sem execução o belo plano instituído pelo decreto n.º 33, de 29 de Março de 1890.

Mas a convicção da necessidade de uma repartição central de estatística, esta perdurou no ânimo dos governantes mineiros. Tanto que pelo decreto n.º 1 443, de 7 de Janeiro de 1901, foi expedido um minucioso regulamento para o serviço de estatística geral do Estado, seguindo-se a êsse ato o decreto n.º 1 479, de 16 de Outubro de 1901, pelo qual o Arquivo Público Mineiro, sendo transferido à jurisdição da Secretaria do Interior e fundindo-se com a secção de estatística do mesmo departamento, passou a constituir a Diretoria do Arquivo e Estatística do Estado. Infelizmente, dessa fusão nada resultou de prático, dedicando-se a repartição exclusivamente aos serviços de arquivo. A estatística, relegada para um plano secundário, passou a ser executada e publicada parceladamente pelas várias Secretarias do Estado, poucas vêzes aparecendo os seus resultados em publicações especializadas, aproveitados que eram êles para ilustrar e documentar apenas os relatórios dos Secretários ou as mensagens presidenciais.

Como quer que seja, porém, as secções que em cada Secretaria se dedicavam a assuntos estatísticos, realizaram inquéritos e executaram estatísticas de grande valor, embora nem todos êsses serviços hajam logrado publicidade, merecendo referência, neste particular, por mais importantes, os seguintes trabalhos, que designarei com os nomes dos respectivos autores: o de PELICANO FRADE, intitulado *Dicionário Corográfico e Estatística Corográfica de Distâncias do Estado de Minas Gerais,* e a *Vida Escolar,* de EMILIO MINEIRO — estes da Secretaria do Interior; a *Situação Econômica de Minas Gerais,* de CORNÉLIO ROSENBURG; além de vários da Secretaria da Agricultura, sôbre estatística econômica. E entre as estatísticas não publicadas é notável a que elaborou a Secção de Estatística, da Secretaria da Agricultura, organizada quando titular dessa pasta o Dr RAUL SOARES, e confiada à grande operosidade de JUSTINO CARNEIRO. O inquérito realizado por essa secção, relativo ao ano de 1916, constitui quase um recenseamento do Estado, e graças ao seu precioso arquivo pude eu próprio fazer os levantamentos que permitiram planejar racionalmente e controlar o recenseamento econômico que a União realizou em 1920. De fato, êsse inquérito, desdobrado em minuciosos questionários, abordou, com abundância de detalhes, os principais aspectos que costumam focalizar os censos econômicos, tais como a organização da propriedade agrícola, as respectivas áreas com os necessários desdobramentos, preços das terras, dos salários, do transporte e dos produtos, rendimentos agrícolas, produção agro-pecuária, efetivos dos rebanhos, maquinário agrícola, tabelas de distâncias, etc. etc.

Se, porém, nessa fase a que alude, o govêrno estadual não se empenhou a fundo no levantamento da estatística geral da vida mineira, as tendências nesse sentido se foram fazendo sentir cada vez mais acentuadamente, através de opiniões, projetos e declarações governamentais, senão também do apoio a atividades particulares visando dotar o Estado de um repertório geral de dados estatísticos. Dessas iniciativas duas sobressaem, a de NÉLSON DE SENA, que se traduziu na publicação de seis números do esplêndido *Anuário de Minas Gerais* (história, corografia e estatística) e a de RODOLFO JACÓ, com o belo trabalho *Minas Gerais no XX Século,* organizado e publicado sob os auspícios do Presidente JOÃO PINHEIRO. E dentre as muitas declarações governamentais que poderia referir, tomo, quase ao acaso, as que fizeram RAUL SOARES, como Secretário da Agricultura, em 1916, e ARTUR BERNARDES, como Presidente do Estado.

Disse aquele: "E' desalentadora a deficiência dos nossos aparelhos administrativos em matéria de estatística, cuja importância é por tôda parte reconhecida como capital para uma atividade governamental sistematizada e fecunda Em Minas, pela falta dêste serviço, os governos lutam com sérias dificuldades para pôr em prática medidas administrativas de caráter econômico ou político, justamente porque tateiam nessa obscuridade que a imprevidência, de um lado, a má vontade, de outro, não teem deixado aclarar".

E ARTUR BERNARDES afirmava: "Não se pode governar sem o conhecimento exato do território, da população e dos vários ramos de atividade desta na exploração dos recursos oferecidos pelo meio. E' êste milagre de empirismo que os dirigentes de Minas vinham fazendo com abnegado esfôrço, pois não temos um mapa exato do Estado, nem censo da população e nem estatística agropecuária e industrial"

Em 1919, portanto, quando cheguei a Belo Horizonte com a incumbência de executar os trabalhos preliminares do Recenseamento de 1920, pude fàcilmente compreender que o Estado de Minas Gerais era um campo ideal para uma tentativa de larga envergadura tendo por objetivo a criação da estatística geral de caráter regional. Porque, se, de um lado, já se encontrava o meio social e administrativo bem trabalhado, e de longa data, por variadas e repetidas iniciativas de finalidade estatística, achando-se os seus dirigentes perfeitamente cônscios da premente necessidade do surto definitivo de um serviço estadual de estatística geral, por outro lado, as peripécias da evolução da estatística brasileira já haviam demonstrado à saciedade que ela, em amplos setores da sua atuação, permaneceria inerte e estéril enquanto não pudesse contar com a cooperação muito íntima e deveras eficiente de um serviço regional de estatística em cada uma das unidades políticas da União, — o que a levaria sem dúvida a prestigiar e auxiliar com os seus poderosos meios de ação as iniciativas que visassem tal objetivo.

Em virtude desta exata compreensão dos fatos, pude antever as larguíssimas possibilidades que então se abriam ao meu esfôrço, todo êle — eu vo-lo afirmo — impregnado do maior ardor profissional, de um sentimento de patriotismo capaz de me levar a todos os sacrifícios, e de uma quente simpatia e viva gratidão para com o grande e acolhedor Estado de Minas Gerais — esta inamovível e insubstituível coluna mestra da arquitetônica social, econômica e política da nacionalidade pátria.

De corpo e alma, pois, dediquei-me ao trabalho, que se desdobrou sob um plano ditado por anos de meditação e de minuciosa observação dos fatos, procurando fazer sempre convergir a ação tática e a estratégica (perdôe-se-me a expressão), isto é, assegurando o melhor êxito aos movimentos exigidos pelos objetivos imediatos, mas subordinando tais movimentos, e destinando seus resultados, ao preparo das grandes operações, tão complexas quão variadas, das quais, em prazo que ainda então não me era dado prever, surgisse, em seguida à realização do recenseamento do Estado, a criação do seu servico de estatística geral, nos moldes típicos que se haviam fixado no meu espírito, caso não me viessem a faltar a confiança e o apoio, já não sòmente do eminente chefe sob cujas ordens servia — e cujo nome cito com o maior respeito e gratidão, Dr BULHÕES CARVALHO — mas ainda dos governos tanto da União como do Estado.

E foi assim que, devendo coligir em 1919 os restritos dados pedidos pelas instruções para os serviços preliminares do recenseamento, pude dar um balanço na situação do Estado em matéria de estatística e estudei com esmero as condições da vida mineira reünindo elementos que habilitassem a direção do futuro censo a uma atuação bastante firme e suficientemente desdobrada, já tendo em vista o surto imediato da estatística geral do Estado.

No decurso dos anos de 1920 e 1921, pôde, de fato, o recenseamento processar se num ambiente tranquilo e de franca receptividade, graças à intensíssima propaganda que dele se fez e sobretudo ao decisivo amparo que lhe deu o govêrno do Estado Mas, nem só se conseguiram plenamente os seus objetivos próprios, senão que com êle se fez a preparação do meio social e administrativo para o início, a seguir, dos trabalhos de estatística geral, recolheram-se os elementos gráficos, numéricos e informativos, capazes de bem orientar o órgão que a tentasse, e selecionaram-se, no quadro censitário, algumas pronunciadas aptidões que se lhe pudessem dedicar com proveito

Terminados os trabalhos do censo em 31 de Dezembro de 1921, autorizava-me o diretor geral de Estatística a voltar a Belo Horizonte para levar a cabo, como trabalho complementar do recenseamento, a sistematização cartográfico-estatístico-corográfica, cujos fundamentos lançara e cujo principal material já recolhera em boa parte.

Dos dirigentes mineiros no quatriênio que se findava, ARTUR BERNARDES, na Presidência do Estado, JOÃO LUIZ ALVES, na Secretaria das Finanças, CLODOMIRO DE OLIVEIRA na Secretaria da Agricultura, AFONSO PENA JÚNIOR, na Secretaria do Interior, JÚLIO OTAVIANO FERREIRA, na Chefatura de Polícia, e AFONSO VAZ DE MELO, na Prefeitura de Belo Horizonte, durante os trabalhos preliminares e a execução do recenseamento, haviam-me honrado com o mais decidido e o mais nobre dos apoios, graças ao qual — repito-o com satisfação — tôdas as dificuldades encontradas foram vencidas e o largo plano traçado pôde ser integralmente cumprido

E dêsse govêrno já obtivera mesmo que do orçamento do Estado constasse a verba de 120 contos de réis para o início, a meu cargo, da organização do serviço de esta-

tística geral do Estado, o que traduzia em fato a assistência oficial que me era indispensável.

Seguro, assim, do amparo do govêrno estadual e continuando em Belo Horizonte como representante da Diretoria Geral de Estatística, desejei que a criação do serviço a que me ia dedicar não se consubstanciasse logo numa regulamentação definitiva, nem incorporasse em moldes rígidos o quadro do pessoal necessário. Com isto tive em vista resolver mais de uma dificuldade.

Pretendí, em primeiro lugar, que a própria experiência do serviço ditasse a estrutura a dar ao serviço que se ia instituir

Tive em mira, em segundo lugar, deixar aó novo govêrno, que se iniciaria em Setembro, a plena liberdade de decidir a respeito da iniciativa tomada e das diretivas que eu lhe fixara.

Quis assegurar-me, ademais disso, a oportunidade de treinar os funcionários que chamei para me auxiliar, afim de que bem experientes e côncios das suas responsabilidades estivessem êles no momento de se efetivarem nos cargos que lhes fôssem destinados na repartição a organizar.

E ainda objetivei, finalmente, o ensejo de dar uma demonstração prática das possibilidades e do extraordinário alcance do serviço de que se tratava, antes de pleitear a incorporação dele ao quadro das atividades permanentes da administração estadual.

Propús, assim, e foi aceito, que os trabalhos projetados e já iniciados se continuassem, por então, com um caráter de provisoriedade e restritamente, isto é, visando apenas fornecer ao Estado um dos elementos da sua representação no grande certame que o govêrno da República estava organizando, para comemorar a passagem do primeiro século da independência nacional

A participação de Minas no aludido certame estava sendo preparada, por parte do govêrno federal, pelo distinto funcionário, Dr JUSTINO CARNEIRO, e por parte do Estado, por uma grande comissão, que tinha como presidente o então Prefeito de Belo Horizonte, Dr AFONSO VAZ DE MELO, e como secretário, o Dr ALFREDO SÁ, depois substituído pelo Dr MÍLTON PRATES

O Serviço que tínhamos em vista instalou-se constituindo uma secção de estatística e cartografia da referida Comissão E graças ao amparo oficial que por esta forma lhe adveio, contou êle com a colaboração de todos os órgãos da administração estadual. dispondo, entretanto, de uma perfeita liberdade de movimentos Outro elemento de êxito que obteve foi a autorização para utilizar-se do arquivo da extinta Delegacia Geral do Recenseamento, do qual já constava valiosíssimo acêrvo de elementos cartográficos, estatísticos e corográficos de quase todos os municípios do Estado

O objetivo imediato que nos foi fixado consistiu na elaboração dos seguintes documentos comemorativos do centenário, que especifico com as próprias palavras do primeiro *Anuário Estatístico de Minas Gerais*:

"1 º uma carta física e política do Estado, na escala de 1:500 000, em que se resumissem todos os esparsos elementos de cartografia mineira, inclusive os que coligira a extinta Delegacia Geral do Recenseamento, sôbre cada uma das circunscrições municipais;

2 º um *Boletim Estatístico-Corográfico*, em o qual, aliando-se a estatística à corografia, se estudassem, primeiro, os 178 municípios separadamente, e depois, o Estado em conjunto;

3 º um *Anuário Estatístico* em que se condensassem, em forma exclusivamente tabular, os dados mais expressivos das condições gerais do Estado em 1921"

Para completar o material disponível para a execução dêsse programa, foi-nos necessário: proceder a várias buscas nos arquivos; realizar por correspondência numerosos inquéritos relativos a assuntos que não dependiam de coleta nos municípios; movimentar um adextrado corpo de Agentes de Estatística, afim de que reünissem êles, percorrendo os municípios, os dados numéricos e os informes de natureza histórica e corográfica que se faziam mister; utilizar ainda um corpo de topógrafos incumbidos de realizar vários levantamentos expeditos, necessários à melhoria dos esboços cartográficos demasiado vagos e imprecisos.

Não careço de carregar as côres do quadro para vos dar idéia das dificuldades com que tivemos de lutar para que a massa formidável de elementos informativos e gráficos de que carecíamos fôsse coligida no pequeno prazo disponível para que o trabalho correspondesse à sua finalidade imediata, sem lacunas e com o suficiente grau de exatidão

Bastará que vos coloque sob os olhos alguns aspectos da situação mineira em geral, da qual não se divorciava, a não ser para pior, a situação brasileira, para que possais ajuizar com acêrto do vigor e da firmeza de resolução com que enfrentamos as responsabilidades assumidas

Os admiráveis trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica, à qual, restabelecida que fôra, em 1921, dava ÁLVARO DA SILVEIRA, o eminente sábio mineiro, o melhor do seu esfôrço, só abrangiam uma área relativamente insignificante do território do Estado, e algumas das suas fôlhas, por isso que de elaboração já antiga, não correspondiam mais à realidade na parte das suas informações relativas à situação econômica, demográfica e política E como mapa geral do Estado, por que nos pudéssemos orientar, apenas tínhamos de começo — uma vez que o do Dr FRANCISCO BHERING só apareceu posteriormente — um trabalho elaborado havia mais de 10 anos, excelente para a época em que foi feito, mas atrasado e insuficiente forçosamente em muitos dos seus aspectos

Não dispúnhamos, por conseguinte, da divisão administrativa do Estado gràficamente representada, o que vale dizer que

não conhecíamos — a não ser por estimativas muito vagas — a extensão territorial das comunas, nem a sua real posição e respectivas confrontações e limites, nem portanto, também, o *facies* geográfico de cada uma

Sôbre a população só conhecíamos as apurações provisórias e globais do censo, constantes dos relatórios dos funcionários censitários, dados êsses que era preciso obter no seu aspecto definitivo e com as discriminações e combinações capazes de definir a composição demográfica do Estado, não só globalmente considerado, mas ainda desdobradamente pelas suas várias unidades territoriais — comarcas, têrmos, municípios e distritos. Além disso, como o recenseamento não cuidava de discriminar a população urbana da rural em cada distrito, e visto que desta discriminação não poderia precindir a estatística estadual ao menos quanto aos distritos das sedes municipais, foi preciso cogitar de fazer êsse cômputo com base na estatística predial das cidades e vilas.

Restava, quanto ao aspecto demográfico, o movimento do registro civil, o qual, não exprimindo embora, por motivos óbvios, o movimento vegetativo da população, tinha que entrar no quadro das nossas indagações como expressão exatamente de uma falha lastimabilíssima do nosso sistema administrativo; sendo essa indagação, se concluída com êxito, tanto mais oportuna quanto, coexistindo então dados precisos sôbre os efetivos demográficos, viria permitir que se patenteasse em tôda a sua dolorosa significação, o fracasso dessa fundamental instituïção da nossa ordem civil

Quanto ao aspecto econômico, havia-se executado o censo agrícola, pecuário e industrial, é verdade Mas, sôbre ser preciso obter, com a necessária antecipação à divulgação geral para todo o Brasil, os dados discriminativos que dependiam da repartição apuradora do censo, era mister completar o quadro das informações censitárias com tôdas aquelas outras — sôbre comunicações e transporte, movimento da propriedade, preços correntes, etc., etc., indispensáveis ao conhecimento exato da realidade econômica no grande Estado Central.

E pelo que toca, finalmente, aos aspectos sociais, administrativos e políticos, se havia dispersos alguns elementos aproveitáveis, cuja coordenação seria relativamente fácil, ainda assim tomavam vulto temeroso as séries — tão numerosas quão complexas — das pesquisas a efetuar para a boa caracterização dessa face — a mais nobre — da vida mineira

Tal, pois, a significação da campanha a empreender para, dando o impulso fundamental à criação da estatística geral em Minas Gerais, erigir ao mesmo tempo um monumento condigno para a comemoração do Centenário da Independência Nacional, monumento êsse que, com tal significação, se destinaria, como marco secular, a permitir a exata apreciação da marcha evolutiva da civilização mineira nos tempos porvindouros.

*

Pusemo-nos corajosamente ao trabalho

O govêrno que terminava deu-nos o mais decisivo apoio até o seu último dia E o govêrno que se devia iniciar a seguir, cujo eminente chefe, o inolvidável RAUL SOARES, nos honrou com a sua visita logo depois de reconhecido, prometia-nos o seu melhor concurso, o qual, de fato, jamais nos faltou, fôsse quando se precisou traduzir em atos do próprio Presidente, fôsse quando se teve de consubstanciar em medidas dependentes de qualquer dos auxiliares daquele — as brilhantes figuras de MÁRIO BRANT, nas Finanças, de DANIEL DE CARVALHO, na Agricultura, de MELO VIANA, no Interior, de FLÁVIO DOS SANTOS, na Prefeitura da capital, e de ALFREDO SÁ, na Chefatura de Polícia

E não tardou que os elementos que cautelosamente coligira desde o início dos trabalhos censitários, elementos que ràpidamente submetí a uma bem assentada sistematização, e logo enriquecidos com os primeiros frutos dos inquéritos e mais trabalhos rigorosamente lançados, se traduzissem em relevantes serviços à administração pública.

E' esta uma nota assaz interessante, pois creio bem haver influído de modo decisivo nos destinos do serviço cuja organização então esboçávamos, tal demonstração imediata da sua importância e utilidade Tanta valia julgo ter esta particularidade que, antes de facultar-vos, como desejo, uma visão panorâmica sôbre as nossas pesquisas e o fruto definitivo dos nossos labores, peço vênia para referir destacadamente o concurso que o recém-nato Serviço de Estatística Geral do Estado prestou logo de começo ao govêrno RAUL SOARES

Esta cooperação manifestou-se duplamente Traduziu-se, primeiramente, quando foi da reünião do Congresso das Municipalidades Mineiras, no fornecimento dos dados estatísticos com que magistralmente documentou o Chefe do govêrno o memorável discurso inaugural daquela histórica assembléia, desenvolvendo-se em seguida, já em sugestões que serviram de base a várias deliberações do referido Congresso, já facultando aos seus membros elementos seguros para resolverem assuntos vários

Veio em seguida a elaboração da lei n° 743, de 7 de Setembro de 1923 Desde o início dos respectivos trabalhos, em 1922, a utilidade do nosso concurso firmou-se decisivamente Batera-se RAUL SOARES, quanto as suas energias já combalidas lhe permitiram, porque essa lei fôsse elaborada segundo inspirações elevadas, racionalizadas o mais possível as deliberações, de modo a que o novo quadro administrativo se estabelecesse estritamente nas bases previstas

na constituïção estadual, sanados os desequilíbrios e as anomalias que nesse particular se vinham fazendo sentir

Em um artigo da *Revista Mineira* eu lançara, em Janeiro de 1923, as bases que se me afiguravam indispensáveis para a redivisão administrativa do Estado, afim de que ela, ao menos na sua expressão geográfica, se exonerasse dos vícios gravissimos que enfeiavam a divisão vigente E dentre êsses defeitos quero destacar, por mais significativos: os numerosos casos das "fazendas encravadas", isto é, latifúndios, cada um dos quais, fazendo parte geogràficamente de um município, pertencia administrativamente a outro, ao qual seu território nem sequer era contíguo; unidades administrativas e judiciárias formadas de circunscrições sem continuïdade territorial; distritos com as respectivas sedes situadas fora dos seus próprios perímetros; inadaptação da divisão judiciária à administrativa, havendo o caso de um município se distribuir por mais de um têrmo ou mesmo mais de uma comarca; não correspondência dos distritos judiciários aos administrativos; exceções injustificáveis à regra da circunscrição administrativa ou judiciária ter a designação da sua sede; prejudicial homonímia entre circunscrições de igual categoria; desproporção flagrantíssima e descabida, em população e área, entre as circunscrições vizinhas; delimitação das circunscrições pelas linhas divisórias das terras pertencentes a determinados cidadãos, estabelecendo uma prejudicial imprecisão e inadmissível instabilidade à composição territorial das entidades administrativas e judiciárias; e muitas outras mais.

Essa exposição, creio que impressionou o espírito de RAUL SOARES, pois que a orientação que êle imprimiu pessoalmente aos trabalhos da nova divisão administrativa teve em mira corrigir em grande parte, senão eliminar totalmente tais defeitos. Mas, para o conseguir teve que recorrer aos elementos — gráficos, numéricos e informativos, — embora ainda incompletos, que o incipiente serviço de estatística geral do Estado vinha recolhendo. Essa frutuosa colaboração, aliás, acha-se reconhecida e louvada em mais de um documento.

*

Mas voltemos ao grande plano que me havia traçado.

Em três rumos diferentes foi preciso encaminhar nossa atividade, objetivando outras tantas sínteses da situação geral do Estado — uma, corográfica, outra, estatística, e a terceira, cartográfica, compreendendo esta uma grande carta física e política do Estado, e tantos mapas municipais, também simultâneamente físicos e políticos, quantos os municípios mineiros, ou fôssem, naquela época, 178

Para encaminhar os nossos trabalhos cartográficos, precisava preliminarmente de um bom cartógrafo e do concurso dos técnicos da' administração estadual Escolhí então para se incumbir dêsses serviços o diretor do grupo escolar de Ouro Fino, o Professor JOSÉ XIMENES CÉSAR, tão modesto quanto competente, que o recenseamento me revelara como um habilíssimo desenhista, excelente cartógrafo e espírito muito metódico e empreendedor, dotado ainda de uma excepcional capacidade de trabalho Obtivemos o concurso irrestrito e eficientíssimo da Comissão Geológica e Geográfica do Estado, cujo eminente chefe, o engenheiro ÁLVARO DA SILVEIRA, sôbre nos proporcionar o aproveitamento dos trabalhos inéditos da Comissão, ainda nos forneceu numerosos subsídios do seu riquíssimo arquivo de geógrafo e naturalista de incansável atividade, auxiliando-nos sempre com a maior boa vontade tôdas as vêzes que recorremos ao seu saber e à sua experiência E contamos ainda com a assistência permanente do Dr BENEDITO JOSÉ DOS SANTOS, diretor de Indústria, da Secretaria da Agricultura, o qual, tendo sido o autor do último mapa geral do Estado, editado em 1910, estava naturalmente indicado para orientar, como orientou de fato, com esmerado cuidado e proficiência, os trabalhos de compilação e coordenação a que nos abalançamos.

A caracterização da carta geral que elaboramos acha-se feita no discurso com que a inaugurei em Belo Horizonte, a 1.º de Setembro de 1923, realizando, ao mesmo tempo, uma exposição cartográfica — a primeira que teve lugar em Minas — no Edifício do Conselho Deliberativo da Cidade Vou repetir, se m'o permitís, os trechos mais significativos dêsse discurso, porque êles vos dirão o que foram não sòmente aquela carta, como essa exposição:

"Evidentemente, êle (o documento constituído pela carta) não pretende apresentar a cartografia definitiva do Estado O que nele se quis realizar foi o traçado metódico do conhecimento atual do território mineiro, a representação gráfica da organização administrativa vigente e o registro de dados estatísticos e históricos capazes de dar, resumida e esquemàticamente, uma satisfatória idéia de conjunto da situação atual do Estado, a qual é bem a expressão de uma "grandiosa obra de civilização e de progresso já realizada por Minas na sua vida de lutas e trabalho incessante, sempre honesta, ordeira, tenaz nos propósitos, cauta nos processos, paciente e serena nos reveses, progressista nos objetivos e acima de tudo, preocupada com os ideais superiores da grande Pátria Brasileira", no caloroso e justo conceito de V Exc (o então Secretário da Agricultura, Dr DANIEL DE CARVALHO), ao prefaciar a já referida obra *O Estado de Minas Gerais*

Assim é que, na parte pròpriamente cartográfica do mapa, encontram-se os seguintes elementos:

I — Rêde fluvial bastante minuciosa e com nomenclatura tão completa quanto permitia a escala adotada

II — Relêvo do solo suficientemente caracterizado pela indicação dos elementos formadores do sistema orográfico e pela referência de algumas centenas de cotas de altitude, entre as quais as dos principais picos e as de tôdas as sedes municipais.

III — Sistema de comunicações, abrangendo as rêdes postal, telegráfica, telefônica, ferroviária, — estas completas, — e a de estradas de rodagem nos elementos constitutivos das ligações intermunicipais, na sua tríplice modalidade — estradas para automóveis, estradas carroçáveis e simples estradas carreiras ou caminhos para tropa.

IV — Divisão territorial — judiciária e administrativa — esboçando, na primeira dessas modalidades, os perímetros dos distritos administrativos e dos municípios, e na segunda, os contornos dos distritos de paz, dos têrmos e das comarcas

V — Nucleação urbana, pela locação e caracterização dos principais centros demográficos, a saber, cidades e vilas com a sua categoria judiciária, povoados, sedes de distritos, e povoações outras, com um dêstes característicos — com correio, com telégrafo, sedes de núcleo colonial, sedes de distrito não instalado, ou que já tenham sedes de distritos que ainda lhes conservem os nomes

VI — Situação social das sedes distritais e municipais, apreciada pela referência do que existe em cada uma delas dentre quinze elementos mais característicos do progresso local, a saber, — serviços públicos de abastecimento dágua, iluminação, esgotos, mercado, matadouro, correio, telefones e bondes, e estabelecimentos de uma das seguintes categorias — grupo escolar, de ensino secundário, de ensino superior, hospitalar, banco e pôsto meteorológico.

E ainda no quadro pròpriamente da carta se conteem, bastante ilustradas e minuciosas, a carta do município da capital, e a planta do respectivo quadro urbano, com um esbôço de cadastro do seu casario.

Além disso, porém, a carta registra, em ilustrações marginais, uma ligeira resenha histórica e uma sinopse estatística.

A parte histórica faz o escorço, primeiro, do descobrimento, devassamento, conquista e fixação de limites do atual território do Estado, e, depois, da formação social, econômica, administrativa e política da comunhão mineira

A sinopse estatística refere-se numa primeira parte ao Estado, e numa segunda, aos municípios em separado

Na primeira, está organizado esquemàticamente um quadro muito completo e sugestivo de dados globais sôbre o Estado, em que se abordam sucessivamente os seguintes assuntos gerais: posição astronômica, maiores dimensões, superfície, altimetria, meteorologia, divisão administrativa, população, núcleos coloniais, indústria agro-pecuária, grande indústria extrativa e fabril, indústria de eletricidade, comunicações e transportes, exportação, crédito, comércio interior, propriedade territorial, melhoramentos urbanos, ensino público e particular, divulgação, diversões, assistência, associações, religião, finanças públicas, polícia e repressão, justiça, defesa nacional e representação política

E na segunda parte, referem-se algumas expressivas informações destacadamente por municípios no tocante a cada um dos aspectos — o territorial, o demográfico, o econômico, o social, o administrativo e o político São elas: divisão distrital, área e altitude nas sedes; população total, dos distritos urbanos e das sedes; número de contribuintes no lançamento territorial, com a área e o valor das propriedades registradas; número de cursos, de professores e de alunos matriculados, no ensino primário; receita arrecadada, despesa paga, dívida ativa e passiva, nas finanças municipais; eleitorado e representantes municipais "

Mais adiante:

"Teve o empreendimento como fontes mais diretas: 1.º as fôlhas já impressas ou ainda em original da Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais (diretor, Dr. ÁLVARO DA SILVEIRA); 2 º a carta do Estado de Minas Gerais, na escala de 1:1 000 000, organizada pela Comissão da Carta Comemorativa do Centenário, do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro (presidente, Dr. PAULO DE FRONTIN; relator, Dr FRANCISCO BHERING); 3 º o arquivo de mapas, plantas, caminhamentos e *croquis* de municípios, distritos, zonas, rios, estradas, cidades, vilas e fazendas, reünido pelo Serviço de Recenseamento, da Diretoria Geral de Estatística (diretor geral, Dr JOSÉ LUIZ SAYÃO DE BULHÕES CARVALHO)

Além destas, porém, foram também aproveitadas, de acôrdo com o valor científico de cada uma, as seguintes contribuïções:

1 º) Levantamento e mapas da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo

2 º) Mapas das linhas e respectivas zonas das estradas de ferro Central do Brasil, Oeste de Minas, Paracatú, Goiaz, Rêde Sul-Mineira, Mogiana, Inglesa, Leopoldina, Vitória a Minas e Baía a Minas.

3 º) Caminhamentos para a construção de linhas do Telégrafo Nacional

4 º) Plantas de estradas de rodagem

5 º) Coordenadas astronômicas selecionadas, do Observatório Nacional, da Diretoria Geral dos Telégrafos e de observadores diversos

6 º) Levantamentos: a) do Médio São Francisco (HALFELD); b) do Alto São Francisco e do rio das Velhas (LIAIS); c) da região do São Marcos, do Baixo Paranaíba, de parte dos limites Baía-Minas, do rio Paraíba entre o Ribeirão do Salto e o Oceano (Comissão da Carta Geral do Centenário); d) dos rios Paracatú e Urucuia (ERNESTO VON SPERLING); e) da zona litigiosa Minas-Espírito Santo (ÁLVARO DA SILVEIRA); f) do rio Carinhanha (JOAQUIM DE FIGUEIREDO)

7 º) Relatório e mapa da Comissão Exploradora do Planalto Central de Goiaz

8 º) Documentos das explorações de Pirapora a Curralinho (ODEBRECHT) e da região nordeste — Capelinha, Minas Novas, Teófilo Otoni, Arassuaí e Jequitinhonha (Fr. SAMUEL TETTOROO, O. F M)

9 º Mapas do Estado de Minas Gerais, do barão D'ESCHEWEGG, de H GERBER, de CROCKATT DE SÁ, de BENEDITO JOSÉ DOS SANTOS e do barão HOMEM DE MELO.

10º) Fragmentos inéditos de um mapa geral do Estado, organizado por H G F HALFELD

11 º) Documentos cartográficos diversos da Biblioteca Nacional

12 º) Mapa parcial dos Estados de Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro, de EMÍLIO SCHNOOR

13 º) Mapa do reconhecimento da zona limítrofe Minas-Rio de Janeiro, entre a foz do Pirapetinga e o Estado do Espírito Santo, de MANUEL JOSÉ FERREIRA MARTINS (pelo Estado do Rio) e AUGUSTO CÉSAR DE VASCONCELOS (pelo Estado de Minas) "

E quanto à exposição inaugurada·

"Esta exposição consta: 1 º do mapa da Província de Minas Gerais um século atrás (reprodução do mapa de ESCHWEGG completado por SILVA PINTO), trabalho do desenhista Sr AFONSO GUAÍRA HEBERLE; 2 º de uma coleção de 72 originais de mapas municipais, trabalho dêsse mesmo desenhista, do engenheiro geógrafo Dr ODILON LOUREIRO e do agrimensor Dr TEODORO BARBOSA; 3 º de exemplares impressos de 60 deles, serviço êste executado em Minas, na bem montada litografia Hartmann, de Juiz de Fora. Tais documentos são, com alguns acréscimos, os mesmos que constituíram a contribuição cartográfica de Minas na Exposição do Centenário e nesse certame conquistaram o Grande Prêmio — a maior das recompensas conferidas".

*

A parte corográfica que independia dos trabalhos cartográficos, bem como a parte estatística, do material que utilizamos, foram obtidas de numerosíssimos informantes por meio de correspondência e de um corpo de Agentes Itinerantes

Êsse corpo de Agentes Itinerantes é que, cumpre frisar, constituiu a chave do êxito, que coroou os nossos trabalhos

Sempre entendí e entendo que no Brasil, por ora, não podemos dar à estatística a profundidade e a perfeição técnica que ela pôde alcançar nos países em condições de

cultura e organização social acentuadamente superiores às nossas E assim dei aos meus inquéritos a simplicidade que as nossas condições comportam, mas compensando isso com a ampliação das pesquisas ao maior número possível de aspectos distintos da coletividade social a estudar Dêste modo, se se tornou fácil a resposta a cada um dos nossos quesitos, deixando-a ao alcance de todos os informantes de boa vontade, por outro lado criei a impossibilidade prática de conseguir a totalidade dos informes solicitados valendo-me apenas do recurso da correspondência, por isso que os inquéritos realizados por êsse processo, no Brasil, são excessivamente lentos e lacunosos, e recolhem material sempre defeituoso E' uma contingência inelutável da nossa organização social

De feito, o de que carecíamos, sob pena de fracasso, era exatamente o oposto: resultados muito rápidos, bem controlados e completos. Isto vale dizer que se nos deparava o imperativo de lançar mão de outro recurso, e outro não havia a não ser o da constituïção do corpo de Agentes Itinerantes Dele me socorrí com a maior confiança, mas não sem que bem medisse os tropeços a vencer e os percalços formidáveis decorrentes, apesar de tudo, da deseducação cívica do nosso povo E porque tinha o firme propósito de vencer a uns e a outros, foi que na campanha a que nos abalançávamos procurei colocarme ao nível da realidade, a que não poderia fugir com ideologias quaisquer, nem com recursos a atos de autoridade, que nenhuma influência favorável teriam, antes só poderiam eriçar o caminho de maiores estorvos Assim pensando e assim disposto a agir, procurei então obter, e obtive, que os Agentes se identificassem com as seguintes diretivas: revestir as indagações do caráter de solicitação, recorrendo a todos os meios suasórios — e foram inúmeros os de que nos servimos — para vencer as resistências encontradiças; não prometer nem promover penalidades; não abrir mão das indagações previstas sob o pretêsto de inexistência de registros rigorosos, antes suprir a lacuna com uma estimativa cuidadosa, feita a competente ressalva, mas procurando ao mesmo tempo promover o futuro desaparecimento dessa lacuna graças a um esfôrço educativo hàbilmente conduzido E tão acertadas foram essas normas que tive a satisfação de ver por tôda a parte — não sem uma penosa catequese às vêzes — se transformarem em amigos os mais renitentes adversários das nossas pesquisas, enquanto que uma reputação das mais honrosas se fez ràpidamente para a repartição que centralizava tais serviços. E de quanto isto foi proveitoso para o futuro da repartição e mesmo para o progresso do Estado, bem estais avaliando desde já, e melhor o fareis quando em outro passo desta palestra vos der conta do esfôrço educativo e cultural que o Serviço pelo tempo adiante nunca se descuidou de desenvolver.

O material que os nossos Agentes recolheram nos municípios ao primeiro impulso dos serviços iniciados, refletindo embora o rudimentarismo da nossa organização econômica, sócial, administrativa e política, e ressentindo-se também da urgência da pesquisa e da novidade da tentativa, foi apesar de tudo o melhor que se poderia conseguir e perfeitamente satisfatório para o fim que se tinha em vista.

Cansaria demasiado a vossa atenção se vos desdobrasse sob os olhos as inúmeras indagações formuladas, as minuciosas instruções baixadas aos Agentes, a propaganda e os variadíssimos recursos de que me utilizei para que não falhassem os seus esforços em parte alguma E talvez vos proporcionasse uma pitoresca hora humorística se me fôsse dado relatar alguns episódios e incidentes mais destacados da campanha que desenvolvemos para vencer a ignorância, a má fé, a desconfiança, os preconceitos, o despeito para com a administração pública, as rebeldias de origem política, a indolência, — que não poucas mas muitas e muitas vêzes desafiaram a paciência, a argúcia, a diligência e mesmo a coragem dos Agentes, isto já não falando das dificuldades materiais das viagens penosíssimas que exigiu a peregrinação deles de município em município e, algumas vêzes, de distrito em distrito

Não me estenderei, pois, sôbre essa parte do trabalho, nem aludirei também ao grande esfôrço requerido pela verificação, crítica, coordenação e apuração do material recolhido. Só direi, por alto, que pude encontrar uma pléiade de distintos colaboradores, entre agentes, redatores e apuradores, cujos nomes, por muito numerosos, deixo de citar, mas prestando-lhes coletivamente, aquí, mais uma vez, a homenagem da minha admiração e do meu reconhecimento.

E por de maior interêsse para o culto auditório que me honra com a sua presença, passo a esboçar o plano geral das obras com que se completou o elenco de trabalhos propostos ao esfôrço inicial para a criação da estatística mineira.

*

O *Anuário Estatístico de Minas Gerais,* no seu primeiro número, que é exatamente o referente a 1921, preparado com o material dessa primeira coleta, consta de 4 grossos volumes, o último dos quais desdobrado em dois tomos. Estuda-se no primeiro volume a situação física, no segundo, a demográfica, no terceiro, a econômica, e no quarto, ocupando o primeiro tomo, a situação social, e o segundo, a situação administrativa e política. Apresenta o *Anuário* um total de 309 quadros, com 3 309 páginas.

Na *situação física,* focalizam-se, em três séries distintas de tabelas, os seguintes assuntos gerais: posição, limites e divisão, condições gerais do território, climatologia. Quanto à *posição, limites e divisão,* a matéria tabulada refere-se à posição geográfica e limites do Estado, aos limites, divisão e área dos municípios, à posição das sedes municipais em relação a Belo Horizonte, às co-

ordenadas e altitudes das sedes municipais, a um arrolamento geral dos pontos de coordenadas exatamente conhecidas, e como tais referidos na Carta do Estado Comemorativa do Centenário da Independência, e a idêntico arrolamento com relação aos pontos de altitude bem determinada No que se refere *às condições gerais do território,* discriminaram-se e coordenaram-se dados relativamente à área em matas, por municípios e distritos, à caracterização das bacias hidrográficas, à distribuição da superfície dos municípios por essas mesmas bacias, à caracterização minuciosa dos principais rios, das quedas dágua, das lagoas, das ilhas, do sistema orográfico e das grutas Pelo que toca à *climatologia,* depois de indicar e caracterizar as estações meteorológicas, as tabelas apresentam sistematizadas as observações que nas mesmas estações se fizeram sôbre os principais elementos climatológicos, referindo, em síntese final, a temperatura média, observada ou calculada, das sedes municipais

A *situação demográfica* é estudada também em 3 grupos de tabelas, dedicados, o primeiro, aos efetivos da população, o segundo, ao movimento do registro civil, e o último, aos serviços de colonização Estudando a *população* do Estado, as tabelas organizadas abordam o crescimento demográfico da Colônia, da Província e do Estado desde 1751, a comparação dos principais resultados dos vários recenseamentos gerais, uma exhaustiva discriminação demográfica, por municípios e distritos, segundo a totalidade dos característicos tomados em consideração no inquérito censitário de 1920, e, para terminar, o número de prédios e a população provável das sedes municipais (cidades e vilas) No estudo do movimento do *registro civil,* discriminaram-se os nascimentos, casamentos e óbitos registrados por municípios e distritos, e apresentou-se uma estatística muito completa, com interessantes combinações, da natalidade, nupcialidade e mortalidade em Belo Horizonte No registro dos resultados do serviço de *colonização,* consideraram-se metòdicamente os núcleos coloniais sob o quádruplo aspecto do território, da população, da produção e da administração

A *situação econômica* ocupou nada menos de sete grupos de quadros, sob os títulos gerais de agricultura e pecuária, indústria, vias de comunicações, meios de transporte, propriedade imóvel, comércio, crédito e previdência O primeiro grupo apresenta sistemàticamente, com tôdas as combinações possíveis, os dados do recenseamento agropecuário de 1920, resumindo a seguir dados sôbre o rendimento médio por hectare, em quintais métricos, das principais culturas, e sôbre os salários rurais O segundo grupo estuda as principais condições da organização industrial e fabril isto em três diferentes combinações de dados, passando a analisar depois, separadamente, a indústria da eletricidade, e, finalmente, o salário médio dos artífices dos principais ofícios O conjunto tabular sôbre as vias de comunicação estuda minuciosamente a organização e o movimento dos serviços postais e telegráficos, as condições das rêdes telefônicas, tanto as de uso público como as de uso privativo A série relativa aos meios de transporte tabula detalhadamente as condições de constituição, o tráfego e o movimento financeiro da rêde ferroviária, faz um estudo mais ou menos paralelo quanto às linhas de navegação, precedendo-o, porém, de um quadro sôbre a totalidade dos rios navegáveis e respectivas condições; sistematiza as bases das tarifas dos principais transportes nas estradas de ferro e nas linhas de navegação fluvial; analisa e caracteriza os serviços de ferro-carris; faz o cômputo, segundo suas categorias e por municípios, das estradas de rodagem; apresenta um conjunto de tabelas de distâncias entre as sedes dos municípios inter-confinantes, entre as sedes municipais e as sedes dos distritos da respectiva jurisdição, e entre as sedes distritais e os principais povoados por elas jurisdicionados; arrola e classifica, por municípios, os veículos empregados no pequeno transporte terrestre e fluvial, apresentando, por último, um quadro sôbre os meios de transporte preferidos e respectivo custo médio, por municípios Relativamente à propriedade imóvel, as tabelas fixam, sempre segundo a divisão territorial, o valor total das transmissões *inter-vivos,* o número e o valor das transmissões transcritas e das hipotecas inscritas, a área e o valor das propriedades sujeitas ao imposto territorial e número dos respectivos proprietários, e o valor médio da propriedade imobiliária O comércio é estudado através de quadros que discriminam meticulosamente a quantidade, o valor e a tributação das mercadorias exportadas pelo Estado; que especificam, a seguir, a quantidade e o valor da exportação dos municípios; que referem, sempre segundo os municípios, os matadouros existentes, o gado neles abatido e os preços médios da carne verde, os negociantes ambulantes e estabelecimentos comerciais registrados, os preços médios dos principais gêneros no comércio a retalho, e as casas de hospedagem existentes e respectivas diárias médias A previdência e o crédito, finalmente, são apropriadamente caracterizados por tabelas que relacionam e situam as emprêsas bancárias e suas agências, exibem os balanços semestrais dos principais estabelecimentos bancários em funcionamento no Estado, resumem o ativo e o passivo da totalidade dos bancos que operavam no território estadual, e discriminam por municípios o movimento geral das Caixas Econômicas

Nos enquadramentos referentes à *situação social,* abordam-se oito assuntos gerais, a saber: higiene e embelezamento urbanos, instrução, divulgação, diversões públicas, assistência, cultos, associações, criminalidade e suicídios Quanto à higiene e ao embelezamento urbanos, dedicam-se quadros suficientemente minuciosos aos serviços de abastecimento dágua, esgotos e iluminação, bem como ao cômputo e classificação dos logradouros públicos das sedes municipais e seus

melhoramentos (calçamento, arborização, ajardinamento, etc) Relativamente à instrução, fez-se um exhaustivo estudo, dentro de moldes de rigorosa sistematização, com relação a cada um dos graus e modalidades do ensino, tanto público como particular, apresentando, primeiro, classificadamente pelas circunscrições territoriais, e depois, em tabelas de conjunto, o número de escolas, o pessoal docente, a matrícula, a freqüência e a conclusão de curso, em destacado para cada um dos ramos do ensino primário, secundário, profissional e superior

Na rubrica "divulgação", foram caracterizados e classificados os periódicos, as bibliotecas e os museus existentes

Quanto às diversões públicas, elaboraram-se dois extensos quadros, um relativo aos teatros e outro aos cinematógrafos

Sob o título "assistência", três quadros consideraram os institutos dedicados a essa espécie de atividade social, relacionando-os, primeiro, e apresentando-lhes em detalhe a caracterização e o movimento, para agrupá-los, depois, em sinopses de conjunto Em matéria de cultos, foram estudados separadamente o catolicismo e o protestantismo, quanto a êste só se conseguindo resumidos dados sôbre o número de edifícios consagrados ao culto, segundo as confissões, por municípios, e quanto ao primeiro, especificando sucessivamente: a divisão eclesiástica, com a sinopse histórica das grandes circunscrições, e a relação, categoria, ano de criação, dependência e território das entidades primárias (paróquias, curatos e capelas curadas); os edifícios consagrados ao culto, com a respectiva caracterização; e os principais atos religiosos celebrados, com o respectivo cômputo discriminado segundo a divisão territorial, tanto eclesiástica como administrativa Por fim, com relação à criminalidade e aos suícidios, dois quadros apresentam a estatística dos crimes cometidos por município, um atendendo ao sexo dos autores e o segundo à natureza dos delitos; dedicam-se dois outros aos suicídios e tentativas de suicídio, com as classificações possíveis

Terminando a obra, finalmente, o volume dedicado à *situação administrativa* e *política* se constituiu de seis sistemas tabulares assim intitulados: legislação e administração, tributação e finanças públicas, defesa nacional, polícia, justiça, representação política Os quadros da primeira destas séries apresentam a sinopse legislativa tanto do Estado como da União (esta, porém, apenas na parte referente ou interessando ao Estado), a resenha dos trabalhos do Congresso Estadual, o número e a natureza das deliberações dos órgãos legislativos municipais, o esquema geral da organização administrativa da União no Estado, idem da organização administrativa do Estado, o cômputo do pessoal efetivo empregado na organização administrativa dos municípios, e o quadro histórico da divisão territorial administrativa Referentemente à tributação e às finanças públicas, apresentam-se, em primeiro lugar, o sistema dos tributos federais incidentes diretamente no Estado e o dos tributos estaduais, passando-se, em seguida, a um meticuloso estudo das receitas e despesas federais no Estado, e, por fim, ao exame, tão detalhado quanto possível, das finanças do Estado e de cada um dos seus municípios O estudo da defesa nacional, na parte de interêsse direto do Estado, requereu quatro tabelas, dedicadas, respectivamente, à organização e estado da Primeira Linha do Exército, ao Corpo de Oficiais da Segunda Linha do mesmo Exército, ao alistamento e ao recrutamento, e às Sociedades de Tiro militarizadas Sôbre os serviços de polícia, incluíram-se tabelas sôbre o quadro das autoridades policiais, sôbre o estado completo e o efetivo da Fôrça Pública, e a sua distribuição pelo Estado A estatística dos assuntos judiciários abrange tábuas sôbre o histórico da divisão territorial judiciária, sôbre a organização judiciária no seu duplo aspecto federal e estadual, sôbre o movimento forense e sôbre o número de cárceres e delinquentes encarcerados, por municípios E a representação política foi considerada sob o aspecto da organização eleitoral, tanto estadual como federal, do quadro dos cargos eletivos, federais, estaduais e municipais, com as principais indicações sôbre o provimento dos mesmos, e dos respectivos eleitorados e âmbitos de jurisdição.

Êste, na sua parte fundamental, o *Anuário Estatístico de Minas Gerais*, relativo ao ano de 1921 Foi-lhe, porém, anexado um apêndice bastante desenvolvido, constante de quatro secções, que pelo amor à brevidade só caracterizarei pelos respectivos títulos, a saber: *Minas retrospectiva* (tabelas com retrospectos); *Minas Gerais e seus municípios* (confronto entre os totais do Estado e os dos seus municípios ocupantes dos dez primeiros lugares, segundo cada uma das principais estatísticas); *Minas Gerais e as demais Unidades da Federação* (61 quadros de confrontos inter-estaduais); *Minas Gerais e o Brasil* (confrontos possíveis entre os dados estatísticos do Estado e os da República no seu todo); e *Minas Gerais e os países sul-americanos*, breves e sintéticos cotejos da situação mineira com a das repúblicas da América do Sul, relativamente à superfície e população, efetivo pecuário, indústria, comunicações e exportação, ensino primário e imprensa, e finanças públicas.

*

O *Boletim Estatístico-Corográfico de Minas Gerais*, segundo seu primitivo plano, deveria constar de cinco ou seis grossos volumes contando para cada município uma desenvolvida notícia estatístico-corográfica, ilustrada pelo respectivo mapa, sendo dedicado o volume final a um estudo sintético do Estado, também acompanhado do mapa correspondente Entregues os primeiros originais à imprensa oficial, verificou-se, depois de uma espera de quase um ano, que não lhe era possível no momento arcar com a responsabilidade de edição da obra em

questão Propús, por isso, que, aproveitados os mapas já impressos, se organizasse um *Atlas Estatístico-Corográfico de Minas Gerais* Esta obra conteria apenas, com relação a cada município, além dos mapas referidos, um breve esquema estatístico, assegurando para a totalidade das comunas mineiras, nesse trabalho, paralelamente à competente representação gráfica, tão minuciosa e perfeita quanto possível no momento, um repertório orgânico, perfeitamente uniforme, de dados numéricos, os quais, depois de caracterizarem o território, assinalando-lhe as maiores dimensões, o desenvolvimento do perímetro, a área total e a em matas, a posição da sede (coordenadas, situação relativamente à capital e altitude), a divisão distrital e a riqueza em hulha branca (número de quedas e sua potência provável), abordassem sucessivamente a demografia, a agricultura, a indústria, os meios de transporte e comunicações, o comércio, as instituições de crédito e de previdência, a propriedade territorial, o ensino público e particular, as instituïções de divulgação e diversão, a religião católica, a administração pública e a representação, — tudo isso com discriminações suficientes para a perfeita elucidação das condições da vida local

Êste alvitre foi adotado, logrando integral execução E, assim, ficou apenas prejudicada, no momento, a divulgação das monografias municipais, único elemento não publicado, do plano que me impusera quando organizei a secção de Estatística e Cartografia da Comissão Mineira do Centenário Mas como mesmo êste elemento entendí que se não deveria sacrificar de todo, promoví mais tarde a publicação das monografias que o constituem, em forma resumida e avulsamente, na medida do que as circunstâncias me foram permitindo, pelas colunas do órgão oficial do Estado, obtendo em seguida o preparo, com a respectiva composição tipográfica, de separatas, cujas edições foram profusamente distribuídas Não conseguí divulgar senão pouco mais de meia dúzia delas, devido às dificuldades de espaço nô *Minas Gerais,* mas o modêlo ficou instituído e avivou-se no Estado o interêsse por estudos dêsse gênero, surgindo daí para cá vários trabalhos monográficos mais ou menos calcados em nosso plano, sendo de citar-se, principalmente, a minuciosa monografia sôbre o município de Araxá, organizada pelo Professor HILDEBRANDO DE ARAÚJO PONTES, e editada a título de incentivo a iniciativas tais, pela repartição a meu cargo. Aliás, cumpre acentuar, as nossas pesquisas nos municípios, desde o seu início, inspiraram trabalhos dêsse gênero, entre os quais destacarei os referentes ao município de Jequitinhonha, do distinto intelectual BATISTA BRASIL, modestamente oculto sob um pseudônimo, e o intitulado *O Município de Teófilo Otoni,* também editado por nossa iniciativa, do benemérito franciscano Frei SAMUEL TETTEROO, a quem tanto deve o Brasil, e especialmente o nordeste mineiro

Para habilitar-vos a um juízo sôbre o alcance dêsse empreendimento, julgo conveniente enumerar, senão a totalidade dos assuntos estudados em cada monografia, ao menos a sua divisão principal em partes e capítulos Como introdução, sucedem-se os quatro primeiros capítulos com os seguintes títulos. posição, configuração, confrontações e limites; divisão, superfície e população; origem do povoamento, evolução social e política; a sede municipal. Seguem-se, formando a primeira parte "situação física", os três capítulos — aspecto e relêvo do solo; sistema fluvial, lagoas; clima A segunda parte, dedicada à "situação econômica", abrange sete outros capítulos, a saber: riquezas minerais, lavoura e criação; indústrias; comunicações e transporte, crédito e previdência; propriedade territorial; comércio Vem, depois, o estudo da "situação social", distribuído pelos nove capítulos seguintes: condições nosológicas e recursos sanitários; melhoramentos urbanos; ensino público e particular; imprensa, bibliotecas e museus; teatros e cinematógrafos; assistência pública e privada; criminalidade e suicídios; associações; religião E, finalmente, a quarta parte, reservada para a análise da "situação administrativa e política", desdobra-se nos seguintes seis capítulos: govêrno e administração; finanças públicas; política e repressão; justiça; defesa nacional; organização eleitoral.

O lançamento dêste vasto plano de trabalhos cartográficos, corográficos e estatísticos foi, portanto, o início da instituição do Serviço de Estatística Geral do Estado de Minas Gerais, designação esta que tomou a primitiva secção de Estatística e Cartografia logo que a Comissão Mineira do Centenário encerrou os seus trabalhos

Quando, em 1923, conseguiu êle a sua autonomia administrativa — que a autonomia técnica nunca lhe faltou — era intenção do saudoso presidente de Minas, RAUL SOARES, criar e regulamentar definitivamente a repartição Circunstâncias imprevistas, porém, e depois a moléstia que o vitimou, adiaram êsse ato governamental

Isto, parecendo embora uma desvantagem, foi de fato um benefício, pois permitiu que o novo serviço, prestigiado como o foi na dinâmica administração MELO VIANA, se acomodasse melhor às reais condições do meio mineiro através de uma experiência mais demorada E tanto assim, que o Regulamento baixado com o decreto n° 7 311, de 21 de Agôsto de 1926, ao terminar o govêrno Melo Viana, consolidou apenas as normas de constituïção e de funcionamento com que a repartição de estatística geral do Estado já estava de fato organizada em exata correspondência com as solicitações da sua finalidade e do meio social a que deveria servir

Apesar disso, porém, — e como medida de prudência — o seu programa só em parte foi explìcitamente especificado, ficando outra parte na dependência das determinações do govêrno, tendo em vista as necessidades supervenientes da evolução administrativa do Estado naquelas matérias di-

reta ou indiretamente relacionadas com as atividades estatísticas do poder público E, dêste modo, ficou confirmada a elasticidade do programa com que o Serviço de Estatística de Minas Gerais desde o começo orientara a sua atividade, e em virtude da qual, a par dos seus serviços genuinamente estatísticos, se dedicou também a variados empreendimentos que lhes eram conexos quer pela sua própria natureza, quer pelos métodos de elaboração que requeriam

Foi, aliás, em virtude desta feliz orientação que a atividade do Serviço de Estatística Geral de Minas conseguiu dispor em poucos anos de uma assinalada fôlha de serviços, cuja breve recapitulação peço vênia para deixar consignada nesta desataviada exposição

*

Merecem referidos, de começo, os trabalhos cartográficos de que resultaram não só o mapa do Centenário, o qual, no artístico suporte com que se inaugurou e figurou depois numa das exposições regionais de Lavras, se acha hoje no Arquivo Público Mineiro, mas ainda os mapas municipais constantes do *Atlas Estatístico-Corográfico,* de que tenho aquí à mão um exemplar pôsto à disposição do vosso exame

Tivemos igualmente logo de início os trabalhos de revisão do parcelamento territorial do Estado, servindo os nossos trabalhos de base à lei n° 843, de 7 de Setembro de 1923, a qual estabeleceu a nova divisão administrativa do Estado.

Os elementos que coligimos e o nosso estudo do assunto, foram compendiados em dois volumes cuja grande procura bem traduziu o seu interêsse, a saber, *A Nova Divisão Administrativa de Minas Gerais* e a *Divisão Administrativa e Judiciária do Estado de Minas Gerais*

Aquele, como no seu próprio frontispício se declara, é um estudo estatístico da lei n.° 843, e abrange três quadros, a saber: — o primeiro, referindo o número de distritos, a superfície e a população dos municípios, segundo a nova divisão vigente; — o segundo, estabelecendo o prontuário dos municípios, com as alterações de denominação e distribuïção do território, as confrontações, a categoria e posição das sedes, e a divisão distrital, segundo o novo quadro administrativo; e o terceiro, constituindo também para os distritos um prontuário alfabético, com a sinopse das alterações de território, designação, categoria, sede e jurisdição, que a lei em aprêço acabava de introduzir.

A segunda das obras referidas, tendo em vista não sòmente a lei aludida mas ainda a de n.° 879, de 24 de Janeiro de 1925, que reorganizou também a divisão judiciária, fez, muito mais detalhadamente que a primeira, a "exposição e análise estatística, em confronto com a antiga organização, dos quadros (de divisão territorial) em vigor a 1.° de Janeiro de 1926, decorrentes, respectivamente, com algumas modificações posteriores", das leis citadas.

Tendo o Serviço obtido, ainda muito antes do govêrno federal lhes ter completado a divulgação, os algarismos que discriminavam para o Estado os resultados do último censo geral da República, com êles organizou, em 1924, visando utilíssima vulgarização, o volume intitulado *Minas segundo o Recenseamento de 1920* Esta obra se compôs de quatro partes, intituladas respectivamente — *população, agricultura, pecuária* e *indústria,* mas compreendendo ainda um apêndice, em o qual, como disse o Dr DANIEL DE CARVALHO, prefaciador do volume, se fizeram os seguintes estudos: "1.° comparação de Minas com o Brasil; 2.° cotejo de Minas com os demais Estados da Federação; e 3.° análise da situação de Minas, em quadros retrospectivos ou comparativos, sob os pontos de vista demográfico e econômico, segundo os algarismos direta ou indiretamente fornecidos pelos Censos, principalmente o de 1920".

Os dados coligidos para a ilustração estatística da Carta Comemorativa do Centenário foram divulgados em 1923, no volume intitulado *O Estado de Minas Gerais,* o qual foi impresso especialmente para ser distribuído aos membros do 1.° Congresso das Municipalidades Mineiras.

Melhorados e completados nalguns pontos os elementos em que se baseava a referida carta do Centenário, cujo grande formato desaconselhava fôsse impressa, elaborou o Serviço um novo mapa geral do Estado, na escala de 1:1 000 000, o qual, já tendo figurado em original na Exposição do Café, de São Paulo, deixei em 1930 entregue ao prelo

Mas ainda não se deteve aí a atividade da repartição em matéria de cartografia. Como êsse novo mapa geral do Estado fôsse muito sobrecarregado de detalhes, e impróprio, assim, para o ensino nas escolas primárias, fomos incumbidos também de preparar um mapa do Estado para fins didáticos. Êsse trabalho tinha o seu desenho muito adiantado, quando deixei o Estado, e já se acha concluído, sendo provável que figure na exposição pedagógica que se inaugurará brevemente nesta capital, por ocasião da 4.ª Conferência Nacional de Educação Aliviado de detalhes, com dizeres em tamanho muito legível, de feição rigorosamente artística, e com abundante documentação marginal, na sugestiva forma de diagramas e cartogramas, fornece êle suficientes elementos para uma sintética apreciação do Estado

Além do *Anuário Estatístico do Estado,* o qual teve o seu primeiro número referente, como vimos, a 1921, o segundo, num único volume de 1 178 páginas, abrangendo o período de 1922-25, e o terceiro, em via de publicação, concernente aos anos de 1926-30, organizou a repartição mais dois trabalhos estatísticos com feição de anuário, a saber, o *Anuário Demográfico de Minas Gerais* e o *Anuário Estatístico de Belo Horizonte*; tendo

a elaboração dêste último, cumpre frisar, resultado de um acôrdo entre o Estado e a municipalidade de Belo Horizonte, em virtude do qual o Serviço Estadual de Estatística, auxiliado pecuniàriamente pela Prefeitura Municipal da capital do Estado, se encarregou de levantar as estatísticas da principal comuna do Estado, em condições de servir simultâneamente aos fins da administração tanto local como regional Comportando êsse *Anuário,* de que já se organizaram três números, embora nenhum ainda divulgado, cêrca de 400 páginas, estuda, em numerosas tabelas de grande interêsse, as seguintes grandes ordens de assuntos: condições gerais do território; meteorologia; demografia; comunicações e transportes; produção e comércio; finanças; propriedade imobiliária; saúde pública; melhoramentos urbanos; beneficência, cooperativismo e previdência; instrução, publicidade e diversões; cultos; serviço militar e polícia; justiça e movimento eleitoral; legislação E êsse acôrdo, conseguido graças ao apoio do Dr. ANTÔNIO CARLOS, na Presidência do Estado, do Dr DJALMA PINHEIRO CHAGAS, como Secretário da Agricultura, e do Dr CRISTIANO MACHADO, como Prefeito de Belo Horizonte, representa, como vêdes, uma bela conquista no sentido da unificação da estatística brasileira pela cooperação entre a União, os Estados e os municípios.

Da estatística municipal organizada por êsse modo para a capital mineira tereis exato conhecimento se quiserdes compulsar o caderno que tenho sôbre a mesa, formado por uma cópia dos originais da *Sinopse Estatística de Belo Horizonte* referente aos anos de 1928 e 1929.

Tendo em vista a necessidade "de manter a estatística estadual mais ou menos em dia a vulgarização dos seus resultados mais gerais, quer para o Estado, quer para cada um dos municípios, deixando para o *Anuário Estatístico,* de elaboração e divulgação sempre demoradas, o registro sistemático, em todo o seu possível desenvolvimento, da generalidade das estatísticas mineiras", cogitou-se também da publicação regular de duas coletâneas estatísticas de caráter sintético, a saber, a *Carteira Estatística de Minas Gerais* e a *Caderneta de Estatística Municipal*

Êsse projeto foi ràpidamente pôsto em execução, e os primeiros números dessas publicações acham-se prestes a sair do prelo.

"O Serviço de Estatística Geral," — disse eu no prefácio da primeira delas — "objetivando essencialmente, com esta Carteira, a divulgação, a mais atualizada possível, dos principais resultados da estatística estadual, pretendeu mais oferecer aos que por tais estudos se interessarem, um repertório estatístico de significação mais ampla, onde não só se coordenassem também elementos de comparação com os dados estatísticos de freqüente consulta de cada uma das demais unidades políticas brasileiras, do Brasil em geral, dos principais países e do mundo, senão ainda se encontrassem à mão, em forma resumida e prática, as fórmulas, esquemas, índices, etc, que pela sua base algarítmica ou por seu feitio tabular mais de perto se relacionam com a estatística e sejam de uso diuturno nos estudos, cálculos ou sistematizações que se executem sob o método estatístico ou que a própria estatística tenham por objetivo O plano, como se vê, é perfeitamente lógico, e da finalidade da obra não discrepa, como à primeira vista talvez pareça, sua parte final, pois constitui uma coletânea de natureza claramente estatística e de utilidade irrecusável

Assim exposta a idéia matriz do volume, percebe-se bem a razão de ser das partes que o compõem e da respectiva titulação e divisão fundamental, a saber: Primeira parte — Minas Gerais através dos números: I — Síntese retrospectiva; II — Atualidade mineira Segunda parte — Consultório estatístico: I — Sinopse estatística do Brasil; II — Breviário de estatística internacional; III — Compêndio estatístico de esquemas, tábuas e fórmulas de uso comum".

Ao prefaciar a segunda das aludidas publicações, prestei os seguintes esclarecimentos:

"Como norma fundamental na elaboração da Caderneta, fixou-se a de rigorosa uniformidade, tanto quanto à data como quanto à esquematização, dos elementos informativos através de cuja expressão numérica se pretende caracterizar a evolução da vida comunal do Estado "

E mais adiante:

"Os doze vértices das chaves gerais, que no volume formam o esquema estatístico de cada município, abrangem, como é fácil de ver pelo seu simples enunciado, os principais objetivos estatísticos, e se subordinam a uma seriação lógica, que é a adotada geralmente pelo Serviço nos seus trabalhos, isto é, aquela que, partindo dos aspectos *territoriais* e *demográficos* — os de fato fundamentais, passa em seguida e sucessivamente, numa gradação que vai ao mesmo tempo do mais simples e geral para o mais complexo e particular, e do mais material para o mais nobre, aos aspectos *econômicos, sociais, administrativos* e *políticos*

Mostrá-lo-á melhor o seguinte grupamento: I. *Dados territoriais e demográficos*: 1. Território; 2. Divisão e população II *Dados econômicos*: 3. Valor da produção; 4 Meios de transporte; 5 Vias de comunicação; 6 Organização bancária; 7 Propriedade imobiliária III *Dados sociais:* 8 Ensino público e particular; 9 Diversões; 10 Melhoramentos urbanos IV *Dados administrativos e políticos*: 11. Finanças públicas; 12 Organização política "

Vê-se bem, portanto, que essas duas publicações, sendo uma o complemento da outra, integram o plano de vulgarização das estatísticas mineiras "Se a *Carteira*" — servindo-me ainda de palavras do prefácio ci-

tado — "estuda preferentemente a *vida da coletividade mineira* considerada no seu conjunto, isto é, visando sempre definir a *situação geral do Estado,* a Caderneta objetiva, a sua vez, a *vida comunal* em Minas, traduzindo numèricamente, em quadros uniformes, mas distintos para cada unidade municipal, as condições dos *organismos administrativos autônomos* — os municípios — de cuja simbiose política resulta esta grande *unidade federal* da República do Brasil"

Mais um anuário ainda começou a organizar a repartição — o de legislação e administração municipal A extraordinária significação dêste trabalho — no gênero do qual seria bom que surgissem coletâneas regularmente divulgadas em cada uma das unidades políticas do país, pode bem ser avaliada pelos trechos que se seguem, extraídos da respectiva introdução A citação será um pouco longa, mas ides ver que os esclarecimentos que fornece bem na justificam Ei-la:

"Mas, e desde o seu início, a divulgação do anuário, quaisquer que sejam as lacunas de que por algum tempo se venha êste ainda a ressentir, deve ter uma função genuinamente educativa, que a tornará valiosíssima sob o ponto de vista de um sadio nacionalismo

Decorre tal função, não sòmente da possibilidade de estudo e de crítica pelos próprios agentes de cada administração local de tudo quanto no terreno da sua atividade se estiver realizando em todo o Estado mas também e principalmente pela consequente emulação no bem deliberar e agir, entre os governos dos municípios, de vez que a ação deles deixará de estar sujeita apenas à opinião de um estreito círculo social e político, para vir sofrer um registro que a colocará definitivamente sob a alçada de um severo julgamento público em face dos interésses do Estado e do país

Nem só isto ainda Esta publicação constituirá também um repertório precioso para os nossos futuros historiadores Fatos sem conta, de não despiciendo alcance para a elaboração da nossa história social, econômica, administrativa e política, iam ficando até então quase inteiramente fora das vistas dos nossos sociólogos, dada a maneira efêmera por que ficavam registrados, ou em simples originais de documentos administrativos, depressa consumidos, ou em folhetos e pequenos jornais do interior, quase sempre também de circulação mui limitada e desaparecimento rápido Já agora, no entanto, o arqüivamento deles se fará metòdicamente, em uma coletânea que abrangerá de um modo geral a vida de tôdas as municipalidades do Estado, e em condições de publicidade suficientes para que se considerem definitivamente ao alcance de todos quantos deles queiram ter notícia autorizada

É possível, todavia, se venha a objetar que a medida, embora de reconhecido alcance social e político, refoge à competência de uma repartição de estatística geral

Não procederá a argüição

Mesmo que só indiretamente o anuário pudesse ser útil ao Serviço de Estatística Geral, êsse limitado interêsse seu, aliado a um indiscutível interêsse de ordem geral, justificaria suficientemente o se lhe atribuir a organização da obra, uma vez que a nenhum outro órgão do atual aparelho administrativo do Estado poderia mais lògicamente caber tal encargo Demais a coletânea em aprêço não oferece apenas um interêsse indireto à estatística — e tanto à do Estado como à do país, — pois só ela poderá constituir a fonte autorizada, suficiente e segura para um grande número de importantíssimos levantamentos estatísticos, os quais até agora só se teem podido basear no precário recurso de informações graciosas de secretarias de câmaras, cujos dados não oferecem muitas vêzes nenhuma garantia de autenticidade, e não raro prestadas sem o necessário discernimento e cuidado, quando não com intenções tendenciosas

Além disso, entrando a repartição, para fins da elaboração dêste anuário, em entendimentos mais freqüentes e mais íntimos com os governos municipais, encontrará por êsse meio mais fácil ensancha para promover a organização dos serviços estatísticos locais, de que tão urgentemente carece a estatística brasileira, e isto tanto mais seguramente quanto os dados que tais serviços se destinam a coligir serão ao mesmo tempo a mais preciosa contribuïção para o enriquecimento das mensagens e relatórios dos Srs. Agentes Executivos e Prefeitos Municipais, os quais, assim, cedo se habituarão a consignar em tais documentos, de modo claro, positivo e sistemático, os progressos da vida local, nos seus variados aspectos, ao influxo das respectivas atividades governativas.

Tudo isto muito bem apreendeu o eminente Chefe do atual govêrno do Estado (Dr ANTÔNIO CARLOS), como se verifica pelo seguinte trecho da sua primeira mensagem ao Congresso Mineiro:

> "Merece, ao meu ver, especial amparo a iniciativa da publicação do *Anuário de Legislação e Administração Municipal,* pois a divulgação regular dos tomos desta obra, sôbre constituir um permanente incentivo ao escrúpulo, ao zêlo, à largueza de vistas e ao patriotismo dos órgãos administrativos municipais, formará, ao lado do *Retrospecto anual da vida dos municípios mineiros,* cuja organização já está projetada, um precioso repertório de informações sôbre interessantíssimo aspecto da vida do Estado, o que vale dizer também uma valiosa coletânea de documentos para a história mineira É mister, todavia, que disto se compenetrem todos os chefes dos governos municipais, pois que, infelizmente, ainda não constituem maioria os municípios que enviaram suas contribuições para o primeiro número, relativo a 1926, do anuário em aprêço, cuja impressão, apesar disto, e como melhor encaminhamento do alto objetivo político que se colima, já determinei que a Repartição (o Serviço de Estatística Geral) inicie quanto antes Estou em que, isto feito e distribuída a obra, nenhum govêrno municipal admitirá que de futuro êsse anuário se apresente omisso no que tocar à respectiva circunscrição municipal "

Inicia-se, pois, a publicação dêste repertório sob a inspiração e o patrocínio de uma consagrada mentalidade de estadista, a quem certamente não escapou que a emulação decorrente do regular aparecimento desta obra irá concorrer para que muito breve as mensagens lidas anualmente perante as Câmaras e Conselhos Municipais se tornem documentos de grande mérito e significação tanto no relatar a vida administrativa local, quanto mesmo no refletir, narrar e comentar os acontecimentos de tôda sorte de que se forem entretecendo as tradições e a história dos municípios, ou seja o próprio plasma da história e da tradição do Estado e do país

E teremos, se assim realmente acontecer, como é lícito prever, a plena realização em Minas, a quase século e meio de distância, do vigoroso e clarividente pensamento político que ditou a Ordem Régia de 21 de Maio de 1781, a qual se vê no Ano VII (1902), pág 437, da *Revista do Arquivo Público Mineiro,* cujo teor bem merece aquí integral transcrição Ei-la:

> "Dona Maria por graça de Deos Raynha de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhora de Guiné etc Faço saber a vos Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais que Eu sou servida Ordenarvos que pelos ouvidores das Comarcas dessa capitania façaes praticar o arbitrio de se fazerem effectivamente todos os annos humas memorias annuaes dos novos Estabelecimentos, factos e cazoz mais notaveis e dignos de historia, que tiverem succedido desde a fundação dessa capitania e forem succedendo; sendo estas escriptas pelo vereador segundo (attendido o impedimento que pode ter o primeiro servindo de juiz), o qual no fim de cada hum anno as aprezentará em camara, aonde lidas e examinadas se

farão registrar em hum livro destinado para este fim, dando fé todo o corpo dos Vereadores por escripto serem aquelles factos e successos na verdade; recommendando outrosim aos mesmos ouvidores em correição tenhão huma particular inspecção em tão interessante materia A Raynha Nossa Senhora o mandou pelos conselheiros do seu conselho Ultramarino abaixo assignados se passou por duas vias Antonio Ferreira de Azevedo a fez Lisboa vinte de Julho de mil sete centos e oitenta e dous O Secretário *Joaquim Miguel Lopes de Lavre* a fez escrever *Miguel Serrão Diniz* — *João Baptista Vaz Pereira* Segunda via Por despacho do conselho Ultramarino de vinte hum de Mavo de mil setecentos e oitenta e hum O Secretario do Governo *Jozé Antonio de Matto* — Cumpra-se e registe-se Doutor *Gonzaga* — Não continha mais a mencionada copia da ordem regia a que me reporto em poder do abaixo assignado a quem a tornei a entregar, a qual aqui bem e fielmente fiz registar, por mim subscripto, conferido e assignado nesta Villa Rica do ouro preto aos vinte e hum dias do mes de Novembro de mil setecentos e oitenta e quatro annos E eu *José Verissimo da Fonseca* escrivão da ouvidoria o subscrevi assigney e conferi (a) *José Verissimo da Fonseca*"

Como o anterior, constituiu também um trabalho de caráter não rigorosamente estatístico, o que a Repartição organizou sob o título de *Indicador Agrícola, Pecuário, Comercial, Industrial e Bancário*, destinado a aparecer com a periodicidade que as circunstâncias requeressem

No preparo e publicação dêsses trabalhos, no entanto, uma constatação da maior importância ficara definitivamente feita: só com grande atraso e em volume relativamente reduzido podiam ser feitas as publicações do Serviço de Estatística na Imprensa Oficial E como o dispêndio com a publicação dêsses trabalhos em oficinas particulares seria excessivo, outro caminho não havia — provou-o a experiência, — se se quisesse um serviço de estatística deveras eficiente, senão o da criação de uma oficina tipográfica privativa do mesmo Serviço Foi o que felizmente compreendeu o govêrno mineiro

O Presidente ANTÔNIO CARLOS, o quarto dos Chefes de Estado de cuja ação teem dependido os destinos do Serviço que me coube criar em Minas, solidário com a orientação seguida pelos seus dignos antecessores — ARTUR BERNARDES, RAUL SOARES e MELO VIANA, prestigiara também, desde os primeiros dias do seu govêrno, tanto pela ação direta como pela dos seus ilustres auxiliares, BIAS FORTES, FRANCISCO CAMPOS, GUDESTEU PIRES e DJALMA PINHEIRO CHAGAS, respectivamente Secretários da Segurança Pública, Interior e Justiça, Finanças e Agricultura, e CRISTIANO MACHADO, como Prefeito de Belo Horizonte, a novel repartição de Estatística do Estado Elevou-a à categoria de diretoria, completamente autônoma, e deu-lhe mais amplos meios de ação em todos os sentidos, destacando-se entre êles exatamente a posse de uma tipografia própria, que deixei montada com um excelente maquinário, do qual fazia parte o primeiro equipamento "monotipo" introduzido no Estado E estas transformações conseguimos não só devido ao apoio do Presidente do Estado, mas ainda ao grande desvêlo com que acompanhava os nossos trabalhos o seu já mencionado Secretário da Agricultura, o incansável Dr DJALMA PINHEIRO CHAGAS, que não permitiu tivesse solução de continuidade o interêsse que lhes dedicara CLODOMIRO DE OLIVEIRA, na Presidência ARTUR BERNARDES, e, nas Presidências Raul Soares e Melo Viana, DANIEL DE CARVALHO, êste o Secretário que propôs, com uma notável exposição de motivos, ao segundo dos referidos presidentes, o decreto criando a repartição

Amparado por essa forma, pois, o Serviço de Estatística Geral pôde, no quatriênio a cujo término lhe deixei a direção, completar o seu desenvolvimento e aparelhamento sob os olhos vigilantes de DJALMA PINHEIRO CHAGAS Mas também, cumpre observar, se tal prestígio e tais elementos lhe foram outorgados no quatriênio passado, muito, muitíssimo mesmo, dele se exigiu Basta dizer que, além da tarefa já de si exhaustiva que lhe constituíram os trabalhos acima referidos, como desdobramento normal do seu programa, foram-lhe atribuídos vários encargos especiais, entre os quais se destacam: o preparo da representação mineira no Congresso e Exposição de 1927, em São Paulo, comemorativos do 2º Centenário da introdução do cafeeiro no Brasil; a participação nas exposições realizadas em Belo Horizonte, respectivamente em 1927 e 1928, a primeira de Agricultura, Indústria e Comércio, e a segunda de Pecuária, mas com várias secções anexas de finalidade diferente; a da realização do Censo Cafeeiro do Estado, em 1929, operação essa de caráter bastante minucioso, destinada a orientar a política cafeeira de Minas Gerais; a do preparo de uma minuciosa informação sôbre as riquezas minerais do Estado; e a da e aboração de um estudo sôbre a situação geral do Estado, destinado a figurar no *Anuário do Ministério da Agricultura* referente ao ano de 1929

No desempenho dêsses encargos teve a Repartição o ensejo de divulgar alguns trabalhos que merecem especial menção

O primeiro deles foi a obra *Minas Gerais através dos números*, compreendendo, com artística ilustração gráfica, três partes intituladas respectivamente: "Minas retrospectiva", "Minas de hoje" e "Minas e seus municípios".

O segundo intitulou-se *Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727-1927)*, constituindo-o uma ampla coletânea de trabalhos relacionados com o assunto do título, além do relatório relativo à representação mineira nos certames cafeeiros de São Paulo E a êsse volume seguiram-se os opúsculos *Alguns dados sôbre a lavoura cafeeira de Minas Gerais em 1927* e o *Resumo geral do censo cafeeiro de 1929*

Outro opúsculo, tendo por epígrafe a *Indústria da criação em Minas Gerais* segundo várias estatísticas, e contendo seis interessantes tabelas, foi distribuído como brinde aos visitantes da Exposição Pecuária

Divulgou-se ainda, em 1928, sob o título *Sinopse das principais riquezas minerais compreendidas no território mineiro,* um trabalho em o qual se referiram, em forma sintética e tabulada, as mais notáveis ocorrências de minérios e minerais já verificadas no grande Estado central.

E organizou-se também, com os artigos enviados à Diretoria de Informações, do Ministério da Agricultura, como contribuïção do Estado para o anuário dêsse departamento da administração federal, — artigos êsses de cuja redação o Serviço de Estatística Geral incumbira o Dr. AFRÂNIO DE CARVALHO, — a interessante publicação intitulada *A atualidade mineira*. Da oportunidade dessa publicação já vos dirá suficientemente o simples enunciado dos assuntos dos seus dez capítulos, a saber: "Minas Gerais: A Terra"; "Minas Gerais: O Povo"; "A prosperidade de Minas"; "A agricultura em Minas"; "A pecuária em Minas"; "A indústria mineral em Minas"; "A indústria fabril em Minas"; "O comércio em Minas, vias de comunicação, bancos"; "Minas, sanatório do Brasil"; "Minas, terra da promissão".

No período a que me estou referindo, outras importantes incumbências foram ainda cometidas à repartição de estatística, merecendo referência: a da organização do *Boletim de Agricultura, Zootecnia* e *Veterinária,* órgão oficial da Secretaria da Agricultura, publicação essa que, iniciada em Janeiro de 1928, já se acha hoje no seu quarto ano de existência, com uma excelente fôlha de serviços prestados não só à divulgação das cousas mineiras fora do Estado, mas ainda ao incentivo das suas fôrças produtoras; a do preparo de um boletim semanal sôbre a vida mineira, a ser enviado aos Serviços Econômicos e Comerciais do Ministério do Exterior, organizacão essa devida à inteligente iniciativa de HÉLIO LÔBO e hoje incorporada ao Departamento Nacional do Comércio, do Ministério do Trabalho; e, finalmente, o serviço de informações da Secretaria de que dependia, através não só de respostas às consultas verbais e escritas que lhe eram feitas, mas também por meio de comunicados semanais à imprensa e trabalhos especiais de vulgarização estatística pelas colunas do *Minas Gerais,* trabalhos êsses que, por via de regra, eram depois largamente distribuídos em separatas. Dentre êles destaco os intitulados: a *Sinopse Estatística do Estado,* os *Principais aspectos dos municípios* e a *Sinopse Estatística do Município de Belo Horizonte*.

*

Tantas já eram, ao têrmo do govêrno passado, as incumbências não estritamente estatísticas atribuídas ao Serviço de Estatística Geral do Estado de Minas, impressionante sendo também o acanhamento das instalações de que dispunha a repartição, — que se impôs ao govêrno a cogitação de dar-lhe não sòmente sede condigna, mas ainda um novo Regulamento em que se enquadrassem orgânicamente êsses vários serviços, aos quais se daria já então o lógico complemento que as circunstâncias lhe apontavam, a saber, uma delegacia no Rio de Janeiro, um gabinente foto-cinematográfico e a competente sala de exibições, uma exposição de estatística, além das que anteriormente já possuía, isto é, biblioteca, arquivo, almoxarifado e tipografia.

O planejamento do escritório de Informações e Estatística de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, da nossa repartição estadual de estatística, que passaria a ser então a Diretoria de Estatística Geral e Publicidade, foi a preocupação que mais me tomou o espírito no último ano do meu exercício à testa da estatística mineira.

O programa das atividades da diretoria, deixei-o traçado nos artigos 3.º e 4.º do respectivo projeto de regulamento, onde se especifica a competência dos seus dois serviços fundamentais — o de estatística e o de publicidade.

O artigo 3.º fixa o âmbito de atividades do "serviço de estatística geral", que deverá consistir em "promover, coligir, elaborar, coordenar e publicar tôda sorte de informações estatísticas que se relacionem com o estado físico, demográfico, econômico, intelectual, moral, administrativo e político do Estado", competindo à repartição nesse particular:

I — Formular os planos necessários à exata apreciação, sob o ponto de vista estatístico, das condições do Estado, e à dos fatos nele ocorridos, quer dêstes conheça diretamente, quer indiretamente;

II — Executar por si mesma todos os trabalhos estatísticos de interêsse geral do Estado, desde que não estejam êles sendo organizados, dentro das respectivas atribuïções e em condições que atendam plenamente às necessidades da estatística estadual, por outros órgãos da administração pública;

III — Coligir e coordenar os trabalhos preparados por êsses departamentos administrativos;

IV — Promover, pelos meios ao seu alcance, a uniformidade e o desenvolvimento dêsses trabalhos, segundo os modelos que tenha organizado, podendo para isso firmar acordos ou contratos em virtude dos quais haja de levar o seu concurso direto aos referidos órgãos, ou de tomar a si, pela fórmula que convier, a execução integral dos respectivos encargos estatísticos;

V — Proceder, decenalmente, em coincidência com a operação do censo federal de que cogita a Constituïção Brasileira e mediante entendimento com a Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, a indagações estatísticas e corográficas suplementares àquele serviço, de molde a obter-se um conjunto orgânico, e o mais completo possível, de dados sôbre a vida do Es-

tado, no seu todo e parceladamente pelas unidades administrativas, por ocasião de cada recenseamento geral da República;

VI — Analisar e grupar cientìficamente os dados que obtiver, representá-los gràficamente e compará-los com os das outras unidades da Federação e com os do Brasil e os dos países estrangeiros;

VII — Publicar, em coletâneas periódicas ou especiais, ou ainda avulsamente, os resultados dos trabalhos que haja executado;

VIII — Satisfazer, sempre que possa, os pedidos recebidos do govêrno da República ou de qualquer outro país, de administrações estaduais e municipais, e ainda de corporações e particulares, nacionais ou estrangeiros, relativamente ao fornecimento de informes estatísticos sôbre o Estado, desde que isso não desconvenha ao interêsse público, nem prejudique o andamento dos encargos normais da repartição, submetendo os dados organizados, quando a sua importância o exigir, à aprovação do Secretário da Agricultura;

IX — Empreender, aproveitando tôdas as oportunidades e recursos que se lhe deparem, a progressiva harmonização da sua atividade, dos seus processos e dos seus resultados, com a atividade, os processos e os resultados dos órgãos estatísticos dos demais Estados, da União e dos países estrangeiros, seguindo preferentemente, e tanto quanto o permitirem as condições do meio, a orientação já estabelecida ou que fôr sendo assentada pelos Institutos e Congressos Internacionais de Estatística;

X — Organizar, além dos trabalhos rigorosamente estatísticos, com os seus recursos normais ou com os que lhe forem fornecidos extraordinàriamente, trabalhos que sistematizem pelo método estatístico de esquematização, classificação e comparação, quaisquer categorias de fatos administrativos, econômicos ou sociais de cujo estudo possa resultar proveito para a incrementação das atividades úteis desenvolvidas no Estado ou para a ação governativa, como sejam, por exemplo, sinopses de legislação, tábuas itinerárias, calendário agrícola, almanaque de administração pública, dicionário estatístico-corográfico, etc"

E o artigo 4.º, estipulando que o "serviço de publicidade" objetivará divulgar, em condições apropriadas, "não só os fatos e algarismos cujo conhecimento sirva à propaganda do Estado, mas ainda os ensinamentos de ordem teórica ou prática que possam contribuir para intensificar ou melhorar as atividades sociais e econômicas que se exercitem no território estadual e de que dependam a riqueza, a organização e a prosperidade da comunhão mineira", enumera-lhe como atribuições:

"I — Adotar um plano orgânico para a obra de propaganda, informação, ensino e educação que com essa sua atividade se tem em vista;

II — Promover a elaboração, a impressão e a distribuïção conveniente, no Estado ou no país e no estrangeiro, dos opúsculos, fôlhas volantes, cartazes, álbuns, cartões postais, etc, por meio dos quais atenda aos seus fins de publicidade;

III — Exibir, nos certames (feiras, exposições, congressos) a que o Estado comparecer, composições pictóricas ou cartográficas, conjuntos fotográficos e películas cinematográficas, visando a vulgarização impressiva de aspectos relevantes da vida mineira;

IV — Fornecer semanalmente aos Serviços Econômicos e Comerciais do Ministério do Exterior um boletim informativo, no que disser respeito ao Estado, dos fatos que aquele departamento visa coordenar para conveniente divulgação no país e no estrangeiro;

V — Remeter anualmente ao Serviço de Informações, do Ministério da Agricultura, as memórias, monografias, dados estatísticos e documentação fotográfica que constituam a contribuïção do Estado para o anuário que aquela repartição edita;

VI — Manter permanente entendimento com o Instituto de Expansão Comercial, também do Ministério da Agricultura, no intuito de colaborar no progressivo enriquecimento, no que se referir ao Estado, dos fichários com cujo auxílio tal instituto divulga, nos meios econômicos e comerciais do Rio de Janeiro, informações úteis sôbre a vida do país;

VII — Organizar e manter, tanto em Belo Horizonte como no Rio de Janeiro, uma biblioteca mineira, de consulta franqueada ao público;

VIII — Prestar diretamente, ou obter de procedência autorizada e encaminhar, todos os informes que, sôbre cousas mineiras, lhe forem pedidos diretamente ou por intermédio da sua Delegacia na Capital Federal;

IX — Enriquecer quanto possível a sua biblioteca e o seu arquivo de todos os dados e fontes de informação com que possa igualmente prestar, às pessoas e instituïções domiciliadas em Minas e que o solicitarem, todos os informes referentes às demais unidades políticas do Brasil ou aos países estrangeiros, que lhes possam trazer orientação útil na incrementação das respectivas atividades no campo social ou econômico;

X — Elaborar e publicar no *Minas Gerais*, no mínimo semanalmente, distribuindo-os igualmente pelos jornais que o solicitarem, comunicados de propaganda econômica ou vulgarizadores, com apropriada documentação numérica, dos resultados gerais mais importantes, e de conhecimento oportuno, das estatísticas mineiras, sejam as elaboradas pela própria Diretoria, sejam as que competirem a qualquer outro órgão da administração, contanto que relativas direta ou indiretamente ao Estado;

XI — Ter a seu cargo, com a colaboração sistemática dos competentes institutos técnicos da administração estadual, a redação e administração do *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, órgão oficial da Secretaria da Agricultura, o qual divulgará, assim não sòmente as notícias e estudos adequados à finalidade contida no título da publicação, mas ainda tudo quanto concernir à atividade dos vários departamentos da Secretaria"

Como complemento dêsse esquema de atribuições que vos acabo de ler, parece conveniente acrescentar que, segundo o projeto em aprêço (artigo 6º), a Diretoria de Estatística Geral e Publicidade do Estado de Minas deverá publicar:

"I — Com periodicidade decenal:

a) O *Boletim Estatístico-Corográfico*, organizado com os resultados dos inquéritos realizados pela União e pelo Estado, a que se refere o nº V, do art 3º;

b) O *Atlas Corográfico Municipal*, editado consecutivamente a cada reforma da divisão administrativa do Estado, acompanhados os mapas municipais que o devem formar, de um texto estatístico de que constem os principais característicos territoriais, administrativos, econômicos e sociais das unidades municipais como as houver constituído o citado ato legislativo;

c) O *Prontuário dos Limites e Confrontações dos Municípios e Distritos de Minas Gerais*, também segundo os quadros de cada nova divisão administrativa;

II — Com periodicidade anual:

a) o *Anuário Estatístico de Minas Gerais;*

b) o *Anuário Demográfico de Minas Gerais;*

c) o *Anuário de Legislação e Administração Municipal do Estado de Minas Gerais;*

d) a *Carteira Estatística de Minas Gerais;*

e) a *Caderneta de Estatística Municipal do Estado de Minas Gerais;*

f) o *Retrospecto da Vida Municipal Mineira;*

g) o *Anuário Estatístico do Município de Belo Horizonte*, êste a ser elaborado mediante acôrdo com o respectivo govêrno municipal:

III — Com periodicidade trimestral, — o *Boletim de Estatística Municipal de Belo Horizonte;*

IV — Com periodicidade mensal, — o *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária;*

V — Sem periodicidade, ou com a periodicidade que convier:

a) a *Revista Mineira de Estatística;*

b) as coletâneas especiais e os trabalhos avulsos a que alude o n º VII do art 3 º;

c) os trabalhos referidos em o n º II do art 4 º (opúsculos, fôlhas volantes, cartazes, álbuns, cartões postais, etc , necessários ao seu serviço de publicidade) "

E quanto especialmente ao programa de ação da Delegacia da repartição no Rio, constituíam-no múltiplas e originais atribuïções, que me permito ler, igualmente, pois que sem conhecê-las não podereis ajuïzar bem das diretrizes orgânicas a que Minas se vem esforçando por subordinar os seus serviços de estatística e publicidade

No projetado regulamento essas atribuições assim se acham formuladas:

"I — Estabelecer e manter com todos os órgãos informativos, tanto oficiais como particulares, localizados na Capital Federal, os entendimentos necessários à regular obtenção, nas condições requeridas, dos dados avulsos e das fontes impressas de informações de que carecer a repartição, não só para a elaboração das estatísticas referentes ao Estado, mas ainda para a parte comparativa dos seus trabalhos;

II — Constituir um centro de prestação de informações concernentes ao Estado e de distribuïção das suas publicações oficiais, principalmente as editadas pelos serviços de estatística e publicidade, da própria repartição;

III — Contribuir, pela atuação direta mais adequada, para a harmonização dos trabalhos da repartição com os das repartições federais de natureza estatística, objetivando os fins prescritos em os ns III, IV, V, VI e IX do art 3 º;

IV — Receber e fazer exibir convenientemente os elementos gráfico-estatísticos com que a repartição concorrer, no Rio de Janeiro, aos certames de que trata o n º III do art 4 º;

V — Servir de intermediária, especialmente, nas relações que a repartição deve manter com os Serviços Econômicos e Comerciais, do Ministério do Exterior, e com o Instituto de Expansão Comercial e o Serviço de Informações, do Ministério da Agricultura, procurando obter que tais relações tomem o necessário cunho prático e contribuam eficazmente para a propaganda útil do Estado;

VI — Receber da Biblioteca Nacional e encaminhar à Diretoria as publicações a esta enviadas do estrangeiro por intermédio do "serviço de permutas internacionais" que compete àquele departamento federal;

VII — Organizar e manter na sua sede uma "biblioteca mineira", cuja consulta seja franqueada a quem o desejar, em adequada "sala de leitura", em a qual se deverá encontrar também a mais completa coleção possível de periódicos mineiros "

*

Com as suas atividades assim alargadas, a repartição precisaria, como já disse, de sede mais ampla e condigna Esta necessidade foi satisfeita com a mudança da diretoria para a parte nova do belo edifício em que se transformou a antiga sede da Secretaria da Agricultura do Estado, em cujo porão já funcionava a tipografia da repartição A reforma, porém, consubstanciada no projeto de regulamento supra aludido, esta ficou prejudicada pelos acontecimento políticos de que resultou o movimento revolucionário que está transformando tôda a vida nacional

Não obstante isso, porém, a estatística mineira, pelo que tenho podido saber, continua a cumprir galhardamente a sua nobre missão Tendo à testa dos seus serviços um dos tipos mais perfeitos, que conheço, de *self-made man*, de extraordinário valor intelectual e moral, e que é hoje também um dos nossos mais competentes estatísticos, o Sr HILDEBRANDO CLARK, cujo nome declino com as minhas mais sinceras homenagens, ela prestou excelentes serviços ao govêrno mineiro durante o movimento revolucionário e já quase retomou o ritmo normal da sua atividade, continuando a impressão dos trabalhos que deixei no prelo, ao mesmo tempo que elaborando e publicando vários outros.

*

Penso haver coordenado aquí elementos suficientes para bem ajuizar-se da trajetória histórica dos serviços estatísticos em Minas Gerais E creio ter deixado demonstrado também que êsses serviços bem satisfazem hoje os seus fins e muito devem ter contribuído para o progresso da grande unidade central da federação brasileira, a coluna mestra da arquitetônica nacional, cuja grandeza pode fàcilmente ser imaginada através de alguns poucos números destacados do acervo estatístico cuja formação acabais de acompanhar

Eis êsses dados, segundo as estatísticas mais recentes que possuo: o território mineiro estende-se por 602 000 quilômetros quadrados, dos quais perto de 140 000 ainda ocupados por matas; a população, compactamente brasileira, é de quase oito milhões de indivíduos, formando um povo laborioso, amigo do progresso sem sacrificar as suas tradições, liberal, hospitaleiro, multiplicando as suas iniciativas com o maior senso de equilíbrio; a organização administrativa e judiciária compreende 126 comarcas, 178 têrmos, 215 municípios e 895 distritos; a potência provável das suas quedas d'água atinge a cêrca de 6 milhões de cavalos; suas reservas de minério de ferro computam-se em mais de 13 bilhões de toneladas; a propriedade imobiliária rural abrange 46 milhões de hectares, no valor de quase dois milhões e quinhentos mil contos

(não incluídas as benfeitorias), área essa onde só a lavoura cafeeira se representava por mais de 700 milhões de pés; a exportação anual já ultrapassa a cifra de um milhão de contos de réis; a rêde ferroviária é de cêrca de 8 000 quilômetros, completada por uma trama rodoviária cujo desenvolvimento já sobe a quase 20 000 quilômetros; as linhas de navegação fluvial teem extensão superior a 1 300 quilômetros; o parque automobilístico já excede de 20 000 veículos; a rêde telegráfica conta 219 estações, não computadas as de radiotelegrafia mantidas pelo Estado; a rêde postal dispõe de 1 027 agências; a produção já montava, em 1929, a quase quatro milhões de contos de réis, ou seja precisamente, 3 881 000, dos quais 1 385 000 para a produção agrícola, 1 216 000 para a pecuária, 959 000 para a da indústria manufatureira e fabril, e 321 000 para a da indústria extrativa; a organização bancária já conta perto de duas centenas de estabelecimentos, entre matrizes e agências; o equipamento escolar, só no ensino primário estadual, comporta mais de 500 000 alunos; a receita estadual, já tendo atingido, em 1929, a 232 000 contos, dos quais 151 000 de rendas ordinárias, perfaz, se adicionada aos créditos das municipalidades e da União no Estado, uma cifra que se pode arredondar em 350 000 contos; os saldos credores nas contas patrimoniais do Estado e dos Municípios, montam englobadamente a cêrca de 400 000 contos; e o eleitorado já se computa em muito mais de quinhentos mil cidadãos e não tardará a exprimir-se pela cifra de um milhão

*

Bem verdade é, por conseguinte, que o trabalho silencioso mas intenso, que se desenvolveu em Minas nestes últimos doze anos, em matéria de estatística, coroando aliás uma brilhante tradição de esforços empregados nesse mesmo sentido desde os tempos coloniais, resolveu definitivamente o complexo problema administrativo que tal assunto envolve com relação a uma das maiores e mais progressistas unidades da federação brasileira. E resolveu-o considerando o problema na sua maior generalidade possível, isto é, focalizando não sòmente o seu assunto principal — a estatística, mas ainda todos os objetivos conexos — de natureza cartográfica, corográfica e administrativa Mais: procurando o Serviço de Estatística Geral do Estado cumprir integralmente essa árdua missão, não se descuidou também da fun ção educativa que lhe compete

Nesse sentido há que lembrar que as suas atividades se desenvolveram sempre fazendo obra de educação, isto é, obra multiforme de aperfeiçoamento pelo tirocínio dos seus serviços e pela persuasão. Os funcionários do Serviço nele aprenderam a sua especialização profissional, e os seus dedicados esforços, sem uma punição sequer, corresponderam plenamente ao que deles esperava o Estado Dos indivíduos, particulares ou autoridades, e das instituïções de tôda a sorte a quem o Serviço teve de solicitar cooperação, tudo se conseguiu obter, na relativa perfeição que permitiam as contingências do meio, sem também qualquer recurso a penalidades e sem retribuïção pecuniária especial, o que evidentemente traduz uma nobre vitória do espírito de solidariedade social, além de exprimir igualmente, — e vai nisto uma nova conquista de civilização — uma melhoria notável nos registros particulares e públicos a que a estatística precisa habitualmente recorrer.

Recorde-se ainda o que representam como educação popular as instruções vulgarizadíssimas sôbre os levantamentos estatísticos a empreender e a divulgação intensiva dos resultados estatísticos conseguidos, já em grandes repositórios técnicos, já em folhetos para distribuïção popular, já em breves sinopses e em comunicados pelas colunas do *Minas Gerais*, só êle com uma edição média superior a 10 000 exemplares, e de outros jornais.

E assinale-se, finalmente, a atuação — que procurei tornar a mais hábil, persuasiva e constante possível — tanto do diretor do Serviço como dos seus agentes, junto às administrações municipais, a fito de melhorálas em todos os sentidos, atuação essa que logrou um êxito bem mais significativo do que à primeira vista pode parecer, pois que foi conseguindo suavemente a reorganização ou a criação, em moldes modernos e eficientes, de vários importantes serviços, tais como sejam, aquí a classificação e catalogação de um arquivo ameaçado de destruïção, alí o estabelecimento de uma contabilidade, acolá a criação de uma biblioteca municipal, adiante o levantamento do mapa topográfico do município, mais além a criação de um museu municipal, ora a instituïção de um horto, ora a criação de um serviço municipal de estatística, e muitos e muitos outros frutos nascidos das boas sementes lançadas por tôda a parte, com mão pródiga, ao sabor das ocasiões, numa grande, numa apaixonada obra de incentivo à verdadeira organização da vida brasileira.

Bem fácil me seria demonstrar os belos frutos colhidos por essa campanha patriótica. Abstenho-me disso, porém, ainda que com pesar, porque já me estendí demasiado Mas sempre me permitirei aludir, por mais relacionada com o objeto do relato que tenho a honra de vos estar fazendo, à criação da estatística municipal de Ponte Nova, a qual, baseada nos moldes estabelecidos pelo Serviço de Estatística Geral do Estado, e magistralmente executada pelo Sr ALBERTO MARTINS, Agente Municipal dêsse Serviço e também diretor da Secretaria da Câmara daquela comuna mineira, se encontra regularmente divulgada, ha já alguns anos, nos relatórios do Coronel CANTÍDIO DRUMOND, digno Agente Executivo do mesmo município. E para que o vosso juízo a respeito se possa formular com segurança, tenho o prazer de colocar à disposição desta Sociedade alguns exemplares do relatório

citado, que é, aliás, sem nenhum favor, e sob todos os pontos de vista, dos mais perfeitos documentos administrativos que nesse gênero já apareceram no Brasil.

*

Sinto, Senhores, que já abusei de vossa atenção Vejo-vos cansados e não tenho a conciência tranquila: porque não sei se terei tomado ùtilmente o vosso tempo Sois, sem dúvida, grandes estudiosos dos nossos problemas sociais, e, portanto, estais habituados às afadigantes e monótonas pesquisas dos materiais com que se constroem a geografia e a história Mas tão simples, tão singelo, pouco mais que um breve relato, é o que vos tenho dito, que temo bem a dureza do vosso juízo.

Mas sêde benevolentes, pois que não fostes iludidos Da minha obscuridade só saí, atendendo à vossa generosa convocação, para vos dizer alguma cousa sôbre uma página da história administrativa de Minas Gerais, anunciando alto e bom som a desvalia do orador e a despretensiosa feição desta sua palestra E só de uma cousa fiz e faço questão: é que vós e quantos mais analisardes e julgardes o tentame a que me abalancei em Minas, com o apoio dos seus esclarecidos governantes, o concurso do seu nobre povo e a leal colaboração de um pugilo de dedicados companheiros, não sejais demasiado severos para as falhas e os erros, certamente muitos, de que se ressintam os trabalhos que executamos Atendei, para atenuar o vosso juízo, às condições tão árduas do meio brasileiro para quaisquer esforços construtivos no terreno social, à pouquidade dos recursos financeiros de que dispús, e à generalidade dos conhecimentos que seriam precisos para assegurar a infalibilidade num empreendimento de tão dilatados limites como o que realizamos. E prestai atenção a que, se me atreví a uma iniciativa talvez sobreexcedente das minhas fôrças, arriscando-me a muito errar, senão mesmo a fracassar ruidosamente, fi-lo por amor ao Brasil, no desejo de tudo dar de mim ao preparo da sua grandeza futura

Mereça eu, assim, o vosso complacente julgamento, e se o merecer, tende, por êle, as expressões do meu cordial reconhecimento.

*

Senhores! Num rincão maravilhoso de encantos sem par e riquezas sem conta, onde tudo se diria feito para tornar suave e feliz a vida do homem; flores por tôda a parte e dos mais encantadores matizes; pomos sumarentos ou de carnuda polpa ao alcance de fácil colheita; rútilas pedrarias e pepitas de ouro surdindo das rochas, ou aflorando nos cascalhos dos alúvios, em incalculável profusão; águas puras e abundantes, fertilizando a terra e mitigando as ardências solares, ora correndo múrmuras e humildes entre as relvas do campo, ora rugindo em cataratas, a espumejar precípites por sôbre ásperos penhascos; a vida animal multiplicada em infinidade de seres de beleza vária e valia rara, — nesse torrão paradisíaco, acolhedora mansão de encantamento, de harmonias e de doce poesia, a abrir-se dadivosa à posse humana, surgira um dia exquisita figura de peregrino Compleição viril e harmoniosa, fisionomia de impressionante beleza, olhar impregnado de bondade ainda que dominador Inteligência, fôrça, nobreza, exuberante capacidade de realização temperada com um quê de idealismo e fantasia, constituíam o sêlo marcado na personalidade daquele vulto solitário Os seus olhos, porém, malgrado o seu fulgor eram olhos que não viam Tôda a majestade, tôda a beleza, tôdas as divícias daquela païsagem de sonho, não chegavam à alma do estranho viajor Torturava-o, visìvelmente, a sêde, a fome, a fadiga e a grande angústia que invade o coração, e o constrange, e o abate, quando a dor nos empolga, a desesperança vem, e a treva e o desconhecido trazem a incerteza e o desalento .

Entretanto, tão pouco lhe faltava para que se derramasse sôbre êle tudo quanto gera a humana ventura! Se com a visão se lhe restituíra a penetração anímica do mundo que o cercava, e com isso o uso das suas faculdades no estabelecer convenientemente o seu contacto com as radiosas realidades de em tôrno, o infeliz romeiro se transformaria de chofre no mais venturoso dos mortais. As lágrimas que lhe aljofram as faces, cedo dariam lugar ao riso da ventura As maldições que os lábios murmuram se transmudariam logo em hosanas e bênçãos E o desânimo que o acabrunha e inexorável lhe retira todo o vigor da ação, tornando o seu destino dependente de estranho socorro, eis que de súbito seria um ímpeto arrojado a assenhorear tudo quanto a mão divina lhe propiciara dadivosa Era só a cegueira que o detinha A inciência era-lhe fatalidade atroz

Êsse peregrino, êsse proscrito da ventura, com a ventura a chamá-lo de tão perto e de maneiras tantas, êsse abatido vulto que um triste fadário oprime, é, de alguma sorte, a figura do Brasil ..

Embora os estos da mais nobre natureza, os ardores de mocidade que lhe fazem os nervos trepidantes, os impulsos de entusiasmo e idealismo que o empolgam e lhe iluminam a fronte a todo o instante; não obstante a inteligência e a nobreza que todo o seu ser revela, — ei-lo fraco, maltrapilho, avançando sofredoramente de tropêço em tropêço e de queda em queda, tudo querendo tentar e nada podendo obter. . E por que? Porque quase tudo ignora de si mesmo e da soberba herança que lhe confiou a munificência divina...

Num ponto, porém, Deus louvado, refoge o Brasil da alegórica figura que invocamos Para esta, o irreparável da cegueira; para êle, uma simples venda que um ato de vontade pode desatar E conforta-nos a es-

perança de que não lhe tarde essa suprema decisão, a decisão redentora. Na curva da história que êle palmilha agora, com passo incerto e tateante, novos ventos, agrestes, ríspidos, em rajadas incertas, cheios de misteriosas vibrações, vindas ninguém sabe donde — talvez de profundas mutações cósmicas, quem sabe se de dolorosas convulsões do espírito humano — novos ventos sopram sôbre o mundo, prenunciadores de formidáveis tormentas a despertar em tôda parte energias adormecidas e o instinto de conservação. . E êle — êsse Brasil meu e vosso, êsse Brasil do nosso amor e dos nossos devaneios — bem possível é que se aperceba, por fim, de que um impulso forte, um decidido ato de vontade o poderá rápido integrar na sua própria personalidade e na plenitude do esplêndido poder que lhe reservou a destinação histórica entre os povos do Novo Mundo.

Urge, pois, que o Brasil se conheça a si mesmo, e, bem se conhecendo, seja senhor dos seus destinos. Mas êsse conhecimento, através do qual se forma, e modela, e se sublima a conciência nacional, só lhe podem dar a ESTATÍSTICA e a EDUCAÇÃO

A pátria brasileira e as suas condições só podem ser bem conhecidas mercê das indagações estatísticas. Para tanto não bastam, de feito, inexpressivas afirmações e conceitos vagos, por mais líricos e otimistas que sejam. Mister, que o aspecto estático, tanto quanto o dinâmico, da vida nacional, se expressem em dados precisos, completos, ordenados em séries, em sistemas, transformados em índices, que permitam o desenho nítido da imagem mental que exprime o conhecimento.

Mas não bastam os dados do conhecimento: estes apenas constituem o elemento objetivo da transformação salvadora E' preciso simultâneamente que o conhecimento encontre o seu campo de inserção, e êste reside nos indivíduos que formam a comunidade nacional Para que os brasileiros possam conhecer deveras a sua Pátria, e se coloquem sob a influência das fôrças mentais e espirituais capazes de plasmar em cada um deles o cidadão perfeito, levando-os a trabalhar concientemente e com acêrto para engrandecê-la, na conformidade dêsse mesmo conhecimento, fôrça é — e nenhum imperativo maior se nos depara — que tenham as condições receptivas necessárias, tanto vale dizer, fôrça é que a educação lhes dê ao espírito a necessária permeabilidade às noções que fazem, primeiro, *conhecer,* e às fôrças que obrigam, em seguida, a *agir*

Eis aí, pois, traçadas as duas linhas paralelas que hão de orientar os passos da nacionalidade nesta hora de incertezas — ESTATÍSTICA e EDUCAÇÃO. Porque tudo que não seja fundamentalmente isto, redundará em esforços quase estéreis, marcha ziguezagueante desviada do seu norte.

Nesta fé eu vivo, Senhores, e com ela procuro trazer a contribuïção infinitesimal do meu esfôrço à obra silenciosa mas confiante da nossa Gente, inspirada no sofrimento, na experiência e nas esperanças das gerações que já se foram, para a alegria, a glória e a felicidade das gerações que hão de vir — dos obreiros, plenamente cientes e concientes, da grandeza futura da nossa Terra...

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA discurso proferido no ato de instalação do Instituto, em 29 de maio de 1936.

FREITAS, Mario Augusto Teixeira de. Instituto Nacional de Estatística; discurso proferido no ato de instalação do Instituto, em 29 de maio de 1936. p.158-165. Publicado anexo à Resolução n.135, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, de 21-7-1937.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

(Discurso proferido no ato de instalação do Instituto, em 29 de maio de 1936, pelo Sr. M. A. Teixeira de Freitas, Diretor de Estatística do Ministério da Educação, falando em nome dos estatísticos brasileiros.)

Exmo. Sr. Presidente da República,

Senhores Ministros e Altos Dignatários,

Senhor Presidente do Instituto Nacional de Estatística,

Senhores,

Fortuita e insignificante atuação minha em prol do Instituto, só notada por haver ocorrido na fase em que tomava corpo a idéia da sua criação, foi motivo, a que não pude fugir, de me confiarem os estatísticos brasileiros o alto mandato de exprimir nesta solenidade o seu pensamento coletivo.

Recebi-o em têrmos peremptórios. Mas felizmente tão explícitos que só me ficou, a bem dizer, a tarefa da sua exposição.

E o que os estatísticos brasileiros querem dizer neste momento resume-se em pouco: algumas palavras, a um só tempo, de reconhecimento, de afirmação e de fé.

O Instituto que se acaba de instalar, sob tão promissores auspícios, não é uma organização improvisada, de emergência ou de simples encenação. Não são efêmeros os seus propósitos, não é artificial a sua estrutura, não são unilaterais nem pessoais os pontos de vista que êle consubstancia. Bem ao invés, representa êle a etapa final de formação e unificação da estatística brasileira, logicamente decorrente dos imperativos da vida nacional fielmente interpretados e obedecidos. E porque exprima assim o sistema definitivo que a Nação encontrou para integrar a evolução normal dos seus serviços esta-

tísticos, base da administração pública e mesmo das próprias atividades privadas, não é o Instituto somente uma criação que permanecerá, senão também que se expandirá com vitalidade poderosa. Porque as suas raízes se encontram nas raízes mesmas da formação nacional, histórica e geograficamente falando, e o seu dinamismo tão entrelaçado está, alternadamente como causa e efeito, com as próprias fontes de vida da Nação, que, estimulando-as constantemente, por elas será também excitado e mantido, na admirável harmonia das criações evolutivas que surgem na vida dos povos com características nitidamente orgânicas.

Mas, por ser assim, o que temos diante de nós é algo de significação profunda: é a construção bem acabada de um labor secular da nacionalidade; é a expressão do seu instinto de permanência, de perfectibilidade e de unidade, superando e dominando progressivamente tôdas as fôrças centrifugadoras dos seus elementos constitutivos: é, afinal, uma afirmação de altas virtudes coletivas e o fruto merecido de dedicações sem conta, de porfiados esforços e sacrifícios, obscuros, fragmentários, dispersos, mas inspirados súper-conciente-mente pela alma da Nação, a uma legião de obreiros admiráveis, que só tiveram vaga intuição da grandeza da sua tarefa e, todavia, encontraram fôrça de ânimo para se lhe devotarem na penumbra de um quasi anonimato e na certeza, muitas vêzes, da incompreensão, da desassistência e mesmo do inaproveitamento ou da improdutividade imediata do seu esfôrço.

Pertencem a esta legião os precursores iluminados da envergadura de Pedro Müller em S. Paulo, de um Silva Pinto, em Minas, de um Ferreira Soares, na Capital.

Fazem parte dela os pioneiros, incrivelmente audaciosos e tenazes, atletas de porfiosas lutas, que se atreveram a lançar, em quasi tôdas as unidades da União e nos ambientes mais desalentadores, os fundamentos das primeiras construções definitivas da estatística brasileira.

Enfileiram-se ainda nessa legião os operários inteiramente anônimos que auxiliaram os chefes de fila, obreiros modestíssimos a quem a Nação já deve um rico patrimônio estatístico, e cuja constância e devotamento foram gerando aos poucos a mentalidade criadora e construtiva que hoje, mercê de Deus, já prevaleceu no país, no que concerne à indispensabilidade e à importância do conhecimento estatístico das condições da vida nacional.

E incluem-se, finalmente, nessa benemérita legião, os esclarecidos homens de Govêrno — tantos que seria correr o risco de injustiça o lhes querer citar os nomes mais destacados — que tiveram olhos para ver e coração para sentir a obra ingente a que a Nação se dedicava para conhecer-se a si mesma e orientar racionalmente a sua evolução. Porque à coragem cívica dêsses estadistas devemos o

se terem enfrentado e vencido dificuldades sem número, quais a falta de técnicos, a falta de recursos, a falta de ambiente, a falta de comunicações, a falta de meios de vulgarização, a falta de articulação e solidariedade administrativa, a falta do espírito de continuidade na obra governamental, a falta de liberdade de movimentos em meio às injunções da política partidária. E a êles devemos, conseguidas paulatinamente dos governos, essas medidas fragmentárias, descontínuas, unilaterais, insuficientes, que a estatística brasileira regista, mas ainda assim decisivas, pois que com elas se fizeram as primeiras explorações do campo estatístico, se lançaram, em seguida, os alicerces e os rumos dos trabalhos a executar, e tumultuariamente embora, se foram erguendo, aquí e alí, as primeiras construções, erigindo os primeiros monumentos e rasgando as grandes avenidas que hoje formam o panorama já empolgante do sistema estatístico brasileiro, que, afinal, neste momento, assume personalidade jurídica, investido na posse de inavaliável potencial de expansão, e sobreposto a um só tempo a tôdas as limitações e a tôdas as dispersões.

Por tudo isso, é de profundo e comovido agradecimento o primeiro impulso dos estatísticos brasileiros nesta hora em que tão lindamente se lhes iluminaram os horizontes de sua profissão e dos seus ideais. E de gratidão e homenagem são — não poderiam deixar de ser — as suas palavras para todos quantos — precursores, pioneiros, executores, governantes — prepararam o terreno para esta fase auspiciosa em que se instaura o regime normal da estatística nacional, em tôda a sua latitude geográfica, em tôda a sua extensão social, na sua exata compreensão política.

E a V. Excia. em particular, Presidente Getúlio Vargas, a cujo govêrno coube a missão histórica de realizar tão largo empreendimento, e de tal forma conduzí-lo que não se sabe o que mais admirar — se a prudência dos processos ou a coragem dos objetivos, se o espírito pragmático ou o generoso idealismo, se a intenção de valorizar os esforços do passado ou o propósito de estimular as iniciativas do futuro, se a modestia e singeleza dos aspectos materiais da emprêsa ou o relêvo moral e a imponência simbólica dos atos e das atitudes; — a V. Excia., Sr. Presidente, que, ao instalar o Instituto de Estatística, entendeu de dar ao seu órgão central a mais eminente situação possível no aparêlho governamental da República, colocando-o junto à secretaria da Chefia do Govêrno e entregando a sua direção a um dos nossos homens públicos mais proeminentes e mais em evidência, o titular da pasta do Exterior, — por tudo isso são-lhe realmente devidos, Excelência, os mais vivos, os mais calorosos, os mais vibrantes aplausos dos brasileiros que em todos os quadrantes do país servem à Nação como pesquisadores estatistas. E eu os formulo com abundância d'alma na certeza de que a nossa história administrativa está gravando, neste momento, uma página marcante da

cultura brasileira, página que será lida no futuro como uma das idealizações mais fecundas da obra de govêrno que V. Excia. vem realizando.

Cumprida esta primeira parte do meu mandato, em poucas palavras me desempenharei das duas outras.

E são as palavras de afirmação, as que devo pronunciar agora.

Nós outros — de profissão, estatísticos — trabalhávamos até êste momento em condições menos propícias a que pudessemos ter, todos, a conciência clara — clara e necessária — da bela e nobre missão social que nos compete, de responsabilidades tão altas perante os destinos da Pátria. Dispersos, desestimulados, tolhidos de todos os modos, com limitadíssimos meios de estudo, de trabalho e de eficiência, não tínhamos nenhum sentimento de grupo, nenhum espírito de solidariedade. Não possuíamos um órgão de orientação comum, de assistência técnica e moral, que nos levasse a um trabalho confiante no êxito e a uma convergência útil de esforços, no cumprimento dos nossos árduos deveres para com a Nação. Nossos apelos não eram ouvidos; nossas sugestões não eram examinadas; nossa dedicação não era amparada, nem muito menos estimulada; nossos desejos de aperfeiçoamento, de melhor orientação, de maior rendimento para o nosso esfôrço, não encontravam meios de ser atendidos, a não ser episodicamente, quando se nos deparavam dirigentes excepcionalmente esclarecidos e capazes de compreender-nos. Nem éramos a bem dizer uma classe, sem embargo de serem os nossos trabalhos o fundamento indispensável a tôda a obra de todos os governos.

Mas agora a Nação nos faz justiça. Reconhece em têrmos categóricos a valia da nossa especialização; exalta o mérito dos nossos esforços; incita o nosso entusiasmo e a nossa dedicação; proporciona-nos meios de aprimoramento da nossa cultura profissional, ao mesmo tempo que nos assegura tôda a assistência de que carecemos — técnica, moral, administrativa. Imprime um superior sentido político ao nosso esfôrço e faz-nos sentir de maneira iniludível que, quando trabalhamos para tal ou tal entidade, em tal ou qual lugar, estamos trabalhando para o Brasil, que espera o resultado do nosso labor e lhe dará valia, utilidade e aprêço.

Ora bem. A Nação já sabe que não erra atribuindo êsse alto valor aos frutos das nossas atividades. Pois saiba também que se não iludirá na sua espectativa em tôrno das atividades que o Instituto de Estatística vai coordenar. Havemos de corresponder à sua confiança; honraremos os propósitos de cultura e civilização que se fiam de nós. E aquí solenemente nos comprometemos a nos deixar penetrar profundamente dêsse superior espírito de solidariedade, de cooperação, de unidade nacional e de constante progresso, que deve

ser essencialmente, e há de ser sempre, o apanágio desta Casa e o sêlo da sua atuação.

Não se dirá de qualquer de nós, jamais, que não compreendeu suas novas responsabilidades, que são já agora as responsabilidades de cada um e de todos no seio da nossa grande família profissional, e quais como nunca talvez a Nação tenha posto tão significativamente, e de maneira tão sugestiva de dedicações e entusiasmos, sôbre os hombros de uma classe civil. Nem só. Tais a fôrça da cooperação, o poder do ideal e a virtualidade intrínseca da atuação social que nos é reservada, há de a Nação reconhecer em breve — assim nos ajude Deus — que ainda não está sendo suficientemente otimista quanto às possibilidades dos nossos esforços. E não serão poucas as gratas surpresas que o nosso labor lhe reservará.

Estas as nossas palavras de solene afirmação neste momento.

Mas também palavras de fé devem ser pronunciadas aquí.

O Instituto Nacional de Estatística é aparentemente algo de grande novidade no Brasil e talvez no mundo. Na realidade, entretanto, assim não acontece; ou só acontece no que concerne à grande síntese de diretivas que nele se efetiva racional e corajosamente. Êle apenas corporifica e sistematiza, adaptadamente às nossas condições administrativas e políticas, realizações e medidas já vitoriosamente ensaiadas e praticadas entre nós mesmos e em vários outros países cultos.

A unificação dos serviços estatísticos não obstante a inafastável multiplicidade dos seus órgãos e as diferenciadas dependências dêstes — objetivo principal do Instituto — é cousa realizada em quasi tôdas as Nações através de recursos variados, adaptados à estrutura política de cada um. Ora pela suprema autoridade de uma repartição nacional sôbre todos os órgãos especializados; ora pela prestigiosa coordenação levada a efeito por um órgão consultivo e deliberativo — o Conselho de Estatística; ora em virtude de entendimentos e acordos, — a unidade das estatísticas nacionais está conseguida ou se está conseguindo em tôda parte, e já tende mesmo para a unidade internacional, como uma das definitivas conquistas da solidariedade e da cultura humanas. E em alguns países a unidade é alcançada precisamente por meio de Institutos análogos ao nosso, quais os de Portugal, Espanha e Itália.

A subordinação direta do Instituto, no que respeita à sua economia coletiva, ao Chefe do Govêrno, já prevalece há muitos anos, como medida de coerência e boa ordenação administrativa, em vários países. Assim na Itália, na Estônia, no Japão, etc. E entre nós não vai novidade nisso, pois já temos, por motivos semelhantes, os Conselhos Superiores do Comércio Exterior e da Defesa Nacional, e fun-

cionando sob a presidência do Chefe da Nação, o Instituto como entidade distinta dos seus elementos componentes, não será, a bem dizer, outra cousa senão o Conselho Superior de Estatística.

A coordenação, no seio do Instituto, de serviços da mesma natureza subordinados administrativamente a unidades políticas autônomas entre si, é prática comesinha em todos os países, e no Brasil já foi repetidamente ensaiada. Basta que se recordem, entre outros precedentes, os próprios acordos de estatística, o principal dos quais, o Convênio de 1931, tendo em vista a uniformização das estatísticas educacionais, está sendo executado com êxito admirável e crescente há cinco anos por um sistema de vinte e três repartições respectivamente da União, do Distrito Federal, do Acre e dos Estados.

A Convenção Nacional de Estatística, que o Instituto realizará, não será mais do que a fixação das bases voluntariamente aceitas e solidariamente praticadas pelas administrações autônomas, que se defrontam necessariamente na exploração do campo estatístico. A Conferência Inter-estadual do ensino primário de 1922, prefigurou uma realização dêsse gênero, mas sem cuidar do órgão executivo de autoridade específica, que o cumprimento da Convenção exigia. O Convênio de 1931 realizou a experiência em outro campo, mas com o complemento requerido, e logrou o sucesso desejado. A Convenção Nacional de Estatística, por conseguinte, obedecendo aos mesmos moldes, e já tendo o órgão de execução, o Instituto, terá o seu êxito assegurado e será a condição essencial para que o Instituto se integre no seu destino.

Em síntese, pois, o Instituto não é mais do que a sistematização feliz e necessária do conjunto de medidas indispensáveis à eficiência de que se quer investir a estatística brasileira.

E nós outros que o vamos movimentar, temos, pela nossa experiência, a convicção de que êle corresponderá aos seus fins. E quando não tivéssemos a conciência disso, poderíamos afirmá-lo, em confiança à inteligência, à experiência e ao extraordinário senso profissional de Bulhões Carvalho, que com a autoridade eminentíssima de criador da estatística geral brasileira, de realizador do grande censo geral de 1920, de tratadista consagrado na matéria e de técnico de reputação mundial como membro vitalício que é do Instituto Internacional de Estatística, preconizou e ensaiou tôdas as realizações que o plano do nosso Instituto sistematiza.

Os acordos inter-governamentais; o Conselho de Estatística; as delegações regionais e locais para inquéritos diretos; a especial franquia postal-telegráfica para os serviços estatísticos; a organização do Anuário Brasileiro de Estatística; o preparo das publicações especializadas de estatística e ainda das que são preparatórias ou complementares daquelas; a cartografia estatística; a colaboração dos serviços estatísticos na cartografia geográfica, na obra de vulgarização científica ou educativa e na publicidade informativa; as expo-

sições de estatística; as conferências de estatística; a organização e o amparo da Associação Brasileira de Estatística; a criação da Revista Brasileira de Estatística; a colaboração do Brasil nas iniciativas internacionais ligadas à estatística; — tudo isto que é o principal no plano de organização ou de operação do Instituto, tudo também foi objeto de iniciativas, de realizações, de ensaios, de demonstrações, de apelos de Bulhões Carvalho. Logo, tal a fôrça demonstrativa que os êxitos da exemplar e fecunda carreira de 30 anos de vida pública dêsse grande brasileiro dão a estas diretivas por êle praticadas ou lembradas, podemos bem ter como certo que o Instituto é precisamente o grande sistema que deve ser e não poderá falhar à sua missão. Esta é a fé inabalável dos estatísticos brasileiros, que vemos em Bulhões Carvalho, mestre querido de todos nós, nosso modêlo, nosso guia, nosso oráculo.

E os eminentes homens públicos que lançaram a iniciativa desta instituição, — Francisco Campos em primeiro lugar, apresentando ao Govêrno o seu primeiro esbôço e provocando sôbre êste os primeiros pronunciamentos dos técnicos; Juarez Távora, depois, fazendo organizar por uma comissão ínter-ministerial de especialistas o respectivo projeto de lei; Macedo Soares, por fim, que, como seu primeiro presidente lhe preparou a instalação e lhe vai dirigir os destinos, — mantenham sua confiança no generoso ideal que os moveu.

Confie V. Excia., igualmente, Sr. Presidente, em que não se terá iludido quando acolheu com entusiasmo o plano do Instituto e lhe encaminhou a realização até esta expressiva e inesquecível solenidade.

E os demais Altos Poderes da República e a opinião culta do país, aquí tão brilhantemente representados, tenham também como certo que a Nação realmente conquistou neste momento um dos instrumentos mais eficazes para firmar o roteiro dos seus destinos.

Está cumprida a minha missão. Mas para fêcho destas palavras, relembremos um episódio.

Um crítico anônimo, em documento de um arquivo guardado neste palácio, atacou severamente, certa vez, a administração brasileira e as suas diretivas. Também o Instituto lhe foi objeto de acrimoniosas referências. E condenando-o disso dele, exatamente, por uma deformação curiosa de visão, o que mais o poderia elevar no aprêço da Nação como aparêlho de observação e medida, que se destina a ser.

"Obra de relojoaria"... apostrofou o crítico.

Pois outra coisa êle não pretende ser. E consintam os fados amigos que isso rigorosamente êle possa ser.

"Obra de relojoaria" na multiplicação conveniente das peças, no primoroso acabamento de cada uma e de tôdas, no seu ajustamento

integral, no engrenamento harmonioso do seu mecanismo, na sua perfeita obediência às molas de propulsão.

"Obra de relojoaria", sim, seja êle com as suas cento e tantas peças de hoje e as duas mil que terá amanhã — mas obra de alta precisão — para efetuar tôdas as medidas de extensão, de profundidade e de pêso, e a determinação de todos os tensores, da complexa realidade de constituição, de vida e de ambiente em que se move a Nação. Esta "obra de relojoaria" êle há de ser, sem a qual o Brasil não terá conciência do que é, do que vale, do que deve fazer, para caminhar de olhos abertos, coração ao alto e espírito alerta, ao encontro dos seus definitivos destinos.

OS CINCO ÚLTIMOS SEPTÊNIOS DA EVOLUÇÃO ESTATÍSTICA BRASILEIRA

FREITAS, Mario Augusto Teixeira de. Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.4, n.15, p.515-530, jul./set., 1943.

OS CINCO ÚLTIMOS SEPTÊNIOS DA EVOLUÇÃO ESTATÍSTICA BRASILEIRA

Como foi noticiado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística completou, a 29 de Maio, o seu sétimo ano de atividade. A êsse ensejo *A Manhã* foi visitar a sede da instituição, atendendo ao amável convite do seu Secretário Geral.

A nossa demorada visita à Secretaria Geral do Instituto, no 11.º andar do Edifício de *A Noite*, deu lugar a que ouvíssemos informações minuciosas sôbre o funcionamento dos serviços centrais da instituição, cuja boa ordem e eficiência, mantidas vigilantemente pelo Sr. ALBERTO MARTINS, seu diretor, causam a qualquer observador a melhor impressão. Poderíamos oferecer aos nossos leitores uma curiosa reportagem descrevendo a organização do Instituto e a situação atual dos seus diferentes centros de trabalho. Pareceu-nos mais interessante, entretanto, aproveitar a circunstância de haver sido renovada mais uma vez ao Sr. TEIXEIRA DE FREITAS a investidura de Secretário Geral, para lhe pedir que transmitisse aos nossos leitores algumas impressões sôbre os seus trabalhos profissionais.

O nosso entrevistado havia-nos dito que o ano de 1943 encerrava o sétimo mandato anual com que o distinguira o Conselho Nacional de Estatística, e, ao mesmo, tempo, o sétimo lustro da sua vida pública. Êsse fato orientou a palestra, que se desenvolveu em tôrno da evolução da estatística brasileira, durante o longo período de trinta e cinco anos.

A MANHÃ, prestigioso matutino desta capital, dirigido pelo escritor CASSIANO RICARDO *e secretariado pelo jornalista* BARROS VIDAL, *divulgou na edição comemorativa de seu segundo aniversário, transcorrido a 9 de Agôsto último, minuciosa entrevista do Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a respeito da evolução da estatística oficial do país, nos últimos trinta e cinco anos. É digna de nota, antes de tudo, a circunstância de haver a referida matéria, apesar de sua excepcional extensão, merecido de um dos mais bem feitos órgãos da imprensa brasileira tão significativa acolhida, na qual se exprime o interêsse com que a direção do brilhante matutino soube encarar o assunto, bem estampando a sua exata importância cultural e histórica. Acentua-se, por outro lado, a oportunidade dêsse trabalho jornalístico, que, fixando um largo panorama das nossas atividades geográficas e estatísticas, reconstitui em rápidos traços figuras e fatos de marcante relêvo e cujo conhecimento deve ser considerado indispensável ao estudo das realizações verificadas, até agora, em tão importante setor de nossa vida administrativa. Parece-nos de tôda a conveniência, por isso mesmo, reproduzir nesta secção, destinada que é, precisamente a recolher os documentos de interêsse histórico para a estatística brasileira, a reportagem publicada pela A Manhã. Fazemo-lo, pois, com as homenagens do melhor reconhecimento a êsse jornal, pela sua elevada compreensão da obra do I B G E, como realização técnica e administrativa do maior alcance para o progresso e a cultura do país.*

Um marco relevante em 1907

— Poderia então — perguntamos — resumir para *A Manhã* o que foi o desenvolvimento da estatística no Brasil, antes e depois do Instituto?

— Pois não, contanto que lhe satisfaçam as minhas reminiscências pessoais relativas ao período durante o qual tenho servido à estatística oficial brasileira. Minhas observações, assim, como depoimento pessoal, só abrangem cinco septênios. Partindo de 1908, aí estão, quatro deles, antes do Instituto, e um, depois do Instituto.

— Uma indagação preliminar. Já haviam sido importantes os progressos até 1907?

— Sim, se considerarmos as cousas na sua justa relatividade. Porque, realmente, dos esforços que o Brasil deve aos precursores e aos pioneiros dos seus serviços estatísticos — e são admiráveis figuras humanas — pouca cousa se poderia considerar, até 1907, como conquistas definitivas. Experiências e tentativas audaciosas não haviam faltado. Muito ficamos a dever, por exemplo, à ação benemérita de DANIEL PEDRO MUELLER, em São Paulo; de LUIZ MARIA DA SILVA PINTO, em Minas Gerais; do Conselheiro ANTÔNIO MANUEL CORREIA DA CÂMARA, no Rio Grande do Sul. Além dêsses, várias outras ilustres figuras legaram-nos trabalhos que constituem verdadeiros milagres de esfôrço e persistência, dadas as condições da época em que atuaram. É o caso, para citar apenas alguns, de LUIZ D'ALINCOURT, que realizou notáveis estudos estatísticos e geográficos, inclusive como encarregado da Comissão Estatística e Topográfica da Província de Mato Grosso; de SOARES ANDRÉIA, depois Barão de Caçapava; de SEBASTIÃO FERREIRA SOARES, cuja obra, aliás, não está de todo divulgada; de ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO BAENA, no Pará; de MORAIS ÂNCORA, em Pernambuco; e de JOSÉ FRANCISCO XAVIER SIGAUD, de quem nos ficou, além de vários outros trabalhos baseados em levantamentos numéricos, um *Anuário Político, Histórico e Estatístico do Brasil*, editado em 1846 e 1847. E aqui na capital do país não foram poucos os batalhadores de grande benemerência, ora pelos levantamentos estatísticos que realizaram, ora pelos estudos e projetos de que foram auto-

res. Além do Conselheiro MANUEL FRANCISCO CORREIA, o primeiro diretor geral de estatística do Brasil, lembrarei, ainda, entre outros, JOAQUIM JOSÉ DE CAMPOS DA COSTA DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE, a quem ficamos devendo inúmeras e fecundas iniciativas, JOSÉ CÂNDIDO GOMES, que apresentou, em 1862, as bases para a organização da estatística brasileira, e LUIZ HENRIQUE PEREIRA DE CAMPOS, autor de um histórico da Diretoria Geral de Estatística, desde sua criação até o ano de 1883

Todavia, a dispersão demográfica, as dificuldades das comunicações, a incultura generalizada, o rudimentarismo ou inexistência dos registros públicos e privados, já não falando de outras condições desfavoráveis que o Brasil então oferecia à organização e à eficiência dos serviços de estatística, não permitiram grandes êxitos Além disso, não houve continuidade nas tentativas empreendidas e os recursos dedicados à estatística foram sempre muito escassos. Como aquisições definitivas, até o início da fase a que aludimos, o Brasil só apresentava alguma coisa, no terreno da estatística financeira federal, no levantamento do comércio internacional e do movimento marítimo, e quanto à demografia sanitária da Capital Federal e de algumas outras cidades. Em matéria de recenseamentos gerais, porém, três tentativas relativamente bem sucedidas já haviam sido feitas — a de 1872, a de 1890 e a de 1900.

— Mas, houve em 1907 alguma coisa que tenha modificado a situação?

— Houve um acontecimento que exerceu influência decisiva. Naquele ano, ainda início do govêrno AFONSO PENA, a Diretoria Geral de Estatística, órgão estatístico central na administração federal, foi reformada, por iniciativa do Ministro MIGUEL CALMON, e entregue à enérgica e competente direção de BULHÕES CARVALHO. Daí a vigorosa ação propulsora e realizadora, que nunca mais faltou ao progresso da estatística brasileira. A referida repartição teve sucessivos regulamentos, mudou de nome várias vêzes, e as suas atividades enchem todo o período decorrido entre aquele ano memorável e o advento do Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Valores humanos, a serviço da estatística

— Poderia referir quais, segundo suas impressões pessoais, as figuras que mais contribuíram ou trabalharam para o progresso da estatística brasileira durante os quatro septênios a que alude?

— Temos em primeiro lugar os Chefes de Govêrno. Sem exceção, apoiaram e favoreceram o desenvolvimento dos serviços estatísticos. Os governos de AFONSO PENA, NILO PEÇANHA, HERMES DA FONSECA e VENCESLAU BRAZ assinalaram-se pelas corajosas reformas de que tiveram a iniciativa, alargando os recursos e o campo de ação da organização estatística federal. Entretanto, os governos subseqüentes também conquistaram títulos de benemerência, procurando favorecer o desenvolvimento da estatística brasileira. Destacaram-se, pelas suas realizações nesse terreno, o Presidente EPITÁCIO PESSOA, que executou o Recenseamento de 1920, e o Presidente GETÚLIO VARGAS, que instituiu o sistema estatístico nacional ora corporificado no Instituto. Entre os Ministros responsáveis diretos pelos serviços de estatística geral, também foi acentuado o interêsse pela nossa causa. Destaco, porém, os nomes daqueles que considero os mais notáveis realizadores: MIGUEL CALMON, RODOLFO MIRANDA, PEDRO DE TOLEDO, PANDIÁ CALÓGERAS e ILDEFONSO SIMÕES LOPES. Dirigiram, nesse período, o órgão central da estatística brasileira, JOSÉ LUIZ SAIÃO DE BULHÕES CARVALHO, FRANCISCO BERNARDINO RODRIGUES SILVA e LÉO DE AFFONSECA, os dois primeiros já desaparecidos Todos êles foram chefes de valor, que conseguiram levar a têrmo reformas e iniciativas de largo alcance.

Para citar os técnicos de mais relêvo, já me sinto em dificuldade, pois a lista é muito grande Entretanto, quase nada a referir no âmbito municipal Uma ou outra tentativa aquí e alí, com resultados insignificantes. Trabalho de vulto só se pode citar o que se fêz na capital da República, onde se destacaram figuras como as de AURELIANO PORTUGAL, OZIEL BORDEAUX RÊGO, CAVALCANTE DE GUSMÃO, MÁRIO FREIRE, além de alguns outros. Foi uma operação bem conduzida o recenseamento municipal da capital da República em 1906, na administração do Prefeito PASSOS. Quanto aos Estados, já nos aparece algo bem digno de nota. Todavia, ainda são esforços intermitentes e raros. Merecem ser recordados, a meu ver, quanto ao período a que aludimos, os nomes de MANUEL FRANCISCO DA CUNHA JÚNIOR, no Amazonas; de SILVEIRA LÔBO e DJALMA FORJAZ, em São Paulo; de ARTUR CANDAL e AUGUSTO CARVALHO, no Rio Grande do Sul; de SOUSA PINTO, no Ceará; de DIÓGENES GONÇALVES PINTO e MEIRA DE MENESES, na Paraíba; de RAFAEL XAVIER, em Pernambuco; de MÁRIO BARBOSA, na Baía; de CRAVEIRO COSTA, em Alagoas; e de FAVILA NUNES, no Estado do Rio No âmbito federal, sim, são muitas as figuras de que guardo uma forte impressão. Foram extraordinàriamente relevantes os serviços prestados por JOSÉ MARQUES DE OLIVEIRA, OZIEL BORDEAUX RÊGO e CAVALCANTE DE GUSMÃO (estes dois vindos da Estatística Municipal), como chefes de secção da antiga Diretoria Geral de Estatística Nesses mesmos postos ou em outros, também LUCANO REIS, LUIZ LEITÃO, LEOPOLDO DOYLE E SILVA, DIAS CARNEIRO, MANUEL TIMÓTEO DA COSTA JÚNIOR, CASSIANO TAVARES BASTOS, J. ARARIPE MACEDO e GUSTAVO TEÓFILO RIBEIRO impressionaram-me pelo vasto trabalho que conseguiram realizar. AFONSO CELSO PARREIRAS HORTA, HENRIQUE PEREIRA DE LUCENA, LEÃO BARBOSA, FERNANDO FARIA JÚNIOR, JUSTINIANO MEIRELES, JOÃO CARLOS VITAL, ALBERTO CERQUEIRA LIMA, MILCIADES JOSÉ GONÇALVES e HEITOR ELÓI ALVIM PESSOA

destacaram-se ora como pioneiros, ora como esforçados realizadores. De todos êles, sòmente alguns poucos, mais moços, ainda estão vivos; mas, infelizmente, dois apenas, ALVIM PESSOA e CERQUEIRA LIMA, continuam a serviço da estatística. E não fiquem esquecidos três nomes, ao menos, dos serviços federais de bio-estatística. São êles, BULHÕES CARVALHO (antes de 1907), SAMPAIO VIANA e EURICO RANGEL.

Além dos servidores da Diretoria Geral de Estatística e do Departamento de Saúde Pública, devo citar, embora não o tenha conhecido pessoalmente, o competente organizador da Diretoria de Estatística Comercial, Sr. J. P WILLEMAN, que foi o primeiro diretor dessa repartição. Outros nomes que atuaram em setores especializados, nos diferentes Ministérios, mereceriam referência. Não tendo acompanhado de perto, porém, tais serviços, não me sinto em condições de formular um juízo pessoal sôbre os seus técnicos.

É de justiça referir, também, que em Minas, onde trabalhei onze anos, de 1919 a 1930, tive a felicidade de conhecer muitas e destacadas figuras, que contribuíram decisivamente para o progresso da estatística brasileira. Citarei em primeiro lugar os Presidentes ARTUR BERNARDES, RAUL SOARES, MELO VIANA e ANTÔNIO CARLOS, cujas mensagens, sem exceção de uma só, constituem um expressivo testemunho do que afirmo. Dentre os Secretários de Estado, ocorrem-me os nomes de AMÉRICO LOPES, JOÃO LUIZ ALVES, AFONSO PENA JÚNIOR, MÁRIO BRANT, FRANCISCO CAMPOS, DANIEL DE CARVALHO e DJALMA PINHEIRO CHAGAS. Os relatórios e vários documentos da época provam o excelente concurso que prestaram à nossa causa. Como elaboradores e compiladores, pròpriamente, da estatística mineira, destacarei NÉLSON DE SENA (verdadeira figura de sábio), RODOLFO JACÓ (escritor e comentador brilhante), CORNÉLIO ROSEMBURG, EMÍLIO MINEIRO, PELICANO FRADE, entre os mais antigos. Depois, JOÃO UTSCH DE CARVALHO (um modêlo de funcionário, que a morte nos roubou prematuramente), JOSÉ XIMENES CÉSAR, AFONSO GUAÍRA HEBERLE, IVON LEITE DE MAGALHÃES PINTO, JOAQUIM RIBEIRO COSTA, OTACÍLIO LISBOA, ERNANI DOYLE, JOSÉ DO CARMO FLORES, JAIME LAJE E SILVA e HILDEBRANDO CLARK, além de outros. Isto sem falar no brilhante corpo de técnicos que, de longa data vieram estudando a geografia e executando a cartografia do grande Estado central.

Bulhões Carvalho e o que lhe deve a estatística brasileira

— São estas as suas impressões dos homens. Poderia destacar também as realizações que considera de maior alcance?

— De bom grado. Mas vamos distinguir Êsses fatos a que alude, nem sempre chegam a ser realizações. Pelo menos realizações inteiramente vitoriosas. São, muitas vêzes, meras tentativas. Tentativas, porém, que abrem novos horizontes e assumem, assim, grande relêvo histórico. Considerando tudo muito por alto, vejamos alguns marcos realmente assinaláveis Nas duas administrações Bulhões Carvalho (a primeira de 1907 a 1909, e a segunda de 1915 a 1930), é natural, pela extensão do período, que as iniciativas sejam mais numerosas Deve-se a BULHÕES CARVALHO uma tentativa de celebração de acordos com os Estados, visando a cooperação interadministrativa E mais tarde estimulou o desenvolvimento dos serviços estatísticos de vários Estados — Rio Grande do Sul, Baía, Pernambuco e Minas. Publicou os primeiros repertórios de estatística geral — o *Boletim Comemorativo da Exposição de 1908* e o primeiro número do *Anuário Estatístico do Brasil* (1908-1912). Fêz a repartição de estatística participar de certames culturais A já referida Exposição de 1908 e a do Centenário da Independência foram os principais Iniciou as estimativas agrícolas, começando pela avaliação da produção brasileira do milho, trabalho êsse que foi estendido aos principais produtos agrícolas e continuado regularmente, aos cuidados de DIAS MARTINS e ARTUR TÔRRES FILHO, pelo Serviço do Fomento Agrícola. Foi no seu período administrativo que a célebre "Quarta Secção", sob a chefia de OZIEL, lançou, segundo planos tècnicamente perfeitos, não só as estatísticas culturais, mas ainda as médico-sanitárias, as da previdência e assistência, e a dos cultos religiosos A obra *Estatística da Instrução,* referente a 1907, e o 3 º volume do *Anuário* de 1912-16, exibem magníficos resultados de tais esforços Contribuiu também BULHÕES CARVALHO para o aparecimento da nossa bibliografia estatística de natureza técnica ou científica, editando o interessante compêndio de FILIPPO VIRGILII, traduzido por DIAS CARNEIRO, e o notável parecer de OZIEL BORDEAUX RÊGO, sôbre a reorganização da Diretoria Geral de Estatística; não aludindo à sua própria obra *Estatística — Método e Aplicação,* que publicou depois da sua aposentadoria, em 1930 Deve-se-lhe ainda a iniciativa da I Conferência Nacional de Estatística, que foi convocada para 12 de Outubro de 1930, mas não chegou a realizar-se, em virtude dos acontecimentos políticos daquele ano. Foi ainda aquele operoso dirigente que iniciou a propaganda da estatística por meio de sessões cívicas ou culturais. Membro titular, que foi, do Instituto Internacional de Estatística, levou pessoalmente, ou remeteu, valiosas contribuições brasileiras a algumas das reuniões daquela entidade BULHÕES CARVALHO também realizou conferências aquí no Rio, em Salvador e no Recife, e organizou a grande solenidade em que distribuiu os prêmios aos melhores colaboradores do censo de 1920. Essa operação foi o acontecimento máximo da administração daquele insigne brasileiro, pois o grande inquérito censitário do Centenário da nossa independência política, além de efetuar o cômputo demográfico geral em melhores condições que as três operações anteriores, realizou, pela primeira vez no Brasil, o arrolamento das atividades agrícolas e industriais.

Refira-se ainda, na administração BULHÕES CARVALHO, a primeira tentativa para a organização de mapas dos Estados com a divisão municipal, trabalho êsse que possibilitou a primeira medição sistemática da área dos municípios brasileiros Tal trabalho foi conseguido graças aos esforços e à dedicação do cartógrafo ARARIPE MACEDO A extraordinária significação dêsse trabalho poderá ser melhor avaliada se se considerar o lento progresso que tiveram entre nós os serviços de cartografia geográfica Foram sempre excelentes, é certo, os trabalhos técnicos da antiga Comissão da Carta Geral da República e do Serviço Geográfico Militar Mas seu próprio rigor e a sua finalidade imediata restringiam a contribuição que poderiam trazer para o levantamento geográfico expedito do vasto território nacional E assim, sem contar os esforços dos técnicos eminentes que tentaram, com maior ou menor amparo oficial, a sistematização dos conhecimentos geográficos já existentes sôbre o país, a primeira iniciativa de grande envergadura levada a efeito nesse sentido foi a que realizaram, em conjugação de esforços, o Clube de Engenharia e o Departamento dos Telégrafos, com PAULO DE FRONTIN e FRANCISCO BHERING à frente E o resultado foi a Carta do Centenário, concluída em 1922 Os esforços que êsse empreendimento e a tentativa de ARARIPE MACEDO representaram para a cartografia geral do Brasil, só vieram a ter continuação em 1933, quando criada a secção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística e Publicidade do Ministério da Agricultura As atividades que se seguiram, daí por diante sem descontinuidade, já obedeceram à inspiração do pensamento que presidiu à criação do Instituto, dando lugar à instituição da sua ala geográfica, sob a égide do Conselho Nacional de Geografia e tendo por principal órgão executivo o atual Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, subordinado ao mesmo Conselho e chefiado pelo operoso e competente técnico, o Engenheiro CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO

A passagem de Francisco Bernardino pela Diretoria Geral de Estatística — Diga-nos agora alguma coisa sôbre a administração FRANCISCO BERNARDINO Que resultados apresentou ?

— Os resultados não foram tão vultosos, porque essa administração durou pouco mais de um lustro Ainda assim foram numerosos os seus frutos FRANCISCO BERNARDINO iniciou a exploração de um grande número de setores de pesquisa e divulgou vários repertórios numéricos — alguns de apreciável valor —, tais como os referentes à divisão territorial, aos registros da propriedade imóvel, às finanças públicas, à climatologia, à administração, à riqueza pecuária, etc Também preparou o recenseamento de 1910, cujos trabalhos foram suspensos antes de iniciada a coleta Mais duas iniciativas marcantes assinalam êsse fecundo período. Uma delas teve em vista a realização de estudos meticulosos para racionalizar a estrutura e o funcionamento dos serviços estatísticos nacionais Entre os resultados dêsse esfôrço avulta o magnífico parecer, a que já aludí, do grande mestre que foi OZIEL BORDEAUX RÊGO A segunda iniciativa digna de especial referência deu lugar à criação das Delegacias Federais de Estatística, nos Estados, as quais, infelizmente, tiveram existência efêmera Ocorre-me ainda um fato que interessa à nossa evolução social Devemos a FRANCISCO BERNARDINO a admissão de pessoal do sexo feminino, como dactilógrafas e apuradoras, nos serviços oficiais de estatística Aliás, se não estou enganado, foi a Diretoria Geral de Estatística a primeira repartição pública brasileira conquistada pelo movimento feminista Dentre as distintas colaboradoras que tivemos a partir de 1910, não posso deixar de citar as duas mais antigas, as Senhoritas CÁRMEN UNSER e MARIA DULCE DE OLIVEIRA, e mais tarde a Senhora EULÁLIA DE BRITO, que foi um dos elementos mais esforçados da Secção de Registro Civil e assistente da chefia do Censo Demográfico de 1920 Guardo dessas três antigas colegas uma grata recordação pelo exemplo de dedicação à causa pública, que nos souberam dar

— Tem mais alguma reminiscência digna de nota sôbre a administração FRANCISCO BERNARDINO ?

— Ocorre-me relembrar que, iniciadas por BULHÕES CARVALHO em cuja administração se reorganizou òtimamente a oficina tipográfica da Diretoria Geral de Estatística e se adquiriram as primeiras máquinas auxiliares do trabalho estatístico —, foram definitivamente implantadas por FRANCISCO BERNARDINO não só a mecanização dos serviços, quer em dactilografia e mimeografia, quer em cálculo, classificação e apuração, senão também a representação gráfica dos resultados estatísticos como função normal e permanente dos serviços estatísticos brasileiros. O nosso primeiro cartógrafo foi, por pouco tempo, o Prof ARTUR THIRÉ, seguindo-se-lhe o distinto artista e técnico a que já me referí, J ARARIPE MACEDO, que durante longos anos, e com muito gôsto artístico, preparou ilustrações cartográficas e pictóricas para as publicações e exposições de estatística

A administração Léo de Affonseca — E quanto à administração de LÉO DE AFFONSECA, quais os fatos ou circunstâncias que lhe deram fisionomia ?

— LÉO DE AFFONSECA, que já vinha dirigindo brilhantemente, desde 1918, um grande setor da estatística econômica, defrontou-se, como diretor do órgão central da estatística brasileira, com uma situação pouco favorável às grandes iniciativas Fôra-lhe confiada, em 1930, a centralização — necessàriamente efêmera — dos serviços estatísticos federais em um único órgão, mediante a fusão das antigas Diretoria Geral de Estatística e Diretoria de Estatística Comercial, as quais passaram a formar o Departamento

Nacional de Estatística, no recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio Essa medida, embora aparentemente racionalizadora, era, de fato, desaconselhável, senão mesmo errada, tanto administrativa como tècnicamente Mantinha-se a imprópria subordinação da estatística geral, como um todo, — tanto vale dizer, como função eminentemente política do Estado, — a um Ministério que não o dos negócios políticos E isto ao mesmo tempo que se retirava um grande setor estatístico, da dependência ministerial que lhe era mais propícia em todos os sentidos, para colocá-lo em um Ministério que só lhe dedicaria interêsse secundário e nem tinha sequer os meios para favorecer seu desenvolvimento Por outro lado, deixava-se esquecida a lição da experiência universal, que já tornara claro não ser mais possível, a um Estado moderno, gerir os seus negócios mantendo os diferenciados aparelhos do govêrno e da administração alheios à função estatística, afim de entregar êste essencial objetivo governamental aos cuidados de um órgão único De sorte que, os esforços e a habilidade de LÉO DE AFFONSECA, que tanto já haviam servido ao Brasil na criação e desenvolvimento das estatísticas econômicas e financeiras, atribuídas até então ao Ministério da Fazenda, só poderiam ser, na chefia do Departamento Nacional de Estatística, o que de fato foram Procuraram contemporizar até que se evidenciassem os inconvenientes da orientação assentada pelo Govêrno Revolucionário, pois êste se deixara levar, ao estruturar o Ministério do Trabalho, por um critério que buscava, sem dúvida, afinidades e diretrizes de racionalizacão, mas de fato se inspirava em meras aparências Demonstrando justa compreensão dos fatos, e prestando com isto um grande serviço à estatística brasileira, LÉO DE AFFONSECA evitou que se consumasse pràticamente a fusão decretada, mantendo sob sua única autoridade, mas em simples juxtaposição, as duas diretorias que o Departamento se destinara a unificar Conservou a cada uma seus objetivos normais e a estrutura específica, enquanto apoiava o movimento que visava dar ao Brasil a verdadeira solução para o problema da estatística nacional: a *unidade,* que lhe é essencial, não na *unicidade* de órgão, mas na *organicidade* de um diferenciado e adequado sistema O Presidente VARGAS logo compreendeu a situação, acolhendo e realizando as idéias que lhe levaram FRANCISCO CAMPOS, Ministro da Educação, e depois, JUAREZ TÁVORA, Ministro da Agricultura, no sentido de dotar os seus ministérios dos competentes órgãos centrais de estatística, integrantes das respectivas Secretarias de Estado. Foi ainda LÉO DE AFFONSECA o presidente da comissão interministerial que recebeu a incumbência de estudar e projetar a organização definitiva da estatística brasileira. Essa comissão, instituída por iniciativa do Ministro TÁVORA, propôs — e o Govêrno aceitou — o alvitre da criação do Instituto Nacional de Estatística, a qual teve lugar pelo decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934. Mas, como medida preliminar à criação do Instituto, o decreto nº 24 600, da mesma data, já havia desmembrado o Departamento Nacional de Estatística: a Diretoria de Estatística Comercial voltara ao Ministério da Fazenda, com o nome de Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, e aos Ministérios da Justiça e do Trabalho deram-se também órgãos centrais de estatística, que foram, respectivamente, a Diretoria de Estatística Geral e o Departamento de Estatística e Publicidade Essas três oficinas estatísticas, a par das recém-criadas — a da Educação (Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação) e a da Agricultura (Diretoria de Estatística e Publicidade) — ficaram constituindo o núcleo central dos órgãos estatísticos brasileiros, núcleo êsse integrante do grande sistema erigido com a instalação do Instituto, sob a direção do Conselho Nacional de Estatística Êsse sistema, como é sabido, destinou-se a articular aqueles elementos com todos os outros — de estatística geral ou especializada — já existentes ou que viessem a ser criados na administração da União, dos Estados ou dos Municípios, e até mesmo — em garantidas condições de eficiência — com os serviços estatísticos instituídos pela iniciativa privada

Resguardar, pois, o patrimônio da evolução pregressa, e amparar a transição para a nova ordem que a experiência aconselhava, foi a grande missão que coube a LÉO DE AFFONSECA Êle a desempenhou magistralmente, continuando-a, mais tarde, na direção do órgão central do Ministério da Fazenda e como decano do Conselho Nacional de Estatística, visando o objetivo, que pôde ver atingido, de consolidar a grande vitória que a criação do Instituto representara para a estatística brasileira Ainda assim, a sua atuação de expectativa, quanto aos serviços afetos à antiga Diretoria Geral de Estatística, soube manter-lhes a eficiência E foi buscar nos arquivos, para publicá-lo, um trabalho que sem êle ficaria esquecido.

Êsse trabalho, aparecido sob o título *Limites dos Estados Unidos do Brasil* — sistematização das divisas do território da República e do de cada uma das suas Unidades Políticas —, constituiu o primeiro passo para o estudo sistemático dos limites interestaduais, fornecendo o padrão para as normas que mais tarde se oficializariam, pelo Decreto-lei nº 311, de 1938 (a "Lei Geográfica do Estado Novo"), para regularizar a delimitação territorial de tôdas as unidades do quadro administrativo e judiciário da República.

A grande transformação no govêrno Getúlio Vargas

Numa pausa da exposição que íamos anotando, perguntamos:

— Onde estamos agora? Já na fase contemporânea da estatística brasileira, iniciada com a criação do Instituto?

— Exatamente. A nossa "pré-história", no que diz respeito aos serviços estatísticos, pode ser considerada a época anterior a 1808.

Daí, até 1871, o ano áureo em que foi criada a Diretoria Geral de Estatística, corre o período da "história antiga". A "história média" vai de 1871 a 1907. Ao período decorrido de 1907 a 1936 (fase em que se foram fixando as diretrizes ora vigentes), poderemos chamar a nossa "idade moderna". De sorte que a "história contemporânea", anunciada em 1934, abriu-se em 1936, ano da instalação do Instituto, inaugurando a "era normal" da estatística brasileira, cujas etapas anuais se vão enumerando no fecho das Resoluções baixadas pelos nossos Conselhos dirigentes. "Era normal" — dizemos bem —, porque, na verdade, a partir de então o seu desenvolvimento ficou condicionado, de modo definitivo, por princípios orgânicos, que atendem plenamente às peculiaridades do país, à sua forma de govêrno e aos requisitos sugeridos pela experiência universal.

— De maneira que — indagamos — responsáveis por esta grande transformação, apontam suas palavras o Presidente VARGAS, em primeiro lugar, e depois os Ministros FRANCISCO CAMPOS e JUAREZ TÁVORA, além de LÉO DE AFFONSECA, como diretor do Departamento Nacional de Estatística?

— Não há dúvida. Para todos êsses ilustres brasileiros, tal iniciativa foi um título inegável de benemerência. A êsses nomes, porém, se devem juntar três outros, também credores da nossa gratidão cívica. Dois deles — não sei se lhe surpreenderá minha afirmação — têm sido autênticos pioneiros do progresso do país em matéria de administração pública, achando-se atualmente na presidência, respectivamente, dos aparelhos que representam duas das mais avançadas realizações do Govêrno Federal — o Departamento Administrativo do Serviço Público e o Instituto de Resseguros do Brasil. Refiro-me, como vê, a LUIZ SIMÕES LOPES e JOÃO CARLOS VITAL. O terceiro foi o nosso chanceler, o Ministro JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que em 1935 tomara a iniciativa, afim de atender a interêsses das relações exteriores do país, de coordenar e unificar os dados da estatística brasileira, então ainda chocantemente dispersos, fragmentários e contraditórios. Dos seus esforços nesse sentido lhe ficou a convicção que o levaria a representar ao Chefe do Govêrno sôbre a urgente necessidade de instalar o Instituto Nacional de Estatística. E esta feliz e oportuna iniciativa valeu-lhe a investidura no cargo de presidente da novel organização, cujos trabalhos orientou assim desde o início, desenvolvendo uma atuação esclarecida e prudente, que constitui, no consenso público, um dos seus mais relevantes serviços ao Brasil Digo isso num propósito de justiça e sem nenhum constrangimento, pois, honrado embora com a mais alta confiança dêsse eminente homem público, exerço um mandato — agora mesmo renovado pela oitava vez — que não procede de sua autoridade, mas de eleição pelo Conselho Nacional de Estatística.

— Em verdade, a opinião pública ratifica essas justas expressões de aprêço ao Presidente do Instituto. Mas deixa então encerrada com essa referência, a nominata dos brasileiros que sua observação pessoal inclui entre os grandes servidores da estatística brasileira, no "período moderno" da sua história?

— Ainda mais alguns homens públicos têm a minha admiração e o meu reconhecimento pelo concurso que os vi prestar aos esforços dos que trabalhavam por implantar a organização que hoje possuímos nos serviços estatísticos brasileiros Foram, em primeiro lugar, RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE e LOURENÇO FILHO, como chefes do Gabinete do Ministro FRANCISCO CAMPOS. Foi também o meu saudoso e grande amigo, BELISÁRIO PENA, o batalhador intrépido e incansável do Saneamento Rural, como diretor geral do Departamento Nacional de Saúde Pública, e depois Ministro interino da Educação Em terceiro lugar, cito com prazer o nome de ANÍSIO ESPÍNOLA TEIXEIRA, tanto como alto funcionário do Ministério da Educação quanto como diretor da Educação do Distrito Federal. Cumpre referir igualmente a atuação do ilustre delegado do Rio Grande do Sul à Convenção Nacional de Estatística, RAUL PILA Porque bem se pode dizer que foi ao seu tato, à sua clara compreensão daquela iniciativa do Govêrno Federal e ao seu entusiasmo pela fórmula de cooperação inter-administrativa, que ficamos devendo o êxito admirável da Convenção, a cujas cláusulas lhe coube dar redação final. Por último — mas não dos menores — deve ser lembrado o nome de BENEDITO SILVA, um dos mais novos e mais brilhantes valores da estatística brasileira, o qual, depois de ter criado a estatística geral de Goiaz, e colaborado nos trabalhos da Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, foi o eficiente organizador, como seu primeiro diretor, da Secretaria Geral do Instituto

Sábias e seguras diretrizes

— É interessante observar a quantos esforços e a quantas inteligências se deve a organização do Instituto. Mas — continuando — poderia dizer-nos agora quais as características marcantes da evolução de nossos serviços estatísticos no último septênio do período a que se referem suas observações?

— Pois não. Êsse período, que é, como disse, o primeiro da "era normal" da estatística brasileira, desenvolveu-se rigorosamente segundo os rumos fixados pelo Presidente GETÚLIO VARGAS. O lúcido pensamento político que orienta tôda a sua obra de govêrno, apreendeu perfeitamente a gravidade e o alcance do problema que o Brasil precisava resolver, sob pena de se ver privado dos elementos informativos em que pudesse apoiar as grandes realizações da fase revolucionária iniciada em 1930. E daí as sábias e seguras diretivas apontadas à obra do Instituto. Era preciso o conhecimento da terra e do homem do Brasil: a idéia matriz do Instituto continha essa dupla aptidão, cujo desenvolvimento deu lugar à diferenciação do sistema nas suas duas

alas — a geográfica e a estatística —, presididas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Geografia e pelo Conselho Nacional de Estatística Os grandes inquéritos censitários, que todos os países modernos costumam realizar periòdicamente, constituem um objeto de alguma forma distinto, em relação às finalidades normais da estatística e da geografia; mas, se devem — é certo — ficar a cargo de órgãos especiais, de existência temporária e dotados de recursos especiais, não podem prescindir do auxílio e da cooperação dos aparelhos prepostos aos levantamentos estatísticos e geográficos. Donde a instituição da ala censitária do Instituto, presidida pela Comissão Censitária Nacional, da qual participam os dirigentes das duas alas permanentes e mais os elementos representativos dos interêsses culturais e econômicos a que os censos devem atender Por outro lado, as pesquisas geográficas, estatísticas e censitárias, comuns que são — e devem ser — às três órbitas do govêrno, não se podem executar desordenadamente nos diferentes planos administrativos, pois que triplicariam esforços e despesas e chegariam a resultados contraditórios, anulando-se mùtuamente Por isso, a estrutura do Instituto foi fundada no princípio federativo, solidarizando, mediante vínculos convencionais, as três esferas governativas da República em tudo que disser respeito às pesquisas estatísticas, geográficas e censitárias

Era ainda preciso um grande esfôrço de preparação e organização afim de que o Instituto fôsse encontrando por parte não só da opinião pública, senão também das atividades privadas e dos próprios órgãos da administração, e mesmo do funcionalismo da instituição, condições progressivamente mais propícias à rigorosa execução técnica dos seus trabalhos. E assim ao Instituto foram lògicamente atribuídas finalidades de propaganda e a iniciativa da criação de registros públicos e particulares, a par de uma largà missão educativa, visando melhorar, a um só tempo, as condições de receptividade do meio social em que deve agir, e a aptidão profissional dos seus agentes. Finalmente, na orientação daquele esfôrço de organização, do qual surgiu o Instituto, haveria que atender ao duplo sentido das atividades geográfico-estatísticas. Se elas visam dar a conhecer as condições existenciais do Estado, para orientar racionalmente sua obra de govêrno, também são uma especialidade técnico-científica que o Estado deve amparar e procurar desenvolver. E nisto se discernem dois novos fins a atingir. Levantadas as estatísticas e as cartas geográficas, forçoso é que os órgãos responsáveis por essa tarefa relatem com minúcia e probidade a exata significação de tais elementos, utilizando seus recursos técnicos especializados na melhor interpretação dos resultados coligidos e na dedução dos ensinamentos e sugestões que possam decorrer dos seus próprios trabalhos. Doutra parte, o poderoso aparelho estatístico-geográfico mantido pelo Estado há de ser um instrumento útil de pesquisa científica pura, pois sua larga atuação, seus recursos e os valores intelectuais que utiliza, podem fàcilmente — e devem — acumular contribuições para o enriquecimento dos campos técnicos e científicos que exploram. Donde, portanto, a dupla função complementar a que não poderia fugir o Instituto: a de manter laboratórios de pesquisas técnicas e órgãos de divulgação, uns e outros postos ao serviço da ciência, de um lado, e da política, do outro Esta, porém, é claro, compreendida como técnica e racionalização da obra de govêrno

— Pode-se concluir, fàcilmente, que êsse esfôrço de reorganização e desenvolvimento dos serviços estatístico-geográficos obedeceu a um "programa político", no melhor sentido da expressão

— E também programa administrativo, social e científico Mas, diz bem: programa sobretudo político Porque, está-se vendo, os esforços do Presidente VARGAS ao criar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram, acima de tudo, inspirados pelo "pensamento político" de unidade e progresso do Brasil. Não é preciso prová-lo depois do que já ficou lembrado.

— É claro. Entretanto, estimaria que nos dissesse agora, em linhas gerais, o que já é realidade na execução dêsse programa

— É um grande prazer para mim dizer mais uma vez aos brasileiros, através de um órgão autorizado e de grande circulação como é *A Manhã*, o que foi em síntese a obra do nosso I B.G.E. nos sete anos decorridos a partir do dia em que o Presidente VARGAS o instalou solenemente na própria sede do Govêrno, a 29 de Maio de 1936. Valho-me para isso dos relatórios e discursos do Presidente do Instituto, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, onde se encontra o relato minucioso de tôdas as atividades da instituição Em primeiro lugar, vejamos o que ocorreu quanto ao desenvolvimento dêsse grande organismo federativo proposto à elaboração da estatística e da geografia do Brasil.

A estrutura do sistema estatístico brasileiro

— Perdoe-me a interrupção. Já não estavam criados em 1936 os órgãos centrais a serem mantidos pela União?

— É exato Estavam instituídos e começaram a trabalhar em comum, a partir de 29 de Maio daquele ano, sob a direção de uma Junta Executiva. Esta Junta desempenhou provisòriamente a função destinada ao Conselho Nacional de Estatística, no qual se integrou, e cuja criação o Decreto n.º 24 609 condicionara à prévia fixação das respectivas bases pela Convenção Nacional de Estatística. Mas, a Assembléia convencional é logo convocada, e subscreve solenemente, a 11 de Agôsto do mesmo ano, no Palácio do Itamaratí, a Convenção Nacional de Estatística. E êsse estatuto orgânico da Estatística

Brasileira entra imediatamente em vigor, no que respeita ao Govêrno Federal, pois o Presidente da República, presidindo a solenidade de assinatura dequele pacto intergovernamental, subscreve, *sur place*, o Decreto n.º 1 022, daquela data, que ratificou a Convenção Seguem-se as ratificações por parte dos governos de tôdas as Unidades da Federação, daí decorrendo imediatamente o cumprimento das obrigações assumidas, dentre as quais se destacavam a criação dos departamentos regionais de estatística e a celebração dos convênios entre cada um dos Estados e os seus municípios, afim de serem criadas as Agências Municipais de Estatística, filiadas ao Instituto

Assim realizada, em suas linhas mestras, a estrutura orgânica do Instituto, o mais sobreveio ràpidamente, na preocupação de ajustar melhor, aperfeiçoar e integrar o sistema instituído, cujo desenvolvimento, com a adjunção oportuna dos serviços geográficos e censitários, já ficara previsto O Govêrno Federal cria o Conselho de Estatística pelo Decreto n º 1 200, de 17 de Novembro de 1936, nas bases propostas pela Convenção, e logo depois coloca ao seu lado, pelo Decreto n º 1 527, de 24 de Março de 1937, o Conselho de Geografia. E a estes dois Conselhos se junta, pelo Decreto-lei n º 796, de 19 de Outubro de 1938, a Comissão Censitária Nacional Os órgãos executivos dessas novas alas são criados ou reformados, tanto na esfera federal, como na regional e municipal, e sucessivos atos da União, dos Estados e dos Municípios vêm constantemente enriquecendo e melhorando o sistema, numa evolução progressiva que não mais se poderá interromper.

Objetivo a atingir: o da unidade administrativa

— Mas essa evolução não tem um sentido definido, que lhe permita prever as principais etapas?

— Evidentemente. Há, em primeiro lugar, uma expansão ininterruptá, da qual resulta a criação de novos órgãos especializados e o alargamento dos quadros das repartições de estatística geral, afim de que o Instituto possa ajustar-se às exigências crescentes da civilização moderna no terreno da geografia e da estatística Depois, a racionalização, cada vez mais rigorosa, dos seus serviços E por fim, a melhor articulação entre êles Esta começou com a simples subordinação técnica aos Colégios dirigentes; mas a experiência já demonstrou que precisa evoluir no sentido da subordinação administrativa a uma direção comum, sem a qual a unidade do sistema será sempre precária e periclitante.

— Mas isto não será uma centralização prejudicial, e mesmo de certo modo contraditória em relação à própria razão de ser do Instituto?

— De forma alguma. A unidade de direção e de regime, quanto à organização do trabalho, das vantagens e da carreira para o pessoal, a par da uniformidade e suficiência de equipamento, — isto não constitui centralização O trabalho continuará sempre distribuído, como não podia deixar de ser, por órgãos municipais, regionais e ministeriais. Essa unidade de direção e organização administrativa, que completa e virtualiza a unidade de orientação técnica, longe de se contrapor ao princípio federativo, que informa o sistema, é o seu justo e lógico corolário Não se trata de colocar absurdamente nas mãos de uma das três órbitas de govêrno a responsabilidade e o encargo exclusivos da estatística geral brasileira, — o que de fato subverteria a própria conceituação do regime federativo Pelo contrário, o que ocorre é a conseqüência natural de tôda associação. Os associados — no caso os governos cointeressados nos levantamentos estatísticos e geográficos — conjugam os seus recursos, unificam a sua coletiva atuação por meio de um mandato, e assim realizam nas melhores condições possíveis o seu comum objetivo. Os serviços executados continuam a ser — mas a um só tempo e em todos os sentidos (quanto a objetivos, recursos, origem de autoridade) — federais, estaduais e municipais. Por isso mesmo, graças a essa larga compreensão das órbitas de autoridade e de todos os objetivos particulares, que lhes dá sentido nacional, ficam por assim dizer, *nacionalizados,* pois que exercidos para os fins *todos* da Nação, em matéria de geografia e estatística, e utilizando *todos* os seus recursos e *tôda* a autoridade, a cargo de uma entidade para cuja instituição concorrem, no uso das suas autonomias, prerrogativas e competências, e na forma de um mandato político solenemente convencionado, *todos* os governos cointeressados Esta fase final na integração do sistema estatístico-geográfico brasileiro, é evidente que não se vai instaurar de um golpe. Exige um processo evolutivo e de prudentes experiências, pois implica a solução hábil e iterativa de difíceis problemas, afim de que se encontre a fórmula feliz e final que a todos satisfaça e por todos possa ser livremente aceita. Mas os primeiros passos já estão dados, e de maneira segura.

— Poderia esclarecer melhor êsse interessante ponto?

— Pois não. Os primeiros sinais de que os tempos já estão ficando maduros para essa etapa final da evolução a que aludí, são visíveis nas solicitações recebidas pelo Conselho Nacional de Estatística no sentido de assumir a responsabilidade da reorganização, ou da direção temporária, de alguns órgãos regionais do sistema. A isso junta-se a proposta de alguns Estados — que ainda não pôde ser aceita — para um acôrdo especial com o Instituto visando transferir a êste, de modo permanente, a responsabilidade da função de estatística geral, atribuível à órbita dos Governos Regionais, com a incorporação dos respectivos Departamentos Estaduais ao conjunto de órgãos administrados diretamente pelo Instituto. Ocorre, finalmente, a felicís-

sima iniciativa do Estado Maior do Exército, relativa à criação das Secções de Estatística Militar nos Departamentos Estaduais e na Secretaria Geral do Instituto, como órgãos diretamente colaboradores da administração militar Foi complemento dessa iniciativa a conseqüente nacionalização das Agências Municipais de Estatística, por delegação conjunta e solidária dos Municípios e sob a direção do Instituto Isto afim de que possam elas servir eficientemente aos fins da estatística militar e, concomitantemente, aos objetivos simultâneos, no que respeita à segurança nacional, não só dos próprios municípios, como dos Estados e da União, tanto vale dizer, da estatística local, da regional e da nacional

— Mas essa iniciativa foi apenas alvitrada ou já deu lugar a medidas práticas ?

— Ela está virtualmente realizada Os convênios de estatística municipal, previstos para êsse fim pelo Decreto-lei nº 4 181, de 16 de Março de 1942, foram realizados com um êxito magnífico, em todos os Estados e no Acre, solidarizando a União, os Governos Regionais e todos os Governos Municipais, sem uma só exceção, em tôrno do objetivo em vista Êsses convênios, que delegam ao Instituto a administração das Agências Municipais de Estatística, foram ratificados, logo após a assinatura, pelos Municípios e pelos Estados, só dependendo agora de ratificação por parte do Govêrno Federal Mas o ato respectivo já foi encaminhado pelo Ministério da Justiça à consideração do Senhor Presidente da República, acompanhando o processo tôda a competente documentação

— Isto tem decerto um extraordinário significado

— Sem dúvida Os servidores das Agências Municipais vão constituir um quadro selecionado e bem remunerado, passando a ter brilhantes perspectivas de carreira E as vantagens daí provenientes se juntarão às de um regime e disciplina uniformes, além das que decorrerão do completo aparelhamento a ser dado, em todo o país, sem qualquer espécie de inferioridade em relação às regiões mais atrasadas ou mais pobres, a tôda a rêde dos órgãos primários de coleta estatística e geográfica Mas daí à última etapa, vai ainda grande distância Precisamos consolidar o terreno adquirido, sistematizar a experiência que êle nos vai permitir, observar melhor as possibilidades que os acordos especiais com alguns Estados nos oferecem, para que só então o Instituto se lance com segurança ao objetivo final. Êste objetivo será o da unificação administrativa, implantada, sob a égide da entidade coordenadora, em todos os órgãos regionais e federais que se dedicam à função de elaborar a geografia e a estatística gerais do país

Realizações estatísticas, geográficas e censitárias

— O que nos acaba de dizer exprime bem o longo caminho que o Brasil já percorreu, e os rumos a que está obedecendo, na estruturação do seu "aparêlho nacional" de geografia e estatística Mas ainda pedem seus esclarecimentos aqueles outros aspectos, a que aludiu, da obra atribuída ao Instituto. Os frutos terão sido igualmente satisfatórios ?

— Julguem os leitores de *A Manhã* pelo que os fatos revelam Perdoem-me apenas a maneira resumida por que os enumerarei, pois o assunto é muito extenso

— Se não vê inconveniente, comecemos pelos serviços de estatística, que são os mais antigos

— Foi retomada a publicação do *Anuário Estatístico do Brasil*. Sua última edição é a de 1939/1940, devendo a série prosseguir, uma vez cessados os motivos que levaram o Govêrno a restringir a divulgação de dados sôbre a vida do país Com o material numérico do *Anuário*, apropriadamente enriquecido, fazem-se vinte e duas Sinopses, uma para cada Unidade da Federação Além disso, prepara-se uma outra, de síntese nacional, em português e inglês Também uma parte da edição do *Anuário* é desdobrada em tomos, tantos quantas as partes que o compõem, para comodidade dos leitores Êsse volumoso repertório de dados, que se enriquece de edição para edição, atualiza tôdas as séries estatísticas que traduzem os vários aspectos da vida brasileira Na última edição, com 1 428 páginas, os assuntos gerais foram 57, que se desenvolveram em 1 151 tabelas, distribuídas em sete partes O Instituto também edita um pequeno resumo estatístico do Brasil, em esperanto Muitos outros trabalhos são preparados e largamente distribuídos (impressos ou mimeografados), no país e no estrangeiro. Contam-se por dezenas e são preparados ou pela Secretaria Geral da instituição ou pelos diferentes órgãos a ela filiados. Os nossos inquéritos já se realizam com apreciável regularidade, e vão abordando cada ano assuntos novos E ganham terreno dia a dia, tanto em extensão e eficiência, como em atualidade Os nossos serviços de informações, aquí no Rio, nas Capitais Regionais e em cada Município, estão sendo pouco a pouco alargados, tendo por base fichários cuidadosamente organizados Os inquéritos especiais para a mobilização econômica e militar estão prestando aos respectivos órgãos executivos, os subsídios desejados, em monografias mimeografadas, de distribuição reservada As secções de estatística militar estão em atividade e enriquecem constantemente os seus cadastros e prontuários, já dispondo, quase tôdas elas, de excelentes tábuas itinerárias relativamente ao território das respectivas Unidades Políticas A par disso, trabalhos de análise e interpretação têm sido executados com proveito para o conhecimento da realidade brasileira, enriquecendo ao mesmo tempo as nossas contribuições técnico-científicas, quer para o progresso da estatística teórica, quer para a comparação internacional Isto tudo, porém, numa revista muito rápida.

— É o bastante para uma apreciação de conjunto E quanto à geografia ?

— Acham-se atacados à fundo, sob a direção competente e dedicada do meu prezado colega, o Engenheiro LEITE DE CASTRO, os trabalhos de campo e de gabinete Foi vitoriosamente levada a efeito a execução da chamada "Lei Geográfica do Estado Novo", de iniciativa do Instituto, resultando daí a admirável sistemática a que hoje obedece a revisão qüinqüenal dos nossos quadros territoriais, cuja situação anterior bem merecia a designação de caótica Descritos racionalmente todos os perímetros de circunscrições e delimitados os quadros urbanos e suburbanos das respectivas sedes, foram levantados os mapas e as plantas necessárias, medindo-se as suas áreas A campanha das coordenadas das sedes municipais está quase concluída, e já vai adiantada a das altitudes Da coordenação e revisão dos mapas municipais, bem como da seleção de velhos mas excelentes trabalhos topográficos, e da execução de levantamentos em certas áreas pouco conhecidas, já resultaram elementos que permitiram o início da elaboração da nova Carta do Brasil ao milionésimo Daí sairá a contribuição brasileira para a Carta do Mundo, obtendo-se ao mesmo tempo os mapas avulsos e os atlas geográficos de que tanto carecemos para o conhecimento do país e, conseqüentemente, para o ensino da nossa geografia e orientação de todos os serviços públicos Além disso, estão adiantados outros muitos trabalhos, a cargo do Conselho de Geografia: o Dicionário Toponímico, as Efemérides Geográficas, as Corografias Municipais, etc. E aí está o rápido golpe de vista sôbre nossas atividades geográficas, nas quais, aliás, vêm cooperando, com elevado espírito patriótico, tôdas as instituições e todos os serviços públicos cointeressados no conhecimento exato da nossa geografia.

— Quanto ao recenseamento, que nos diz ?

— A grande operação censitária de 1940 está em fase de conclusão. Ela foi dirigida por um dos nossos mais ilustres cientistas, o Professor CARNEIRO FELIPE, que teve a esclarecida colaboração da Comissão Censitária Nacional e do Professor GIORGIO MORTARA. Os serviços preparatórios e de execução correram da melhor forma possível, apoiados por todos os govêrnos e instituições públicas e privadas. Revelou-se satisfatória a receptividade do meio, a qual, aliás, foi preparada por uma hábil e desdobrada propaganda, que muito deveu ao nosso jovem e esforçado colega, Dr BENEDITO SILVA. Tôdas as agências executivas já encerraram seus trabalhos, achando-se agora em intensa atividade o órgão central de apuração, onde vem sendo manipulado o enorme material coletado nos sete Censos — o demográfico, o agrícola, o industrial, o comercial, o dos transportes e comunicações, o dos serviços e o social. Posso adiantar que já se encontra pronto, e será entregue ao chefe da Nação dentro em pouco, o primeiro tomo da introdução às tabelas censitárias. Êsse trabalho, que foi escrito pelo Professor FERNANDO DE AZEVEDO, diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, expõe a evolução da cultura brasileira Dizer mais sôbre o assunto, nesta palestra, seria talvez excessivo

Atuação cívica e cultural — Fale-nos então do que tem sido feito para assegurar boas condições à execução dos serviços

— Da propaganda censitária o público em geral guarda ainda uma lembrança nítida. Os fatos são de ontem Foram mobilizados todos os recursos ao nosso alcance, conseguindo-se uma atuação intensa e multiforme em todos os recantos do país Além dêsse esfôrço, realizado em 1939 e 1940 — o Instituto manteve sempre larga propaganda dos seus fins, da importância e necessidade da estatística e da geografia, distribuindo gratuitamente abundante material publicitário, em folhetos, gráficos e mapas Recorde-se a edição do mapa escolar do Brasil, do qual se ofereceram às escolas primárias brasileiras cem mil exemplares, ou seja um número suficiente para que a imagem do Brasil não faltasse em nenhuma classe de ensino elementar, em tôda a extensão do nosso território Lembrem-se ainda as belas e instrutivas exposições que o Instituto tem realizado (a dos Mapas Municipais, as duas Exposições Nacionais de Educação, Estatística e Cartografia, do Rio e de Goiânia) e os numerosos outros certames de que os nossos serviços vêm participando.

— Além disso, porém, divulga o Instituto duas Revistas.

— É exato A *Revista Brasileira de Estatística* e a *Revista Brasileira de Geografia*, as quais, a par dos *Boletins* editados pelos dois Conselhos, completam o plano de cultura, pesquisa científica, informação e educação que o Instituto vem realizando As edições trimestrais das nossas revistas são muito procuradas, tudo levando a crer que é profunda e extensa a atuação de uma e outra, no Brasil e no estrangeiro Poderíamos acrescentar que essa contribuição científica e cultural, de que os nossos periódicos são os principais instrumentos, prolonga-se na cooperação e no intercâmbio mantido com muitas instituições técnico-científicas. Basta lembrar especialmente que à ala geográfica do Instituto estão filiados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e a Associação dos Geógrafos de São Paulo

Enquanto isso, a ala estatística mantém estreita colaboração com a Sociedade Brasileira de Estatística e com a Associação Brasileira de Educação, além de outros sodalícios educativos ou culturais. E acham-se a ela já ligados por filiação os serviços estatísticos do Departamento Nacional do Café e do Lóide Brasileiro. Esperamos também a próxima

filiação do Departamento Estatístico do Banco do Brasil. De nossa cooperação com a Sociedade Brasileira de Estatística já resultou o *Vocabulário Estatístico Brasileiro,* que o Professor MÍLTON DA SILVA RODRIGUES elaborou e o Instituto vai editar Refiramos ainda que o Instituto tomou parte no VIII Congresso Científico Americano, colaborando nas iniciativas de que resultou a organização do Instituto Inter-Americano de Estatística — o I A S I (*Inter-American Statistical Institute*) Essa novel e já prestigiosa instituição panamericana, a que o nosso I B G E. está filiado, já publicou o *Statistical Activities of the American Nations* e começou a editar *Estadística* (revista trimestral em português, espanhol, inglês e francês) E está organizando um anuário inter-americano de estatística.

— Não há também publicações do Instituto dedicadas a determinados fins culturais?

— Citarei as principais Temos, em primeiro lugar, a que se intitula *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Ortografia,* — contribuição interessante à campanha que procurou obter, ao mesmo tempo, a simplificação da ortografia e a unidade gráfica do idioma nacional. Vêm depois o repertório da divisão territorial inaugurada em 1.º de Janeiro de 1939, onde se documenta tôda a campanha que o Instituto desenvolveu nesse sentido. Merece referência também a coletânea *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Município,* dedicada ao II Congresso Inter-Americano de Municípios, reunido em Santiago (Chile), de 15 a 21 de Setembro de 1941. Citemos ainda o volume em inglês *Brazil,* organizado por solicitação do Ministério do Exterior. E para encerrar a enumeração sem estendê-la muito, a grande obra *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação,* elucidário oferecido à 1.ª Conferência Nacional de Educação, realizada aquí no Rio, em Novembro de 1941.

— Passando aos cursos que o Instituto tem organizado, que é que nos pode dizer?

— Além dos "cursos de informações", dedicados aos próprios delegados às Assembléias Gerais dos nossos Conselhos, mantém o Instituto, no Rio e nos Estados, cursos de aperfeiçoamento, de estatística e de geografia, tanto para o funcionalismo dos órgãos centrais e serviços especializados, como para os Agentes Municipais. Neste particular, aliás, a ação do Instituto é renovadora, pois, muito antes da decretação dos Estatutos do Funcionalismo Estadual, já o provimento em cargos das repartições de estatística era efetuado mediante provas de concurso.

— E em matéria de atuação cívica, não há alguma cousa digna de nota nas atividades do Instituto?

— Há, certamente. Além da nossa participação em quase todos os movimentos dêsse gênero, promovidos por diferentes entidades oficiais e particulares, merece registro o empolgante e inédito acontecimento que foi a primeira celebração em todo o país — sem exceção de uma só das suas cidades — do "Dia do Município". Tem essa festa cívica uma elevada significação, em todos os sentidos. E ela será renovada de cinco em cinco anos, ao entrarem em vigor os novos quadros territoriais Lembre-se também o "Dia do Estatístico", de significação cívico-profissional, que comemoramos em expressivas reuniões culturais, a 29 de Maio de cada ano, celebrando ao mesmo tempo a data aniversária do Instituto.

Cumpre recordar, igualmente, o inédito e magnífico acontecimento cívico que foi o "batismo cultural" de Goiânia, pelo qual se solenizou a inauguração oficial da nova metrópole goiana, — êsse milagre que o Brasil ficou devendo à energia construtiva de PEDRO LUDOVICO. Promovido pelo I B G E , com a colaboração da Associação Brasileira de Educação, constou de dois brilhantes Congressos — um de Educação e outro de Geografia e Estatística, além da já aludida Exposição, abrangente dêsses três aspectos da cultura. Foram dias inesquecíveis, durante os quais algumas centenas de brasileiros, representando tôdas as Unidades Federadas, tudo fizeram para exaltar a significação histórica da construção da nossa mais jovem metrópole, como o primeiro marco real desta fascinante "marcha para Oeste" que, só ela, levará o Brasil a ser efetivamente dono de si mesmo.

Deixando de aludir a outras iniciativas de menor repercussão, referirei ainda a "Campanha Ibgeana pela Vitória", de edificante intenção patriótica Todos os estatísticos brasileiros dela participaram, e o resultado da coleta realizada em favor da Aviação Nacional será entregue ao Sr. Presidente da República no dia em que Sua Excelência puder honrar com a sua visita o Serviço Nacional de Recenseamento, aí recebendo a justa homenagem que o Instituto lhe destina.

Esfôrço de organização e renovação nacional

— É um quadro realmente impressionante êste que suas palavras descrevem Mas, se permite, formularei ainda uma pergunta.

— Estou ao seu dispor.

— Agradecido. Vê-se que o Instituto está empenhado a fundo na realização de um programa extenso e difícil. E ninguém poderá deixar de reconhecer que já executou, em sete anos, obra utilíssima. Melhorou sua organização. Criou quadros profissionais, cuja formação intelectual e social aprimora. Fêz larga e instrutiva propaganda dos seus objetivos, realizando com isto, subsidiàriamente, proveitosa obra cultural. E já divulgou abundantes repertórios de dados e estudos geográficos e estatísticos. Eis agora minha pergunta: está terminada aí a sua missão? Basta-lhe realizar essa obra cultural e cogitar

da eficiente coleta e elaboração do material informativo de que carece, afim de oferecê-lo depois ao estudo e à meditação dos estadistas, dos professores, dos cientistas ?

— Considero feliz e oportuna sua indagação E tenho grande prazer em lhe dar resposta O Instituto também faz ciência e também colabora com aqueles que exercem o nobre ministério da educação nacional Dizer isto, porém, não será afirmar uma novidade É tirar a conclusão de alguns dos fatos que ficaram expostos.

Na sua bela oração gratulatória, durante o ato religioso que solenizou a passagem do "Dia do Estatístico", Monsenhor Dr. HENRIQUE DE MAGALHÃES resumiu com muita felicidade êsse complexo papel que cabe à estatística e à geografia ao serviço do Estado, comparando-as a um poderoso aparelho de Raios X, destinado a revelar os segredos anatômicos e fisiológicos dos organismos políticos. A imagem não podia ser mais feliz O certo é, porém, que o Instituto assume responsabilidades ainda mais altas, pois procura orientar a ortopedia do corpo social e os cuidados que lhe devam assegurar o máximo de vitalidade e euforia Assim, as suas exposições, os seus cursos, os seus livros, as suas revistas, os congressos que organiza ou apóia, as festas cívicas e as sessões culturais que promove, tudo isto é esfôrço educativo e de cultura. E êsse esfôrço, por sua vez, quando já não as implica, propicia o surto de contribuições científicas de alto mérito. Mas, por outro lado, — e aí está a resposta à sua pergunta, surpreendendo talvez muitos dos seus leitores, — o Instituto, ora diretamente, ora pelas sugestões dos seus técnicos, também pratica uma política de organização, renovação e reconstrução do Brasil.

— Em que sentido ?

— Atente, primeiramente, na maneira por que coloca os seus problemas e no que divulga. São esquemas lógicos, considerações persuasivas, fatos novos, que o Instituto elabora, aborda ou comenta Pelo vulto da sua correspondência e amplitude do seu esfôrço publicitário, penetra a fundo e em grande extensão na mentalidade popular Com isto vai influenciando o próprio espírito dos administradores em relação a numerosos problemas fundamentais, cuja solução logo se lhes impõe à luz dos esclarecimentos e dos apelos formulados Demais disso, as nossas iniciativas e publicações de finalidade cultural têm nítidos objetivos de renovação e unidade nacional. Isto vem ficando bem evidenciado, especialmente através da colaboração que temos levado a várias instituições, cujas campanhas se destinam a renovar os quadros da vida brasileira Lembre-se, por exemplo, nesse sentido, o que o Instituto tem feito e publicado a propósito das iniciativas da Associação Brasileira de Educação, colocadas por vêzes sob o seu patrocínio, na honrosa companhia do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. A dos Cursos de Férias, na capital da República, para o professorado primário nacional, é bem característica sob êste ponto de vista. Merece referência também o esfôrço do Instituto em prol da criação ou aperfeiçoamento de numerosos registros, visando obter elementos dignos de confiança para certas estatísticas de grande importância Além da padronização das guias de exportação, várias iniciativas dêsse gênero se tem sucedido relativamente ao Registro Civil, ao cadastro rural, ao cadastro predial e domiciliário das cidades, ao registro imobiliário, ao registro escolar, ao registro industrial e comercial, ao "boletim individual" nos processos criminais, ao registro policial e a numerosos outros Lembremos também a "campanha metrológica", desenvolvida intensivamente, visando o prevalecimento prático integral, em todo o país, do sistema decimal de unidades de medir E não deixemos sem uma breve referência a participação que tem tido o Instituto a favor do uso popular do esperanto em tôda a América, como um dos recursos mais eficientes para a efetiva cooperação, econômica e política, das nações do Continente

— É tudo, no que respeita ao esfôrço de organização e progresso nacional ?

— Há mais alguma cousa Há uma contribuição específica dos nossos pesquisadores no terreno político E dizendo isso, está claro, refiro-me aos assuntos que interessam a melhoria das condições de convivência social e à racionalização dos seus fundamentos, segundo planos de govêrno condizentes com a nossa realidade — essa realidade que observamos, registramos e medimos dia a dia Essa atuação "política" (no bom sentido) dos homens que servem ao Instituto é, aliás, natural Não é superfetação, nem um estravazamento. Não invadimos seara alheia. Bem pelo contrário. Se ao Instituto, lhe cabe investigar, traduzir em números e esquemas, e sistematizar tôdas as condições fundamentais em que vive a Nação, é aos olhos dos técnicos do Instituto que se revelam em primeira mão as poderosas sugestões da observação realizada. Naturalmente, os números, as cartas e os esquemas são postos à disposição dos sociólogos, dos estadistas e dos políticos, e a êles é que cumpre fixar em definitivo as diretrizes de reorganização que emergirem da análise científica dos fatos observados Mas certos detalhes da realidade examinada saltarão mais aos olhos daqueles próprios que efetuaram as pesquisas e, pelo exame simultâneo dos vários aspectos da vida nacional, estão em condições de sentir melhor a premência ou o caráter essencial de umas tantas soluções que os fatos apontam. O Instituto, pois, dados os seus fins, não poderia senão incentivar o leal depoimento dos seus observadores, às vêzes, mesmo, procurando resumí-los e encaminhá-los aos diferentes órgãos do Govêrno e da administração a que a responsabilidade das deliberações executivas estiver distribuída Essa preocupação de bem aproveitar os depoimentos da observação geográfica, estatística ou censitária tem sido, aliás, não só aprovada, mas estimulada em alto grau pela autoridade do Chefe da Nação, a quem o Instituto está diretamente subordinado.

O "ideário cívico" dos Ibgeanos — Poderia dizer-nos algo de mais positivo sôbre êsse novo aspecto das atividades do corpo de funcionários do Instituto?

— Há, é claro, assuntos de que não poderia falar, pois constituem matéria não destinada à divulgação, ou ainda em estudo sob a necessária reserva Resume-se, por isso, em pouca cousa o que lhe posso dizer neste particular.

— Em compensação, êsse pouco talvez signifique muito para a vida nacional

— De certo modo, é exato Os têrmos fundamentais da vida brasileira, quando se trate de compreendê-la, para orientar-lhe acertadamente a evolução, dizem respeito — e não há nisto nenhum segrêdo, pois está na conciência de todos — a alguns pontos, de intuitiva enumeração. Em primeiro lugar, a ocupação efetiva do território. Depois, a divisão dêste, de maneira equitativa e racional, entre os âmbitos particularizados de autoridade, que o Govêrno da Nação exige Terceiro, a localização adequada da capital da República. Em seguida, a distribuição mais conveniente das massas demográficas e o surto de uma rêde adequada de núcleos urbanos, como centros propulsores e coordenadores das atividades da Nação Também o estabelecimento de uma rêde rodoviária realmente integradora da comunhão nacional E finalmente a valorização do homem pela saúde, pela educação e pelo trabalho, visando-se a progressiva elevação do seu nível de vida De sorte que, não podia deixar de ser em tôrno dêstes problemas de base que se haveriam de concentrar os esforços de observação dos nossos técnicos, agindo quase sempre por sugestões do seu próprio patriotismo, mas algumas vêzes, também, no cumprimento de encargos decorrentes de ordens formais do Govêrno.

— Terão acaso êsses estudos alguma característica uniforme, uma articulação lógica, que os pudesse transformar num conjunto homogêneo de sugestões?

— Se êles são realizados por homens dedicados profissionalmente à observação e à mensuração dos fatos sociais, com a preocupação de lhes discernir as harmonias ou desharmonias, é claro que as sugestões que tais observadores se animem a formular, hão de caracterizar-se pelo senso de medida e de equilíbrio, procurando acima de tudo fórmulas prudentes e lógicas, em que todos possam ver as melhores soluções para os nossos problemas de base. Além dessa preocupação de harmonia e equilíbrio para os seus esquemas, hão de ter — os estatísticos e os geógrafos — o apêgo à tradição, procurando a renovação antes em diretrizes evolutivas e de prudente avanço, do que em sugestões de radical transformação. E porque é assim, posso assegurar que as soluções e os alvitres já sedimentados no comum assentimento dos nossos observadores formam um conjunto impressionantemente homogêneo, um verdadeiro sistema a que, em nossos círculos íntimos, aludimos, em expressiva síntese, como sendo o "Ideário Cívico dos Ibgeanos"

Alguns tópicos dêsse ideário foram insertos no magnífico esquema de realizações práticas que o Cel. LIMA FIGUEIREDO — ilustre figura de soldado e sociólogo — apontou à Nação como indispensáveis para "a conquista do Brasil pelos brasileiros". Suas corajosas palavras foram ditas em Goiânia, no ambiente de grande ressonância propiciado pela inauguração oficial da mais jovem das nossas metrópoles sertanejas. E deram a todos a impressão de que entre os homens de pensamento e de ação, com que o Brasil está contando neste momento, já se vai formando aquele estado de conciência necessário às grandes decisões que a geografia e a estatística propugnam como rumos fundamentais da evolução política brasileira se ela quiser manter-se fiel à vocação histórica da Federação.

— Poderia resumir o conteúdo dêsse ideário?

— Como simples enumeração, não vejo inconveniente Fique bem claro, porém, que se trata apenas de sugestões e alvitres formulados sob sua responsabilidade pessoal pelos técnicos que se dedicam às investigações estatísticas e geográficas, não havendo, portanto, salvo no que se refere ao esquema para a lei de amparo à família, nenhum pronunciamento dos órgãos dirigentes do Instituto *pro* ou *contra* as idéias que os seus servidores vêm patriòticamente estudando, expondo e debatendo Isto posto, vejamos o que há de mais importante a referir É, em primeiro lugar, a recomposição do quadro das nossas Unidades Políticas, segundo lineamentos capazes de estabelecer-lhes a equivalência territorial e a equipotência virtual, — único meio de fazer repousar a federação, como é preciso, em inabaláveis fundamentos de justiça, equilíbrio e eqüidade Isto, porém, sob a condição preliminar — tal a confiança que a fórmula inspira — do unânime assentimento das populações interessadas e do apoio integral dos seus dirigentes, como penhor de uma transformação pacífica. Temos ainda a efetivação dos consórcios intermunicipais, na configuração de um novo circunscricionamento político, de âmbito estável, cujas unidades — os departamentos — reivindiquem para a órbita municipal, de que se tornem a expressão superior, o alto potencial de fôrças construtivas que lhe deve ser inerente Esta medida dotará o país de um *plexus* de mais de duzentas metrópoles (capitais daqueles consórcios), distribuídas de modo mais ou menos uniforme por todo o território nacional, com um raio médio de ação, de cem quilômetros E assim se completará, numa distinção racional e equilibrante, o sistema de centros propulsores da vida nacional, sistema que hoje só conta com a capital da República e as vinte e duas capitais regionais. É ainda a transferência da capital da República para o interior do país, segundo um plano que afaste tôdas as dificuldades

e não gere descontentamento algum na opinião pública, mas capaz, ao mesmo tempo, de assegurar à Nação tôdas as garantias e vantagens que ela espera de tal medida. Segue-se, em nosso Ideário, a mobilização do Exército do Trabalho, — mas na dependência de um seguro trabalho prévio de organização e treinamento, — afim de que, preliminarmente, se melhorem as condições de vida e aptidão social dos seus conscritos e das respectivas famílias, e se utilizem, depois, suas legiões de trabalhadores eficientes, não só na construção das novas metrópoles (de Estados, Territórios e Departamentos), como ainda na abertura dos seus campos de aviação e das estradas que as liguem entre si. Vem depois um plano de educação ruralista, destinado a exercer acentuada influência nas condições de vida do nosso interior, por meio de Colônias-Escolas, como centros de readaptação da população rural dispersa e desajustada ao trabalho e à vida social. Tais centros, portanto, se localizariam, de preferência, nas vizinhanças das novas metrópoles a construir. Ocorre aludir também à abertura imediata dos grandes eixos do sistema rodoviário brasileiro, o principal dos quais, a rodovia Santana do Livramento-Belém — a "Transbrasiliana", sugerida pela Comissão Censitária Nacional — acaba de ser incluído no Plano Rodoviário Nacional Para não descer a pontos de menor importância nem tornar demasiado longa a enumeração, só referirei mais três das nossas sugestões. Uma diz respeito à instituição de alguns grandes sistemas de cooperação intergovernativa, — semelhantes ao que é o nosso próprio Instituto, — destinados a enfrentar, com intensidade e eficiência satisfatórias, sem desperdício de energias ou recursos, os principais objetivos de administração que são comuns às três esferas de govêrno. Teriam êles por objeto, assim, a unificação dos serviços e a conjugação dos esforços e meios de ação em tudo que dissesse respeito à educação, à saúde, ao fomento econômico, à rodoviação e à arrecadação fiscal. Aliás, um sistema dêsse gênero, referente ao ensino primário, já foi esboçado pelo Ministro GUSTAVO CAPANEMA quando realizou recentemente um Convênio entre a União e os Estados, visando aquele objetivo. O segundo focaliza a conveniência da criação do Departamento do Govêrno.

— Que finalidade teria êsse Departamento?

— Subordinado diretamente ao Presidente da República, planificaria a ação governamental, unificando-a pela necessária articulação entre os objetivos distribuídos aos diferentes Ministérios Estes, porém, possìvelmente em número de doze, para se diferenciarem de maneira mais racional, e assim, com programas mais homogêneos, atenderem, três a três, aos quatro grandes setores da ação governamental. Êsses setores, aliás, distinguem-se intuitivamente, segundo as modalidades fundamentais em que se exerce o Poder Público. Isto é: no que se refere à soberania da Nação (Fazenda, Ordem Política, Relações Exteriores); no que se prende à segurança nacional (Defesa Terrestre, Defesa Naval, Defesa Aérea); no que toca à assistência social (Saúde, Educação, Trabalho); no que diz respeito, finalmente, à organização econômica (Produção, Transportes e Comunicações, Comércio). Com relação aos Ministérios afins de cada um dêsses grupos, e também quanto à ação conjunta dos grandes setores que êsses grupos representam, caberia ao Departamento do Govêrno, no que se referisse ao estabelecimento e execução de planos gerais, função análoga à dos dois aparelhos que o Presidente VARGAS já criou com indiscutível êxito: o DASP, para unificar a gestão administrativa, e o I B G E., constituindo a bem dizer, graças à unidade de ação que o caracteriza, o *sensorium* do Govêrno e da Administração

— E o último item a que prometeu aludir, qual é?

— Êle já foi abordado na Resolução do Conselho de Estatística pela qual o Instituto, em cumprimento de ordem recebida, formulou sugestões sôbre a Lei de Amparo à Família Tratando-se de um problema complexo e de execução que reclamaria tato, prudência e objetividade, o Conselho sugeriu o respectivo esquema, baseado em um amplo sistema de seguro social, e lembrou que fôsse êle, em adequada variante, utilizado primeiramente numa grande reforma da classe do funcionalismo federal. Aí, com efeito, se colheria a experiência necessária, preparando-se ao mesmo tempo, nas melhores condições possíveis, o próprio instrumento para instaurar-se, aos poucos, uma ordem social renovada, na qual a família viesse a ter a mais completa proteção desejável.

— Poderia dizer-nos se êsse esquema obteve algum pronunciamento favorável?

— Obteve o mais autorizado pronunciamento que poderíamos esperar. Exprime-o a Bênção Apostólica que o Papa reinante enviou ao Instituto, ao agradecer a Mensagem em que fôra comunicado a Sua Santidade o texto daquela Resolução. Talvez pareça que êsse gesto tenha resultado apenas de uma atitude de natural deferência para com um esfôrço bem intencionado de melhoria social. Mas se fôsse apenas isso, e não o honroso testemunho que realmente foi, não nos teria o Secretário de Estado do Vaticano, o Cardeal MAGLIONI, comunicado, em nome de Sua Santidade, que a nossa iniciativa justificava "as mais arroiadas esperanças".

— Poderia recordar os pontos fundamentais dêsse esquema?

— Pois não. São estes: diferenciação das cinco ou seis categorias ou graus fundamentais de responsabilidade funcional, independentemente da modalidade profissional; fixação dos correspondentes níveis de remuneração numa escala objetiva, justa e reajustada periòdicamente ao custo real da vida; estabelecimento do sistema de remuneração correlatamente a essa escala, de modo a

fixar-se, de um lado, o estipêndio individual adequado à capacidade do empregado, e, do outro — em apropriada dependência dêsse estipêndio — a majoração periódica em função do tempo de efetivo exercício e do merecimento. Isto, além do abono de família, e do mês suplementar, completando-se o sistema pela fixação, em escalonamento proporcional aos níveis fundamentais, das "gratificações de função" correspondentes aos diferentes graus de qualidade ou responsabilidade dos encargos que o empregado pudesse assumir eventualmente, em conseqüência de aptidões específicas ou de investidura de chefias Estas, porém, só atribuíveis pelo critério da confiança pessoal do chefe imediato. Como vê, é muito simples. Mas êsse pouco, essa coisa tão simples, terá uma repercussão social inavaliável, graças ao natural enriquecimento da idéia na prática, e aos seus salutares e imediatos efeitos sociais, morais e econômicos, conforme o compreendeu, e o afirmou, o alto e insuspeito testemunho a que aludí.

"Não esmorecer, para não desmerecer"

— Com efeito. Estas suas últimas palavras confirmam a impressão de que o I.B.G.E. cultiva, propaga e realiza um fecundo pensamento de govêrno. Mas, para concluir: tem confiança no futuro da instituição?

— Creio que o nosso Instituto não decepcionará nunca os que confiaram nos princípios inspiradores da sua criação. A nova geração dos estatísticos e geógrafos brasileiros vai atuar em condições de organização e de estímulo que não tivemos nós outros, os da minha geração, que estamos encerrando agora a nossa vida pública. Se nós, nas incertezas embora de uma prolongada campanha, soubemos manter o nosso entusiasmo e a nossa confiança, conseguindo lançar estes sólidos fundamentos em que repousam hoje os serviços brasileiros de geografia e estatística, mais e melhor poderão fazer os nossos sucessores. O vulto das dificuldades que tivemos de enfrentar, encontrando quase sempre fatores negativos, sòmente para alguns, que amavam a luta, era um estímulo. Para os outros, menos otimistas, era motivo de desânimo. Agora não. As dificuldades, já em parte vencidas, oferecem a perspectiva de uma emprêsa estimulante. E as condições favoráveis do ambiente que criamos, a antevisão das vitórias próximas e a grandeza dos objetivos que hoje todos contemplamos já bem perto, a cada um e a todos propiciam poderosos encorajamentos. Além disso, os obreiros das nossas searas, cêrca de seis mil que já somos, têm hoje um espírito de corpo, alimentam ideais coletivos e compreendem bem o extraordinário alcance das suas responsabilidades. Grandes valores intelectuais e morais hão de surgir forçosamente entre os recém-chegados. Inteligências ágeis e cultas aparecerão, por certo, compreendendo bem as exigências da hora trepidante que estamos vivendo. E estes não permitirão que pereça a nossa obra. Porque a chama do seu entusiasmo não se extinguirá Mas, se a palavra de um companheiro envelhecido nessa longa labuta que já dura mais de um têrço de século, pudesse formular um conselho aos jovens lutadores que estão agora ingressando na arena, eu lhes repetiria o concitamento sugestivo de OSVALDO CRUZ: "Não esmorecer, para não desmerecer" Não esmorecer nunca, nem no estudo nem na dedicação Não esmorecer na paciência, na tenacidade, na transigência bem entendida e na compreensão mútua. Não esmorecer no espírito de solidariedade e na preocupação constante pela unidade e pela grandeza da Pátria O Presidente VARGAS soube compreender o nobre ideal que nos deu, a nós, nossa oportunidade. Assim, por seguro, acontecerá também aos seus sucessores, que não permitirão nunca mais o retrocesso do Brasil à dolorosa situação de que o tirou a criação do Instituto. Tenho confiança nos que virão depois de nós Realizarão obra magnífica. De nós outros, que já nos vamos afastando, envelhecidos e cansados, da linha de combate, só queremos que se diga mais tarde, sem favor, que cumprimos o nosso dever Isto nos basta

A geografia e a estatística no mundo de após-guerra

— Não lhe parece, porém, que a própria evolução dos serviços levará forçosamente o Govêrno a exigir cada vez mais da colaboração do Instituto? E, por conseguinte, a ampará-lo carinhosamente?

— Fêz bem em aludir a êsse ponto, para encerrar nossa palestra. Assim há de ser, eu o espero. Porque assim é preciso A fase da história que estamos vivendo oferece-nos uma lição tremendamente severa O maior eclipse da cultura cristã, em um desmoronar catastrófico do patrimônio da civilização e dos seus mais preciosos valores, exibe-nos um quadro mundial de "belo horrível", quando contemplamos os prodígios de ciência, de técnica, de previsão e organização, postos em obra para preparar, manter e dirigir as massas que combatem, que produzem e que servem, no maior sacrifício coletivo jamais visto, e segundo planos de uma precisão jamais conseguida.

Horror e beleza! Horror, — ante o ódio, a destruição e os ferozes egoísmos nacionais que dominam a hora mundial que vivemos. Beleza, — nas conquistas da inteligência, na perfeição da técnica, na solidariedade perfeita ante os mais duros sacrifícios. Tudo isso utilizado por ambas as mentalidades que se chocam, movendo massas imensas, de centenas de milhões de homens, fatalmente encadeados ao doloroso destino que lhes foi traçado em sangue e fogo. As energias magníficas que não souberam organizar-se na paz para os fins do aperfeiçoamento da comunidade internacional, convergiram, em feixe de um poder inultrapassável, não para conquistar a felicidade universal que assim lhes estaria ao alcance, mas para organizar a agressão, de

um lado, e para resistir à agressão, do outro E num e ncutro caso, essas energias — que deviam ser criadoras e são de destruição — articularam-se, organizaram-se, distribuiram-se, orientaram os seus golpes, previram-lhes os efeitos, utilizando a geografia e a estatística Que dolorosa ironia dos fados humanos, meu amigo! Tudo, porém, tem o seu reverso A lição não podia ser mais cruel Mas a humanidade vai sair desta guerra sabendo de que cousas maravilhosas ela é capaz, se quiser deveras — se quiser pela fôrça de todos os corações — conseguir sua felicidade, utilizando aqueles mesmos recursos que, no presente conflito, primeiro ameaçaram de sossôbro a civilização, e já agora prenunciam a sua vitória Porque com igual intensidade, inteligência e ritmo, à organização do ataque se opôs a organização da defesa, também esta apoiada, como o foi aquela, nos conhecimentos e na técnica da geografia e da estatística

Isto adverte-nos da importância capital que vai ter, no após-guerra, tudo quanto houvermos conseguido fazer em prol do desenvolvimento dos nossos serviços geográficos e estatísticos Que o Brasil não se esqueça desta verdade, pois, sem sombra de dúvida, os seus destinos históricos dependerão muito — dependerão sobretudo — da têmpera e do vigor do caráter nacional, mas também da compreensão, sabedoria e oportunidade das advertências e sugestões que lhe apresentarem a estatística e a geografia.

Conclusão Estava finda a entrevista Ela nos dera agradável oportunidade de ouvir e transmitir aos nossos leitores uma impressão geral do que se fêz no Brasil, durante trinta e cinco anos, em matéria de estatística e geografia, como serviços técnico-administrativos Uma cousa parece ressaltar do diálogo que reconstituimos com a maior fidelidade possível O Brasil tem no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob a esclarecida direção do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, uma verdadeira realização de cultura Realização, porém, que se caracteriza pela sua feição original, genuinamente brasileira

O ESPERANTO NO BRASIL

FREITAS, Mario Augusto Teixeira de. O esperanto no Brasil. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.6, n.22, abr./jun., 1945. p.197-207.

M A TEIXEIRA DE FREITAS
(Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

O ESPERANTO NO BRASIL

SUMÁRIO — Breve resenha histórica — O início do movimento esperantista no Brasil — Congressos Brasileiros de Esperanto — Pronunciamentos de Congressos não esperantistas — O Esperanto nos Correios e Telégrafos — Filatelia e Esperanto — Estatística e Esperanto — Resumos em Esperanto — Turismo e Esperanto Propaganda no Brasil — O Esperanto nas Escolas — Ruas com os nomes "Esperanto" e "Zamenhof" — Rádio e Esperanto — A Federação Espírita Brasileira e o Esperanto — O Esperanto e o Catolicismo — Conclusão

O ESPERANTO foi criado em 1887 pelo sábio médico polonês LÁZARO LUDOVICO ZAMENHOF com o fim de tornar-se uma língua auxiliar internacional, isto é, uma língua segunda que cada nação estudaria ao lado de seu idioma nacional Dr ZAMENHOF sòmente procurou criar uma língua artificial depois que se convenceu de que nenhuma das línguas vivas ou mortas poderia preencher o papel de língua internacional Efetivamente, tão alto e valioso privilégio seria para uma Nação o uso mundial do seu próprio idioma, que na prática se tornaria impossível viesse a estabelecê-lo, como de mistér, a livre determinação de todos os povos Por êsse motivo, nem o francês, a língua da diplomacia, nem o inglês, a língua do comércio e da marinha, nem o espanhol, já falado em muitas nações, conseguiriam alcançar êsse desiderato Além disso, tôdas as línguas nacionais são complicadas e de difícil aprendizagem. Difícil também é o latim, língua morta, que não pôde manter o papel de língua científica da Europa, por êle desempenhado durante algum tempo Ao grego nem vale a pena aludir

O Esperanto, sendo neutro, não fere nenhuma susceptibilidade nacional e, participando dos principais idiomas, é simples, fácil e lógico. Uma pessoa de mediana cultura conhece de início 75 % do seu vocabulário

O Esperanto tem recebido desde o comêço a aprovação de grande número de conhecidos filólogos, literatos e cientistas de tôdas as partes do mundo TOLSTOI, o famoso escritor russo disse "Os sacrifícios que fará todo homem do nosso mundo europeu, consagrando algum tempo ao estudo do Esperanto, são tão pequenos, e os resultados que podem advir são por tal forma grandes, que ninguém pode recusar-se a fazer essa experiência". ANTOINE MEILLET, do colégio de França, lingüista de renome universal, assim se exprimiu: "A possibilidade de instituir uma língua artificial fácil de aprender e o fato de que tal língua é utilizável estão demonstrados na prática. Tôda discussão teórica é vã: o Esperanto funcionou." FORTUNATO DUARTE, o grande latinista brasileiro, apelidou-o de filho póstumo do latim

Foi em 1905 que se realizou, em Boulogne-sur-Mer, o 1 º Congresso Universal de Esperanto, no qual se evidenciou que êsse idioma se presta admiràvelmente para a conversação Por essa ocasião foi o Dr ZAMENHOF condecorado com a Legião de Honra pelo Govêrno Francês e com a comenda de ISABEL a Católica pelo Rei de Espanha.

Além dêsse congresso, reuniram-se mais 30 em diversas cidades da Europa e em duas da América, aos quais compareceram milhares de esperantistas de mais de 40 países

Em quase todos êsses congressos os Governos do Brasil e de grande número de outros países se fizeram representar oficialmente No de Washington, o Prof. J. B DE MELO E SOUSA, representante do Govêrno Brasileiro, recebeu o primeiro prêmio em um concurso de poesias sôbre a fraternidade universal Foi então cantada em Esperanto a poesia de GONÇALVES DIAS *Canção do Exilio*, musicada pelo maestro brasileiro QUERINO DE OLIVEIRA

O Dr JOÃO CARLOS MUNIZ, que representou o Brasil no Congresso de Oxford, assim se exprimiu em entrevista concedida a um jornal dessa cidade· "Fiquei, assim, inteiramente surpreendido quando pela primeira vez ouvi discursos em Esperanto e verifiquei que povos de muitas raças diferentes podiam usá-lo como eficiente meio de comunicação"

O Esperanto tem sido usado pràticamente em muitos países É assim que quase tôdas as feiras de amostras e exposições internacionais, como as de Antuérpia, Basiléia, Budapest, Graz, Helsingfors, Leipzig, Lião, Marselha, Mulhouse, Paris, Pádua, Praga, Reichenberg, Rio de Janeiro, Viena e outras cidades, se utilizaram do Esperanto Na Feira de Paris, realizada em 1935, o Esperanto foi a língua mais empregada na correspondência, depois do francês

O Esperanto já tem sido usado como língua oficial em congressos internacionais. Como exemplo citaremos o 34º Congresso Eucarístico Mundial, realizado em maio de 1938 na cidade de Budapeste, na Hungria

A respeito da literatura esperantista, vamos reproduzir alguns trechos de um prospecto de propaganda, largamente distribuído pela Liga Esperantista Brasileira. "Antes da guerra atual publicavam-se cêrca de cem revistas em Esperanto, das quais algumas científicas ou técnicas, como a *Internacia Medicina Revuo* (Revista Médica Internacional), a *Internacia Pedagogia Revuo* (Revista Pedagógica Internacional), a *Scienca Gazeto* (Gazeta Científica), a *Politika Sociala Revuo* (Revista Política e Social); outras destinam-se ao público internacional esperantista, assim o *Heroldo de Esperanto* (O Arauto de Esperanto), *Literatura Mondo* (*Mundo Literário*), *La Praktiko* (Prática); e várias outras, enfim, como órgãos das sociedades nacionais esperantistas para propaganda dentro de cada país

A literatura em Esperanto conta cêrca de dez milhares de volumes Muitos dos livros mais famosos, quer antigos, como a *Bíblia*, a *Odisséia* e a *Eneida*, quer de escritores modernos, como ARISHIMA, IVAN KARINTHY, LAGERLÖF, LONDON, PAPINI, REMARQUE, WELLS, ZWEIG, estão traduzidos em Esperanto, em que também se pode ler *A Divina Comédia*, de DANTE, *Hamleto, A Tragédia do Rei Lear, Macbeth, O Sonho de uma Noite de Verão*, de SHAKESPEARE, *Para a Paz Eterna*, de KANT; o *Fausto*, de GOETHE, *Os Bandidos* e *Guilherme Tell*, de SCHILLER, *Salomé*, de WILDE; *Mazepa*, de SLOWACKY; *Paulo e Virginia*, de BERNARDIN DE SAINT PIERRE; *Quo vadis*, de SIENKIEWICZ, e muitas outras obras da literatura de todos os povos, ao lado igualmente de originais em verso e prosa. Assim *Preter la vivo* (Além da Vida), poemas de JÚLIO BAGHY, e *Jarmiloj pasas* (Milênios passam), magnífica síntese da história universal, de HERMANN HAEFKER, em dois volumes. Diversas antologias, tôdas em grosso volume, já conta a Biblioteca Esperantista, com a mais fina literatura dos mais diferentes povos."

Além dos livros acima citados, devemos mencionar os seguintes, editados no Rio de Janeiro. *Bhagavad-Gîtâ, tio estas, Sublima Kanto pri la Senmorteco* (Bhagavad-Gîtâ, isto é, Sublime Canto sôbre a Imortalidade), traduzido do original sânscrito; *Diverskolora Bukedeto* (Ramalhete de diversas côres), contendo poemas traduzidos de 40 línguas; *La Vidvineto* (A Viuvinha), de JOSÉ DE ALENCAR, e *Amo per Proverboj* (Amor por Anexins), de ARTUR AZEVEDO.

A utilidade do Esperanto para o turismo é incontestável Já existem, escritos na língua auxiliar, guias de grande número de localidades, inclusive do Rio de Janeiro, alguns dos quais com belíssimas ilustrações. O 1º Congresso Internacional de Turismo, reunido em Budapest, em 1932, recomendou o emprêgo do Esperanto nas propagandas turísticas.

O início do movimento esperantista no Brasil A propaganda da língua internacional Esperanto no Brasil começou pràticamente em 1906 com a fundação de grupos esperantistas em Campinas, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Pôrto Alegre. Em 1907 realizou-se no Rio de Janeiro o 1.º Congresso Brasileiro de Esperanto, sendo então fundada a Liga Esperantista Brasileira, que em 21 de outubro de 1921 foi considerada "sociedade de utilidade pública" e, a partir do ano seguinte, tem recebido uma pequena subvenção do Govêrno Federal A Liga tem por fim dirigir a propaganda geral do Esperanto no Brasil, fazer propaganda do Brasil no estrangeiro por meio do Esperanto, coligar e auxiliar os grupos esperantistas que lhe forem filiados, etc

Todos os membros da Liga são filiados à *Internacia Esperanto-Ligo* (Liga Internacional Esperantista), com sede em Londres. Atualmente existem 13 grupos filiados à Liga, com sede no Rio de Janeiro e nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Desde o início da propaganda do Esperanto no Brasil fundaram-se mais de cem grupos, muitos dos quais, porém, duraram apenas alguns meses.

Editam-se atualmente no Brasil dois boletins de propaganda do Esperanto, a saber: *O Brasil Esperantista,* órgão da Liga Esperantista Brasileira, e *Pernambuco Esperantista,* órgão da Associação Esperantista Pernambucana, com sede em Recife.

Congressos Brasileiros de Esperanto Ao 1.º Congresso Brasileiro de Esperanto, realizado no Rio de Janeiro sob a presidência de Honra do Dr. Tavares de Lira, então Ministro do Interior, seguiram-se mais oito que se reuniram, respectivamente, em São Paulo, Petrópolis, Juiz de Fora, Rio de Janeiro (três vêzes), Vitória e Rio de Janeiro novamente. Em todos êsses congressos contaram os esperantistas com o apoio do Govêrno Federal, representado pela franquia telegráfica, carros especiais e passagens gratuitas ou com abatimento na Estrada de Ferro Central do Brasil, passagens com abatimento nos vapores do Lóide Brasileiro, carimbos especiais para inutilização de selos postais. E a todos êles compareceram representantes de autoridades federais, estaduais e municipais. Além disso, Ministros de Estado e o prefeito do Distrito Federal figuraram nas Comissões de Honra.

O 9.º Congresso teve o alto patrocínio do Dr. Getúlio Vargas e suas sessões realizaram-se nos salões de conferências e da biblioteca do Itamarati, espontâneamente cedidas pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares, então Ministro das Relações Exteriores, que presidiu a sessão solene de encerramento dêsse certame e autorizou a impressão na Imprensa Nacional de um guia do Rio de Janeiro em Esperanto. O Dr. Marques dos Reis, Ministro da Viação e Obras Públicas, autorizou a emissão de um sêlo comemorativo do Congresso, com dizeres em Esperanto. A Câmara de Deputados Federais e a Câmara de Deputados do Rio Grande do Norte enviaram ao Congresso telegramas de felicitações. Os esperantistas que participaram do 8.º Congresso foram hospedados pelo Govêrno do Estado do Espírito Santo.

A Liga Esperantista Brasileira já começou a propaganda do 10.º Congresso Brasileiro de Esperanto, cuja Comissão Organizadora está assim constituída: Presidente — Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares; vice-presidentes — Prof. Lourenço Filho, D. Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça e Dr. Carlos Domingues; secretário-geral — Sr. Ismael Gomes Braga; secretários — Dr. Mário Ritter Nunes, Senhoritas Maria Amaral Malheiro e Maria da Luz Costa; tesoureiro — Sr. Délio Pereira de Sousa; e tesoureiro-auxiliar — Senhorita Irani Baggi de Araújo.

Pronunciamentos de Congressos não esperantistas Aprovaram moções de simpatia pelo Esperanto ou recomendaram seu uso em congressos internacionais ou em publicações de caráter internacional, ou, finalmente, aconselharam sua inclusão nos programas do ensino secundário os seguintes congressos e convenções, realizados no Brasil: 4 º Congresso de Medicina Latino-Americano, 4 º, 5 º, 6 º, 8.º e 9 º Congressos Brasileiros de Geografia, 1 º Congresso das Associações Comerciais do Brasil, 2 º Congresso Americano de Expansão Econômica e Instrução Comercial, 1.º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2 ª Conferência Nacional de Educação, 1.º e 2 º Congressos Brasileiros de Filatelia, 1.º Congresso das Academias de Letras e Sociedades de Cultura Literária, 1 º Congresso Brasileiro de Escotismo, 1 º Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas, 1 º Congresso Brasileiro de Teosofia, 2.º Congresso Brasileiro de Jornalistas Católicos e 2 º Congresso das Academias de Letras do Brasil.

A 2.ª Convenção de Engenheiros, reunida em São Paulo em 1940, resolveu que se iniciasse a organização de uma terminologia técnica uniforme para todo o país e que dos têrmos técnicos incluídos se desse a tradução em Esperanto Êsse trabalho já foi iniciado

O Esperanto nos Correios e Telégrafos O Brasil foi o primeiro país a incluir o Esperanto entre as línguas admitidas como linguagem clara para os telegramas interiores. Essa resolução foi tomada em novembro de 1906 pelo Dr LAURO MÜLLER, então Ministro da Viação, por solicitação do deputado MEDEIROS E ALBUQUERQUE, presidente do *Brazila Klubo Esperanto*. Sòmente em 1923, em virtude de recomendação da Liga das Nações, a União Telegráfica Universal considerou o Esperanto como linguagem clara no uso telegráfico internacional.

Grande propaganda do Brasil fizeram as duas edições de cartões-postais ilustrados com vistas do Rio de Janeiro e dos Estados e dizeres em português e Esperanto A Liga Esperantista Brasileira organizou, com as notícias e títulos das gazetas e revistas, nacionais e estrangeiras, que a êles se referiram, um quadro com três metros de largura por dois de altura, o qual foi oferecido à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal. Foi também editada uma carta-bilhete com ilustrações e dizeres em seis línguas, inclusive o Esperanto.

Além do sêlo emitido por ocasião do 9.º Congresso Brasileiro de Esperanto, o Sr. Ministro da Viação autorizou a emissão de dois selos de propaganda das 8.ª e 9.ª Feiras Internacionais de Amostras do Rio de Janeiro e outro em homenagem ao Jubileu de Ouro do Esperanto, por ocasião do 29.º Congresso de Esperanto, realizado em 1937 na cidade de Varsóvia. Pelo grande apoio dado à causa esperantista receberam o Sr. Ministro e seu secretário-geral várias cartas de congratulações, as quais foram por êles respondidas em Esperanto A respeito da emissão do último sêlo assim se exprimiu a gazeta semanal *Heroldo de Esperanto,* órgão oficial da Liga Internacional Esperantista, com sede em Londres: "O que, porém, nos alvoroça de modo particular é o novo reconhecimento do govêrno brasileiro com a emissão dum sêlo postal especial para comemorar o Jubileu de Ouro do Esperanto. Tem a significação duma vitória oficial, da qual podemos com direito orgulhar-nos".

Na agência postal da Avenida Rio Branco funciona uma máquina para franquia de cartas com as palavras *Rio de Janeiro-Turisma Urbo.* Nas capas dos livros editados pelo Sr. ISMAEL GOMES BRAGA figuram fotografias dos dois últimos selos

Em 9 de abril de 1930, graças a gentileza da Companhia Rádio-telegráfica Brasileira, o presidente da Liga Esperantista Brasileira conversou em Esperanto com o diretor da gazeta esperantista *La Movado* (O Movimento), em París. Foi a primeira vez que duas pessoas conversaram pelo telégrafo sem fio usando a língua auxiliar.

Filatelia e Esperanto O 1.º Congresso Brasileiro de Filatelia, realizado em 1934, aprovou uma moção recomendando o emprêgo do Esperanto pelos filatelistas. Moção igual foi aprovada pelo 2º Congresso realizado em 1938, por ocasião da Exposição Filatélica "BRAPEX", que teve êxito extraordinário A Liga Esperantista organizou um "stand" de propaganda com inúmeros prospectos, gazetas, revistas, selos e livros em Esperanto. A Comissão Organizadora da Exposição publicou também em Esperanto o Regulamento e seus boletins de propaganda A agência do correio instalada na exposição usou um carimbo em duas côres com dizeres em Esperanto

Carimbos especiais com texto em Esperanto foram utilizados durante as Feiras Internacionais de Amostras do Rio de Janeiro, por ocasião do 9.º Congresso Brasileiro de Esperanto, das Exposições Filatélicas realizadas em Belo Horizonte e da 2.ª Conferência Sul-Americana de Rádio-Comunicações, realizada em 1937.

A aproximação entre o Esperanto e a Filatelia tem dado ótimos resultados, pois grande número de filatelistas estudou-o e muitos esperantistas tornaram-se colecionadores de selos.

Estatística e Esperanto Em setembro de 1908, a Diretoria Geral de Estatística, então dirigida pelo Dr. BULHÕES CARVALHO, editou o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional com os títulos em português, francês e Esperanto e uma brochura especial com o prefácio sòmente em Esperanto Mais tarde, em Julho de 1938, por ocasião da sessão solene de instalação da Assembléia Geral dos Conselhos Nacionais que constituem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, seu presidente, assim se exprimiu: "A par disso, da síntese estatística que figura na sinopse do Distrito Federal, em que se comparam os respectivos dados com os do país no seu conjunto, fêz-se, vertido para o Esperanto, um opúsculo de vulgarização mundial da estatística brasileira, — medida essa que retomou a feliz lembrança de MEDEIROS E ALBUQUERQUE, aceita pela antiga Diretoria Geral de Estatística na organização do Boletim Comemorativo da Exposição de 1908, de utilizar-se o belo idioma auxiliar, que a humanidade deve ao gênio de ZAMENHOF, nas publicações nossas que precisam ter uma larga repercussão no estrangeiro" Foi então aprovada uma resolução mandando adotar o Esperanto como língua auxiliar, nas atividades e publicações do Instituto.

Graças à iniciativa do secretário-geral do Instituto que, quando dirigia o Departamento de Estatística de Minas Gerais, usava o Esperanto em sua correspondência com o Exterior, foi publicada sòmente neste idioma a Sinopse Estatística referente ao ano de 1937, à qual se seguiu a referente ao ano de 1938. Ambas tiveram larga repercussão, principalmente no estrangeiro.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, reunida em 1939, mandou incluir o estudo do Esperanto, como matéria obrigatória, no programa do curso anual (de aperfeiçoamento) de Estatística oferecido aos estagiários dos sistemas regionais presididos por aquêle colégio.

Em virtude dessa resolução realizou-se durante os meses de julho e agôsto de 1941 o primeiro Curso de Aperfeiçoamento, em cujo programa figurava como matéria obrigatória a língua auxiliar Esperanto. Nesse curso inscreveram-se 55 alunos, dos quais 23 eram estagiários dos serviços de estatística dos Estados, e os restantes, funcionários de repartições similares da Capital da República. Dos diplomas conferidos aos alunos aprovados nos exames constam

as notas relativas ao Esperanto Devido às dificuldades de transporte em conseqüência da guerra mundial não se realizaram os cursos que deviam ter lugar em 1942 e 1943

O I B G E também publicou, sòmente em Esperanto, a belíssima brochura sôbre Salvador, capital do Estado da Bahia, editada, primitivamente, em português pela Municipalidade daquela cidade. A brochura, editada em papel de luxo, contém 56 páginas e 88 ilustrações sob uma capa artística com interessante desenho alegórico, simbolizando a tradição e o progresso. Essa edição foi uma contribuição do Brasil ao 2º Congresso Interamericano de Municipalidades, realizado em setembro de 1941, em Santiago do Chile. Seu preparo foi confiado ao Serviço Gráfico do Instituto

O presidente do Instituto em seu relatório de 1941 apresentado ao Sr. Presidente da República declara que, com o objetivo de vulgarização mundial de algumas informações essenciais sôbre a vida brasileira, o Instituto editará um trabalho especial sôbre a História e a Geografia do Brasil.

Resumos em Esperanto A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro vem publicando, a partir de 1933, resumos em Esperanto de todos os artigos de seu órgão oficial Em virtude de resolução do Conselho Nacional de Geografia, cujo Secretário-Geral é o Dr. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, todos os números do órgão oficial do mesmo Conselho — *Revista Brasileira de Geografia* — também divulgam resumos, em Esperanto, dos principais artigos

Turismo e Esperanto. Propaganda do Brasil A mais antiga utilização do Esperanto como meio de propaganda do Brasil no estrangeiro foi a publicação duma brochura intitulada *Brazilio* pela importante casa editôra Hachette & Cia, de Paris, contendo a conferência realizada em 1907 na Sociedade de Geografia desta cidade pelo professor EVERARDO BACKHEUSER

Como já se disse, em 1908 a Diretoria Geral de Estatística editou o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional com os títulos em português, francês e Esperanto e, à parte, o prefácio neste idioma Em 1912 o *Brazila Esperantisto* publicou em Esperanto todo o Regulamento da Defesa da Borracha no Brasil

A Comissão Organizadora da Exposição Nacional Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil publicou em 1922 uma brochura ilustrada de propaganda em Esperanto e financiou um número especial da gazeta semanal *Esperanto Triumfonta,* redigida sòmente em Esperanto, exclusivamente de propaganda do Brasil Nessa ocasião o *Brazila Klubo Esperanto* recebeu uma medalha de ouro pela sua exposição de coisas de propaganda da língua auxiliar.

O 3.º Congresso Sul-Americano de Turismo, reunido no Rio de Janeiro em 1930, aprovou unânimemente uma moção recomendando a publicação em Esperanto dos guias e fôlhas-volantes a serem distribuídos nos países fora da América Latina e o ensino dessa língua nas escolas públicas de todos os países pertencentes à Federação Sul-Americana de Turismo. Em virtude dessa recomendação, o Touring Club do Brasil publicou em 1933 um guia ilustrado sôbre o Rio de Janeiro com algumas páginas em Esperanto Nesse mesmo ano o Departamento dos Correios e Telégrafos editou duas séries de cartões-postais ilustrados com dizeres em português e Esperanto e a 7.ª Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro editou em Esperanto um belíssimo prospecto de propaganda com 32 ilustrações. Edições semelhantes foram feitas por ocasião das 8.ª, 9.ª e 10ª Feiras de Amostras, as quais tiveram vasta divulgação, graças à Liga Esperantista Brasileira, por intermédio dos delegados da Associação Internacional Espe-

rantista, à qual aquela é filiada Foram também editados catálogos das 9.ª, 10.ª e 12ª Feiras com dizeres também em Esperanto, além de cartazes especiais redigidos na língua auxiliar, de propaganda das 8.ª e 10.ª Feiras, e carimbos especiais para inutilização dos selos com dizeres em Esperanto emitidos pelos Correios.

A Liga Esperantista organizou um 'stand" de Esperanto na "Mostra de Turismo" realizado pela Prefeitura do Distrito Federal e durante a 8.ª Feira de Amostras.

Desde 1935 a Liga Esperantista manteve representantes, designados pelo Prefeito do Distrito Federal, nos Conselhos Consultivos de Turismo e das Feiras de Amostras Por ocasião da 36ª reunião do Conselho Consultivo da Feira, o Dr LOURIVAL FONTES, Diretor Geral de Turismo, declarou que "desejava chamar a atenção de todos os que fazem propaganda do Brasil, quer com fins turísticos, quer sob outros aspectos, para que nunca se esqueçam de o fazer em Esperanto, salientando que recebe diàriamente mais de 15 cartas e cartões redigidos nesse idioma"

Na nova edição do livro de turismo *O Rio Maravilhoso* foi incluído o Esperanto ao lado de cinco línguas nacionais Durante dois anos, às terças-feiras, a Hora do Brasil irradiou 15 minutos em Esperanto.

A Liga Esperantista enumerou em avulso especial todos os prospectos, guias e brochuras de propaganda do Brasil. *O Brasil Esperantista,* órgão oficial da Liga, tem feito propaganda de produtos brasileiros, entre os quais citaremos a borracha, o babaçu, a oiticica e a carnaúba

Na parte referente à Estatística, tratamos de outros fatos relacionados com o turismo e a propaganda do Brasil

O Esperanto nas Escolas Desde o início da propaganda do Esperanto no Brasil, foi tratado com muito carinho o ensino dêsse idioma nas escolas públicas e particulares O primeiro curso inaugurado no Rio de Janeiro verificou-se em 1906 na Associação dos Empregados do Comércio, onde em anos seguintes se realizaram dezenas de outros cursos. O primeiro curso em estabelecimento público realizou-se no Ginásio Nacional. Além dêsses, inúmeros cursos em escolas públicas e particulares tiveram lugar no Rio de Janeiro e nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Em 1910 funcionaram no Rio de Janeiro cursos de Esperanto no Pedagogium, na Escola Normal e em mais de 20 Escolas-modelos, tendo sido o curso na Escola José de Alencar inaugurado pelo Prof FRANCISCO CABRITA, então Diretor da Instrução Pública.

As Leis ns. 1 162, de 1913; 759, de 1918; e 2 083, de 1919, autorizaram o ensino do Esperanto, em caráter facultativo, em escolas públicas, respectivamente nos Estados do Rio de Janeiro e de Sergipe e no Distrito Federal. O maior sucesso do Esperanto nas escolas públicas do Rio de Janeiro foi atingido em 1918, sendo Diretor da Instrução Pública o Dr. MANOEL CÍCERO PEREGRINO DA SILVA, quando funcionaram cursos em grande número de escolas dirigidas em sua grande maioria por professôres municipais e freqüentados por mais de 600 alunos de ambos os sexos. Êsses cursos eram realizados logo depois do encerramento das aulas. A adoção dos dois turnos nas escolas veio dificultar o ensino do idioma auxiliar. Entretanto, durante alguns anos ainda funcionaram cursos em algumas escolas cujas diretoras tinham grande simpatia pelo Esperanto.

Durante os anos de 1925 a 1928, o Esperanto figurou como matéria obrigatória, no programa da escola comercial mantida pela Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro Com a reforma do ensino comercial perdeu o ensino do Esperanto o caráter de obrigatoriedade

Em 1932 funcionaram cursos de Esperanto no Externato e no Internato do Colégio Pedro II, no Instituto de Educação e na Escola Rodrigues Alves

Em agôsto de 1937 o órgão oficial da Liga Internacional Esperantista, com sede em Londres, publicou uma estatística, sôbre o Esperanto na escola, contendo informações de 67 países, em 40 dos quais funcionaram cursos da língua auxiliar em escolas públicas e particulares no período de 1 de outubro de 1927 a 31 de dezembro de 1937 Nessa estatística ocupa o Brasil o 2º lugar com 116 escolas em que o Esperanto foi ensinado Figura em 1º lugar a Alemanha, com 407 escolas, vindo depois do Brasil os seguintes países Rússia, com 97, Polônia, com 70; Checoslováquia, com 56, Austria, com 49, Inglaterra, com 48, etc

Em 1929 o Dr FERNANDO DE AZEVEDO, diretor-geral da Instrução Pública Municipal, por proposta do Prof JÔNATAS SERRANO diretor técnico, mandou incluir o Esperanto entre as línguas a serem usadas no serviço de correspondência com o Exterior criado pelo Intercâmbio Escolar Só a Escola Rodrigues Alves recebeu de janeiro de 1931 a abril de 1932, além de jornais estrangeiros e desenhos de alunos, 141 cartas e cartões-postais redigidos em Esperanto Com a mudança da direção da Instrução Pública, foi suprimido êste serviço, que já estava produzindo excelentes resultados

Experiências oficiais feitas na Inglaterra e em outros países verificaram que o Esperanto, por ser uma língua essencialmente lógica, facilita o ensino das outras línguas Do relatório apresentado pelo Secretário Geral da Liga das Nações e adotado pela Assembléia Geral em 1922, extraímos o seguinte "Estudantes chineses mandados ao Instituto Franco-Chinês com o Esperanto como única bagagem conseguiram penetrar no idioma francês muito fàcilmente "

A Liga Esperantista Brasileira em 1938, por intermédio do Dr J MARQUES DOS REIS, que tão assinalados serviços prestara ao Esperanto, quando Ministro da Viação e Obras Públicas, dirigiu-se ao Sr Ministro da Educação e Saúde, para que o Govêrno Brasileiro aderisse ao Convênio Internacional Escolar, que tem por fim a adoção obrigatória do Esperanto nas escolas de diversos países Êsse pedido teve informação favorável da Diretoria de Educação e foi encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, onde foi relatado pelo Prof JONATHAS SERRANO e aprovado por 12 votos contra um apenas O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, ouvido a respeito da exeqüibilidade do pedido, deu parecer francamente favorável O Sr Ministro da Educação, entretanto, não deu despacho definitivo, declarando apenas que o programa das escolas secundárias estava muito sobrecarregado, não permitindo a inclusão de mais uma língua

Ruas com os nomes "Esperanto" e "Zamenhof" Já existem no Brasil três ruas com o nome "Esperanto", a saber uma nesta Capital, no Realengo, uma em Salvador, no Estado da Bahia, e uma em Aracaju, no Estado de Sergipe; e duas com o nome de "Zamenhof", sendo uma no Rio de Janeiro, no bairro de Hadock Lobo, e outra em Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Rádio e Esperanto A estação emissora do Rádio Clube do Brasil foi a primeira em nosso país e a quarta do mundo — em 1923 — que irradiou em Esperanto Depois disso esta estação e muitas outras realizaram cursos de Esperanto, programas com cantos e declamações neste idioma e conferências ou informações sôbre o movimento esperantista Citaremos as seguintes: Rádio Nacional, durante a Hora de Ginástica, Rádio Vera Cruz, Rádio Transmis-

sora, Rádio Cruzeiro do Sul e Rádio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro; Rádio Clube Fluminense, Rádio Sociedade Fluminense, em Niterói; Rádio Piratininga, em São Paulo; Rádio Farroupilha, em Pôrto Alegre; Rádio Clube de Pernambuco, no Recife, Rádio Clube do Ceará, em Fortaleza

Durante dois anos a Liga Esperantista traduziu e leu ao microfone, ás terças-feiras, durante a Hora do Brasil, os boletins que lhe eram fornecidos em português pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural Em alguns programas houve também canto em Esperanto

Em agôsto de 1939 a estação da Tôrre Eiffel irradiou em Esperanto a comédia de ARTUR AZEVEDO *Amor por Anexins*

Cabe referir ainda que, a 22 de outubro de 1931, como parte do programa da Hora Católica de Educação, a emissora do Rádio Clube do Brasil irradiou uma comunicação da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação sôbre o Esperanto e a Educação

A Federação Espírita Brasileira e o Esperanto Dentre os frutos do 9.º Congresso Brasileiro de Esperanto um foi a adesão da Federação Espírita Brasileira ao movimento esperantista Foram então estudados os planos de ação compreendendo a tribuna, o jornal, a livraria e o rádio. Iniciaram-se os trabalhos pela importação de livros estrangeiros para estabelecer-se um serviço básico de livros em Esperanto na Livraria da Federação, serviço êsse que começou a funcionar em 1937, podendo ser a mesma considerada hoje uma verdadeira livraria central, que serve a tôda a América e Portugal não sòmente os livros estrangeiros como também as duas dezenas de livros e brochuras por ela editados Mais de 60 000 brochuras foram distribuídas gratuitamente. Dois dêsses livros publicados pela Livraria foram impressos em língua castelhana e amplamente distribuídos na Argentina e em outras repúblicas hispano-americanas com grandes benefícios para o movimento esperantista nesses países

Pelo órgão oficial *Reformador* tem sido mantido um serviço permanente de propaganda em artigos, notícias e anúncios de livros e pela estação da Rádio Transmissora vêm sendo irradiados, desde 1939, cursos e informações sôbre o movimento esperantista.

Em tôdas as publicações didáticas tem sido mantida neutralidade absoluta sôbre política e religião, não constando delas anúncios de livros espíritas

O Esperanto e o Catolicismo Desde o início da propaganda regular do Esperanto no Brasil tem a Igreja Católica dado seu apôio moral a êsse movimento que visa a paz e a fraternidade entre todos os povos Por ocasião dos primeiro e quinto Congressos Brasileiros de Esperanto, realizados nesta Capital, respectivamente em 1907 e 1913, o Sr Cardeal D. JOAQUIM ARCOVERDE fêz-se representar pelo Cônego BENEDITO MARINHO Presidiu a êste último congresso o Padre MATIAS FREIRE, representante oficial do Govêrno do Estado da Paraiba. Durante seis dos nove congressos de Esperanto, realizados nesta Capital, em Petrópolis, São Paulo, Juiz de Fora e Vitória foram rezadas missas por iniciativa dos congressistas católicos, durante as quais foi cantada em Esperanto a Ave-Maria e falaram ao Evangelho sôbre êsse idioma os eminentes oradores D BENEDITO DE SOUSA, então Bispo em Vitória, e os Monsenhores BENEDITO MARINHO, GONÇALVES DE REZENDE, FRANCISCO MAC-DOWELL e FELÍCIO MAGALDI Durante essas missas permaneceu junto ao altar a bandeira esperantista, cujas côres simbolizam a paz e a esperança Participaram da mesa do 8º Congresso Brasileiro de Esperanto os Bispos de Espírito Santo e de Goiás.

Conferências sôbre o Esperanto e cursos dêsse idioma auxiliar tiveram lugar no Círculo Católico e na União Católica Brasileira, a qual aderiu a quase todos os congressos brasileiros de Esperanto, em dois dos quais fêz conferências o

sora, Rádio Cruzeiro do Sul e Rádio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro; Rádio Clube Fluminense, Rádio Sociedade Fluminense, em Niterói; Rádio Piratininga, em São Paulo; Rádio Farroupilha, em Pôrto Alegre, Rádio Clube de Pernambuco, no Recife, Rádio Clube do Ceará, em Fortaleza

Durante dois anos a Liga Esperantista traduziu e leu ao microfone, ás terças-feiras, durante a Hora do Brasil, os boletins que lhe eram fornecidos em português pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural Em alguns programas houve também canto em Esperanto

Em agôsto de 1939 a estação da Tôrre Eiffel irradiou em Esperanto a comédia de ARTUR AZEVEDO *Amor por Anexins*

Cabe referir ainda que, a 22 de outubro de 1931, como parte do programa da Hora Católica de Educação, a emissora do Rádio Clube do Brasil irradiou uma comunicação da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação sôbre o Esperanto e a Educação

A Federação Espírita Brasileira e o Esperanto Dentre os frutos do 9º Congresso Brasileiro de Esperanto um foi a adesão da Federação Espírita Brasileira ao movimento esperantista. Foram então estudados os planos de ação compreendendo a tribuna, o jornal, a livraria e o rádio Iniciaram-se os trabalhos pela importação de livros estrangeiros para estabelecer-se um serviço básico de livros em Esperanto na Livraria da Federação, serviço êsse que começou a funcionar em 1937, podendo ser a mesma considerada hoje uma verdadeira livraria central, que serve a tôda a América e Portugal não sòmente os livros estrangeiros como também as duas dezenas de livros e brochuras por ela editados. Mais de 60 000 brochuras foram distribuídas gratuitamente. Dois dêsses livros publicados pela Livraria foram impressos em língua castelhana e amplamente distribuídos na Argentina e em outras repúblicas hispano-americanas com grandes benefícios para o movimento esperantista nesses países

Pelo órgão oficial *Reformador* tem sido mantido um serviço permanente de propaganda em artigos, notícias e anúncios de livros e pela estação da Rádio Transmissora vêm sendo irradiados, desde 1939, cursos e informações sôbre o movimento esperantista

Em tôdas as publicações didáticas tem sido mantida neutralidade absoluta sôbre política e religião, não constando delas anúncios de livros espíritas

O Esperanto e o Catolicismo Desde o início da propaganda regular do Esperanto no Brasil tem a Igreja Católica dado seu apôio moral a êsse movimento que visa a paz e a fraternidade entre todos os povos. Por ocasião dos primeiro e quinto Congressos Brasileiros de Esperanto, realizados nesta Capital, respectivamente em 1907 e 1913, o Sr Cardeal D JOAQUIM ARCOVERDE fêz-se representar pelo Cônego BENEDITO MARINHO Presidiu a êste último congresso o Padre MATIAS FREIRE, representante oficial do Govêrno do Estado da Paraiba Durante seis dos nove congressos de Esperanto, realizados nesta Capital, em Petrópolis, São Paulo, Juiz de Fora e Vitória foram rezadas missas por iniciativa dos congressistas católicos, durante as quais foi cantada em Esperanto a Ave-Maria e falaram ao Evangelho sôbre êsse idioma os eminentes oradores D BENEDITO DE SOUSA, então Bispo em Vitória, e os Monsenhores BENEDITO MARINHO, GONÇALVES DE REZENDE, FRANCISCO MAC-DOWELL e FELÍCIO MAGALDI Durante essas missas permaneceu junto ao altar a bandeira esperantista, cujas côres simbolizam a paz e a esperança Participaram da mesa do 8º Congresso Brasileiro de Esperanto os Bispos de Espírito Santo e de Goiás.

Conferências sôbre o Esperanto e cursos dêsse idioma auxiliar tiveram lugar no Círculo Católico e na União Católica Brasileira, a qual aderiu a quase todos os congressos brasileiros de Esperanto, em dois dos quais fêz conferências o

eminente católico CONDE DE AFONSO CELSO Pela estação da Rádio Vera Cruz foi irradiado um curso de Esperanto Aprovaram o parecer favorável ao ensino dêsse idioma nas escolas, elaborado pelo Professor JÔNATAS SERRANO, o Padre LEONEL FRANCA e o Dr AMOROSO LIMA, presidente da Ação Católica.

O 2º Congresso dos Jornalistas Católicos Brasileiros, realizado nesta Capital em 1940, votou unânimemente uma moção de simpatia à causa esperantista, cujo projeto recebeu a assinatura de diversos sacerdotes

Teve grande aceitação nos meios católicos esperantistas desta Capital e em alguns países das Américas a brochura *Esperanto e Catolicismo*, reproduzindo uma conferência feita em Niterói pelo Dr MÁRIO RITTER NUNES, 1º Secretário da Liga Esperantista Brasileira e funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Um jornal católico de Buenos Aires publicou na íntegra, em espanhol, essa conferência, por iniciativa da Associação Esperantista Católica Argentina, que faz rezar duas vêzes por ano uma missa, durante a qual faz uma prédica em Esperanto o assistente eclesiástico padre JUAN ORTEGA S J , e são cantados no idioma auxiliar a Ave-Maria e outros cânticos

A Cruz e *A União*, orgãos católicos, têm manifestado sua simpatia pelo idioma criado por ZAMENHOF, a respeito do qual disse Sua Santidade o Papa PIO X as seguintes palavras "Reconheço a utilidade do Esperanto para conservar a unidade entre os católicos de todo o mundo O Esperanto tem diante de si um grande futuro "

Conclusão Tendo em vista as inequívocas provas de simpatia do Govêrno Brasileiro em relação ao idioma auxiliar internacional Esperanto, o que é um fato bastante conhecido dos esperantistas estrangeiros, parece que devem ser aceitas as sugestões apresentadas pelo Sr JORGE G JUÁREZ, de Havana ao nosso embaixador em Cuba O Govêrno Brasileiro poderia incluir o ensino de noções de Esperanto no último ano do curso primário, e seu estudo completo em um dos anos do curso secundário com duas aulas apenas por semana bem assim, criar uma cadeira dessa língua na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, para o preparo de professôres

Impresso no Departamento de produção Gráfica - IBGE em outubro de 1990 - O. S. 551-20/90